

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Érica Anita Baptista

Corrupção e opinião pública:
O escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff

Belo Horizonte

2017

ÉRICA ANITA BAPTISTA

**Corrupção e opinião pública:
O escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Helcimara Telles
Universidade Federal de Minas Gerais

Co-orientadora: Profa. Dra. Isabel Ferin Cunha
Universidade de Coimbra (Portugal)

Belo Horizonte
2017

320	Silva, Érica Anita Baptista
S586c	Corrupção e opinião pública [manuscrito] : o escândalo da
2017	Lava Jato no governo Dilma Rousseff / Érica Anita Baptista Silva. - 2017. 252 f. : il. Orientadora: Helcimara de Souza Telles. Coorientadora: Isabel Ferin Cunha.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1.Ciência política – Teses. 2. Corrupção na política - Teses. 3.Opinião pública - Teses. I. Telles, Helcimara de Souza . II. Cunha, Isabel Ferin. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA



ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA ERICA ANITA BAPTISTA SILVA

Realizou-se, no dia 13 de dezembro de 2017, às 14:00 horas, no Auditório Prof. Baesse da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de tese, intitulada *"Corrupção e opinião pública: o escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff"*, apresentada por ERICA ANITA BAPTISTA SILVA, número de registro 2013654965, graduada no curso de LETRAS/DIURNO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em CIÊNCIA POLÍTICA, à seguinte Comissão Examinadora: Profa. Helcimara de Souza Telles - Orientadora (DCP/UFMG), Prof. Bruno Pinheiro Wanderley Reis (DCP/UFMG), Prof. Fernando de Barros Filgueiras (DCP/UFMG), Profa. Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires (PUC Minas), Prof. Fernando Antonio Farias de Azevedo (UFSCAR) - VIDEOCONFERÊNCIA, Profa. Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha (Universidade de Coimbra) - VIDEOCONFERÊNCIA.

A Comissão considerou a tese:

☒ Aprovada

() Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2017.

Profa. Helcimara de Souza Telles
Orientadora (DCP/UFMG)

Prof. Bruno Pinheiro Wanderley Reis
(DCP/UFMG)

Prof. Fernando de Barros Filgueiras
(DCP/UFMG)

Profa. Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires
(PUC Minas)

Prof. Fernando Antonio Farias de Azevedo
(UFSCAR) – VIDEOCONFERÊNCIA

Profa. Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha
(Universidade de Coimbra) - VIDEOCONFERÊNCIA

AGRADECIMENTOS

A primeira pessoa a quem agradeço em qualquer situação é a minha mãe Lia...agradeço por acreditar em mim. Isso resume tudo. Agradeço a dedicação do meu pai enquanto estive neste plano. Para os dois, assim como é para milhares de brasileiros, faculdade não fez parte do currículo, no entanto, não pouparam esforços em fazer dessa a minha realidade. Agradeço, também, à minha tia Vera que participa de todas as minhas conquistas.

No meu caminho (des)encontrei muita gente. Numa dessas, reencontrei o cara mais bonitinho do primário. E lá se vão 12 anos. A você Pablo, agradeço pela compreensão e por apostar no nosso futuro. Há quase um ano, nossa família aumentou. Anita chegou cheia de sorrisos e agradeço a cada um deles, que são combustíveis diários para não desistir!

Agradeço ao meu tio/padrinho e ao meu primo/irmão Aluer por nossa pequena grande família.

Não tenho irmãs ou irmãos, mas escolhi algumas pessoas para compartilhar momentos, conquistas e muitas esperanças...A vocês eu agradeço o apoio. Arrisco alguns nomes e, pelo avançar da idade, peço desculpas se esquecer algum: Alair, Alessandra, Amanda, Aryelle, Bitá, Carina, Douglas, Gheisa, Isabella, Lorena, Jordana, Vinícius...

Agradeço ao Grupo Opinião Pública pelos momentos mais divertidos, pelas melhores piadas e pela falta de limites! São as melhores pessoas: Paulo Victor, Ana Clara, Valéria, Lívia, Nayla, Nerea, Hanna, Noelle, Pedro, Roberto, Sidô e Cyrana. Agradeço à Marina Siqueira pela preciosa ajuda na reta final.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFMG, aos técnicos-administrativos, aos professores e professoras, e aos coordenadores. Agradeço por fazer parte desse programa de excelência. E faço um agradecimento especial ao querido atleticano Alessandro Magno, pois sua dedicada atuação na secretaria é fundamental para o bom desenvolvimento dos nossos trabalhos.

Agradeço às minhas orientadoras do doutorado, a professora Doutora Helcimara Telles e à Mara Telles, sub-celebridade do Facebook. Ambas foram muito importantes na construção e na condução deste trabalho. A elas agradeço pelos debates políticos, pela inserção na Ciência Política, pelas

aulas de astrologia, pelas risadas, pelos eventos organizados e pelas oportunidades em parcerias acadêmicas.

Agradeço à minha co-orientadora, professora Doutora Isabel Ferin Cunha, por compartilhar seu conhecimento e suas experiências, e por me acolher no Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), em Lisboa, para a realização do meu estágio doutoral. Também agradeço à Patrícia Contreiras também pelo acolhimento no CIMJ e pelas parcerias acadêmicas.

Agradeço a quem primeiro me incentivou a seguir a carreira acadêmica, o sempre Mestre, professor Doutor Luiz Ademir de Oliveira. Obrigada pelo inspirador contato com a comunicação política.

Agradeço também à professora Doutora Teresinha Pires, minha orientadora no mestrado. A você o meu muito obrigada por sua amizade, pelo jeito cuidadoso e construtivo de criticar, e por sua leitura sempre muito atenta. Aproveito para agradecer às boas amizades que conquistei no mestrado, direta e indiretamente, e que vem rendendo boas conversas, viagens e parcerias acadêmicas: Érika, Fred, Isabela, Luana, Mariana, Rodrigo, Tina e Viviane.

A todos e a todas que de alguma forma contribuíram na construção deste trabalho, o meu agradecimento.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à agência CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo auxílio financeiro tanto no Brasil quanto em Portugal, me proporcionando um ganho cultural e acadêmico que dificilmente seria possível sem esse apoio. E espero, sinceramente, que o “7 a 1” diário da política brasileira não deixe que esse e outros tantos importantes auxílios estudantis cheguem ao fim.

Tudo, aliás, é a ponta de um mistério. Inclusive, os fatos. Ou a ausência deles. Duvida? Quando nada acontece, há um milagre que não estamos vendo.

Guimarães Rosa

Resumo

A corrupção política, entendida como o uso ilícito da autoridade e do abuso ao poder para benefício próprio em detrimento ao bem estar da sociedade, atualmente, se apresenta com crescente visibilidade nos meios de comunicação dos regimes políticos democráticos. A corrupção é um dos fenômenos que atentam contra a qualidade dos serviços públicos afetando diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. Ela também pode ser um entrave para a confiança dos cidadãos na representação política, erodindo dessa forma a legitimidade e consequente estabilidade do regime democrático. As mídias são importantes fontes de informação para os cidadãos, no entanto, diversos estudos alertam para o fato de que a cobertura da mídia para os casos de corrupção pode condicionar a percepção do fenômeno: “indústria midiática do escândalo”. Diante disso, esta pesquisa se propõe a analisar a percepção da corrupção, a partir de vários aspectos e campos de influência, especialmente a mídia, e perceber como essa percepção do fenômeno atua na opinião pública. Dessa maneira, propomos contextualizar o tema da corrupção na imprensa brasileira, observando a tendência da cobertura dos casos de corrupção nas revistas Carta Capital, Época, Isto É e Veja, entre os anos de 2014 e 2016, por ocasião do escândalo de corrupção na Petrobras, cuja investigação ficou conhecida por Operação Lava Jato. E nosso objetivo é compreender como o escândalo político influencia a percepção da opinião pública sobre a corrupção e as atitudes política. Assim, estabelecemos uma relação entre a percepção da corrupção e o partidário, a satisfação com a democracia, a economia, a avaliação de governo e a confiança na figura presidencial. Os dados utilizados provêm das pesquisas de opinião realizadas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Datafolha, Ibope e Latinobarômetro.

Palavras-chave: Corrupção política. Comunicação Política. Opinião Pública. Escândalo Político Midiático. Percepção da Corrupção. Lava Jato.

Abstract

Political corruption, understood as the illicit use of authority and abuse of power for its own benefit to the detriment of the well-being of society, nowadays presents itself with increasing visibility in the means of communication of democratic political regimes. Corruption is one of the phenomena that affect the quality of public services directly affecting the quality of life of citizens. It can also be an obstacle to citizens' confidence in political representation, eroding in this way the legitimacy and consequent stability of the democratic regime. The media are important sources of information for citizens, however, several studies warn that the media coverage for corruption cases can condition the perception of the phenomenon: "scandal media industry". In view of this, this research proposes to analyze the perception of corruption, from various aspects and fields of influence, especially the media, and to perceive how this perception of the phenomenon acts in public opinion. In this way, we propose contextualizing the issue of corruption in the Brazilian press, observing the tendency to cover cases of corruption in *Carta Capital*, *Época*, *Isto É e Veja*, between the years 2014 and 2016, on the occasion of the corruption scandal at Petrobras, whose investigation became known as Operation Lava Jato – Operation Car Wash. And our goal is to understand how political scandal influences the perception of public opinion on corruption and political attitudes. Thus, we establish a relationship between the perception of corruption and partisanship, satisfaction with democracy, economy, evaluation of government and confidence in the presidential figure. The data used come from opinion polls conducted by the Social Communication Secretariat of the Presidency of the Republic, Datafolha, Ibope and Latinobarómetro.

Keywords: Political corruption. Political Communication. Public opinion. Media Political scandal. Perception of Corruption. Lava Jato.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
DC – Democracia Cristã
DEM – Democratas / Antigo PFL (Partido da Frente Liberal)
IPC – Índice de Percepção da Corrupção
MPF – Ministério Público Federal
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCO – Partido da Causa Operária
PDS – Partido Democratico della Sinistra (Partido Democrático de Esquerda)
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEN – Partido Ecológico Nacional
PF – Polícia Federal
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Partido Liberal
PLI – Partido Liberal Italiano
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista / Antigo PPB (Partido Progressista Brasileiro)
PPL – Partido Pátria Livre
PPR – Partido Progressista Reformador
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PR – Partido Republicano
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRI – Partito Repubblicano Italiano
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSDI – Partito Socialista Democratico Italiano
PSI – Partido Social-Democrata Italiano
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
SDD – Solidariedade
STF – Supremo Tribunal Federal
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSE – Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa do jornal O Globo sobre o confisco em 1992	97
Figura 2 – Capa da revista Veja de 27 de maio de 1992	98
Figura 3 – Capa da revista Veja sobre o Mensalão	109
Figura 4 - Capa da revista Época de 13 de junho de 2005	110
Figura 5 - Capa da revista Época de 1º de agosto de 2005	111
Figura 6 – Jornal Folha de S. Paulo de 23 de setembro de 2006	112
Figura 7 – Jornal Folha de S. Paulo de 23 de setembro de 2010	116
Figura 8 – Jornal Folha de S. Paulo de 25 de outubro de 2014	124
Figura 9 – Capa da revista Veja de 29 de outubro de 2014	125
Figura 10 – Jornal italiano Corriere della Sera noticia a prisão de Chiesa em 1992	134
Figura 11 – Capa da revista Veja sobre a delação de Paulo Roberto Costa.	145
Figura 12 – Revista Carta Capital 26 de novembro de 2014	164
Figura 13 – Revista Época de 12 de setembro de 2015	165
Figura 14 – Revista Isto É de 23 de março de 2016	166
Figura 15 – Revista Veja de 11 de maio de 2016	167
Figura 16 – Carta Capital de 30 de setembro de 2015	170
Figura 17 – Veja de 6 de agosto de 2014	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Importantes casos de corrupção no Brasil	84
Quadro 2 – Principais crimes relacionados à Lava Jato	141
Quadro 3 – Categorias de análise	160
Quadro 4 – Categorias de enquadramento	161
Quadro 5 – Capas utilizadas para análise de enquadramentos	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Confiança nas notícias (%) – 2014/2015/2016. _____	47
Tabela 2 – Confiança nas Instituições brasileiras (%) – 2011 a 2017 _____	78
Tabela 3 – Percepção de incidência de prática de ilegalidade no cotidiano (%) – 2006 _____	89
Tabela 4 - Principal problema do país (%) – 2011 a 2014 _____	120
Tabela 5 – Opinião sobre a abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff – 2015 _____	128
Tabela 6 – O tema da corrupção nas capas das revistas (2014 a 2016) _	167
Tabela 7 – Recorrência de temas nas capas (2014 a 2016) _____	168
Tabela 8 – Lava Jato nas capas – dados por revista (2014-2016) _____	168
Tabela 9 – Capas e notícias sobre corrupção por ano (2014 a 2016) _____	169
Tabela 10 – Enquadramentos midiáticos nas capas (%) – 2014 a 2016 _____	171
Tabela 11 – Principais atores mencionados (2014 a 2016) _____	172
Tabela 12 – Principais instituições privadas relacionadas por ano (%) – 2014 a 2016 _____	173
Tabela 13 – Principais ilícitos mencionados entre 2014 e 2016 _____	174
Tabela 14 – Conhece ou já ouviu falar sobre a Lava Jato – % (2015 e 2016) _____	188
Tabela 15 – Considera o ex-presidente Lula como culpado pela corrupção que está sendo investigada pela operação lava jato – % (2015 e 2016) _____	189
Tabela 16 – Avaliação do Juiz Sérgio Moro – % (2016) _____	190
Tabela 17 – Imagem de Dilma Rousseff e a crise econômica – % (2016)	209
Tabela 18 – Imagem de Dilma Rousseff sobre o impeachment e a corrupção – % (2016) _____	215

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Apoio a democracia na América Latina - 2015 e 2016 (%)	36
Gráfico 2 – Apoio a democracia na América Latina - 1995-2016 (%)	37
Gráfico 3 – <i>Ranking</i> mundial da corrupção: Brasil de 1995 a 2015	76
Gráfico 4 – A corrupção entre os principais problemas para os brasileiros – 1996 a 2016 (%)	77
Gráfico 5 - Avaliação do governo Dilma Rousseff (%) – 2011 a 2014	119
Gráfico 6 – Expectativas sobre o aumento do desemprego e da inflação (2011 a 2014)	119
Gráfico 7 – Exposição às revistas x confiança nas notícias de revistas x renda (2016)	156
Gráfico 8 – Exposição às revistas x confiança nas notícias de revistas x escolaridade (2016)	157
Gráfico 9 – Principais problemas para os brasileiros – % (1995 – 2016)	181
Gráfico 10 – Principais problemas do Brasil (2011 – 2016)	184
Gráfico 11 – Confiança na mídia – % (2011 a 2017)	185
Gráfico 12 – Confiança na mídia por classe – % (2011 a 2017)	186
Gráfico 13 – Confiança na mídia por escolaridade – % (2011 a 2017)	187
Gráfico 14 – Considera a então presidenta Dilma Rousseff como culpada pela corrupção que está sendo investigada pela operação lava jato – % (2015 e 2016)	189
Gráfico 15 – Operação Lava Jato e a corrupção no Brasil (%) – 2016	191
Gráfico 16 – Apoio a democracia (1995 – 2015)	193
Gráfico 17 – Satisfação com a democracia e percepção da corrupção (2008 a 2016)	194
Gráfico 18 – Identificação partidária no Brasil (1989 – 2017)	197
Gráfico 19 – Imagem dos partidos e a corrupção	200
Gráfico 20 – Identificação partidária e a Lava Jato (%) – 2014 a 2016	201
Gráfico 21 – Identificação partidária – por partido (%) – 2014 a 2016	202
Gráfico 22 – Partidos políticos e a Lava Jato – % (2016 e 2017)	204
Gráfico 23 – Expectativa com relação a economia do país (%)	205
Gráfico 24 – Expectativa com relação a economia pessoal (%)	207
Gráfico 25 – Relação entre a percepção da corrupção e a economia (2014 a 2016)	208

Gráfico 26 – Notícias negativas sobre o governo federal – % (2014 - 2016)	
_____	213
Gráfico 27 – Confiança em Dilma Rousseff (2011 – 2016)	_____ 214
Gráfico 28 – Avaliação de governo (2011 – 2016)	_____ 216
Gráfico 29 – Confiança em Dilma e avaliação de governo no período da Lava Jato (2014 – 2016)	_____ 219

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. CORRUPÇÃO: DEFINIÇÕES, MENSURAÇÃO, PERCEPÇÃO E EFEITOS	24
1.1 A corrupção política	31
1.1.1 Corrupção e cultura política	34
1.2. A mensuração da corrupção e a questão de sua percepção	41
1.2.1 Mensurando a percepção	43
1.3 Efeitos da percepção da corrupção na opinião pública e nas atitudes políticas: teorias	46
2 OPINIÃO PÚBLICA, EFEITOS DE MÍDIA E ESCÂNDALOS POLÍTICOS MUDIÁTICOS	50
2.1 A formação da Opinião Pública	50
2.2 Opinião Pública e mídia: efeitos limitados e ilimitados	55
2.2.1 Agendamento	62
2.2.2 Enquadramento	65
2.2.3 Escândalos políticos midiáticos	68
3. A CORRUPÇÃO NA LITERATURA E NA DEMOCRACIA BRASILEIRA	75
3.1 O tema da corrupção na literatura brasileira	75
3.1.1 Corrupção política, confiança institucional e democracia	78
3.2 Corrupção e escândalos políticos na democracia brasileira	87
3.2.1 A corrupção política a partir da redemocratização brasileira	92
3.2.1.1 Das eleições de 1989 ao impeachment	93
3.2.1.2 A era FHC	99
3.2.1.3 A era Lula	106
3.2.1.4 A primeira mulher na presidência	113
4. A REPRESENTAÇÃO DA OPERAÇÃO LAVA JATO NA IMPRENSA	131
4.1 Mãos Limpas	131
4.2 A versão brasileira: Lava Jato	139
4.3 A representação e a cobertura da Lava Jato na imprensa	153
4.3.1 Metodologia para contextualização do escândalo político na mídia	154

4.3.2 Agendamento e enquadramento da Lava Jato _____	162
5 PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO POLÍTICA: O ESCÂNDALO DA LAVA JATO E A OPINIÃO PÚBLICA NO BRASIL _____	177
5.1 A Lava Jato e a percepção da corrupção na opinião pública.....	180
5.1.1 Percepção da corrupção e a satisfação com a democracia ____	192
5.1.2 O partidarismo e a Lava Jato _____	195
5.1.3 Percepção da corrupção e a economia_____	204
5.1.4 Operação Lava Jato e a avaliação do governo Dilma Rousseff	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	221
REFERÊNCIAS _____	229

INTRODUÇÃO

A corrupção é um dos fenômenos que atentam contra a qualidade dos serviços públicos afetando diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. Ela também pode ser um entrave para a confiança dos cidadãos na representação política, erodindo dessa forma a legitimidade e consequente estabilidade do regime democrático (MOISÉS, 2010). Em sua essência, a corrupção é um fenômeno próximo aos setores públicos e tem ocorrência verificada em países democratas, independentemente do seu desenvolvimento econômico (JOHNSTON, 2005). Desse modo, assumimos que a corrupção política pode ser entendida como o uso ilícito da autoridade e do abuso ao poder para benefício próprio em detrimento ao bem estar da sociedade.

A crescente e reconhecida centralidade dos meios de comunicação nas sociedades democráticas exigiu a adaptação dos campos sociais, sobretudo o político, às estratégias do campo midiático (CUNHA, 2014). Nesse contexto, observa-se a potencialidade da mídia em administrar conteúdos e interferir nas agendas políticas e na opinião pública. Dentre as possibilidades de estudos da corrupção, o tratamento que a mídia oferece para os casos de ilícitos é, então, um contributo nas tentativas de explicar a percepção do fenômeno e seus desdobramentos na opinião pública.

Atualmente, a corrupção se apresenta com crescente visibilidade nos meios de comunicação dos regimes políticos democráticos. A mídia brasileira tem realizado, recorrentemente, a cobertura do tema da corrupção e a percepção que os cidadãos têm do fenômeno tem sido mensurada periodicamente por organizações internacionais, a exemplo da Transparência Internacional, e investigações acadêmicas. As mídias são importantes fontes de informação para os cidadãos e muitas pesquisas¹ reafirmam os altos índices de confiança nos meios de comunicação, sobretudo na América Latina.

No entanto, diversas pesquisas alertam para o fato de que a cobertura da mídia para os casos de corrupção, a partir de suas estratégias e modos operatórios, pode condicionar a percepção do fenômeno, o que muitos autores denominaram como

1 A exemplo das sondagens do Latinobarômetro e LAPOP.

“indústria midiática do escândalo” (HEIDENHEIMER, JOHNSTON, LEVINE, 1989; THOMPSON, 2002; BLANKENBURG, 2002).

A articulação entre os temas mídia e corrupção é comum em vários países, o que motivou a parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ) da Universidade Nova de Lisboa e a Universidade de Moçambique a realizarem de um estudo que visa analisar de forma comparada a representação e a percepção da corrupção na mídia. Essa cooperação interinstitucional abrange análises da mídia tradicional e da internet nos países envolvidos. Em Portugal, o projeto “Cobertura Jornalística da corrupção Política: uma perspectiva comparada” é liderado pela professora Isabel Ferin Cunha, da Universidade de Coimbra, e no Brasil, o projeto “A representação da corrupção nos *media* e nas redes sociais” é coordenado pela professora Helcimara Telles da UFMG.

No marco desse convênio, a proposta desta pesquisa doutoral é compreender o modo como a corrupção política é representada na imprensa, sob a ótica teórica do escândalo político midiático (THOMPSON, 2002; CUNHA, 2014), e como influencia a percepção da opinião pública sobre a corrupção, além de alterar os julgamentos sobre aspectos da política. Dentre os vários casos de corrupção denunciados no Brasil e de significativa circulação na cobertura midiática, selecionamos o escândalo da Lava Jato para esta pesquisa e investigamos como foi percebido pelos cidadãos brasileiros, bem como sua repercussão na opinião pública durante parte do governo Dilma Rousseff (março de 2014 a junho de 2016).

Explicando um pouco mais, nós partimos do pressuposto de que os casos de corrupção são tratados na mídia na perspectiva do escândalo. Podemos entender esse atributo por duas noções: a) quando um caso de corrupção é descortinado, ganha os palcos midiáticos e a desaprovação social, pode ser considerado um escândalo; e b) o escândalo político tem associação mais forte e perceptível a figuras políticas do que ao próprio evento. Tendo em vista a centralidade da mídia, acreditamos que a percepção da corrupção é condicionada pela maior ou menor exposição do tema da corrupção nos meios de comunicação e em sua tipificação enquanto escândalo. Ressaltamos, contudo, que a percepção da corrupção pode variar em função de aspectos socioeconômicos e/ou políticos dos indivíduos expostos às mídias e mesmo de sua centralidade no debate político.

Assim, segue como objetivo desta pesquisa investigar como a visibilidade do escândalo da Lava Jato na imprensa influenciou a percepção da opinião pública sobre a corrupção e sobre a política, sobretudo em sua relação com os partidos, governo e instituições e atores políticos, entre os anos de 2014 e 2016, no governo Dilma Rousseff, tendo como contexto a cobertura jornalística do tema na mídia impressa. O período escolhido se justifica pelo início das investigações acerca do caso da Lava Jato (março de 2014) até o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (agosto de 2016). Uma vez que consideramos a importância dos meios de comunicação na opinião pública e na percepção da corrupção, também se coloca como tópico analisar a cobertura da corrupção na imprensa, e aqui consideramos as revistas de circulação nacional: Carta Capital, Época, Isto É e Veja².

Esta proposta central permitirá atingir objetivos secundários, como reunir e discutir os principais conceitos e teorias sobre a corrupção política e a percepção da corrupção, além de apresentar os avanços das pesquisas referentes ao tema no Brasil.

As seguintes questões norteiam nosso trabalho: a cobertura midiática enquadra o tema da corrupção sob a ótica do escândalo político? A percepção da opinião pública sobre a corrupção tem relação com a cobertura midiática, ou seja, sua variação é dependente da circulação da informação na mídia? A percepção da corrupção é um critério relevante para a avaliação dos cidadãos a respeito dos aspectos políticos e econômicos? A percepção da corrupção pode ser associada às mudanças de avaliação da imagem de atores políticos?

Com relação à nossa hipótese principal, acreditamos que (H1) a visibilidade do escândalo político da Lava Jato influenciou a percepção da corrupção enquanto problema. A partir dessa observação, traçamos que (H2) a maior percepção da corrupção implica no declínio da satisfação com a democracia e (H3) à medida em que a percepção da corrupção aumenta a identificação partidária declina. (H4) O aumento da percepção da corrupção também resulta em menores expectativas com relação ao futuro da economia pessoal e do país. Em (H5) propomos que o aumento da percepção da corrupção reduz a avaliação de governo e a confiança em Dilma Rousseff.

² De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (2016), a revista Veja ocupa o primeiro lugar média de exemplares vendidos, seguida pela Época e Isto É, e a Carta Capital ocupa a quarta posição.

A partir de tais considerações, será apresentado no **capítulo 1** um panorama das propostas teórico-conceituais para o tema da corrupção e a respeito da corrupção política. Apontaremos, também, as contribuições da cultura política para compreender as causas e efeitos da corrupção. Percorreremos, ainda, os conceitos acerca da percepção da corrupção, bem como a medida indireta, que é uma das alternativas de mensuração da corrupção, ponderando as críticas e suas aplicações.

No **capítulo 2** abordaremos a questão da opinião pública e como a mídia participa de sua formação. Nesta seção, reuniremos as principais vertentes de estudos da formação da opinião pública, traçando um percurso teórico que conduz à sua íntima relação com a mídia. Essa guinada teórica nos permitirá destacar os principais modos operatórios da mídia, e aprofundar naqueles que afiançamos para este trabalho – agendamento e enquadramento. Por fim, considerando a premissa de que a mídia recorre ao dispositivo do escândalo para enquadrar os casos de corrupção, traremos as principais formulações para essa proposta.

No **capítulo 3**, explanaremos acerca da relação entre a corrupção e a confiança nas instituições no Brasil. Também trataremos da representação e da percepção da corrupção no Brasil, a importância dos meios de comunicação nesse cenário. Nos aproximaremos do nosso contexto de pesquisa e faremos um resgate da recorrência do tema da corrupção na democracia brasileira mais recente. Demonstraremos o quão relevante a corrupção tem sido no debate político brasileiro, inclusive levando ao impeachment de dois Presidentes.

Na sequência, o **capítulo 4** abordará a representação da corrupção na imprensa brasileira a partir de uma análise da Operação Lava Jato. Traremos o percurso da Operação Lava Jato, desde a sua deflagração, em março de 2014, até o ano de 2017, com o que vem sendo produzido por especialistas, acadêmicos, juristas e pela mídia. Como parte desse histórico, passaremos pelo caso Mãos Limpas, ocorrido na Itália na década de 1990, que tanto inspirou o caso brasileiro. Ademais, amparados pela literatura e, sobretudo, pelos entendimentos acerca dos modos operatórios da mídia, propomos uma contextualização da cobertura midiática da corrupção no Brasil desde o início da Operação Lava Jato, em março de 2014, ao impeachment de Dilma Rousseff, em agosto de 2016. Essa etapa é importante na

medida em que situa a corrupção nos períodos relacionados e nos permite contextualizar os acontecimentos políticos na mídia, do ponto de vista do agendamento e do enquadramento midiático.

Esta investigação, como já mencionado, é parte integrante de um projeto mais amplo que visa compreender a cobertura midiática da corrupção e a influência na percepção do fenómeno em perspectiva comparada. Desse modo, os procedimentos metodológicos a serem adotados nesta seção inserem-se na metodologia desenvolvida para o projeto conduzido pela equipe do Centro de Investigação Media e Jornalismo³. Procederemos com uma análise de conteúdo e para compreendermos os padrões da cobertura jornalística da corrupção na imprensa, optamos por utilizar, na análise das revistas, as seguintes categorias: 1) capa: considerando a importância da capa enquanto ambiente que confere destaque, a intenção é quantificar as capas das revistas nas quais a corrupção esteve presente, de modo a observar a frequência da visibilidade do tema da corrupção; 2) atores: a proposta é relacionar os principais atores envolvidos; 3) instituições – públicas e privadas: relacionar as instituições mencionadas nas peças; 4) partidos políticos: arrolar as legendas citadas nas notícias; 5) ilícitos: listar os principais ilícitos nomeados nas edições analisadas; 6) casos de corrupção: elencar os casos de corrupção citados nas notícias. Para esta análise, descartamos os editoriais e os artigos de opinião, uma vez que já configuram um espaço declarado de opinião. Também consideramos a análise em separado das capas, para a questão dos enquadramentos, de modo a perceber qual o relevo dado ao tema da corrupção e qual o direcionamento interpretativo que pode ser apreendido.

Para dar seguimento ao traçado conceitual e contextual referente à corrupção, a percepção do fenómeno e participação da mídia nesse processo, o **capítulo 5** analisará a repercussão da corrupção política e a sua relação com a opinião pública. Estudos apontam que a corrupção além de danosa ao sistema político e ao cotidiano dos serviços públicos, também pode comprometer a imagem de instituições e figuras públicas. A mídia participa desse cenário informando os cidadãos sobre os acontecimentos ilícitos e termina por contribuir para uma visão ainda mais negativa da política e de seus agentes, aumentando o clima de desconfiança com relação a

³ Corrupção política nos media: uma perspectiva comparada – Portugal, Brasil e Moçambique. <https://corrupcaopoliticacimj.wordpress.com>

política, e o sentimento de distanciamento entre representantes e representados (POWER, JAMISON, 2005). Trataremos das questões relativas à identificação partidária, à satisfação com a democracia, às expectativas com relação à economia pessoal e do país, a avaliação da confiança em Dilma Rousseff e de seu governo, entre 2014 e 2016.

Para a condução das análises, utilizaremos os dados das pesquisas de opinião realizadas pelo Datafolha, Ibope, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), as sondagens do Latinobarômetro e os dados extraídos das revistas já nomeadas para compreendermos a percepção da corrupção e a mídia nesse cenário.

Realçamos que a opção em contextualizar o lugar da corrupção na cobertura midiática brasileira pareceu-nos um procedimento produtivo na medida em que permitirá compreender não apenas os caminhos que a mídia percorre e percorreu nos acontecimentos destacados, como também nos possibilita observar os seus modos operatórios no tratamento das notícias. Para além disso, relacionar a visibilidade midiática da corrupção e suas implicações na opinião pública reforça a centralidade dos meios de comunicação – consideramos as revistas nesta oportunidade, mas não perdemos de vista a importância e particularidade das demais mídias – e a constantemente comentada relação e tensão entre os campos político e midiático. Mesmo considerando que a corrupção não é o único indicador na observação das questões levantadas – avaliação de governo, confiança na figura presidencial, confiança nas instituições, apoio à democracia, e partidarismo – ressaltamos a volatilidade de seu peso na opinião pública, sobretudo em acontecimentos específicos, aos quais se confere destaque, e que mobilizam os meios de comunicação e permeiam o debate público.

Esta pesquisa situa-se, portanto, nessa discussão e pretende contribuir para as investigações acerca da corrupção política e da percepção da corrupção, e da importância da mídia na formação da opinião pública.

1. CORRUPÇÃO: DEFINIÇÕES, MENSURAÇÃO, PERCEPÇÃO E EFEITOS

A corrupção tornou-se um problema comum às sociedades que, em maior ou menor grau, registram sua ocorrência, esforçam-se na busca por alternativas de controle e punição. Definir um conceito de corrupção é talvez um dos grandes desafios dos estudos referentes ao tema. À presente pesquisa, levantar os conceitos existentes, seu avanços e limites é uma questão fundamental. Dessa forma, este capítulo se propõe a inventariar a literatura a respeito da corrupção, apresentando as abordagens recorrentes sobre o tema, os desafios e avanços existentes na busca por conceitos e definições teóricas.

Em primeira instância, é relevante considerar os horizontes existentes do termo da corrupção. As primeiras ponderações podem ser feitas a partir da sua gênese do Latim que, em um campo semântico se aproxima das noções de destruição e putrefação, e por outro, alcança um sentido moral, com o sentido de perversão e depravação (CUNHA, 2012; FILGUEIRAS, 2008). Aristóteles (2012) aventa que o que descreve a corrupção nos sistemas de governo é a justaposição dos interesses privados aos públicos. Heidenheimer e Johnston (2009, p.3) retomam Aristóteles:

[...] existem três tipos de Constituição, ou um igual número de desvios, ou, por assim dizer, corrupções desses três tipos [...] O desvio ou corrupção da monarquia é a tirania. Ambas monarquia e tirania são formas de governo uma única pessoa, mas [...] o tirano estuda sua própria vantagem [...] o Rei olha por seus súditos.

Os autores refletem Aristóteles, quando ele descreve a tirania como uma forma corrupta da monarquia, estaria usando um conceito de corrupção da forma como gostaríamos de utilizá-lo atualmente em casos como de um funcionário público que aceita, secretamente, um suborno a fim de facilitar alguma atividade na política, por exemplo. De todo modo, não se pode tratar

de uma abordagem única sobre a corrupção, uma vez que ela está subordinada ao contexto.

Portanto, em uma concepção ampla, corrupção seria o uso ilegal do poder ou da influência para enriquecer a si próprio ou obter algum tipo de benefício, contrariando as convenções legais ou leis em vigor. Essa definição talvez seja capaz de abrigar o horizonte conceitual proposto pela Ciência Política, que se refere ao (mau) uso do poder que emana de uma posição pública para obtenção de benefícios pessoais. E também trata da corrupção que inclui os comportamentos praticados na esfera privada dos funcionários públicos e pelos demais cidadãos que não ocupam cargos públicos (EKIYOR, 2005; HUNTINGTON, 1968; JAIN, 2001; TREISMAN, 2000). O reconhecimento das práticas corruptas fora dos setores públicos tem sido uma reivindicação de diversos estudiosos que argumentam, ainda, que são atos que ocorrem também nos meandros do setor privado e podem, nem sempre, significar a busca por benefícios pessoais (HODGSON; JIANG, 2007; POESCHL, RIBEIRO, 2010). E como acrescenta Rose-Ackerman (1999), a corrupção descreve, também, a relação entre o Estado e setor privado; sendo que em alguns momentos os atores do Estado podem estar em posição dominante e, em outras oportunidades, pode-se inverter essa prevalência⁴.

Heidenheimer e Johnston (2009) esclarecem que os cientistas políticos de gerações anteriores se esforçaram em tratar das definições da corrupção a partir de referências às normas legais previstas em livros e nas decisões judiciais. Porém, as críticas que foram tecidas consideraram que as formalidades legais não seriam, de fato, a essência para a formulação de um conceito.

Em uma das tentativas de conceituar a corrupção, Ribeiro (2006) propõe uma retomada histórica de modo a classificá-la como antiga, moderna e pós-moderna. A primeira classificação diz dos costumes e remonta a um comportamento austero exigido dos cidadãos em que a *res publica* se sobrepunha aos interesses privados. A segunda, a moderna, trata da

⁴ Ressaltamos, aqui, a importância dessa colocação, uma vez que o caso da Lava Jato tem sua dimensão ampliada por alcançar não apenas o setor público, mas também converge com os interesses do setor privado.

apropriação privada de bens públicos. Esta “tem uma versão mais amena que é o patrimonialismo” (RIBEIRO, 2006, p. 78). O autor lembra, porém, que se deve usar o termo “moderno” com ressalvas, uma vez que esse tipo de corrupção já se observava no Antigo Regime, e ele completa:

A corrupção é, pois, moderna no sentido da modernidade *em geral*, que se inicia com as Navegações, mas não é moderna no sentido *político*, específico dos regimes mais republicanos e democráticos que surgiram posteriormente (RIBEIRO, 2006, p.79).

A pós-modernidade transcende a subtração aos cofres públicos seja por indivíduos ou por grupos e classes específicas que almejam o lucro, mas a corrupção alcança o que o autor define como a “busca do poder pelo poder”.

Não obstante, para além dos esforços em definir a corrupção, a noção do que é a prática da corrupção e seus limites não escapam à ideia do que se considera legal ou ilegal no conjunto de valores de uma determinada sociedade. E torna-se igualmente difícil classificar e enquadrar enquanto ato de corrupção a gama de incidentes que ocorrem cotidianamente.

De acordo com Filgueiras (2008), não se pode tratar, a rigor, de um consenso teórico do que seria corrupção no pensamento político ocidental. Para ele, a construção de uma teoria política da corrupção precisaria dar conta não somente das possibilidades descritivas dos conceitos políticos, mas deveria abrigar, ainda, o horizonte normativo expresso por cada teoria. A corrupção tem várias faces, podendo ser observada no âmbito privado ou público, em grande ou pequena escala, pode ser centralizada ou não, e, ainda, pode ou não envolver roubo.

A literatura que se dedica em traçar os caminhos conceituais da corrupção, pode ser classificada, basicamente, em três perspectivas: a jurídica, a sociológica e a econômica (FILGUEIRAS, 2004). Na perspectiva jurídica, a corrupção assume um caráter de delito que é condicionado às aplicações das leis existentes para tanto. No âmbito sociológico, a corrupção é observada a partir de sua relação com as estruturas sociais e os estatutos éticos e morais. Trata-se, então, de investigar os custos morais da corrupção, a influência de acordo com os graus de modernização, institucionalização de

desenvolvimento econômico e social (BANFIELD, 1958; COLEMAN, 1987; VIEIRA, 2012).

Na corrente econômica, a corrupção é observada sob dois horizontes, o micro e o macroeconômico. No primeiro, os modelos do comportamento individual que procura maximizar seus ganhos foram analisados, de início, a partir dos estudos da chamada economia do crime, tendo sequência com a teoria do *rent-seeking* – traduzido literalmente como “caça a renda” e que pode ser entendido como o dispêndio de esforços para maximizar renda – cabe aqui a ressalva de que o comportamento *rent-seeking* não significa uma atitude corrupta, ou seja, pode ou não haver traços de corrupção; não se trata de um ato criminoso, ainda que seja predatório do ponto de vista econômico. Na visão macro, os esforços se voltam para compreender os efeitos da corrupção em aspectos como a qualidade dos serviços, da infraestrutura, no crescimento econômico e na inflação, por exemplo (BUCHANAN, 1980; VEIRA, 2012).

A corrupção é normalmente pensada enquanto um “contraconceito de *bom governo*” e está relacionada a um julgamento de valores e qualidades de uma ordem política (FILGUEIRAS, 2008), ainda que, a despeito da conduta de um governo, a prática corrupta seja crime e seu julgamento compete às instâncias responsáveis, já o juízo de “bom ou mau governo” tem lugar na soberania popular. O problema da corrupção não foge à moral política e, assim, seu conceito surge com frequência em momentos de crise de legitimidade das instituições. Não obstante, a ocorrência da corrupção também pode agravar a crise de legitimidade do Estado.

Outras duas vertentes são acionadas nos estudos de corrupção, iniciadas a partir do século XX. Podemos dizer, em primeira instância, que elas abarcam, em alguma medida, as perspectivas mencionadas anteriormente, sobretudo a sociológica e a econômica; e acrescentamos, ainda, que elas também trazem uma perspectiva política. Na agenda denominada por “teoria da modernização”, que emergiu no contexto que sucede a Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos, a tentativa é buscar no sistema organizacional dos países industrializados as variáveis sociais que tiveram na mudança sua base para o desenvolvimento (HUNTINGTON, 1968). O processo de desenvolvimento econômico e político nas sociedades tende a gerar

desigualdade, instabilidade política e a corrupção. Assim, essa vertente trata de mudança social observada em grandes dicotomias, como nações subdesenvolvidas e desenvolvidas, por exemplo. Nesse contexto, a corrupção representa, então, o momento de mau funcionamento das organizações, estas que não se adaptam às mudanças e possuem uma situação insatisfatória de institucionalização política. A corrupção se realiza no espaço entre a modernização e o processo de institucionalização (HUNTINGTON, 1986). “O sistema institucional motiva ou coíbe determinadas práticas sociais, conforme critérios de funcionalidade, determinados pela modernização” (FILGUEIRAS, 2006, p.3).

Ainda na teoria da modernização, outra agenda estudada é a análise da corrupção a partir da cultura política. O ponto de partida, nesse caso, é que o desenvolvimento político estaria relacionado a uma preeminência da cultura sobre o político e o econômico.

É evidente que o arranjo institucional do Estado importa para o controle da corrupção. Todavia, é preciso considerar os aspectos culturais envolvidos na prática da corrupção não apenas por autoridades políticas, mas também pela própria sociedade e pela percepção que a sociedade constrói a respeito da corrupção [...]. Dessa forma, a corrupção pode assumir conteúdos semânticos distintos, conforme o contexto das normas e dos valores. (FILGUEIRAS, 2013, p. 227).

O contexto cultural das sociedades importa para que seja possível compreender a abrangência da corrupção e seus efeitos. E o combate às práticas corruptas também ganha corpo quando se consideram os aspectos culturais (FILGUEIRAS, 2013; HUSTED, 1999).

Os trabalhos ligados à conotação da cultura política ligam a corrupção às interações construídas pelos atores sociais, refletindo experiências e valores que permitem ao indivíduo aceitar ou rejeitar entrar em um esquema de corrupção. (FILGUEIRAS, 2009, p.396).

Banfield (1958) é precursor nos estudos de corrupção que têm como caminho a cultura política. Tal vertente compreende que a corrupção submete-se a câmbios de valores básicos de uma sociedade, o que exige procedimentos mais lentos de mudança institucional (FILGUEIRAS, 2009).

Rose-Ackerman (2002) propõe, em acréscimo, a existência de uma relação entre o decréscimo dos valores de uma sociedade, tanto morais quanto

éticos, e o aumento da corrupção, sendo que o inverso também seria observado.

Outra via, com ancoragem na teoria da escolha racional e que se tornou hegemônica a partir da década de 1990, aproxima a ocorrência da corrupção aos meandros dos setores públicos e privados, a partir de um sistema de favorecimento dos agentes públicos por meio de suborno e propina (ROSE-ACKERMAN, 1999, 2002). Assim, a corrupção estaria correlacionada ao já mencionado comportamento de *rent-seeking*, em que os agentes procuram maximizar seus lucros privados. Essa busca por maior renda possível é realizada dentro ou fora regras estabelecidas de conduta. Filgueiras (2008) destaca que esse viés chama atenção para a necessidade de reformas institucionais, de modo a consolidar o mercado e a democracia. Para tanto, os interesses precisam estar condicionados a regras fixas para a interação entre o público e o privado. “As reformas institucionais devem caminhar no sentido de restringir os sistemas de incentivo à corrupção, minimizando o papel das burocracias estatais no desenvolvimento” (FILGUEIRAS, 2008, p. 358). Importante ressaltar, também, que a corrupção pode causar efeitos significativos nas atividades do Estado, quanto à sua eficiência, justiça e legitimidade (ROSE-ACKERMAN, 2002).

A respeito da existência de episódios de corrupção, as pesquisas comparadas mostram que o número de casos reportados por países mais desenvolvidos é menor se comparados aos demais, além disso, sugerem que a corrupção está mais “enraizada” entre os países em desenvolvimento (KAUFMANN, 2003; KLITGAARD, 1988). Johnston (2005) acrescenta e especifica melhor essa discussão. O autor afirma que o que determina o grau de ocorrência da corrupção e a sua forma tem relação próxima com as pressões políticas e econômicas realizadas por agentes internacionais. Isso resulta em uma dificuldade de se estabelecer uma escala única da corrupção e que seja válida para todos os países, uma vez que cada um tem suas dinâmicas e especificidades culturais e diferentes formas de reagir às tensões políticas e econômico-financeiras.

A corrupção como problema político, econômico, cultural e administrativo se manifesta de forma diferenciada nos

diversos países. Em algumas democracias, estruturas de controle da corrupção existem e inibem práticas de apropriação privada dos recursos públicos. Em outros países de democratização recente ou praticamente sem experiências de democracia, a corrupção se expressa de forma muito mais intensa. (AVRITZER, 2008, p.505).

No entanto, essa observação mostra, também, que o problema não é exclusividade de democracias consideradas menos desenvolvidas. A corrupção tem amplas dimensões de ocorrência e continua sendo um fenômeno encontrado não apenas nos chamados países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil, mas também nas sociedades desenvolvidas, a exemplo dos países europeus e grandes asiáticos como o Japão⁵ (NDIAYE, 1998). Pode-se dizer que a variação ocorre em relação à natureza e a extensão da corrupção nos países.

Não podemos deixar de acrescentar a essa discussão que nos países desenvolvidos talvez a ocorrência da corrupção seja verificada ou reportada em menor escala, entretanto, grandes multinacionais com sede nesses mesmos países estão envolvidas em vultuosos esquemas de corrupção em nações sub ou em desenvolvimento. Certamente, outras questões competem para isso, como a regulação e as leis que, provavelmente, devem ser mais rígidas, mas é uma observação interessante, pois retira senso comum a ideia de que a corrupção é intrínseca à cultura dos países subdesenvolvidos.

A partir dessa observação, pode-se levantar três pontos. Um deles situa a ocorrência endêmica da corrupção em países mais pobres, politicamente instáveis e não democráticos. Outro ponto trata dos aspectos culturais e sua capacidade de influenciar na ocorrência dos atos corruptos. E por último, pode-se indagar se a corrupção pode ser outorgada a fatores socioeconômicos e políticos (TREISMAN, 2000).

Para além dessas questões, Akanbi (2003) classifica a ocorrência da corrupção em três grandes categorias:

5 De acordo com o ranking 2016 da corrupção divulgado pela Transparência Internacional, o Brasil aparece em 79ª colocação. Alguns países da Europa como Portugal e Espanha registram a 29ª e a 41ª posição, respectivamente. Outros países europeus, como Alemanha e Holanda, ocupam a 10ª e a 8ª posição respectivamente. O Japão ocupa a 20ª posição.

- I. A corrupção cotidiana que menciona o dia a dia dos cidadãos em seus contatos com as autoridades;
- II. A corrupção dos negócios, relacionada ao que ocorre no interior das empresas;
- III. A corrupção de alto nível, que envolve grandes montantes financeiros ou altos escalões do poder.

El-Rufia (2003) completa mencionando os diversos desvios relacionados à corrupção, incluindo: peculato, suborno, tráfico de influências, abuso da propriedade pública, nepotismo, entre outros.

Interessa-nos, para o caso que propomos, a terceira tipologia de corrupção apontada por Akanbi (2003), que mais se aproxima ao que se pode definir como corrupção política. No entanto, os demais tipos não são desconsiderados.

Para além das tipologias, grande parte da literatura concorda que a corrupção reduz investimentos estatais. Em um sistema político em que a corrupção é persistente, observa-se um desequilíbrio nos mercados e os atores econômicos envolvidos em negócios ilegais acabam tendo uma vantagem em termos comparativos com outros que não possuem certos privilégios, no entanto, um país com altos índices de corrupção tende a ser ou se tornar mais pobre. As consequências podem ser pesadas para todo o país, já que o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* pode ser afetado, os investimentos em áreas sociais reduzidos, a competitividade diminuída e, assim, todo o potencial de crescimento econômico é sensibilizado. O que pode se converter em uma armadilha na qual corrupção gera mais corrupção (ROSE-ACKERMAN, 1999).

1.1 A corrupção política

As investigações a respeito do que se entende por corrupção política se ocupam, de modo geral, com elementos que dirigem a ela e a enquadram em um sistema político. Porém, como critica Moisés (2010), ainda que salvas as exceções (SELIGSON, 2002; TREISMAN, 2000; 2007), as pesquisas priorizam indiretamente as relações entre o abuso do poder público, a percepção dos cidadãos/eleitores e os efeitos da corrupção sobre a qualidade da democracia.

Segundo o autor, valores e cultura política têm sido negligenciados no que tange à aceitação ou mesmo justificção da corrupção, sendo que, por outro lado, seu papel nas práticas comerciais, civis e políticas têm sido pauta frequente de investigações (INGLEHART, WEZEL, 2005; KLINGEMANN, 1999).

Treisman (2000) trata da corrupção política como o abuso de um cargo público, ou seu uso indevido para ganhos privados, e sua prática envolve uma série e uma variedade de atos ilícitos cometidos por líderes políticos e pessoas investidas de poder público (HODESS, 2004). Rose-Ackerman (1999) e Philp (2009) acentuam que a corrupção política ocorre na interação entre os setores público e privado, e nos turvos limites dessa relação. E Nye (1972) completa com o argumento de que a corrupção envolve e se dá na subversão do interesse público pelo interesse privado. Philp (2009) lembra, ainda, que quando procuramos uma definição de “corrupção política”, fazemos isso com a sensação e porque assumimos que a política tem alguma estrutura e uma ordem, e que essa organização está sendo subvertida por pessoas que não se conformam, digamos assim, com as normas e expectativas dessa estrutura e o fazem em busca de vantagem para si próprios ou para os seus grupos.

Philp (2009) levanta alguns pontos que ele considera substanciais no reconhecimento da corrupção política, sobretudo, quando ela ocorre: a) no serviço público; b) na violação da confiança depositada pelos cidadãos no serviço público; c) no prejuízo do interesse público; e d) no uso indevido do serviço público para ganhos privados.

E um dos principais problemas inerentes à essa prática corrupta, no âmbito público, é o obstáculo travado na transparência da vida pública. Em democracias estáveis, a perda de confiança na política, políticos e partidos representa um desafio aos valores democráticos. Em democracias em transição e em desenvolvimento, a corrupção coloca em xeque a própria viabilidade da democracia. Quando os casos de corrupção se tornam conhecidos e alcançam a categoria de escândalo (assunto tratado posteriormente), a sociedade percebe a sua existência e alarma-se com o acontecimento. No entanto, a despeito dos esforços empreendidos na

investigação e julgamento dos casos, ainda se verifica a dificuldade em julgar e punir com rigor os crimes, sobretudo quando envolvem figuras de destaque no cenário político (HODESS, 2004). O comportamento de complacência do arranjo institucional no uso de recursos públicos para o benefício de interesses privados, incentiva, entre outras práticas, o pagamento de propinas e o suborno, tanto no setor público quanto no privado (FILGUEIRAS, 2008; ROSE-ACKERMAN, 2002). E a corrupção acaba por distorcer não apenas a maneira como os interesses públicos são articulados e negociados, mas também desloca recursos e esforços para outros caminhos nos quais os ganhos periféricos com a corrupção são potencializados.

O último Barômetro Global da Corrupção⁶, publicado em 2017, pela Transparência Internacional, ressalta que a percepção que os cidadãos da América Latina e Caribe têm com relação à corrupção é fortemente associada à corrupção política e que a maior parte dos entrevistados concorda com o aumento da corrupção nos últimos anos. Dentre as instituições e agentes, a polícia e os políticos foram considerados os mais corruptos. Apenas 35% dos entrevistados acreditam que o governo de seu país está agindo de forma a combater a corrupção.

A mesma percepção têm os cidadãos norte americanos, que a despeito dos bons índices frente aos demais países nas classificações internacionais, como as divulgadas pela Transparência Internacional, a corrupção é algo perene na política Americana, sobretudo, em nível estadual e local (DINCER, JOHNSTON, 2017). Ao mesmo tempo em que atribuem ao governo Americano a necessidade de ser uma dimensão forte e confiável, os cidadãos também sabem que esses padrões são constantemente quebrados (DINCER, JOHNSTON, 2017; HODGSON, 2009). Dincer e Johnston (2017), com informações do Departamento de Justiça dos EUA, apontam que, nas últimas duas décadas, mais de vinte mil funcionários públicos e particulares foram condenados nos tribunais federais por crimes relacionados à corrupção.

⁶ Pesquisa realizada pela Transparência Internacional, entre maio e novembro de 2016, nos países da América Latina e Caribe, com uma amostra que variou de 900 a 1200 entrevistados em cada país. O relatório e os dados estão disponíveis em: <https://www.transparency.org/_view/publication/7983> . Acesso em: 5 out. 2017.

Do ponto de vista do cidadão, a recorrência do tema da corrupção política no debate público decorre na erosão da confiança nas instituições políticas e na crescente deslegitimação das instituições democráticas, sobretudo os partidos políticos e os legislativos (FILGUEIRAS, 2008, MOISÉS, 2010; RICHEY, 2010). E sobre os benefícios da confiança, Richey (2010) lembra que em sociedades em que ela é alta, os serviços públicos tendem a ser melhores. O autor menciona os estudos de Seligson (2002), que observou que a corrupção é um importante fator de redução da confiança interpessoal na América Latina, e também menciona Stulhofer (2004), que conduziu pesquisas na Croácia, onde verificou que o aumento da percepção resultava diretamente na redução da confiança institucional.

Moreno (2002) lembra dos efeitos danosos da corrupção para a economia e para a estabilidade das instituições democráticas. Ele ressalta, ainda, que a corrupção também participa dos momentos eleitorais, um vez que os adversários podem se beneficiar com a exposição de casos de corrupção no governo dos incumbentes. O autor comenta, também, que em comparação com os cidadãos europeus e asiáticos, os latino americanos tendem a ser mais permissivos com as práticas corruptas na sociedade e nos governos.

1.1.1 Corrupção e cultura política

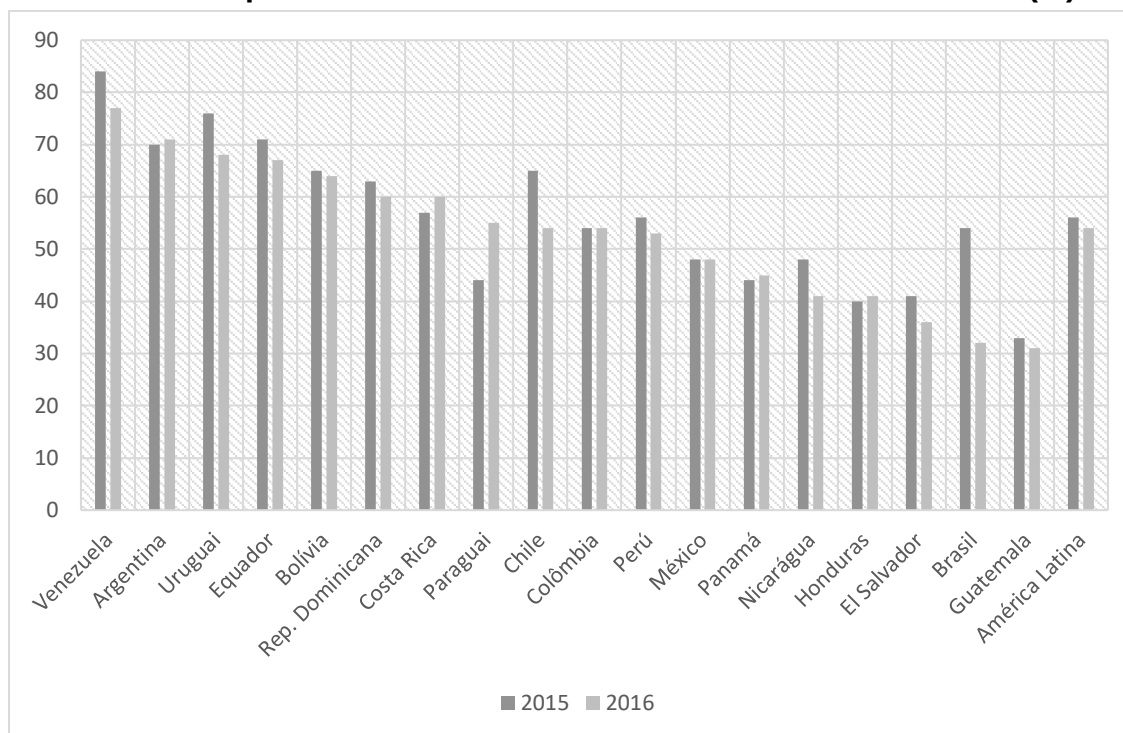
“Merece a cultura política um lugar ao lado das demais variáveis ou será que a corrupção é simplesmente o reflexo do ambiente político e econômico prevalente?” (POWER, GONZÁLEZ, 2003, p. 52). Partindo desse questionamento, trazemos alguns aspectos da cultura política que podem contribuir para elucidar os estudos a respeito da corrupção.

Power e González (2003) alertam para a comum associação entre o problema da corrupção e a “cultura”, sobretudo por parte de especialistas que voltam o olhar a apenas uma região. Seguindo essa trilha, também não é novo que se atribua a maior incidência de comportamento corrupto a sociedades em desenvolvimento. Os autores, porém, atentam que a corrupção não é permitida em praticamente todos os países e o que se tem observado é a ocorrência do problema também em sociedades industriais avançadas, como já mencionamos antes. Outra consideração comumente feita é de que a

democracia aumenta a transparência, logo caminha-se para uma redução do espaço político suscetível à corrupção. Do mesmo modo, o neoliberalismo e o enxugamento da máquina estatal também reduziriam os recursos que poderiam servir aos corruptos. Paralelo a isso, autores como Hessel e Murphy (2000) comprovam em seus estudos que a corrupção tem aumentado em países que passaram por regimes comunistas e que agora vivem sob regimes democráticos e de economias com vistas ao mercado.

Muito do que se discute nas últimas décadas a respeito da cultura política sucede os escritos de Almond e Verba (1963). Os autores partiram de um horizonte normativo para tratar da cultura política que teria como base a preocupação com as condições culturais para a estruturação da democracia e sua estabilidade, o que, em resumo, seria a contraposição entre o sistema político norte americano e o socialismo soviético, bastante ligado ao contexto em que viviam (BORBA, 2005). Em Almond e Verba (1963), as atitudes dos cidadãos estavam relacionadas aos assuntos políticos, resumizando o papel do cidadão na vida pública. Os autores classificaram três tipos de cultura política: paroquial, súdita e participante. O resultado foi “uma relação de causalidade entre cultura e estrutura políticas da qual derivou que a existência de uma democracia estável em determinada sociedade estaria condicionada pela sustentação de uma cultura cívica” (BORBA, 2005, p. 149). A principal crítica foi a de estar subentendido um determinismo culturalista e a cultura política seria uma variável independente a qualquer outro aspecto (BORBA, 2005; MOISÉS, 1995).

A cultura política tem referência a uma série de atitudes, crenças e valores políticos que se relacionam no envolvimento das pessoas com a vida pública (MOISÉS, 2008, p. 66). Segundo a teoria, são orientações de longo prazo e que influenciam na maior ou menor aceitação da democracia como alternativa de regime preferencial. No entanto, isso não impede que pressões de curto prazo não causem efeitos e, nesse sentido, podemos entender a influência da corrupção como um problema que pode, em alguma medida e como veremos adiante, alterar o sentimento das pessoas com relação à preferência pela democracia.

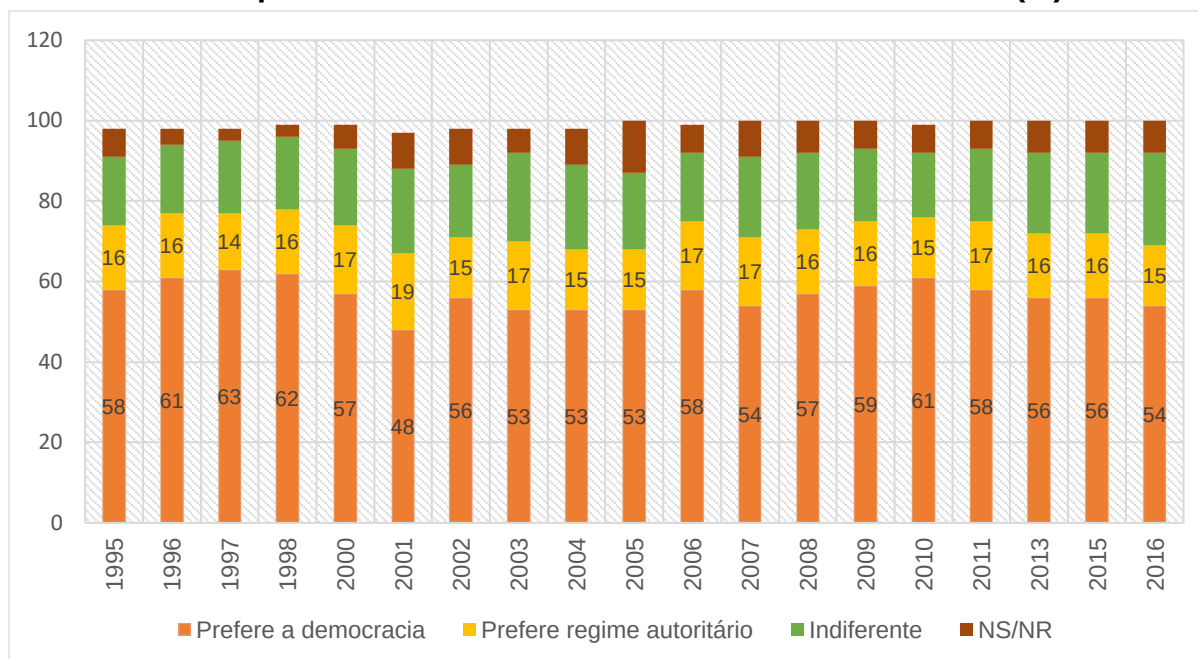
Gráfico 1 – Apoio a democracia na América Latina - 2015 e 2016 (%)

Fonte: Latinobarômetro⁷.

De acordo com os dados do Latinobarômetro de 2016, na maioria dos países que compõem a América Latina, o apoio à democracia reduziu (Gráfico 1), sendo que no total dos países latinos houve uma baixa de 56% em 2015 para 54% em 2016. No Brasil, 32% dos cidadãos dizem apoiar a democracia (2016), colocando o país em penúltimo lugar no *ranking* latino americano, sendo que o país com os cidadãos que mais desaprovam foi a Guatemala. Meneguello (2010, p.126) acrescenta que:

[...] a legitimidade democrática deve ser pensada como um tipo ideal relacionado às crenças dos cidadãos (certamente variáveis para cada um) de que a política democrática e as instituições sobre as quais ela se estabelece são a forma mais apropriada para estruturar-se o sistema político.

⁷ Série temporal realizada pelo Latinobarômetro. Para a pesquisa de 2016 foram aplicadas 20.204 entrevistas, face a face, em 18 países da América Latina, entre 15 de maio e 15 de junho de 2016, com amostras representativas de 100% da população nacional de cada país, de 1000 a 1200 casos, com margem de erro de cerca de 3% por país. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>

Gráfico 2 – Apoio a democracia na América Latina - 1995-2016 (%)

Fonte: Latinobarômetro⁸.

No gráfico anterior observamos os valores por países da América Latina, nos anos de 2015 e 2016. Já no gráfico acima (Gráfico 2), os valores são agregados, de 1995 a 2016, e, em média, a preferência pela democracia é consenso entre os países.

Assim, é acordo a necessidade em se pensar a cultura política sob uma ótica capaz de agregar os valores, as crenças e as identidades dos diferentes grupos que compõem as sociedades.

Nesse mesmo sentido, seguem as considerações sobre a ocorrência da corrupção. Retomamos o questionamento de Power e González (2003) e os mesmos autores apresentam três pontos pontos que são comumente discutidos: 1) a corrupção pode ser mais frequente em países mais pobres, politicamente instáveis e que não vivem um regime democrático; 2) os aspectos culturais podem contribuir para explicar uma parte da variação da corrupção; e 3) a corrupção pode estar associada a fortes sociais, políticos e

⁸ Série temporal realizada pelo Latinobarômetro. Para a pesquisa de 2016 foram aplicadas 20.204 entrevistas, face a face, em 18 países da América Latina, entre 15 de maio e 15 de junho de 2016, com amostras representativas de 100% da população nacional de cada país, de 1000 a 1200 casos, com margem de erro de cerca de 3% por país. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>

econômicos, que podem depender ou não da cultura, e podem ou não interagir com ela.

Alguns autores propõem observar o fator “desenvolvimento” sob o prisma dos aspectos culturais, e não apenas do ponto de vista político e econômico. Por esse campo, a correlação entre corrupção e modernização tem lugar no campo da cultura política, “vertente no interior do próprio estrutural-funcionalismo, que visa a perceber as diferenças culturais em relação ao tema do desenvolvimento” (FILGUEIRAS, 2006, p.8). Nessa abordagem, o interesse reside em observar que o controle da corrupção está relacionado aos valores existentes em sociedades desenvolvidas e modernizadas (INGLEHART, 1990), “tais como os temas da confiança interpessoal e nas instituições, do capital social e da religião protestante”, tal como cita Filgueiras (2006, p.9). O autor explica que esses valores são ausentes em sociedades tidas como pouco avançadas e de tradição católica, o que teria como resultante a presença da corrupção como mediadora social.

A “confiança” é uma importante vertente nos estudos de cultura política, seja a confiança social ou nas instituições (MOISÉS, 2005; POWER, JAMIESON, 2005; POWER, GONZÁLEZ, 2003). Nas pesquisas sobre o tema da corrupção, o conceito de confiança também ganha contornos relevantes (HOFSTEDE, 1997; HUSTED, 1999; INGLEHART, 2000; NORRIS, 1999; POWER, GONZÁLEZ, 2003).

Em relação à confiança institucional, a corrupção pode ser um fator negativo, sobretudo por ser esse um fator responsável por grande parcela do sucesso das instituições política e privadas, como defendem Della Porta e Vannucci (1997). E quando o cidadão encontra falhas no sistema e desconfia do Estado, sobretudo a respeito das noções de justiça e eficiência, ele busca caminhos alternativos, como o comportamento corrupto. Assim, a confiança torna-se um ingrediente indispensável ao bom desempenho governamental. Estudos mostram que a relação entre a confiança nas instituições e percepção da corrupção é inversamente proporcional, ou seja, quanto mais os cidadãos desconfiam ou estão incertos com relação às instituições democráticas maior tende a ser a percepção da corrupção (MOISÉS, 2010; HUSTED, 1999, POWER, JAMIESON, 2005). De acordo com a pesquisa da Transparência

Internacional (Dados de 2013), dos 107 países participantes, 51 deles percebem os partidos políticos como a instituição mais afetada pela corrupção, seguidos pela polícia, percebida por 36 países e, logo depois, 20 países percebem a Justiça como uma instituição atingida pela corrupção. Os militares, as ONGs e o sistema educacional não foram citados com relação à percepção de corrupção.

A partir da constatação dos cidadãos da presença da corrupção nas instituições, é relevante acompanhar os índices de confiança nas mesmas. E diversas pesquisas são realizadas periodicamente com o intuito de mensurar esse aspecto. Vale mencionar que as variações nos índices são relativas a diversos aspectos, como o desempenho do governo e a situação da economia, não sendo a corrupção a única variante, porém, é, sem dúvida, um fator a ser ponderado pelos cidadãos. E como lembram Power e Jamieson (2005), determinadas regiões já apresentam repetidos índices de desconfiança nos políticos e nas instituições representativas, como é o caso da América Latina.

Em referência à relação entre a confiança nas instituições e a corrupção, podemos considerar como exemplo o relatório anticorrupção da União Europeia de 2014⁹, no qual o quociente para essa ligação é negativo e revela um crescente descontentamento e desconfiança dos cidadãos nas instituições políticas. Convém mencionar que o referido relatório também menciona a crise econômica como ingrediente para a contestação e a insatisfação dos europeus.

Outra abordagem referente à confiança trata das relações interpessoais, que tem sido estudada desde a década de 1990 como um importante tipo de capital social. E a confiança construída nesses laços pessoais, e não a partir da credibilidade no Estado, pode ser, de alguma forma, um facilitador de atos de corrupção. Husted (1999) explica que em sociedades em que existe um alto nível de confiança entre as pessoas, a dúvida em relação ao outro tende a diminuir. E Rose-Ackerman (1999, p.105) completa afirmando que a confiança e a reputação podem facilitar a corrupção e

9 COMISSÃO EUROPEIA. Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu. Relatório Anticorrupção da UE. 2014. Disponível em: <http://www.cpc.tcontas.pt/documentos/relatorios/relatorio_anticorruptcao_ue.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2015.

enfraquecer as tentativas de melhorar o Estado. Se as pessoas confiam somente seus grupos sociais, isso limitará a entrada de novidades, além de apoiar um comportamento de favorecimento de parentes e amigos.

A discussão entre a relação confiança interpessoal e corrupção demanda um limite sobre o tipo de “confiança” e a direção dessa relação. Power e González (2003) e Diamond (1999) tratam do efeito da confiança social nas instituições e no Estado. Para esse caminho, se a confiança é insuficiente e os cidadãos se mostram céticos uns com os outros, as instituições tendem a perder sua força, tornando-se, por vezes, uma formalidade trivial e ineficazes.

Della Porta (2000) conclui que as variações nos índices de corrupção têm forte influência de níveis agregados de confiança institucional e social. Lambsdorff (1999), por sua vez, alerta que os aspectos culturais ainda não conseguem explicar os níveis de corrupção de uma sociedade, apenas uma certa fração dessa ocorrência. E ele lembra, ainda, que as atitudes culturais podem ser, de algum modo, reflexo dos padrões de organização política que contribuíram para o possível aumento da corrupção em uma sociedade. Acrescenta-se a essa discussão, a ideia de uma crescente cultura da corrupção (MORRIS, 2003; SELIGSON, 2002), que diz da ocorrência da corrupção política sistêmica e entrincheirada tal qual se vê em muitas nações.

É preciso, também, mencionar outras vertentes contemporâneas que atentam para a subjetividade presente na corrupção, ou seja, buscam contemplar a percepção do fenômeno pela influência de outros sistemas culturais, como os debates e os cenários construídos na mídia – questão aprofundada nesta pesquisa, no momento em que se admite a repercussão dos casos de corrupção na mídia sob a ótica do escândalo – e com a própria experiência dos indivíduos em relação à corrupção cotidiana. A essa discussão convém acrescentar o que dizem Hallin e Mancini (2004), a respeito dos sistemas políticos e também midiáticos que, em um âmbito geral, tendem a ser relativamente mais estáveis em democracias mais maduras.

1.2. A mensuração da corrupção e a questão de sua percepção

Uma vez que esta pesquisa propõe investigar a influência da percepção da opinião pública sobre a corrupção, faz-se necessário trazer uma discussão a respeito da percepção da corrupção, tanto do ponto de vista conceitual quanto empírico, a partir de pesquisas já realizadas e os avanços metodológicos nesta temática.

Casas e Rojas (2008) adiantam que “corrupção” e “percepção da corrupção” são conceitos distintos. A percepção da corrupção é essencial, uma vez que explica a noção que os cidadãos têm na interpretação do seu entorno. Entretanto, é preciso lembrar que a percepção está mediada por uma série de fatores que vão mais além das experiências pessoais de quem percebe seu entorno. Para a psicologia social, nas palavras de Sternberg (2000, p. 110), a “percepção é um conjunto de processos pelos quais reconhecemos, organizamos e entendemos as sensações recebidas dos estímulos ambientais”. Asch (1952), na mesma perspectiva, acrescenta que o modo como as informações são recebidas, seja a ordem ou o tipo, pode interferir na percepção como um todo. Johnston (2002) conclui que a percepção pode estar condicionada ao tempo e às atitudes dos grupos sociais.

Para muitos autores, as noções de corrupção e de percepção da corrupção são um problema cultural, na medida em que dependem de como a sociedade compreende as regras e, ainda, do que constituem enquanto um desvio. “Ademais, uma vez que a definição de corrupção depende de fatores sociais e culturais, o mesmo é verdade para a percepção da corrupção” (MELGAR, ROSSI, SMITH, 2010a, p.1, tradução nossa)¹⁰.

A percepção individual também é importante, na medida em que o que o indivíduo entende por corrupção afeta tanto a sua percepção quanto a tolerância à corrupção (CÁBELKOVÁ, 2001). Considerando que o indivíduo assume suas atitudes racionalmente e equilibra custos e benefícios, sua percepção da corrupção pode variar de acordo com seus valores, moral e características individuais, que se articulam na percepção pesando custos e

¹⁰ No original: “Moreover, since the definition of corruption depends on social and cultural factors, the same is true for corruption perception” (MELGAR, ROSSI, SMITH, 2010a, p.1).

benefícios. Pesquisas anteriores também endossam que as características pessoais são importantes preditores do nível de percepção da corrupção, considerando variáveis como: faixa etária, atividade do mercado de trabalho, escolaridade, renda, gênero, entre outros (MELGAR, ROSSI, SMITH, 2010).

A situação econômica, ou o desenvolvimento econômico de um determinado momento pode ser uma variável explicativa importante para a percepção da corrupção. Essa premissa é um ponto de convergência em diversas pesquisas, seja a situação econômica do país, ou a do indivíduo (CASAS, ROJAS, 2008; TREISMAN, 2000). De acordo com essa abordagem, se economia está em condições favoráveis, o público tende a ser mais otimista com relação à política de modo geral. Ao contrário, em situações de economia desfavorável ou em crise, a política torna-se mais sensível às críticas dos cidadãos, sobretudo, temas como a corrupção (CASAS, ROJAS, 2008). Assim, a literatura sugere que os graus de estabilidade econômica e democratização de um regime podem explicar, em alguma medida, a maior ou menor percepção da corrupção (DI JOHN, 2005; SELIGSON, 2006).

Ainda no âmbito econômico, mesmo quando a percepção da corrupção apresenta níveis diferentes da ocorrência real das práticas corruptas, o fenômeno da corrupção passa a ser associado aos altos níveis de percepção, o que pode ser suficiente para causar efeitos negativos na economia. Ou seja, a percepção pode ser confundida com a real ocorrência. Sobre os efeitos da percepção da corrupção, Melgar, Rossi e Smith (2010, p.185)¹¹ completam que:

Em termos gerais, a percepção da corrupção tem favorecido o crescimento da instabilidade institucional e da deterioração das relações entre indivíduos, instituições e Estados. Além disso, a percepção da corrupção econômica teria efeitos devastadores; ele gera uma "cultura de desconfiança" em direção a algumas instituições.

E Cábelková (2001, p. 1, tradução nossa) conclui que a percepção é parcialmente um produto da própria corrupção e trata-se de um fenômeno

11 "In general terms, the perception of corruption has favored the growth of institutional instability and the deterioration of the relationships among individuals, institutions and States. Moreover, the perception of economic corruption would have devastating effects; it generates a "culture of distrust" towards some institutions" (MELGAR, ROSSI, SMITH, 2010, p.185).

complexo. A autora também alerta que a percepção pode influenciar substancialmente a corrupção e que em “alguns casos, percepções da corrupção pode reforçar a corrupção”¹². A mesma autora também verificou que muitas democracias tendem, portanto, a reduzir a percepção da corrupção.

Em relação à percepção da corrupção e a mídia, diversos estudos convergem para a crescente visibilidade dos casos de corrupção nas mídias tradicionais e na internet, ainda que os contextos analisados e os possíveis impactos dessa publicização da corrupção não apresentem os mesmos resultados em todas as investigações (ALLERN, POLLACK, 2012; BAPTISTA, 2015, 2017; CUNHA, 2014; MAIA, 2011; MAIER, 2011; MESQUITA, MOISÉS, RICO, 2014; PAIXÃO, 2017; SOUSA, TRIÃES, 2008; STANIG, 2014; TELLES, FRAIHA, LOPES, 2014). De todo modo, a maioria dos autores concorda que a percepção da corrupção política resulta, em grande parte, da informação que circula nos meios de comunicação.

Pesquisadores reafirmam, para além das suposições acerca da percepção da corrupção, que uma das dificuldades reside em compreender como a corrupção se apresenta de acordo com o contexto, e com o posicionamento e julgamento da opinião pública, o que torna impraticável mensurar diretamente a corrupção.

1.2.1 Mensurando a percepção

Os métodos de mensuração da corrupção tornaram-se importantes objetos de investigação e discussão, ainda que sejam resistentes as controvérsias (ANDERSSON, HEYWOOD, 2009; SAMPFORD *et al.*, 2006). Peters e Welchs (1978), por sua vez, evidenciam que a indefinição do conceito de corrupção é o primeiro entrave a um consenso metodológico.

As medidas indiretas que se tornaram o recurso mais usado para medir a corrupção, como discutem os pesquisadores, possuem pontos positivos e negativos. Os primeiros impulsos em mensurar a corrupção trataram de coletar registros oficiais dos atos de corrupção e é sobre esse aspecto que surge uma das críticas. Tanto o sistema de registro nos países menos desenvolvidos, em

12 No original “[...] some cases corruption perceptions can reinforce corruption”. (CÁBELKOVÁ, 2001, p. 1).

que a administração pública não é forte, quanto o nível de controle da corrupção são fortemente criticados por dificultarem na coleta de dados. Outro ponto problema é a dificuldade em determinar a intensidade, ou os graus dos abusos do cargo público. E também se discute que as medidas indiretas se valem do que o público entende por corrupção, ou seja, os métodos não incluem em sua medição as formas e definições existentes do que é a corrupção, causando um problema de validade já que se incluem todas as possibilidades do constructo teórico e conceitual da corrupção. Toda mensuração da corrupção deve partir de uma definição, ainda que incipiente e indefinida, do que se entende por corrupção naquele estudo, de modo a sistematizar e tornar menos imprecisa a investigação (JOHNSTON, 2005).

Alguns indicadores auxiliam nas medidas de corrupção, os quais quatro importantes podem ser citados: a percepção da corrupção; a vitimização da corrupção; a tolerância; e a compilação de dados fornecidos pelas agências governamentais de controle da corrupção. As medidas possuem vantagens e desvantagens, assim como apresentam problemas questionados por estudiosos. A percepção tem sido uma medida de uso e os dados são obtidos, por exemplo, por meio de *surveys*.

A organização de pesquisa e combate à corrupção, a Transparência Internacional, desenvolveu uma metodologia que fosse capaz de calcular indicador de percepção da corrupção: Indicador de Percepção da Corrupção ou *Corruption Perception Index* (CPI).

As medidas de percepção são muito criticadas por não partirem de uma definição primária do que se compreende por corrupção, o que pode interferir na validade da pesquisa. Outro questionamento a essa forma de mensuração trata de um ponto muito importante à esta pesquisa, uma vez que diz respeito à influência que a percepção sofre dos escândalos e da cobertura midiática dos casos de corrupção, de modo que ainda que o nível real de ocorrência da corrupção permaneça inalterado, a percepção pode sofrer mudanças em razão dessas influências (PHARR, PUTNAM, 2000). Também destacamos as críticas referentes ao contexto – político, econômico e social – que para muitos pesquisadores precisa ser considerado, sobretudo, quando se trata de uma pesquisa que compara mais de um país ou região, e essa equivalência parece

não ser uma prática comum às medições de percepção (ADCOK, COLLIER, 2001).

A despeito das críticas, os indicadores de percepção permanecem nas agendas de pesquisa, especialmente as *cross-country* e transnacionais. Lambsdorff (1999) acrescenta que os índices de percepção da corrupção podem ser bons indicadores a respeito do nível real de ocorrência da corrupção, além de favorecer modelos diferentes de pesquisa com inserção de outros dados, como os macroeconômicos ou sociodemográficos.

O Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional reúne vários indicadores de corrupção. Os países são classificados com uma pontuação que varia de zero a dez, que representa alta incidência de corrupção. As fontes de dados não são as mesmas para os países, o que exige uma padronização, antes de serem inseridos no cálculo geral. Os países, portanto, não são classificados pelas mesmas fontes e podem ocorrer variações no total de países presentes no *ranking* de um ano para outro, o que ocasionaria uma alteração na posição geral dos países. Nesse sentido, Abramo (2005) comenta que o principal problema dos índices de percepção da corrupção reside no fato de que eles informam a respeito do que seria a prática concreta da corrupção e que se torna objeto das opiniões.

O autor também discorda de os dados referentes aos países serem dispostos em um *ranking*, já que um país pode não ter sofrido qualquer alteração em sua situação, porém pode perder posições caso outra nação suba nessa escala. Além disso, estabelecer um *ranking* não considera o contexto ou permite que se compare as experiências de controle da corrupção.

Power e Gonzáles (2003) também comentam sobre os estudos de percepção. Os autores analisam o índice da Transparência Internacional e alertam para a diferença entre a percepção da corrupção e a corrupção, uma vez que a primeira pode refletir as impressões gerais de uma ineficiência ou de uma sociedade civil fraca, ou pode se tratar de um choque cultural, não necessariamente da ocorrência da corrupção, que é o dado interpretado pelo índice.

Ainda que as medidas indiretas recebam apreciações e desaprovações, salientamos sua importância por trazer as questões culturais da corrupção para a compreensão da percepção do fenômeno.

1.3 Efeitos da percepção da corrupção na opinião pública e nas atitudes políticas: teorias

Um frequente questionamento, sobretudo por parte dos governos, é referente à influência da mídia na formação da opinião das pessoas. Para o caso da corrupção e considerando a centralidade da mídia na contemporaneidade, pode-se elaborar que quanto mais os meios de comunicação divulgam os casos, mais aumenta a percepção das pessoas de que a corrupção está também aumentando, o que alguns autores chamam de “câmara de eco” (PHARR, PUTNAM, 2000; POWER, GONZÁLES, 2003). Ou seja, os cidadãos tendem a perceber mais a corrupção tanto mais o tema ocupe o palco midiático. Abramo (2005) pondera que, entretanto, a maior cobertura dos casos de corrupção pode significar, também, mais investimentos nos mecanismos de controle. Desse modo, pode-se dizer que, em alguma medida, a percepção da corrupção também tem relação com os graus de exposição dos indivíduos às informações veiculadas pelos meios de comunicação sobre os acontecimentos de corrupção.

Cábelková (2001) acredita que se deve ter especial atenção aos meios de comunicação como fonte de informação à percepção da corrupção. Essa colocação é relevante à presente pesquisa, uma vez que partimos do pressuposto da importância da mídia na percepção da corrupção política, mais ainda, que essa informação seria tratada sob a ótica do escândalo (CUNHA, 2014; MAIA, 2006, 2011; SOUSA, TRIÃES, 2008; THOMPSON, 2002).

Essa premissa torna-se relevante, sobretudo, quando se observam os dados que indicam altos índices de confiança na mídia. Os dados do Eurobarômetro de 2014 sinalizam para um aumento na confiança dos cidadãos na mídia, mas uma elevação pequena de um índice que já se mantinha em patamares relevantes: 58% dos entrevistados assumem confiar no rádio; 50% confiam na TV; com 43% aparece a mídia impressa; e 36% confiam na internet.

Em relação à corrupção, a percepção aumentou e três em cada quatro europeus têm a sensação de corrupção generalizada em seu ambiente.

No Brasil, os meios de comunicação são importantes fontes de informação e a confiança que os cidadãos depositam nos *media* é relevante, sobretudo na esfera deste trabalho, em que consideramos a influência da cobertura jornalística da corrupção na opinião pública. Na tabela abaixo, podemos observar a confiança creditada nos diferentes meios de comunicação e reforça como as chamadas mídias tradicionais ainda têm mais credibilidade aos olhos do público.

Tabela 1 - Confiança nas notícias (%) – 2014/2015/2016.

	2014	2015	2016
Notícias de jornais	19	18	29
Notícias de rádio	18	16	29
Notícias de TV	18	17	28
Notícias de revistas	11	11	15
Notícias de sites	7	6	6
Notícias de redes sociais	6	5	5
Notícias de blogs	5	5	4

Fonte: Pesquisa Brasileira de Mídia. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM)¹³.

Na medida em que se confia nos meios de comunicação e nas notícias, acreditamos que a percepção da corrupção tende a aumentar. Sobre isso, vale citar a pesquisa de Mesquita, Moisés e Rico (2014) que compara a cobertura jornalística da corrupção de 1995 a 2010 e a percepção da corrupção por parte

¹³ Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Sondagem realizada com pessoas com 16 anos ou mais de idade residentes em todo o território nacional. Foram realizadas 15.050 entrevistas domiciliares face a face, de 23 de março de 2016 a 11 de abril de 2016, em 740 municípios das 27 Unidades da Federação. A margem de erro foi de 1 ponto percentual para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra, assumindo um nível de confiança de 95%. / Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Sondagem realizada com pessoas com 16 anos ou mais de idade residentes em todo o território nacional. Foram realizadas 18.312 entrevistas domiciliares face a face, de 5 a 22 de novembro de 2014, distribuídas em todo o país. A margem de erro foi de 1 ponto percentual para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra, assumindo um nível de confiança de 95%. / Pesquisa Brasileira de Mídia 2014 realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Sondagem realizada com pessoas com 16 anos ou mais de idade residentes em todo o território nacional. Foram realizadas 18.312 entrevistas domiciliares face a face, de 12 de outubro a 6 de novembro de 2013, em 848 municípios. A margem de erro foi de 1 ponto percentual para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra, assumindo um nível de confiança de 95% - As informações foram fornecidas pela SECOM.

dos cidadãos brasileiros. A confluência entre a percepção da corrupção (mensurada via análise das pesquisas do Latinobarômetro) e a cobertura midiática (por análise dos jornais diários de circulação nacional, *Estadão* e *Folha de S. Paulo*) se destaca em alguns momentos, sobretudo em 2005 quando deflagra o caso do Mensalão. Assim como propõem os autores, a corrupção não nos parece ser um tema que percorre as conversas cotidianas dos cidadãos, o que nos permite pensar na contribuição da mídia na circulação da informação política, no caso, sobre a corrupção, aumentando, portanto, o conhecimento e a percepção dos cidadãos sobre o fenômeno.

Ainda sobre a cobertura midiática para os casos de corrupção, convém resgatar também o trabalho de Giglioli (1996) que destaca, entre outros aspectos, que os meios de comunicação apenas conseguem cumprir sua função primeira de informar e, para esse tema, de desocultar acontecimentos relativos a atos corruptos se estiverem inseridos em sociedades em que sua liberdade seja garantida, ou atuam de forma independente. No Brasil, a mídia tem sua liberdade de atividade garantida.

A partir da percepção também é possível estabelecer relações com a tolerância à corrupção. Ainda que não seja objetivo desta pesquisa, é pertinente discutir aspectos relativos – à maior ou menor tolerância - à corrupção. Heidenheimer, Johnston e Levine (1989), ao investigar possíveis parâmetros para compreender a tolerância, estabelecem três níveis observáveis nas sociedades. A zona branca indica o intervalo de tempo em que a sociedade apresenta os maiores graus de tolerância, tanto a elite quanto o grande público. A zona cinza representa uma fase intermediária em que as elites ainda resistem tolerantes, ao passo que os demais grupos iniciam um processo de redução desses índices e é possível perceber, então, as diferenças entre os valores partilhados pelos grupos. A zona preta indica um momento de alta percepção da corrupção e de redução dessa diferenciação entre os valores, que tendem a se equiparar, de modo que a intolerância à corrupção aumenta de modo generalizado na sociedade. Essa classificação tem como base a opinião pública e é flutuante, já que as opiniões podem ser alteradas em função dos acontecimentos e das informações midiáticas.

Parte da literatura concorda, ainda, que a tolerância à corrupção está relacionada com a evolução institucional, de modo que quanto maior o grau de institucionalização maior tende, também, a ser a intolerância às práticas corruptas. Casas e Rojas (2011) argumentam que as condições estruturais podem estar relacionadas com a tolerância à corrupção pela inexistência de sistemas de controle. Os autores completam que as condições econômicas também permitem fazer inferências sobre a tolerância, pois é possível questionar se em contextos econômicos favoráveis a tolerância é maior, uma vez que a corrupção pode não ser uma valência importante nesse contexto.

Os estudos e modelos elaborados pelo grupo de pesquisa Opinião Pública (sediado na Universidade Federal de Minas Gerais) a partir da pesquisa “Eleições Municipais 2012” acrescentam a essa discussão a observação de que as fontes de informação e a exposição dos indivíduos aos meios de comunicação – hábitos de consumo de mídia – são importantes para se compreender a os graus de tolerância à corrupção, bem como as variáveis sociodemográficas e a necessidade de considerar o contexto.

A corrupção, como vimos, é um conceito sem contornos definidos, seja por questões de ordem cultural, política, econômica, social e, mesmo legal, das sociedades, e sua ocorrência é registrada independente do grau de desenvolvimento econômico das nações. É certo que a intensidade da incidência das práticas corruptas pode variar com as normas locais de regulação e com as formas de punição, no entanto, sua ocorrência é verificada em diversas regiões ao redor do globo. Do mesmo modo, mensurar a corrupção não é tarefa de limites claros e recorre-se a algumas alternativas, entre elas, às medidas indiretas, como a percepção da corrupção. Essa medida, a despeito das críticas, tem sido a mais utilizada entre as pesquisas que buscam compreender como os cidadãos percebem a ocorrência da percepção. E ela é balizada por diversas questões e a que nos importa, nesta oportunidade, é a influência midiática. Partimos da premissa de que a maior circulação do tema da corrupção na mídia, dada a sua centralidade na contemporaneidade, pode incorrer em maior percepção da opinião pública sobre a corrupção.

2. OPINIÃO PÚBLICA, EFEITOS DE MÍDIA E ESCÂNDALOS POLÍTICOS MIDIÁTICOS

A hipótese inicial desta pesquisa parte da compreensão de como a percepção da corrupção pode ser balizada pela visibilidade dos casos de corrupção na mídia e como essa publicização pode influenciar a opinião pública sobre aspectos políticos e econômicos. Sendo assim, precisamos delinear de qual ou quais opiniões públicas estamos falando? E quais as premissas teóricas que norteiam esse conceito? Este capítulo pretende, portanto, tratar das questões inerentes à formação da opinião pública e como a mídia se insere nesse contexto. Assim, trataremos das principais abordagens teóricas da opinião pública, da centralidade da mídia e dos modos operatórios da notícia.

2.1 A formação da Opinião Pública

A opinião pública constitui-se alicerçada em valores e atitudes majoritárias, devendo ser vista como um produto de um processo coletivo, do qual participam múltiplos atores sociais, com diferentes graus de relevância na cena. (CHAMPAGNE, 1998; CHARAUDEAU, 2008; MELLO, EMEDIATO, 2013). A interação tem início em grupos primários, até que atinja grandes grupos. O processo de formação da opinião pode ser comparado a uma ideia, ou modelo de cascata, pelo qual passam diversos processos até que se colidam no encontro com o grande público (DEUTSCH, GERARD 1955). Essa comparação permite mostrar que a opinião não se trata de algo imposto pelo público, mas sim, ao público – conduz a pensar em um processo coletivo.

Não se pode falar em um consenso a respeito do conceito de opinião pública (VENTURI, TELLES, 2013) e a problemática que originou a busca pelo conceito não é a mesma que afeta o seu uso nos dias atuais. A ideia de opinião pública está intimamente ligada às filosofias políticas do final do século XVII e início do século XVIII.

A primeira problemática que se coloca na questão da opinião pública reside na essência composta de seu nome que associa dois termos de campos semânticos, em primeira instância, antitéticos: opinião e público. A primeira palavra, opinião, nos diz do âmbito pessoal, ou do individual. Ao passo que a

segunda palavra, a pública, se coloca no campo semântico oposto, e nos coloca a ideia de comum. Assim, Price (1994, p.2) pontua que a indefinição conceitual já começa por aspecto simples que é a dicotomia dos termos e se trabalham “entre visões holísticas, que situam a opinião pública na esfera do coletivo, e definições reducionistas que a remetem para os indivíduos”.

Muitas teorias a respeito da opinião pública surgiram na cultura ocidental e se nota a sobrevivência de diversas ideias, de modo que, no processo de desenvolvimento do pensamento político moderno, é possível dizer que as construções teóricas mais novas são alicerçadas sobre as concepções resistentes do passado (WILSON, 2013).

Antes da utilização do conceito de opinião em termos liberais e democráticos, existiam dois sentidos para a palavra opinião. Em um sentido, rigorosamente epistemológico, o uso distingue uma questão de juízo de um assunto factível – “uma questão de opinião”. Outro sentido, mais próximo de suas considerações modernas, equivale à moral e aos costumes (HABERMAS, 1984, 1989; NOELLE-NEUMANN, 1995; PRICE, 1994).

Quanto ao termo público, das diversas compreensões, duas podem ser salientadas. Price (1994) credita a origem etimológica da palavra *publicus* de *poplicus* ou *populus* que significam “o povo”. Ainda a partir de “o povo” pode-se distinguir, ainda, dois outros sentidos. Um deles teria referência a um sentido comum, tal qual lugar público. Price (1994) retoma o que diz Habermas (1984, 1989) a respeito da *res publica*, que seria qualquer propriedade geralmente aberta à população, e recorda, ainda, que nos tempos feudais, certos espaços eram considerados públicos por proporcionarem ingresso amplo à fonte e à praça do mercado. Dessa forma, o conceito geral é de acessibilidade. Outro sentido, tem relação ao bem comum, ou seja, o uso do termo se faz em vinculação a questões que tratam do interesse geral, especificamente, a temas íntimos à administração e ao Estado.

Ainda em Habermas, a noção de público está atrelada a esfera pública. O autor introduz a ideia de esfera pública como o espaço no qual as pessoas privadas se reúnem enquanto entes públicos para discutirem questões de ordem e interesse geral. Esse indivíduo é dotado de opinião pública que surge do debate, com a exposição de diversos argumentos dentre os quais um se

destaca, se tornando a opinião pública. A capacidade de racionalização pública era o princípio estruturante dessa esfera pública e os seus membros se ligavam por seus interesses. Habermas atenta para que o acesso à esfera pública é de “todos”, mas, essa generalização na verdade é limitada aos burgueses do século XVIII, sujeitos com propriedade e formação educacional (HABERMAS, 2003a). A esfera privada compreendia o espaço íntimo familiar e a sociedade civil burguesa, que se ligava ao trabalho e à troca de mercadorias. Por outro campo, se tinha uma esfera pública política e uma esfera pública literária, que originava a primeira. Nessa esfera pública, os assuntos eram debatidos e criticados, dando lugar a um julgamento ou mesmo um consenso. E por meio da opinião pública, essa esfera pública política intermediava as relações entre Estado e sociedade.

Já Blumer (1946) definiu o público enquanto um grupo de pessoas que estão reunidas diante de uma questão e que se encontram divididas dentre diversas ideias a respeito dela, e buscam um foco para essa discussão. Nessa reunião de pessoas não há regras pre-estabelecidas ou um direcionamento prévio, não havendo, portanto, papéis sociais fixos. Para o autor, é a partir desse público, com variadas argumentações, que a opinião se forma.

Retornamos a Price (1994) que acrescenta que o público, diante de uma concepção sociológica, seria uma coletividade imprecisamente organizada que surge do transcurso da discussão em torno de uma questão. Segundo ele, a ideia de público associada à noção de serviço público e de leis públicas ainda se verifica nos dias atuais. Com a difusão da imprensa, houve uma ampliação das publicações, a partir do século XV. No século seguinte, houve o incremento de comerciante e classes dirigentes, e uma expansão da alfabetização – impulsionada pela Reforma Protestante, que ampliou o público leitor. Também se desenvolveu a profissionalização das artes, especialmente da literatura. A opinião do rei absoluto foi, então, sendo substituída por uma opinião pública. No fim do século XVII as novas instituições sociais emergiram, como os cafés que eram ligados fortemente à literatura e formavam espaços de reuniões. No século seguinte, o **público** ganhou força pública na consolidação da burguesia e uma crítica liberal ao Estado Absolutista existente em princípio começou a ser delineada; o que ocorreu, sobretudo, por meio da circulação de publicações

de cunho político e as discussões tecidas nos cafés e salões (PRICE, 1994). E essa esfera pública política ativa fez emergir a opinião pública, que atuava como uma nova forma de autoridade, de posse da qual a burguesia tinha insumos para desafiar o governo absoluto.

Ainda que houvesse uma opinião que não partia do governo absolutista e que ela se desenvolvia nos espaços públicos, muitos autores alertam para o fato de que não se trata, porém, de uma opinião pública da multidão, do povo. Trata-se, todavia, de uma opinião da burguesia (PRICE, 1994).

Debates mais recentes trazem alguns aspectos mais críticos. Noelle-Neumann (1995) propõe que a opinião pública seja compreendida pela lente da racionalidade e, também, do controle social. A face racional da opinião pública contribui para a formação da opinião e para a tomada de decisões em uma democracia. Seu outro prisma traz a ideia de controle e integração social para que assegure um plano razoável de consenso no qual se possa basear as decisões e ações.

Também com uma postura mais crítica, Lippmann (1965) fala a respeito da capacidade de gestão da informação por parte do público. Ainda que as reservas a respeito da capacidade do público em geral para dirigir os assuntos públicos sejam de épocas mais antigas, o autor diz que se exige muito dos “cidadãos ordinários” que terminam por formar suas opiniões a partir de informações incompletas, pois não mantêm contato com os fatos reais. Outros autores ponderam que o problema não reside na incapacidade do público ou na inacessibilidade aos fatos reais, mas sim em métodos pouco eficientes para a comunicação pública (DEWEY, 1927; SCHATTSCHNEIDER, 1960).

Outra crítica tratou da suscetibilidade de persuasão do público, a influência dos apelos emocionais. O sucesso dos regimes fascistas na Europa, ao mesmo tempo em que dispunha de um intenso uso dos meios de comunicação, despertou grande interesse entre os cientistas sociais americanos em analisar a propaganda e a persuasão. Nessa época, os estudos sobre opinião pública e a persuasão das massas caminharam juntos. Le Bon (1896), com a psicologia das massas, considera as massas como entes compactos, carentes de moralidade, que por serem irracionais, se movem por impulsos sentimentais e são facilmente manipuláveis por um líder de massas.

Para o psicólogo francês, o meio social, a despeito das nossas escolhas, é capaz de exercer grande ação em nossas opiniões e na maneira de agir. O autor afirma, ainda, que grande parte das opiniões são coletivas e que, em certos indivíduos, invariavelmente, podem até se posicionar como independentes para algum assunto, no entanto, tendem a expressar suas opiniões nos grupos sociais dos quais faz parte.

Sobre os usos da expressão “opinião pública” Figueiredo e Cervellini (1995) comentam da popularização da opinião pública, que aos poucos foi perdendo suas ideias fundadoras. A expressão tornou-se comum na mídia, na política e em vários outros campos sociais. Os institutos de pesquisa participam desse cenário com as “pesquisas de opinião pública” ou os estudos dos “fenômenos de opinião pública”.

[...] a “popularização elitizada” da expressão emprestou uma amplitude à ideia de opinião pública que faz qualquer conceito parecer limitado, ou radical, em termos de impor regras classificatórias muito rígidas. Ademais, existe uma tendência da mídia a tratar os fenômenos de opinião pública exatamente como “fenômenos”, algo fora do normal. Talvez os exemplos mais marcantes sejam as campanhas das eleições diretas, que “mobilizaram a opinião pública”, a morte de Ayrton Senna, que “consternou a opinião pública” ou as atitudes de Collor, “que afrontaram a opinião pública”. Dessa forma, retira-se do senso comum a possibilidade de entender como “fenômenos de opinião pública” manifestações mais localizadas, no plano da quantidade dos sujeitos, ou mais latentes, no plano do nível de expressão de opiniões. (FIGUEIREDO, CERVELLINI, 1995, p. 173).

Vale lembrar o que disse Bourdieu (1983) sobre a opinião pública: ela não existe. O autor argumenta que: é comum o pressuposto entre os pesquisadores de que a produção da opinião pública está ao alcance de todos; as opiniões não têm o mesmo peso; e os temas das sondagens podem não ser de interesse dos entrevistados, de modo que os assuntos acabam sendo impostos e tomados como relevantes, ou seja, são de interesse dos pesquisadores (BOURDIEU, 1983; FIGUEIREDO, CERVELLINI, 1995).

“Enquanto isso, ela própria tem renascido, seja articulada seja difusa, mas captável pelas pesquisas. E ora mais livre ora domesticada, a opinião pública vem se construindo como um quinto poder cuja cumplicidade, nas sociedades democráticas, tem sido objeto de desejo crescente dos demais poderes”

(VENTURI, TELLES, 2013, p. 5).

Page e Shapiro (1992) além de acreditarem na existência da opinião pública, ainda a consideram coesa e, em grande medida, racional. Concluíram isso a partir de uma análise das opiniões dos norte americanos sobre temas públicos e avaliaram as opiniões como coerentes e essa congruência de opiniões se torna cada vez maior tanto mais os temas avaliados se destacavam nas discussões.

2.2 Opinião Pública e mídia: efeitos limitados e ilimitados

De início, cabe salientar a importância da mídia enquanto mediadora no processo de formação da opinião, perpassando os debates entre os atores sociais e o público, munindo este público de mais recursos para delimitar sua opinião diante do debate (LIPPMAN, 1965; BERGER, LUCKMANN, 1978).

Zaller (1992, p.6, tradução nossa) considera que a opinião é o casamento entre a informação e as predisposições: “informação para formar uma imagem mental do problema dado e predisposição para motivar alguma conclusão sobre isso¹⁴”. As predisposições seriam valores que balizam a aceitação ou não de um determinado argumento. E os valores podem ter como base a personalidade, o gênero, a religião, o interesse, a ideologia, entre outros. O autor atenta que a análise da opinião pública requer uma preocupação com dois aspectos: como os cidadãos aprendem sobre assuntos que, em grande parte, ultrapassam sua experiência; e como eles convertem as informações em opiniões.

A partir desses apontamentos, Zaller (1992) propõe um modelo – RAS – composto por quatro axiomas para pensar melhor sobre o processo da formação da opinião. O axioma **recepção** seria o primeiro deles. O autor explica que quanto maior é o nível de engajamento cognitivo com um determinado tema, maior é a chance de que a pessoa esteja exposta e compreenda as mensagens políticas a respeito dessa questão. O segundo axioma é o de **resistência**. As pessoas tendem a ser resistentes aos argumentos que são diferentes de suas pré-disposições políticas – mas só o

¹⁴ No original: “information to form a mental picture of the given issue, and predisposition to motivate some conclusion about it.” (ZALLER, 1992, p.6)

fazem quando possuem informação contextual suficiente para reconhecer essa diferença. **Acessibilidade** é o terceiro axioma proposto por Zaller (1992). Quanto mais recente a informação, a consideração relacionada a ela na memória será resgatada em menos tempo, ou seja, é a ideia de usar as ideias que estão mais acessíveis. Por último, o axioma **resposta** completa o modelo proposto por Zaller (1992) e implica que a pessoa não possui atitudes definidas face a todas as situações, mas se questionados em relação a um tema, como fazem as sondagens de opinião, ela utiliza os temas que estão em saliência, ou “no topo de sua cabeça” (ZALLER, 1992, p.49) como alicerce para construir declarações de opinião, que Zaller (1998, p.50) chama de declarações de opinião – *opinion statements*.

O fluxo de informações existente no discurso das elites é o que pondera as declarações de opinião, de modo que, quando as elites concordam acerca de um determinado tema e ele ganha visibilidade midiática, este tema ganha aprovação pública ocasionando um “efeito centrista” ou *mainstream effect* (PORTO, 2007; ZALLER, 1992). Além disso, se não houve concordância entre as elites, o público mais informado tem mais acesso às considerações que mais se aproximam das suas próprias.

Zaller (1992) explica que os indivíduos com “mais conhecimento” e, também, mais interessados tendem a ser menos suscetíveis às mensagens persuasivas. O autor também considera que essa independência em relação às mensagens persuasivas tem relação à presença na mídia de mensagens que se contrapõem, sendo que estas contraposições são resultantes do consenso ou dissenso entre as elites (PORTO, 2007; ZALLER, 1992).

A mídia compila e hierarquiza os acontecimentos que devemos conhecer, de modo a nos situar no mundo. Os graus de influência da mídia devem, porém, ser observados em função do tempo, ou seja, a maior ou menor possibilidade de influência da mídia pode variar de acordo com momentos mais ou menos críticos da sociedade (MCQUAIL, 1996). Em tempos de crise, a mídia parece ser mais influente, sejam crises políticas ou econômicas.

Na contemporaneidade, os meios de comunicação de massa têm um peso essencial na política dos países democráticos. Isso porque, não apenas informam os cidadãos a respeito das ações do Estado, como também

participam da formação da opinião pública. Além disso, também atuam como vigilantes do poder público e das elites políticas – a mídia enquanto cão de guarda (*watchdog*), como propõe a literatura norte-americana (GUREVITCH, BLUMLER, 1995). Essa função é acompanhada do incentivo (ou mito) da objetividade e serve como uma espécie de autorização concedida à mídia para publicizar os desvios de conduta dos que exercem o poder (BIROLI, MIGUEL, 2012; FERES, SASSARA, 2016).

A mídia estabelece um contrato de informação, firmado entre a instância produtora da notícia e a receptora, o público. Mas, de todo modo, a informação jornalística tem em seu alicerce as estratégias que, de modo implícito, demonstram seu posicionamento em relação aos fatos e, sobretudo, político, além de orientar o agendamento de temas e a interpretação da instância receptora. Dentre tais estratégias, pode-se destacar: o enquadramento; as estratégias enunciativas; e a orientação argumentativa de raciocínios. A mídia determina os mapas cognitivos que o público deve ter e a opinião pública responde não ao entorno, mas a um pseudoentorno que é criado pela mídia. Lippman (1965) sustenta que entre o entorno e os indivíduos está o pseudoentorno midiático, o qual estimula o seu comportamento.

Tendo em vista essa centralidade da mídia nas sociedades contemporâneas e partindo de uma hipótese geral de que ela influencia a opinião pública, questiona-se, portanto, em que medida e quais os efeitos dessa influência sobre os indivíduos, grupos e sobre o sistema social como um todo.

Na década de 1970, Noelle-Neumann (1995) alertou para uma “espiral do silêncio”. A autora argumenta que os indivíduos possuem opiniões ou pontos de vista que são, em princípio, minoritários. Em uma situação em que essa opinião não siga o caminho da maioria, ou seja, não concorde com o ponto de vista da opinião pública geral, essa opinião tenderia a cair em um conformismo, sendo silenciada. A mídia, nesse cenário, atuaria no sentido de conduzir a agenda e reforçar, assim, a opinião geral.

Voltamos alguns anos, nos estudos da chamada Escola de Columbia na década de 1940. Para os estudiosos dessa corrente que ficou conhecida, também, como sociológica, os efeitos da mídia eram limitados. As

investigações desenvolvidas pela corrente sociológica buscavam compreender o comportamento do eleitor frente a influência dos meios de comunicação. A obra *The people's choice* (LAZARSFELDT et al., 1948) é referência e apresenta os principais resultados dos estudos. Essa escola adota uma perspectiva macro da análise e os grupos sociais têm grande importância nas escolhas dos indivíduos. Foi desenvolvido um modelo que objetivava investigar a capacidade que os meios de comunicação teriam de influenciar o comportamento dos eleitores e 600 pessoas foram entrevistadas, para que se compreendesse as razões do voto em Wendel Wilkie ou Franklin Roosevelt, sendo a mídia o rádio. Perguntados sobre suas escolhas, os entrevistados não mencionaram diretamente a mídia, mas citaram outras pessoas que exerciam influência nas decisões dos grupos aos quais pertenciam. Assim, os estudiosos de Columbia formularam o modelo *two-step flow of communication* ou a comunicação em duas etapas que consistia na ideia de que as informações chegavam primeiro a essas figuras que se destacavam nos grupos sociais, os líderes de opinião, e depois eram repassadas aos demais membros dos grupos. A mídia não atuaria alterando pensamentos, mas sim reforçando predisposições.

Ainda nos estudos do comportamento eleitoral, na década de 1950, destacam-se as pesquisas da Escola de Michigan, também conhecida como corrente sociológica, volta o olhar para o indivíduo ao contrário da preocupação com o coletivo da escola sociológica. Assim, essa corrente preconiza que as atitudes e as crenças dos indivíduos sobre a política se resumem em suas escolhas, ou seja, as associações que as pessoas fazem resultam de volume de informação, escolaridade e os graus de importância que certos temas assumem na vida dos indivíduos (CONVERSE, 1964). O interesse por política não é o mesmo a todos os indivíduos e os graus de interesse são mensurados em função dos níveis de respostas aos estímulos políticos, e, também, considerando a importância que a política assume no ambiente social dos indivíduos. Segundo essa corrente de estudos, o voto é direcionado de acordo com o sistema de crenças que é compartilhado pelos indivíduos. A escola psicossociológica, também pertencente a essa vertente, adequa alguns pressupostos da escola sociológica. A Escola de Michigan não considera os

efeitos da mídia no comportamento do eleitor. Grande parte dos eleitores não teria interesse por política e a outra parte interessada, minoria, apesar de acompanhar as informações que circulam na mídia, possuem identificação partidária e são motivados por ela (CAMPBELL et al., 1960). Para essa relação, portanto, a forte identificação partidária reduziria a influência da mídia.

Outra corrente de estudos eleitorais, conhecida como Teoria da Escolha Racional, parte de uma perspectiva economicista, em que as identidades culturais não são consideradas condicionantes do comportamento político e as características individuais são postas em relevo. Anthony Downs (1957) inaugurou os estudos da teoria da escolha racional e suas implicações na Ciência Política. De acordo com essa vertente, os indivíduos são racionais e o objetivo final é sempre maximizar os seus ganhos. Os eleitores não teriam interesse em dispendar muito esforço na obtenção de informações e para isso recorreriam aos chamados atalhos informacionais para auxiliar na tomada de decisão, sendo que o principal deles seria a ideologia. A teoria da escolha racional admite que a preferência partidária é um fator condicionante do voto e a ideologia do partido político seria o meio através do qual o eleitor se informa, reduzindo, assim, os custos da sua escolha eleitoral. O cálculo do eleitor diz respeito ao seu benefício no caso de vitória seja do candidato da situação ou da oposição. As informações se tornam importantes por reduzirem as incertezas, as campanhas políticas adquirem grande importância nesse cenário, na medida em que fazem a mediação entre o cotidiano dos eleitores e a política (POPKIN, 1991). Essa função mediadora era a cargo dos partidos e com o declínio da identificação partidária emerge a “democracia de público”, como sublinha Manin (1995).

A partir disso, e do próprio avanço da mídia enquanto participante da vida política, os estudos passam a considerar os modos operatórios da mídia.

Inserimos esta pesquisa nas discussões aqui postas e nossa premissa é de que a cobertura midiática da corrupção pode influenciar a percepção que os cidadãos têm sobre o fenômeno da corrupção. Para tratarmos desse primeiro pressuposto, algumas hipóteses teóricas para os modos operatórios da mídia são relevantes: as informações são transmitidas pela mídia de um

certo modo (agendamento) e com uma determinada conformação (enquadramento), e pode ativar certos esquemas mentais (*priming*).

Scheufele (1999) retoma McQuail (1994) para mencionar, ao discorrer sobre os *media effects*, que podem ser classificados em quatro estágios ao longo do tempo. O primeiro deles, entre as décadas de 1920 e 30, foi marcado pelas propagandas estratégicas experimentais no período da Primeira Guerra Mundial, o que causou temor com relação à capacidade da mídia em influenciar as atitudes. No segundo momento, no final da década de 1960, os paradigmas referentes aos fortes efeitos da mídia, sendo que a influência pessoal foi considerada a principal delas. A ideia era de que a mídia, nos termos das campanhas políticas, não seria capaz de influenciar diretamente as pessoas, mas o efeito estaria, de modo indireto, no reforço das atitudes. Na década seguinte, 1970, o terceiro estágio marca as pesquisas que tratam dos fortes efeitos da mídia, os estudos deslocam o olhar para as mudanças nas atitudes (Como proposto pela escola de Columbia) e se concentram nos efeitos cognitivos. O último estágio iniciado na década de 1980 combina tanto os fortes efeitos da mídia – na construção da realidade social – quanto a questão dos efeitos limitados – por uma interação entre os *mass media* e o público.

Como explica Mesquita (2008), algumas pesquisas que se dedicam em investigar o papel ou mesmo a influência da mídia na democracia, sinalizam para um cinismo no trato de assuntos políticos, conduzindo a uma visão negativa da política e dos agentes políticos (CAPPELLA, JAMIESON, 1997; PATTERSON, 1998). Por outro lado, outros estudos encontram efeitos diferentes, como a investigações acerca dos modos operatórios da mídia, como os citados acima: agendamento, enquadramento e *priming*.

A hipótese do *agenda-setting* propõe que a mídia seria capaz de redirecionar a atenção do público a certos temas que seriam de “maior interesse”, uma vez que haveria a intenção em priorizar determinados assuntos e ofuscar, ou mesmo, ignorar outros. (PARK, 1925; LONG, 1958; MCCOMBS, SHAW, 1972; LIPPMAN, 1965). No entanto, essa intencionalidade da mídia não significa uma capacidade de dizer às pessoas **o que pensar**, porém seria possível dizer **sobre o que** elas deveriam pensar.

Porto (2002, 2003, 2004) observa que os pensadores da hipótese do *agenda-setting* não atribuíam à mídia a capacidade de dizer às pessoas *o que pensar*, porém acreditavam que ela poderia dizer *sobre o que* o público deveria pensar. O autor reafirma a importância dos primeiros estudos acerca do agendamento midiático, entretanto critica sua primeira versão, na qual se “desconsiderou **como** as diversas formas de apresentação da informação afetam o processo de formação da opinião pública” (PORTO, 2003, p.5, grifo nosso). Ele considera que a principal falha reside na exclusão das variáveis que dizem respeito aos impactos que o conteúdo da mídia pode exercer. E este autor conclui mais do que identificar os temas enfatizados pela mídia, é necessário definir e compreender o modo como tais temas são apresentados ao público.

Os enquadramentos podem ser considerados, portanto, como um “segundo nível de efeitos” e as análises deixaram de ser apenas sobre como a cobertura da mídia afeta no “sobre o que” as pessoas pensam – primeiro nível de agendamento –, mas alcançaram outros objetivos, examinando “como” o público pensa acerca desses temas – segundo nível de enquadramento.

Scheufele (2000) reforça que o *agenda-setting* é considerado uma hipótese ou uma formulação por ter um caráter mais especulativo do que propriamente teórico. E ele destaca os estudos de Weaver, McCombs e Shaw (1998) que trabalharam melhor a ideia do agendamento, sugerindo que o enquadramento e o *priming* seriam um complemento, o que tornaria mais compreensível essa proposta. De acordo com a premissa do *priming*, o conteúdo da mídia pode ativar certos esquemas mentais que podem, por sua vez, influenciar, por exemplo, a avaliação do público a respeito de figuras públicas ou temas (IYENGAR, KINDER, 1987; WEAVER, 2007). Assim, a variável independente é a notícia midiática, ou seja, a forma como a informação é construída pela mídia, ao passo que a avaliação que é feita dos temas ou dos atores políticos pode variar em função disso, sendo, portanto, a variável dependente (CHONG, DRUKMAN, 2007).

As teorias que embasaram as ideias de agendamento e *priming* são embrionárias dos conceitos psicológicos de *priming* nos trabalhos de

semântica cognitiva. No processo de recebimento e processamento das informações, os indivíduos desenvolvem traços de memória, ou marcas de ativação (COLLINS, LOFTUS, 1975). E a informação que passa pelos traços de memória e pelos atalhos de ativação influencia informações subsequentes, pois já deixaram seus registros. Assim, a premissa é a existência de uma memória base, com os atalhos cognitivos. A ideia de memória base do *priming* propõe que os esquemas mentais ativados pelas informações podem influenciar “os padrões pelos quais os governantes, presidentes, políticos e candidatos são julgados pela opinião pública”¹⁵ (IYENGAR, KINDER, 1987, p.63, tradução nossa). Dessa forma, Scheufele (2000) explica que os estudos que testam os efeitos da agenda-setting consideram o agendamento como uma variável independente, ao passo que os efeitos do *priming* ou são considerados resultados do agenda-setting ou uma variável dependente.

Autores destacam como o conceito de *priming* ancora as pesquisas sobre avaliação de governo, aplicando métodos de série cronológica de modo a estimar o impacto de eventos nacionais e internacionais sobre as mudanças na opinião pública (KROSNICK, KINDER, 1990).

Consideramos, entretanto, que as ideias de *agenda-setting* e *framing* melhor se aplicam à esta pesquisa, uma vez que nos permitem compreender como a mídia foi inserindo o caso da Lava Jato a agenda da opinião pública e como o caso foi tratado a partir dos enquadramentos midiáticos. Assim, discutiremos melhor esses dois conceitos.

2.2.1 Agendamento

Para esta operação, a atuação da mídia se dá no momento em que ela oferece pistas sobre o que é relevante para o público, de modo que ele organize sua própria agenda e decida quais os temas são importantes e devem ocupar espaço no debate público. “Em um nível mais básico, a mídia desempenha uma função definição da agenda em que ela traz eventos a partir

¹⁵ “the standards by which governments, presidents, policies, and candidates for public office are judged” (IYENGAR, KINDER, 1987, p.63).

do ambiente invisível para a consciência dos cidadãos”¹⁶ (MOY, SCHEUFELE, 2004, p.26, tradução nossa).

A teoria, ou a hipótese do *agenda-setting* trouxe uma novidade frente a tradicionais escolas sobre os efeitos da mídia que, de um lado, com a teoria da “agulha hipodérmica”, trazia uma visão de que o público pensaria de acordo com o que era determinado pelos meios de comunicação. De outro lado, as hipóteses de efeitos mínimos da mídia.

Podemos tratar de três vertentes de pesquisas do agendamento: agenda da mídia; a agenda pública; e a agenda governamental.

A linha que trata da agenda da mídia tem forte ligação com o surgimento da comunicação de massa e as investigações acerca de seus efeitos. Ainda em 1922, Walter Lippmann já elaborava questões acerca da capacidade da mídia em filtrar os acontecimentos que chegavam ao público, mostrando o que deveria ou não ser relevante pensar a respeito naquele momento. Inaugurou-se, portanto, uma agenda de pesquisa voltada para a compreensão dessa seleção de notícias e os efeitos que essa prática poderiam causar (TRAQUINA, 1995). Anos mais tarde, os estudos propuseram novos métodos e procuravam associações entre a agenda da mídia e as eleições (FESTINGER, 1957; KALPPER, 1960; LAZARSFELD et al., 1944),

Porém, a despeito dos esforços em compreender o agendamento da mídia, faltava uma aplicação empírica, o que por muito tempo fez o *agenda-setting* ser tratado como uma hipótese. McCombs e Shaw (1972), quando estudaram o agenda-setting a partir da atuação da mídia na campanha presidencial de 1968, nos EUA, investigaram, portanto, o vínculo ou a proximidade entre a agenda da mídia e a agenda do público, ou como a agenda mídia influencia a agenda pública. E foi a partir desse estudo que o nome “agenda-setting” se tornou conhecido.

Por outro horizonte, tem-se a ideia de *agenda-setting* político ou de políticas públicas (*policy agenda-setting*) que se interessa pela relação entre o agendamento da mídia e a agenda governamental. Em um primeiro plano,

¹⁶ No original: “At the most basic level, the media serve an agenda-setting function in that they bring events from the unseen environment into citizen consciousness” (MOY, SCHEUFELE, 2004, p.26).

como propõem Cobb e Elder (1971), a ideia é estabelecer uma relação entre a visibilidade – que é concorrida – de um determinado tema e como isso pode se transformar em uma política pública.

Os autores sugerem, ainda, a existência de múltiplos níveis de agenda e diferem dois tipos: a sistêmica e a institucional. A primeira pode ser entendida como a que engloba os assuntos que estimularam a opinião pública, ou seja, quando um grupo percebe e elege um problema pelo qual reivindicam uma ação do governo pode-se atribuir a situação a uma agenda sistêmica. E essa reivindicação não necessariamente se tornará uma ação governamental, pois nem todas as demandas se transformam em políticas públicas, mas aquelas que são convertidas a ações concretas do poder público são compreendidas como parte da outra agenda, a institucional. E a questão que move as pesquisas é compreender essa transição entre a agenda sistêmica e a institucional, ou seja, investigar o que leva um tema a se destacar dentro da agenda sistêmica e passar a compor as discussões dos formadores de opinião do poder público e se tornar uma ação governamental.

Já a agenda governamental ganha novos contornos investigativos a partir da década de 1980 e pode ser definida, então, enquanto uma reunião de temas a respeito dos quais tanto o governo quanto as pessoas relacionadas a ele destinam sua atenção em um determinado período (CAPELLA et al., 2016; KINGDON, 2003)

Quando tratamos da capacidade de agendamento da mídia e os possíveis efeitos que isso pode acarretar no público, na hierarquização de temas importantes, esbarramos nos três tipos acima mencionados. No entanto, acreditamos que a relação entre a agenda da mídia e a agenda do público seja mais especificamente o que estamos tratando nesta pesquisa. E seguindo esse pensamento, podemos dizer que a centralidade dos meios de comunicação é evidenciada quando se sugere que a agenda da mídia é convertida na agenda da opinião pública (COHEN, 1963; IYENGAR, PETERS, KINDER, 1982; SOROKA, 2003). Moy e Scheufele (2004) atentam, ainda, que o processo reverso, ou seja, a influência da agenda pública na agenda da mídia também não pode ser descartada.

Há uma questão que compete aos estudos dos efeitos da mídia e

também se aproxima dos estudos dos efeitos limitados, que se trata do limiar entre o que podemos chamar de reais efeitos da mídia e os impactos que são resultantes de indicadores naturais do cotidiano, ou seja, do que teria efeito independente de passar pelos meios de comunicação. E Soroka (2003) ainda deixa uma provocação quando argumenta que se a mídia reflete as questões originadas no “mundo real”, o que pode aparecer enquanto um resultado do trabalho midiático também pode ser entendido como um efeito, portanto e simplesmente, do mundo real. “Em resumo, os ‘efeitos da mídia’ estão em algum lugar na lacuna existente entre o conteúdo da mídia e a realidade” (SOROKA, 2003, p.31, tradução nossa)¹⁷. O que apreendemos desse comentário é a dificuldade em identificar os efeitos da mídia na opinião pública e sua força enquanto indicador nas decisões políticas, “ao chamar a atenção para alguns assuntos e ignorando outros, a televisão [ou imprensa] influencia os padrões pelos quais governos, presidentes, políticos e candidatos a cargos públicos são julgados” (IYENGAR, KINDER, 1987, p. 63, tradução nossa)¹⁸.

2.2.2 Enquadramento

Uma compreensão possível para os enquadramentos da mídia vem da organização de ideias ou acontecimentos de modo a elaborar uma faixa de significados ou direcionar a interpretação para os eventos. Gitlin (1980) acrescenta à discussão e propõe uma definição de enquadramento que passa pela existência de um padrão persistente de cognição, interpretação e mesmo de saliência de temas por aqueles que organizam o discurso. Ainda, Tankard (2001, p.100, tradução nossa) completa com a descrição de *framing* como uma ideia de “organização de conteúdo de notícias que fornece um contexto e sugere o que é o problema central, por meio da seleção, da ênfase, da exclusão e da elaboração”¹⁹.

¹⁷ No original: “In short, ‘media effects’ lie somewhere in the gap that exists between media content and reality” (SOROKA, 2003, p.31).

¹⁸ No original: “[...] by calling attention to some matters while ignoring others, television [or print] news influences the standards by which governments, presidents, policies, and candidates for public office are judged”. (IYENGAR, KINDER, 1987, p. 63).

¹⁹ No original: “a central organizing idea for news content that supplies a context and suggests what the issue is through the use of selection, emphasis, exclusion, and elaboration. (TANKARD, 2001, p.100).

A noção de enquadramento foi originalmente proposta por Gregory Bateson, para quem “toda mensagem apresenta, para além de um nível *denotativo* (de conteúdo), um nível *metalinguístico* e um nível *metacomunicativo* (BATESON, 2002, p. 87 *apud* MENDONÇA, SIMÕES, 2012, p. 188). Mas os estudos sobre o enquadramento foram mais influenciados pelos trabalhos de Goffman (1974), quem define os enquadramentos como quadros de referência geral, construídos socialmente, e são acionados pelas pessoas com a finalidade de dar determinado sentido aos eventos e às situações sociais.

No campo midiático, Tuchman (1978) foi pioneira na aplicação do conceito de enquadramento, com base no que foi proposto por Goffman (1974). Os argumentos da autora caminham no sentido de que os enquadramentos definidos nas notícias determinam e operam na organização da realidade.

A mídia, ao salientar certos aspectos da notícia, acaba por determinar seu enquadramento, ou seja, além de dar uma definição particular ou própria ao evento, ela também orienta a interpretação do público. Considerando isso, enquadrar seria uma forma de organizar a realidade. Assim, enquadrar envolve as ideias de seleção de alguns aspectos de uma realidade percebida, e de saliência desses aspectos, de modo a “promover uma definição particular de problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento” (ENTMAN, 1993, p.52, tradução nossa)²⁰.

A comunicação, como lembra Vreese (2005), não é um processo estático, ao contrário, tem um caráter dinâmico com a construção de quadros e a interação deles com as predisposições da audiência. Entman (1993) completa, observando que os quadros têm vários locais, e além das figuras envolvidas, como o comunicador, o próprio texto e o receptor, a cultura também participa desse processo.

Scheufele (1999) pontua que o enquadramento precisa ser diferenciado dos demais efeitos das mídias de massa. O autor considera que para essa diferenciação, em princípio, deve-se examinar as análises de enquadramento

²⁰ No original: “to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation.” (ENTMAN, 1993, p.52).

ao longo do contexto histórico das pesquisas sobre os efeitos de mídia. Ele também considera que uma definição conceitual a respeito dos *framings* precisa ser desenvolvida e para que isso ocorra, é preciso um esforço em identificar as premissas teóricas mais recorrentes nas pesquisas sobre o tema e, então, desenvolver uma definição geral aplicável e capaz de atender as pesquisas sobre os efeitos de mídia em diversos contextos.

Vreese (2005) fala em diferentes estágios do processo de enquadramento: a construção, a configuração e as consequências (individuais e sociais). O primeiro estágio, a construção, envolve os fatores que influenciam as estruturas dos enquadramentos, assim, aspectos internos do jornalismo determinam como os profissionais e as empresas de comunicação enquadram as questões (SHOEMAKER, REESE, 1996; VREESE, 2005); vale mencionar que nesses aspectos internos, os interesses, a linha editorial e mesmo o posicionamento político do veículo de comunicação estão em jogo.

O estágio de configuração seria a interação que ocorre entre os quadros e o conhecimento e as pré-disposições do público. Em seguida, as consequências são os efeitos, ou seja, como enquadramentos podem afetar a interpretação que os indivíduos fazem dos acontecimentos. No plano individual, as consequências podem ser percebidas nas atitudes, e na dimensão social, pode ter efeitos na socialização política e nas ações coletivas.

Porto (2002) considera que os estudos do sociólogo Gamson (1995) talvez sejam os mais representativos no entendimento dos efeitos dos enquadramentos na audiência. Ele teria voltado a atenção às conversas e ao que os cidadãos comuns apreendem sobre as informações políticas, e como a mídia participaria desse processo. Gamson (1995) se dedicou a uma extensa análise de televisão, revistas, colunas e charges, com interesse em identificar o debate criado em torno de alguns temas, a partir do método de grupos focais. Ele observou, então, que a mídia contribuía para os argumentos que as pessoas utilizam nesse debate e, ainda, que elas também se valiam de outros recursos, como suas experiências. Assim, a conclusão confere importância à mídia, enquanto importante recurso, mas também sinaliza que as pessoas estabelecem uma espécie de contrato com as mensagens e seu uso pode depender do contexto (GAMSON, 1995; PORTO, 2002).

Sobre as investigações brasileiras que trabalham a questão do enquadramento, Porto (2002) destaca que o recurso do *framing* tem se figurado como importante instrumento de análise, sobretudo, em pesquisas na área da Comunicação Política.

2.2.3 Escândalos políticos midiáticos

Partimos do pressuposto de que a corrupção é mais facilmente percebida pelos cidadãos do ponto de vista do escândalo midiático. Quando um caso de corrupção é descortinado, ganha visibilidade midiática e a desaprovação social, pode-se caracterizar o acontecimento como um escândalo político midiático. Assim, faz-se importante reunir neste capítulo os principais conceitos a respeito do escândalo e de sua dimensão midiática, que nos fornecerão suporte para compreendermos o contexto midiático que cercou o caso da Lava Jato desde a sua deflagração, em março de 2014 ao impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016.

A mídia criou uma nova forma de publicidade que confere tanto a indivíduos e ações, como a instituições uma visibilidade ampliada, que pode ser benéfica na construção de imagens pública, como pode ter uma face negativa, na desconstrução de imagens (THOMPSON, 2002). A emergência dos meios de comunicação alterou as relações entre os campos político e midiático. A mídia surgiu como um recurso de publicização, estimulando o debate e destacando a visibilidade, deixando em relevo os atos do poder (CASTRO, 2006).

Um acontecimento que rompe normas, códigos ou valores responsáveis por regular as relações pessoais, políticas, econômicas etc., pode ser caracterizado como um escândalo, independente de sua classificação, seja político, midiático, sexual etc. Thompson (2002) acrescenta que se trata de uma transgressão de certos valores, códigos morais ou normas e que eles são conhecidos pelo público. Aqueles que não estão participando dessa transgressão podem desaprovar o comportamento e se sentirem ofendidos, e podem, ainda, expressar seu sentimento de reprovação em forma de denúncia pública (THOMPSON, 2002).

No final da década de 1990, a área de estudos sobre o escândalo, ou a escandalologia, ainda era incipiente, o que Tiffen (1999) classificou como uma ausência de estrutura, ordem e proposições gerais para que se contruísse uma pesquisa cumulativa em escândalos. O próprio autor e Thompson (2002) contribuíram com coletâneas que buscaram abordar o escândalo de modo teórico, conceitual e analítico. Ambos concordam com a importância da mídia para compreender a constituição do escândalo.

No contexto em que há a combinação entre jornalismo investigativo, o crescimento da mídia de massa e das tecnologias de informação e comunicação, emergem os escândalos midiáticos (LIMA, 2006). Além disso, a liberdade de expressão e a independência da mídia também são condições que preexistem a ocorrência de escândalos (ESSER, HARTUNG, 2004).

Outros autores defendem a existência de escândalos mesmo em condições que não essas, em sociedades não liberais, por exemplo, entretanto, com outras características e consequências, como significativos impactos políticos (JOHNSTON, 1997; SABROW, 2004; TOEPFL, 2011; ZURNIĆ, 2014). Para Sabrow (2004), não se pode impedir o escândalo, que seria uma expressão comum à modernidade, como ele exemplifica com ocorrências no estado nazista alemão.

O referencial teórico utilizado pela primeira vez para se compreender o escândalo foi a partir da ideia de interação social de Durkheim, que argumenta que as transgressões das normas são uma parte intrínseca da vida social e que os escândalos são importantes para a manutenção da ordem social (ZURNIĆ, 2014). Nesse caminho, Markovits e Silverstain (1998, p.2, tradução nossa) sustentam que “o ritual do escândalo e do castigo oferecem ao sistema social um meio de auto-legitimação e purificação”²¹.

A aproximação entre os campos político e midiático proporciona, por sua vez, o surgimento do escândalo político midiático. O escândalo político envolve os agentes e as ações dentro do campo político, e os reflexos afetam as relações dentro desse campo. No campo político, a aquisição e o exercício do poder político está relacionado, entre outras formas, pelo uso do poder

²¹ No original: “the ritual of scandal and punishment provides social system with a means for self-legitimation and purification”. (MARKOVITS, SILVERSTAIN, 1998, p.2).

simbólico. Thompson (2002) se refere ao poder simbólico como a capacidade de influenciar no curso dos acontecimentos e das ações, das crenças e outros, e mesmo de criar acontecimentos. O autor destaca, ainda, que “todo aquele que quiser conquistar poder político, ou exercê-lo de uma maneira durável e efetiva, deve também usar o poder simbólico para cultivar e sustentar a crença na legitimidade” (THOMPSON, 2002, p.132). Dessa forma, os agentes do campo político dependem do uso do poder simbólico para a persuasão e a influência, e para o curso dos acontecimentos. Nesse contexto, o escândalo político pode ser uma ameaça ao capital simbólico, pois pode esvaziá-lo.

O escândalo político expressa a luta pelo poder simbólico e a mídia descortina os acontecimentos previamente ocultados. Lima (2006) ressalta, ainda, que a apresentação dos escândalos políticos midiáticos na mídia e a sua repercussão não são secundários, e sim partes constitutivas dos próprios casos. E como bem observa Thompson (2002), o escândalo político midiático é desencadeado pela mídia e na mídia.

Para Lima (2006), a mídia tem o poder de definir o que é público e, mais ainda, opera na constituição do que seria o “evento público”. Aldé e Vasconcellos (2008, p.61) destacam a importância do escândalo para mídia enquanto forma de “atrair a atenção das audiências”, além de dar luz ao seu viés de atuação político e social. Ao tratar de escândalo político midiático, deve-se destacar sua forma de visibilidade que é feita através da mídia. Retomamos a ideia de que o escândalo é o que rompe as normas, ou seja, o que representa uma transgressão. Porém, isso precisa ser cercado por medidas e significa que a dimensão ou o caráter dessa transgressão pode nos dizer o tamanho do escândalo. Sobretudo, quando tratamos de corrupção, pois um caso isolado, envolvendo poucos atores políticos e de pouca visibilidade não terá, certamente, o mesmo impacto de um caso de grandes proporções, envolvendo muitas e reconhecidas figuras e instituições políticas. E podemos ir um pouco além, a partir das afirmações de Lima (2006) e Aldé e Vasconcellos (2008), e sugerir que a dimensão do escândalo é determinada, em grande medida, pela mídia.

Sánchez (1994) menciona dois usos do termo escândalo. Um deles para qualificar condutas desviantes da norma, assim, essa classificação

enquanto escândalo acontece antes mesmo que o ato desviante provoque algum tipo de reprovação social. Outro uso já tem relação com a reação social, ou seja, com o sentimento que o desvio provoca. Dessa forma, o escândalo parece ganhar uma carga mais negativa nessa segunda utilização. Como exemplo, o autor que a expressão “o financiamento ilegal dos partidos” pode ser interpretado utilizando-se a primeira opção de escândalo, em que o foco estaria nas práticas ilegais do financiamento, ou a segunda opção, quando o destaque seria a indignação social que tal prática causaria na sociedade.

Sobre “escândalo” e “corrupção”, Sánchez (1994) e Chaia (2015) convergem quando alertam que podemos nos referir a um escândalo de corrupção, mas também devemos lembrar que ambos existem sozinhos. Como lembra Zurnić (2014), os termos escândalo e corrupção foram e são frequentemente usados de forma intercambiável, já que os escândalos costumam ser discutidos como uma ilustração da corrupção, sendo que, em primeira instância, se tratam de eventos políticos. As práticas corruptas podem, eventualmente, se tornar um escândalo, no entanto, nem todo escândalo significa, necessariamente, um ato de corrupção.

Thompson (2002) afirma que o escândalo hoje está associado à prática da corrupção e, para muitos, os conceitos são até mesmo interligados. Para o autor, a corrupção se torna um escândalo quando suas práticas se tornam conhecidas e aqueles que não estão envolvidos precisam estar convencidos de que se trata de uma prática condenável, ou seja, o mesmo julgamento do qual Sánchez (1994) falava.

Essa passagem nos interessa e muito se aplica a esta pesquisa, uma vez que o caso de corrupção na Petrobras, inicialmente, foi compreendido como mais um dentre diversos outros casos que compõem a extensa lista brasileira. Entretanto, ele foi ganhando novos contornos e novas dimensões de visibilidade, tanto do ponto de vista político e jurídico, quanto midiático, até se tornar um escândalo.

Quando pensamos na corrupção como um escândalo, vale trazer alguns questionamentos de Chaia (2015). A autora lembra que as práticas corruptas podem, eventualmente, se tornar um escândalo, no entanto, nem todo escândalo significa um ato de corrupção. A autora questiona “Quais as

condições adicionais para que atividades corruptas se constituam em escândalos? e comenta “A corrupção precisa ser descoberta para se tornar escandalosa, pois, se as atividades de corrupção permanecerem escondidas dos outros, estarão protegidas de uma provável investigação pública” (CHAIA, 2015, p. 4).

Ainda com as alternativas explicativas para o que podemos considerar um escândalo, alguns pesquisadores alertam que o escândalo político não é tema muito presente nas agendas de pesquisa da Ciência Política (CAMERON, 2002; NYHAN, 2017). Outra observação que pode ser feita é que o escândalo e sua designação política é comumente e recorrentemente associado à figura política, e com menos frequência a eventos. Mas em alguns casos, como o que trazemos aqui para análise, há muitos atores e instituições implicadas.

O contexto em que se dá a constituição do escândalo também é fundamental. Outros acontecimentos convergentes e confluentes podem intensificar a percepção e a reprovação social do escândalo. Assim como, podem acentuar as reações da opinião pública. Os meios de comunicação também assumem importante papel na constituição e na disseminação do escândalo, e a forma como isso se estrutura na mídia depende dos graus de liberdade da imprensa e de sua capacidade trabalhar os conteúdos.

Sobre o alcance do escândalo, mais do que atrair audiência, como sugerem Aldé e Vasconcellos (2008), pode, também, ser um recurso com finalidades mais estratégicas. Os escândalos podem servir, por exemplo, para desmoralizar uma figura pública favorecendo, talvez, a imagem de outra.

O desenvolvimento temporal do escândalo midiático também depende de outras instituições, como a justiça e instituições políticas e até policiais. Tal escândalo possui um começo e um fim e se desenrola como uma novela, acompanhada por ávidos espectadores, ou como um folhetim, consumido freneticamente por leitores que acompanham todas as etapas da “história”. O término do escândalo pode implicar uma confissão, uma resignação, um inquérito oficial e um julgamento. Também existe a possibilidade de este escândalo desaparecer gradualmente da mídia, quando passar a não mais despertar o interesse público (CHAIA, 2015, p. 5).

Aliado a essa finalidade estratégica, participam os interesses políticos e as características do sistema midiático podem determinar o grau de utilização e influência da mídia na promoção desses interesses (HALLIN, MANCINI, 2004). Assim, é comum acordo entre a maioria dos pesquisadores que a cobertura midiática do escândalo não é neutra e lança mão de estratégias na condução das notícias para, eventualmente, atingir aos interesses como mencionado acima.

Dado que os delitos são cometidos de forma discreta, a mídia pode desocultar os acontecimentos e torná-los públicos. De acordo com a sua proporção, seus envolvidos e os grupos de interesse, esse acontecimento, como vimos, pode ser elevado à categoria de escândalo político midiático e ganhar a desaprovação social. A mídia agenda e enquadra o escândalo no debate público. Tratamos dessas questões para, na sequência, analisamos o escândalo da Lava Jato na cobertura midiática entre os anos de 2014 e 2016, identificando as questões do agendamento e enquadramento do tema da corrupção, e sua inserção no debate público.

Cunha (2017) trata das discussões mais recentes acerca dos modos operatórios da mídia e da política, e trabalha os termos “mediação” e “mediatização”. A autora alerta, de início, que não se tratam de conceitos novo, o que está curso na literatura atual, sobretudo na Europa, é a centralidade da dos *media* enquanto instituição e a sua hegemonia em relação às demais instituições democráticas. A linha que sai da mediação e caminha até a mediatização é perpassada pelo consenso de que a mediação envolve a independência das instituições em relação à mídia, sendo esta um meio de comunicação com os cidadãos. A chegada à mediatização, que segundo Cunha (2017) foi um processo iniciado primeiro nos EUA e na América Latina e, tardiamente, na Europa, envolve a independência da mídia diante das instituições democráticas e o “distanciamento progressivo que vão adquirindo perante os enquadramentos legislativos e as políticas regulatórias” (CUNHA, 2017, p.72). Assim, a mídia perderia, aos poucos, sua função primeira, de instância mediadora e, ao mesmo tempo, aos atores políticos reconhecem que as estratégias de comunicação que intencionam desenvolver devem, necessariamente, estar submetidas às lógicas midiáticas.

Neste capítulo, delineamos as abordagens inerentes à opinião pública e como a mídia participa do processo de sua formação, a considerar sua centralidade na contemporaneidade. Vimos que a mídia alcança a audiência a partir de diversas estratégias, seja pelo agendamento de temas, conferindo-os relevância e inserindo-os no debate público, como também direcionando a interpretação das notícias, por meio dos enquadramentos. A visibilidade exacerbada de um caso de corrupção e a forma como ele é tratado pela mídia, por seus modos operatórios, pode atribuí-lo um *status* de escândalo. Assim, o escândalo político midiático é criado na mídia e pela mídia (LIMA 2006). O caso de corrupção que se torna, portanto, um escândalo tem mais visibilidade na opinião pública. E nos orientamos por essas questões para o desenho desta pesquisa, na medida em que acreditamos que a cobertura midiática da Lava Jato construiu uma narrativa do caso enquanto um escândalo político, impactando em aumento da percepção da opinião pública sobre a corrupção.

E prosseguimos com essas discussões no capítulo seguinte, trazendo o tema da corrupção política na literatura brasileira e discutindo suas marcas na democracia brasileira. Também mostraremos como a mídia participa desse processo como ator político, evidenciando sua independência frente às instituições democráticas e a conformação à lógica midiática por parte dos atores políticos.

3. A CORRUPÇÃO NA LITERATURA E NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Marília Gabriela: Se eleito, qual será a sua primeira medida ao tomar posse como presidente da República?

Paulo Maluf (PDS): A primeira medida que tomaríamos seria o combate incessante a inflação e a corrupção. É a inflação neste país que nos está levando ao descalabro e a corrupção jamais vista neste país está levando a você que me ouve a não acreditar mais no governo. De maneira que no primeiro dia um combate incessante a inflação e a corrupção.

(1º debate entre os presidenciáveis em 1989)

Neste capítulo trataremos do tema da corrupção política na literatura brasileira e as perspectivas teóricas que buscam compreender a corrupção na história política recente do Brasil. Também abordaremos a relação entre a mídia e a política, retomando os principais acontecimentos no período da redemocratização, destacando as tensões entre esses dois campos, político e midiático, e a importância da confluência entre eles, sobretudo nos períodos eleitorais. Mostraremos como o tema da corrupção permeia todo esse contexto.

3.1 O tema da corrupção na literatura brasileira

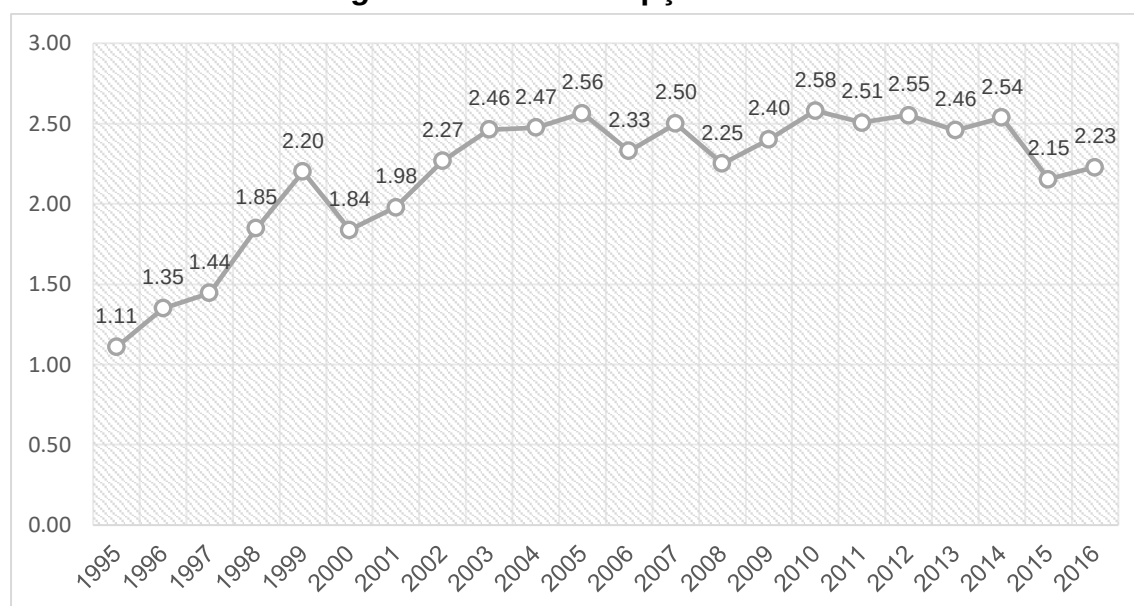
A corrupção é um dos principais problemas no Brasil e na América Latina, sobretudo a partir do processo de redemocratização. Historicamente, registram-se relevantes casos nesse período como os escândalos de corrupção política nos governos de: Carlos Menem e Néstor Kirchner, na Argentina; José López Portillo e Carlos Salinas de Gortari, no México; Alberto Fujimori no Peru; e Rafael Caldera, na Venezuela (MOISÉS, 2010). No Brasil, temos exemplos de grande repercussão como o caso do ex-presidente Fernando Collor que culminou em impeachment em 1992. Collor foi denunciado por seu irmão, Pedro Collor, por formar uma sociedade ilegal com o falecido empresário e seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias (PC

Farias), quem intermediava transações financeiras fraudulentas do ex-presidente; PC Farias ocultava a identidade de quem contratava os serviços, função que é popularmente conhecida como “testa de ferro”. Anos depois, em 2005, foi denunciado o escândalo do Mensalão, cujo caso envolve acusações de compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional; a denúncia foi feita no jornal Folha de S. Paulo, em 2005, pelo então deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), também envolvido no esquema de corrupção – o caso foi julgado em 2012. Recentemente, o caso de maior destaque e que contextualiza a presente pesquisa refere-se a um esquema, sobretudo, de lavagem de dinheiro que, segundo as investigações mais atuais, pode ter movimentado mais de dez bilhões de Reais e teve origem nos meandros da Petrobras, mas envolve diversos atores políticos e grandes empresários.

Trata-se de casos de corrupção de ampla repercussão pública, uma vez que envolvem figuras importantes do sistema político. Porém, vários outros tiveram lugar nos meios de comunicação, envolvendo também outras esferas do poder.

Acrescentamos à discussão, os índices de percepção da corrupção no país entre os anos de 1995 e 2014, de acordo com os resultados das pesquisas realizadas pela Transparência Internacional.

Gráfico 3 – Ranking mundial da corrupção: Brasil de 1995 a 2015

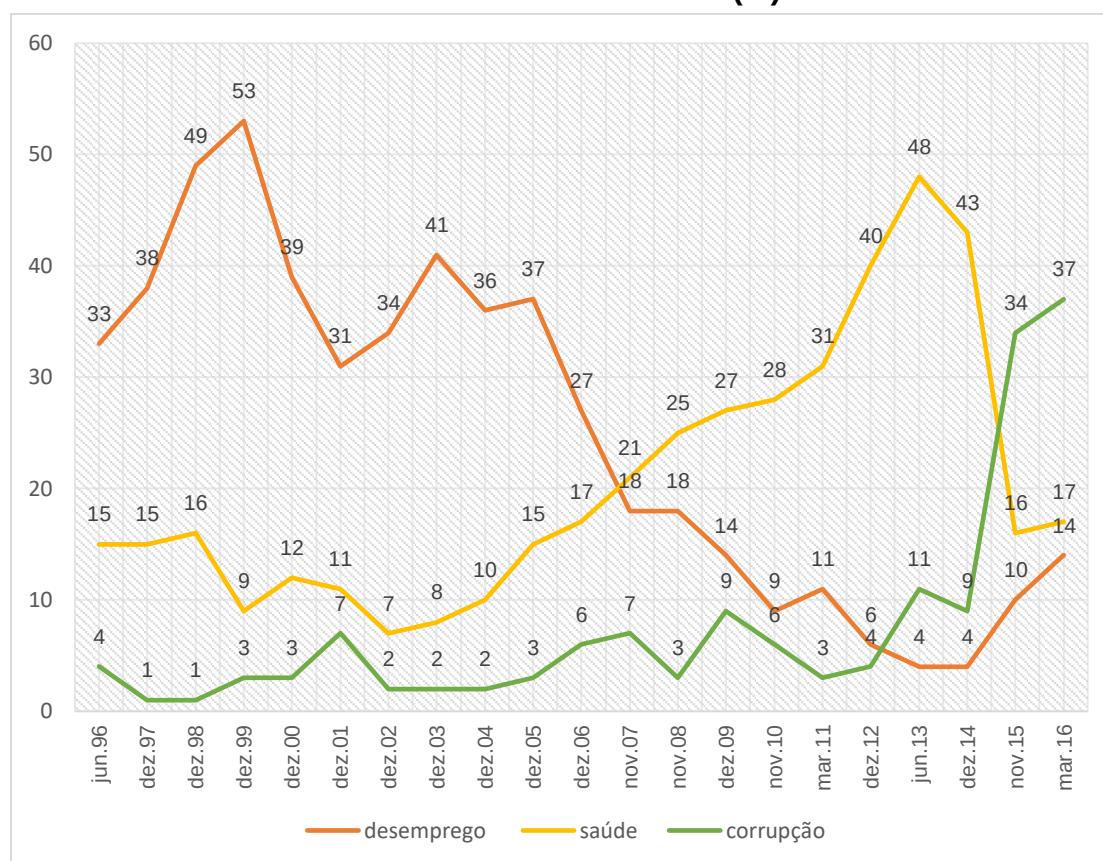


Fonte: Transparência Internacional – Índice de percepção da corrupção.

*Pontuação média considerando o valor da percepção em função do total de países analisados naquele ano. Elaborado pela autora.

De acordo com a Transparência Internacional, os países que aparecem nas primeiras posições possuem como características importantes os altos níveis de liberdade de imprensa e o amplo acesso à informação a respeito do orçamento público. Em um primeiro momento, quando observamos a tabela acima, as posições ocupadas pelo Brasil na década de 1990 nos parecem favoráveis, no entanto, devemos atentar para o total de países considerados em cada ano, o que está informado na terceira coluna. De todo modo, o Brasil está distante dos primeiros lugares o que nos faz refletir em que medida o país tem atendido aos pontos destacados pela Transparência Internacional, e outros, no impedimento às práticas corruptas.

Gráfico 4 – A corrupção entre os principais problemas para os brasileiros – 1996 a 2016 (%)



P. Considerando as áreas que são de responsabilidade do governo federal, na sua opinião qual é o principal problema do país hoje? *Aqui somente: “saúde” e “corrupção”

Fonte: Datafolha²². Elaborado pela autora.

²² Série temporal realizada pelo Datafolha. Pesquisa realizada nos dias 14 e 15 de julho de 2016, com 2.792 entrevistas em 171 municípios, com margem de erro máxima 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/07/20/av-presidente-michel-temer-completa.pdf>>.

A preocupação com a corrupção aumentou sensivelmente em 2015 e 2016 (Gráfico 4), disputando posições com outros temas, sobretudo a saúde que, frequentemente, é a principal preocupação dos brasileiros. Podemos observar as mudanças nas preocupações dos brasileiros desde o segundo ano do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), quando a preocupação maior era o desemprego, mostrando a instabilidade da economia, e como essa percepção foi se alterando, até chegarmos em 2007, quando a saúde ocupa esse lugar. De 2007 a 2013, a saúde segue uma linha crescente entre as principais preocupações dos brasileiros e no ano das Jornadas de Junho, chegou ao ápice de 48%. Neste momento, a corrupção que era um importante tema discutido durante os protestos ocorridos em 2013, chegou aos 11%. O ponto mais alto da percepção da corrupção como um problema pelos brasileiros foi nos anos de 2015 e 2016, seguindo o escândalo da Lava Jato e ultrapassando o tema da saúde a partir de novembro de 2015.

3.1.1 Corrupção política, confiança institucional e democracia

A corrupção no Brasil é vista como um grave problema, em grande medida, por ser percebida como inerente à nossa vida política e ela prejudica “a relação dos cidadãos de um Estado com a vida política em geral e não apenas com uma de suas instâncias mais facilmente identificáveis” (BIGNOTTO, 2006, p.83).

A partir da tabela 2, podemos observar que as instituições políticas alcançam os menores índices de confiança dos cidadãos. E a referida pesquisa ganha significado à discussão aqui apresentada quando se percebe que em 2014 e 2015 – período de ocorrência do caso de corrupção envolvendo a Petrobras – a confiança nessas instituições regrida expressivamente.

Tabela 2 – Confiança nas Instituições brasileiras (%) – 2011 a 2017

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corpo de bombeiros	86	83	77	73	81	83	86
Igrejas	72	71	66	66	71	67	72
Polícia Federal	-	-	-	-	-	66	70
Forças armadas	72	71	64	62	63	65	68

Escolas públicas	55	55	47	56	57	56	63
Meios de comunicação	65	62	56	54	59	57	61
Bancos	57	56	48	50	49	50	59
Empresas	59	57	51	53	53	55	58
Polícia	55	54	48	48	50	52	57
Organizações da sociedade civil	59	57	49	51	53	52	56
Ministério público	-	-	-	-	-	54	54
Poder judiciário	49	53	46	48	46	46	48
Sindicatos	44	44	37	43	41	40	44
Sistema público de saúde	41	42	32	42	34	34	41
Governo da cidade onde mora	47	45	41	<u>42</u>	<u>33</u>	<u>32</u>	<u>38</u>
Eleições / Sistema Eleitoral	52	47	41	<u>43</u>	<u>33</u>	<u>37</u>	<u>35</u>
Governo Federal	53	53	41	<u>43</u>	<u>30</u>	<u>36</u>	<u>26</u>
Congresso Nacional	35	36	29	<u>35</u>	<u>22</u>	<u>22</u>	<u>18</u>
Partidos políticos	28	29	25	<u>30</u>	<u>17</u>	<u>18</u>	<u>17</u>
Presidente da República	60	63	42	<u>44</u>	<u>22</u>	<u>30</u>	<u>14</u>

Fonte: Ibope²³.

Vale mencionar que os mecanismos de controle da corrupção no Brasil começaram a se manifestar a partir da Constituição de 1988. Hoje, o país conta importantes órgãos de fiscalização e controle como o Tribunal de Contas da União (TCU) e os Tribunais dos Estados, e a Controladoria Geral da União (CGU), além das operações da Polícia Federal (PF) e os julgamentos que se sucedem no Poder Judiciário. Mais recente, a Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010), de 2010, prevê o impedimento da candidatura, por oito anos, de políticos condenados em processos criminais em segunda instância, cassados ou que tenham renunciado para evitar a cassação, entre outras especificações²⁴. A Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), de 2013, não possui

²³ Levantamento anual realizado com 2002 entrevistados, em 140 municípios. Intervalo de confiança de 95% e margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/ICS%202017.pdf>>

²⁴ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

caráter penal, mas propõe regular a responsabilidade das empresas em caso de práticas corruptas contra a administração pública ou estrangeira.

Porém, os mecanismos de controle e combate, e mesmo de punição não têm se mostrado eficientes e, em alguma medida, acabam influenciando para aumentar o sentimento de impunidade e a desconfiança dos cidadãos com relação à política.

[...] é possível concluir que no Brasil, se a corrupção é em grande medida o efeito do comportamento ilegal de funcionários públicos, ela é um fenômeno que atinge setores muito mais amplos da nossa sociedade e ameaça romper o equilíbrio constitucional atentando contra alguns de seus princípios fundamentais. Atacar o problema de frente implica retomar o debate entre o público e o privado [...]. (BIGNOTTO, 2006, p. 85).

A corrupção pode exercer uma influência negativa sobre a confiança institucional. Alguns estudiosos argumentam, porém, que a baixa confiança na política e nas instituições partidárias não é particular às novas democracias sendo, portanto, uma ocorrência generalizada envolvendo também as democracias mais antigas (POWER; JAMISON, 2005; NEWTON, 2006).

A desconfiança, para alguns autores, também pode ter relação com a informação, ou seja, se os meios de comunicação priorizam as mensagens negativas em relação à política, pode ser uma condicionante de uma visão igualmente desfavorável por parte dos cidadãos (NYE, ZELIKOW, KING, 1997; LAU, 1982). Ainda que Norris (2000) sustente que a exposição à mídia é benéfica por aumentar o senso de engajamento cívico.

Para compreendermos a relação entre a percepção da corrupção, a confiança nas instituições e o apoio à democracia no Brasil, é necessário retomar aspectos sensíveis da sua formação política.

Alguns especialistas acreditam que a nova Constituição, guardados seus avanços em relação aos direitos sociais e individuais, teria de alguma forma “institucionalizado um sistema político que tende a colocar em risco a sua governabilidade” (MOISÉS, 2008, p. 19). O ápice desse sistema, segundo Moisés (2008), seria o que se conhece por presidencialismo de coalizão, caracterizado por um padrão de qualidade institucional de pouca intensidade. O autor recorre a Mainwaring e Welna (2005) e explica que essa baixa

qualidade institucional deriva, entre outros, da limitação do Congresso na fiscalização e no controle das ações do Executivo, da frágil relação de representatividade, o que estimula, de sobremaneira, ao continuísmo de relações como a patronagem e o clientelismo²⁵. E Treisman (2007) mostra, em acréscimo, por meio de pesquisas, que o presidencialismo tende a se associar mais a ocorrências de corrupção.

Uma das linhas de estudos sobre corrupção no Brasil e, talvez, a mais regular delas está relacionada ao patrimonialismo (FAORO, 2000; GARCIA, ALVES, 2011). O termo “patrimonialismo”, nas Ciências Sociais, tem sua gênese nos estudos de Max Weber, sendo utilizado para designar um modo distinto de dominação política tradicional, no qual a administração pública é exercida como patrimônio privado do chefe político (SCHWARTZMAN, 2006, p.1). Não se distingue a “esfera privada” da “oficial”, de modo que a administração pública é tida como um assunto pessoal do senhor, da mesma forma que o patrimônio senhorial não se diferencia de seus bens privados.

Esse modelo tem fundamentos na colonização do Brasil, considerando que uma Monarquia Absolutista edificou esse sistema colonial. O patrimonialismo ibérico instaurado aqui seria, para muitos, uma das alternativas explicativas para os problemas resultantes na sociedade brasileira, entre eles, a corrupção. O bem público não se distanciava dos bens privados do governante.

A coroa conseguiu formar, desde os primeiros golpes da reconquista, imenso patrimônio rural (bens “requengos”, “regalengos”, “regoengos”, “regeengos”), cuja propriedade se confundia com o domínio da casa real, aplicado o produto nas necessidades coletivas ou pessoais, sob as circunstâncias que distinguiram mal o bem público do bem particular, privativo do príncipe [...] (FAORO, 1977, p.4).

25 Entende-se por “patronagem”, de modo geral, a relação que permite o acesso a recursos ou posições sociais que, por outros meios, não poderiam ser conquistados. Essa relação diz respeito a uma assimetria, que envolve diferentes status de poder ou riqueza. Por “clientelismo” refere-se à mesma relação assimétrica, porém, para alguns autores, mais próxima a atividades políticas, envolvendo a troca de benefícios públicos (ver: GELLNER, 1977; SCOTT, 1977; WEINGROD, 1977).

O patrimonialismo herdado da Coroa Portuguesa não apenas diz respeito à deficiência dos limites entre o bem público e o privado, mas também nos interessa aqui tratar de seu caráter centralizador. Ao Estado cabia distribuir cargos e funções, além de cuidar dos assuntos econômicos. Nesse cenário, o povo permanece distante das decisões.

[...] o patrimonialismo no Brasil é o resultado de uma relação entre Estado e sociedade em que o primeiro oprime a segunda pela reprodução de um sistema de privilégios e prebendas, destinadas aos estamentos alojados na burocracia estatal. Esse estamento burocrático coordena e administra o Estado sem conhecer regras impessoais e racionais, que separem os meios de administração e a função burocrática propriamente dita. **O resultado do patrimonialismo é que a corrupção faz parte de um cotidiano de nossa constituição histórica.** (FILGUEIRAS, 2009, p. 389, grifos nossos).

Importante dizer que há autores que não consideram o iberismo como uma matriz explicativa para os grandes problemas do Brasil, como a corrupção. Jessé Souza (2000), por exemplo, argumenta que as instituições que operam nos diferentes contextos precisam ser consideradas. O autor critica a ideia de que a marginalidade de Portugal frente ao restante da Europa, seja em termos geográficos como culturais, foi continuada no Brasil. Para ele, os valores são suscetíveis a novas estruturas de acordo com o contexto. Assim, o Brasil teria alcançado a modernização de modo particular e não teria todos os elementos da cultura de uma sociedade ocidental; mas, houve, de toda forma, o processo de modernização.

A partir das ideias sobre a formação do Brasil, é como se a sociedade, diante da dificuldade em aceder a determinados privilégios do Estado, termina por incorrer em atos corruptos. Portanto, relações como a patronagem, o clientelismo e o patriarcalismo têm a corrupção como marca.

Moisés (2008) também apresenta algumas propostas que tentam explicar os problemas no sistema político que conduzem a reflexões acerca da existência de tolerância à corrupção política. Uma das abordagens sustenta que o sistema político brasileiro foi institucionalizado tendo como centro o Executivo e as lideranças partidárias, mas que o presidencialismo assegura,

de alguma forma, a governabilidade do sistema, a partir da delegação do poder recebido da maioria parlamentar que é parte das coalizões.

O Brasil, assim como em diversos outros países, tornou-se democrático, em um processo iniciado após o declínio do regime autoritário, sob um contexto político de instabilidade coincide com uma situação sensível da economia. O caminho para a democracia foi desenhado, em um longo e gradual processo, por um acordo entre elites políticas, legitimando a reabertura política e a volta dos direitos de cidadania. “Lenta e gradual, a transição levou 11 anos para restabelecer os direitos civis e mais cinco para que os cidadãos pudessem eleger seu candidato à presidência” (RIBEIRO, 2007, p. 210). A década seguinte trouxe a consolidação do regime liberal-democrático e o país já passou por cinco governos: Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 / 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 / 2015-2016).

O processo de estabelecimento de um regime democrático, como resume Moisés (2008), envolve importantes condições como: 1) direito dos cidadãos em escolherem seus governantes por meio de eleições; 2) existência de eleições livres, regulares, abertas e competitivas; 3) garantia de liberdade de expressão e organização; 4) acesso à informação política geral e ações do governo.

A nova Constituição, de 1988, assegurou o presidencialismo como forma de governo, e trouxe o federalismo como modo de relação entre o Estado central – a União – e as demais unidades subnacionais, o governo de coalizão política, porém alicerçado em um sistema partidário fragmentado e pouco institucionalizado (ABRANCHES, 1988; MAINWARING, 1997; NICOLAU, 1996). Tais aspectos associados ao que foi estabelecido na nova Constituição, conferem ao Executivo poder para instituir uma agenda política e para ter palavra final nos destinos orçamentários (LIMONGI, FIGUEIREDO, 1998; MOISÉS, 2008).

Observa-se, porém, um “processo de negociação entre o presidente e a sua base parlamentar, por meio do qual são oferecidos cargos e vantagens adicionais aos partidos, comprometeria o princípio de *accountability* horizontal”

(MOISÉS, 2008, p. 20). Os aspectos apresentados afetam diretamente a qualidade da democracia.

[...] a continuidade de práticas de corrupção mostra que nem o *impeachment* de um presidente ou a punição de parlamentares por motivos para que o país aperfeiçoasse os mecanismos institucionais e o marco jurídico responsáveis pelo controle dos efeitos sistêmicos de hábitos e comportamentos anti-republicanos (MOISÉS, 2008, p. 21).

A corrupção ganhou espaço a partir da Constituição de 1988, uma vez que se observa uma série de escândalos políticos envolvendo a dimensão representativa. E Bignotto (2006, p.84-85) conclui, de forma crítica, que:

Embora tenhamos uma rica história constitucional, a separação entre o público e o privado nem sempre é percebida como um fato derivado das leis fundamentais e nela refletidos. De um lado, grupos ou partidos que chegam ao poder costumam desconhecer o fato de que o aparato institucional constitui um limite intransponível para suas ações. Agindo como grupo privado, vários atores políticos se comportam como se a vitória nas eleições significasse a posse da totalidade dos poderes do Estado.

O tema da corrupção no Brasil vem assumindo lugar na literatura e nas pesquisas, reflexo, entretanto, da sua preocupante ocorrência. Desde o fim do regime militar e início do processo de redemocratização do Brasil, inúmeros casos de corrupção foram registrados e repercutidos nacionalmente. Apresentamos um inventário de alguns dos principais casos ocorridos no país, a partir do fim do período ditatorial.

Quadro 1 – Importantes casos de corrupção no Brasil

Ano / período	Caso	Breve descrição
1987	Ferrovia Norte-Sul	Fraude no contrato para a construção de uma ferrovia que o Estado do Maranhão à cidade de Anápolis, em Goiás.
1988	CPI da Corrupção	Favorecimento no repasse de verbas ao Estado do Maranhão, reduto político do então presidente José Sarney.
1990 - 1992	Caso PC Farias	Paulo César Farias seria chefe de um esquema de corrupção que movimentava

		contas no exterior ligadas a uma rede de propinas do Governo Federal. O caso levou ao <i>impeachment</i> de Fernando Collor.
1991	Máfia da Previdência	Fraudes em ações judiciais do INSS.
1993 - 1994	Anões do Orçamento	Deputados faziam emendas de lei a fim de enviar dinheiro a entidades filantrópicas ligadas a parentes e amigos, e cobravam propinas de empreiteiras ligadas às obras.
1995	Pasta Rosa	Dossiê com documentos que alegavam doações do Banco Econômico para a campanha de 25 candidatos nas eleições de 1990.
1996 - 1999	Banestado	Evasão fiscal do Banestado.
1997	CPI dos Precatórios	Estados e municípios foram autorizados pela Constituição de 1988 a emitir títulos para quitar débitos judiciais acumulados, porém, o processo envolveu fraudes.
1997	Escândalo das Privatizações	Acusações de irregularidades na privatização da Companhia Vale do Rio Doce e da Telebrás.
1998	Dossiê Cayman	Documentos que tentavam associar integrantes do PSDB a envios de remessas de dinheiro a paraísos fiscais.
1998	Grampos do BNDES	Grampos telefônicos revelaram esquemas para beneficiar o banco Opportunity na aquisição do melhor montante do leilão de privatização da Telebrás.
1998 - 1999	Caso Sudam	Desvio de dinheiro envolvendo a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.
1998 - 2008	Máfia dos Fiscais 1 e 2:	Cobrança de propinas a comerciantes de São Paulo.
1999	Banco Marka	Venda ilegal de dólares pelo Banco Central com valores abaixo do mercado ao Banco Marka.
2003	Operação Anaconda	Esquema formado por diversos juízes e policiais federais para a venda de sentenças judiciais.
2004	Vampiros da saúde	Compra superfaturada de medicamentos.
2005 - 2012	Mensalão	Pagamento de propina a parlamentares / compra de voto.

2006	Operação Faktor	Crimes contra a ordem tributária e lavagem de dinheiro.
2006	Operação Sanguessuga	Donos da empresa Planam pagavam propina a parlamentares em troca de emendas destinadas à compra de ambulâncias superfaturadas.
2006	CPI dos Alopados	Negociação de falso dossiê contra candidatos do PSDB.
2007	Operação Navalha	Fraudes nas licitações de obras federais.
2007	Águas profundas	Fraudes na Petrobrás com construtoras de plataformas
2008	Operação Satiagraha	Crimes financeiros envolvendo o grupo Opportunity, Celso Pita e Naji Nahas.
2009	Castelo de Areia	Crimes financeiros e lavagem de dinheiro envolvendo o Grupo Camargo Correa.
2010	Caso Erenice	Tráfico de influência envolvendo a ex-Ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, e seu filho Israel Guerra.
2012	Caso Cachoeira	Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, revelou ligação entre o bicheiro Carlos Cachoeira com influentes políticos do Centro-Oeste, tanto da oposição como da base aliada.
2014	Operação Lava-jato	Esquema de lavagem de dinheiro e desvios envolvendo a Petrobrás.
2016	Panamá Papers	Investigação jornalística mundial sobre a empresa panamenha, Mossack Fonseca, que realiza abertura de <i>offshores</i> no exterior. A investigação revelou envolvimento de diversos políticos e outras figuras públicas que mantêm seu dinheiro em paraísos fiscais.

Fonte: Elaborado pela autora²⁶.

Os casos mencionados são de amplitude nacional e muitos deles ganharam visibilidade via mídia. Sobre os mais recentes, pautaram o

²⁶ Foram consultados históricos e listas feitas por veículos de comunicação como: Uol Notícias (Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/album/2014/12/04/veja-alguns-dos-maiores-escandalos-de-corrupcao-do-brasil.htm#fotoNav=9>>); Época Negócios (Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2015/03/os-maiores-escandalos-de-corrupcao-do-brasil.html>>); e Jornal GGN (Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/iv-avatar/os-10-maiores-escandalos-de-corrupcao-no-brasil>>). E site do Ministério Público Federal (Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br>>).

debate público e tiveram lugar nas discussões em períodos eleitorais, especialmente a partir da circulação da informação política nas chamadas mídias tradicionais e na internet (BAPTISTA, 2015).

E, ainda, os casos de corrupção acima relacionados também contribuíram para colocar o tema em voga em diversas manifestações e a participação em momentos decisivos como as manifestações pelo impeachment de Fernando Collor de Melo, em 1992, no episódio que ficou conhecido como “Os caras pintadas”. Ou situações em que a corrupção foi bandeira de manifestações, como as ocorridas em junho de 2013 – Jornadas de Junho – que dentre os vários temas que compunham os protestos, o combate à corrupção foi um deles. Também citamos as manifestações ocorridas nos anos posteriores, sobretudo após o escândalo da Lava Jato se tornar público, como os protestos ocorridos em 2015²⁷.

Mencionamos, ainda, os estudos de Ortellado e Solano (2016), que traçaram um comparativo entre as manifestações de 2013 e 2015 no Brasil. Os autores destacam que as reivindicações mencionando a descrença na política, a desconfiança nas instituições representativas e a exigência pela consolidação e ampliação dos direitos sociais foram semelhantes aos dois movimentos. No entanto, a composição social não apresentava a mesma semelhança, sendo que 2013 a participação dos jovens e menos escolarizados foi mais intensa, se comparado a 2015, quando o perfil era, majoritariamente, de pessoas mais velhas, de classes mais altas e mais escolarizados. O tema da corrupção, por sua vez, perpassou os dois movimentos, sendo mais explícito em 2015.

3.2 Corrupção e escândalos políticos na democracia brasileira

Uma frequente abordagem sobre a percepção da corrupção está associada à cobertura midiática, o que foi, aliás, o gatilho inicial desta

²⁷ O curta “A culpa é das estrelas: a manifestação” foi produzido pelos grupos de pesquisa Opinião Pública e Centro de Convergência de Novas Mídias, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a partir dos principais resultados da pesquisa “Perfil ideológico e atitudes políticas dos manifestantes de 12 de abril em Belo Horizonte” e de entrevistas realizadas no dia da manifestação. As imagens foram registradas nas Praças da Liberdade e da Estação, em Belo Horizonte. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H80gq1pZBNs>>. Acesso em: 3 mai. 2017.

pesquisa. No Brasil também se observa que essa conexão direciona muitas investigações, tendo como pano de fundo a relação entre os campos político e midiático. E sobre isso, logo de início, há muitas críticas sobre o papel da mídia no trato das informações políticas, uma vez que é com frequência acusada de destacar apenas os aspectos negativos da política. Considerando sua centralidade na sociedade e sua capacidade de influenciar a opinião pública, esse direcionamento negativo pode contribuir para o aumento da descrença na política (MESQUITA, MOISÉS, RICO, 2014; PORTO, 2000). Por outro lado, muitos acreditam que, para o tema da corrupção por exemplo, uma cobertura que enfatizasse os pontos negativos e de cunho denunciata fosse capaz de impactar no aumento da fiscalização, investigação e punição dos culpados. Sobre isso, Pharr (2000) encontrou forte associação entre o aumento da insatisfação política a uma maior cobertura midiática da corrupção no Japão.

Outros dois aspectos levantados a respeito da cobertura midiática da corrupção no Brasil não escapam ao que vem sendo observado em outros países: o escândalo político midiático; e a ênfase nos agentes envolvidos (CONTREIRAS, BAPTISTA, 2015; BAPTISTA, 2016, 2017; MIGUEL, COUTINHO, 2007). O primeiro aspecto diz muito da representação da corrupção política no Brasil, na medida em que observamos que cada vez mais os casos de corrupção ocupam lugar de visibilidade nos meios de comunicação. A essa dimensão podemos associar tanto a intenção da mídia em conquistar a audiência e cumprir um papel denunciata, quanto a um aumento na observação da moral dos políticos, partindo de uma expectativa que sejam, em um primeiro momento, “virtuosos” associada a uma busca incessante de comportamentos reprováveis – o escândalo (TELLES, FRAIHA, LOPES, 2014). Em sua origem, diversos veículos de mídia, sobretudo na Europa, apresentavam forte paralelismo político, sendo, em muitos casos, fundados por atores ou partidos políticos (AZEVEDO, 2006). No fim do século XIX, a imprensa começa a assumir um caráter mais comercial e a figura do jornalista também iniciou novos contornos, e “passou a ser normativamente construído como um “árbitro neutro”, distanciado de causas coletivas e interesses pessoais e sem coloração política ou partidária” (AZEVEDO, 2006, p.102).

Se insere, nesse contexto, a pesquisa de Cervellini (2006), com base nos dados de uma sondagem do Ibope de 2006, “Eleitor, vítima ou cúmplice?”, que buscou mensurar e compreender a percepção dos brasileiros sobre o tema da corrupção, sendo o Mensalão – que será detalhado mais à adiante – era o pano de fundo. Também é preciso considerar o que foi tratado no primeiro capítulo sobre a indefinição conceitual da corrupção e, por consequência, as dificuldades em mensurar sua ocorrência. Essas questões ficam claras nessa pesquisa. Fica evidente, também, a resistência dos entrevistados em reconhecer pequenos “desvios” do dia a dia enquanto comportamentos corruptos, ou seja, eles repudiam os atos ilícitos, mas os atribuem à classe política brasileira. Os entrevistados se enxergam razoavelmente honestos, ao mesmo tempo em que praticam ou aceitam uma diversidade de transgressões à lei em seu cotidiano (Tabela 4).

Tabela 3 – Percepção de incidência de prática de ilegalidade no cotidiano (%) – 2006

Pergunta	Incidência	Os brasileiros	Pessoas conhecidas	O entrevistado
Quando tem oportunidade, tenta dar uma "caixinha ou gorjeta" para se livrar de uma multa.	Quase todos / Sempre	76	44	14
	Maioria / Algumas vezes	17	26	4
	Quase nenhum / nunca fez	5	25	82
Sonega impostos.	Quase todos / Sempre	66	26	7
	Maioria / Algumas vezes	24	30	2
	Quase nenhum / nunca fez	6	35	90
Recebe benefícios do governo, sabendo que não tem direito a eles.	Quase todos / Sempre	58	20	2
	Maioria / Algumas vezes	32	27	1
	Quase nenhum / nunca fez	6	44	96
Adquire documentos falsos ou falsifica	Quase todos / Sempre	43	11	1

documentos para obter algum tipo de vantagem (ex. identidade, carteira de motorista, carteirinha de estudante, diploma, etc.)	Maioria / Algumas vezes	45	26	1
	Quase nenhum / nunca fez	8	52	97
Quando tem uma oportunidade, pede mais de um recibo para um mesmo procedimento médico para obter mais reembolso do plano de saúde.	Quase todos / Sempre	42	16	2
	Maioria / Algumas vezes	35	24	1
	Quase nenhum / nunca fez	11	45	93
Compra produtos que copiam os originais de marcar famosas sabendo que são piratas ou falsificados.	Quase todos / Sempre	92	70	55
	Maioria / Algumas vezes	5	15	5
	Quase nenhum / nunca fez	2	11	40

Fonte: Ibope Inteligência. 2006²⁸.

Há que se destacar a metodologia utilizada na realização dessa pesquisa que partiu dos pressupostos da teoria do *Third-person effect*. Para cada um dos itens questionou-se a incidência de cada comportamento corrupto, primeiro, entre os brasileiros e, segundo, entre as pessoas que o entrevistado conhece e, por fim, a frequência com que o próprio respondente praticou os atos. Sabe-se, no entanto, a partir desse efeito de terceira pessoa, que as respostas a respeito do outro tenderiam a ser mais negativas em relação às declarações sobre seu próprio comportamento.

Interessante observar que se trata de ilícitos que podemos chamar de cotidianos e mesmo quando o entrevistado atribui a maior parcela da culpa aos “conhecidos” ou aos “brasileiros”, ele também assume que eventualmente pratica ou tolera a prática de tais atos. No entanto, tais desvios não somam na percepção geral da corrupção, cuja culpa e responsabilidade é atribuída, na maioria das vezes, à classe política.

²⁸ A pesquisa foi realizada pelo Ibope entre 12 e 16 de janeiro de 2006. Os respondentes eram eleitores com idade mínima de 16 anos. Foram realizadas 2002 entrevistas conduzidas em 143 municípios brasileiros. O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

De modo amplo, pode-se dizer que a pesquisa sinaliza para uma falta de credibilidade na representatividade política, já que os cidadãos projetam em seus representantes uma imagem mais negativa que a sua própria. Os representantes, além de serem identificados enquanto corruptos, são vistos como distantes dos interesses da população e mais preocupados em obter benefícios próprios e para seus pares. Os atos ilícitos são repudiados, porém sua ocorrência está diretamente associada à classe política (Anexo 1). E os respondentes, nessa comparação com a classe política, se enxergam mais honestos e creditam honestidade aos brasileiros em geral, mesmo praticando ou aceitando as ilegalidades cotidianas, ou os “pequenos desvios”.

A visão da população brasileira sobre a classe política no geral é muito ruim. A corrupção é percebida como um problema crônico do país, arraigado em todas as esferas públicas sem exceção (seja em cargos executivos ou legislativos, seja nos níveis federal, estadual ou municipal, seja nas suas instituições – partidos, Congresso etc.). É um motivo de preocupação para os brasileiros uma vez que é vista como um problema que afeta diretamente e de forma perniciosa a vida da população. [...] Além de corruptos, há a ideia de que nossos representantes estão distantes dos interesses do povo, ocupando-se mais em conseguir benefícios para si próprios, para seus parentes, amigos etc. (CERVELLINI, 2006, p.9).

Essa visão negativa dos políticos e da política, reforçada pelo escândalo de corrupção deflagrado à época da referida pesquisa, permanece nos dias atuais, como mostra a pesquisa realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, em 2014²⁹. O resultado indica forte descrença na política e uma visão negativa sobre os políticos – lembrando que em 2014, pouco antes da pesquisa, outro grande caso de corrupção foi deflagrado, a operação Lava Jato.

Um levantamento da consultoria Ipsos Public Affairs, em 2016³⁰, também caminha no mesmo sentido da pesquisa apresentada do Ibope. Nessa sondagem, 63% dos entrevistados assumiram que já “deram um jeitinho” e se

29 Pesquisa qualitativa com grupos de discussão compostos por pessoas com mais de 18 anos, resultando em 20 grupos nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza e Recife. 7 a 12 de abril de 2014.

30 A consultoria Ipsos Public Affairs realiza sondagens mensais, com 1200 entrevistas pessoais e domiciliares, em 72 municípios brasileiros.

se compararmos com 2014, a mesma pesquisa mostrava um resultado de 49% para essa questão. Esse comportamento e outros “pequenos” desvios do dia a dia não são vistos pelos entrevistados como corrupção.

Um coautor dessa visão negativa que se estabelece frente à percepção da corrupção é a sensação de grande impunidade. Não obstante a percepção também deva significar que a corrupção está sendo descortinada, a morosidade da justiça similarmente pode aumentar a descrença na política e nos mecanismos de combate e punição aos crimes de corrupção.

Recentes trabalhos se dedicaram em examinar as características da corrupção política no Brasil e da percepção do fenômeno: Avritzer, Filgueiras, 2011; Baptista, Fraiha, 2014; Baptista, 2015, 2017; Filgueiras, 2008; Fraiha, 2016; Meneguello, 2011; Mesquita, Moisés, Rico, 2014; Miguel, Coutinho, 2007; Moisés, 2010; Nunomura, 2012; Speck, 2000; Telles, Fraiha, Lopes, 2014. Os estudos citados versam sobre vários aspectos relacionados à corrupção e a percepção do fenômeno. São tratadas as relações entre a corrupção e o sistema político e eleitoral, os aspectos jurídicos, a opinião pública, entre a imprensa e as mídias digitais.

Cunha (2014) enfatiza, por fim, a necessidade de investigarmos até que ponto a percepção da corrupção política é capaz de impactar na estabilidade da democracia e na opinião pública, sobretudo nas considerações sobre o regime e no julgamento de seus agentes por parte dos cidadãos.

3.2.1 A corrupção política a partir da redemocratização brasileira

Os brasileiros puderam eleger o governante pela última vez antes ditadura militar (1964 – 1985) em 1960, quando escolheram como presidente Jânio Quadros (PTN) e o vice João Goulart (PTB). O ano de 1985 rompeu com o regime ditatorial e quatro anos mais tarde, os brasileiros voltariam a eleger, por voto direto, seu presidente. Esta seção propõe relembrar as eleições presidenciais ocorridas a partir da redemocratização, buscando resgatar os principais escândalos de corrupção que repercutiram nesse cenário e a participação da mídia como ator político.

3.2.1.1 Das eleições de 1989 ao impeachment

O ano de 1989 foi marcante para o Brasil, pois foi a primeira eleição direta para presidente após a ditadura militar. José Sarney foi presidente do país de 1985 a 1990, porém foi eleito por voto indireto. No plano econômico, uma das medidas de maior destaque foi o Plano Cruzado, de 1986, que foi responsável pelo congelamento geral de preços por 12 meses e foi adotado o "gatilho salarial" (reajuste automático de salários sempre que a inflação atingia ou ultrapassava os 20%). O Plano Cruzado surtiu efeito imediato na contenção da inflação e, também, no aumento do poder aquisitivo da população. Muitos consumidores passaram a fiscalizar os preços no comércio e eram incentivados a denunciar as remarcações. Quatro meses depois, o plano falhou e o resultado foi uma grave crise de abastecimento no comércio, assim os fornecedores passaram a cobrar ágio e a inflação voltou a subir. O congelamento foi mantido até as eleições, tentando extrair os maiores dividendos políticos do plano.

O governo lançou, então, o Plano Cruzado II, sem muito sucesso. O que culminou na decretação da moratória, em 20 de janeiro de 1987 – suspensão de pagamento dos serviços da dívida externa de um estado ou de um país. Na sequência surgiram os Planos Bresser e Verão. O final do governo Sarney foi marcado por uma crise hiperinflacionária: 2.751%. Destaca-se, ainda, que foi no governo Sarney que se viabilizou a aprovação da Constituição de 1988 e a realização das primeiras eleições diretas para Presidente da República.

No plano internacional, a década de 1980 foi marcada pelo declínio do Estado de bem-estar social, pela consolidação da ideologia neoliberal nos centros capitalistas e o início de sua expansão às periferias, e pela emblemática queda do Muro de Berlim em 1989 (GUILHERME, 2016).

No Brasil, em 1989 foram realizadas as eleições presidenciais, em um pleito composto por 22 candidatos, “metade, sem expressividade política. A outra metade era composta por políticos de longa trajetória na vida pública, à direita ou à esquerda” (GUILHERME, 2016, p.88). Podemos citar nomes como: Fernando Collor de Melo (PRN), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Paulo Maluf (PDS), Leonel Brizola (PDT), Ulysses Guimarães (PMDB), Afif Domingos (PL),

Mário Covas (PSDB) e Enéas Carneiro (PRONA).

Aos poucos, Fernando Collor (PRN) foi se credenciando como candidato e apadrinhado por boa parte da mídia de referência, até ficar conhecido como o “caçador de marajás” (CONTI, 1999). Além disso Collor sempre teve uma estreita relação com a mídia, já que sua família é proprietária da Organização Arnon de Mello que engloba (até os dias atuais): Jornal Gazeta de Alagoas, TV Gazeta, Rádio Gazeta, Rádio Gazeta FM Arapiraca, Rádio FM Maceió, Rádio Gazeta AM Pão de Açúcar, Site GazetaWeb.com, Site G1-AL, Site GE-AL, Instituto Gazeta Pesquisa e Instituto Arnon Mello (ZAIDAN, 2010).

Até meados de 1987, poucos brasileiros, além dos alagoanos, conheciam Fernando Collor. A partir de então, com ajuda de Marcos Coimbra, sociólogo do instituto de pesquisa Vox Populi, do irmão Leopoldo Collor funcionário da TV Globo de São Paulo, do jornalista Cláudio Humberto e do deputado Renan Calheiros (PRN), passou a construir uma rede de contatos com jornalistas dos grandes veículos de comunicação (GUILHERME, 2016, p.94).

No primeiro turno, a exposição de Collor na mídia foi importante para que ele conquistasse apoio de empresários e líderes políticos regionais. Esses mesmos empresários viam em Lula da Silva uma ameaça ao desenvolvimento do Brasil e acreditavam que ele afastaria os investimentos estrangeiros.

Em 17 de julho do mesmo ano, a Rede Bandeirantes transmitiu o primeiro debate entre presidenciáveis da história da TV brasileira. Fernando Collor e Ulysses Guimarães não compareceram. Em 16 de setembro estreou o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), também novidade na política brasileira. As campanhas desse pleito priorizaram a economia, já que o Brasil se encontrava em uma situação delicada. Lula, por sua vez, procurou provar que seria capaz de reerguer a economia do país, atendendo às necessidades dos trabalhadores, enfatizou sua luta contra a ditadura e atacou a Rede Globo (BAPTISTA, 2005).

Os então candidatos Fernando Collor de Melo (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) seguiram para o segundo turno com, respectivamente, 28,5% e 16,1% dos votos válidos (TSE).

Fonseca (2013) analisou quatro jornais diários de circulação nacional – Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e O Globo – no que

tange à cobertura das eleições presidenciais de 1989. Coube ao Jornal do Brasil a tarefa de advogar em favor da campanha de Fernando Collor, apoiando o programa neoliberal proposto pelo então candidato do PRN. É certo e esperado que o Jornal do Brasil se colocasse como independente nos discursos relativos à campanha e neutro em relação aos candidatos, todavia, como mostrou Fonseca (2013), o periódico mostrou-se alinhado à candidatura de Collor, atribuindo a ele as características das quais o Brasil necessitava para se modernizar, que não passavam, por exemplo, por visitas a Cuba e Argentina, fazendo alusão a viagens realizadas pelo então candidato e adversário de Collor, Lula da Silva (PT). O Jornal O Globo, por sua vez, também teria promovido a candidatura de Collor dando provas, como sustenta Fonseca (2013), de seu poder no sistema comunicacional e empresarial. Nos mesmos moldes do Jornal do Brasil, também foi identificado no O Globo uma conformidade com a agenda neoliberal. A Folha de S. Paulo, por seu turno, também ratificou seu posicionamento neutro e imparcial diante dos candidatos, no entanto, o jornal seguiu a mesma linha de aproximação ao projeto de Collor. O que diferenciou a cobertura da Folha dos outros dois jornais, foi a estratégia de deixar seu posicionamento favorável ao candidato do PRN subentendido em caracterizações constantes daquele que seria o presidente ideal para sanar os problemas que o Brasil enfrentava e que não se enquadravam nos demais candidatos, tampouco, em Lula, como as ideias de modernidade e austeridade. Por fim, Fonseca (2013) analisou o periódico O Estado de S. Paulo, que desenhou ao leitor um cenário do Brasil com os principais problemas políticos e econômicos, e apoiou explicitamente a candidatura de Collor, colocando-o como solução a esses problemas. O que o autor evidenciou foi a participação de importantes veículos da grande mídia no apoio à campanha de Collor e como as formas de construir esse apoio, via estratégias midiáticas, foi importante na inserção e credenciamento do candidato na opinião pública.

Os debates presidenciais foram importantes em 1989. Em 3 de dezembro, o primeiro debate do segundo turno ocorreu na extinta TV Manchete e os principais temas levantados foram: educação, dívida externa, reforma agrária e privatização. Em 14 de dezembro ocorreu o segundo debate

e foi organizado pelas quatro principais emissoras da época: Rede Globo, Rede Bandeirantes, Rede Manchete e SBT. No dia seguinte, no jornal de maior audiência da Rede Globo, o Jornal Nacional, a emissora exibiu uma versão editada³¹ do debate concedendo mais tempo aos bons momentos de Collor frente aos maus momentos do candidato petista, e a impressão que ficou de Lula foi a de um candidato inseguro e despreparado (CONTI, 1999; LOURENÇO, 2010).

O resultado do apoio amplo de importantes setores da sociedade, como a mídia, foi fundamental à vitória de Collor, que recebeu 54% dos votos válidos no segundo turno. Ele elegeu-se tendo como base de sua campanha a luta contra a inflação, que chegava a alcançar taxas de 25% ao mês. Ainda que Lula representasse a classe trabalhadora, Collor venceu com o apoio dos eleitores de baixa escolaridade e renda (SINGER, 1990). Não podemos deixar de mencionar o significado importante da construção da imagem de Collor durante toda a campanha, seja pela mídia ou por sua equipe de marketing. Essa construção nos ajuda a compreender o voto personalista, na medida em que o cenário pós-ditadura não contribuía para uma relação forte de identificação partidária. E essa mesma mídia contribuiu para desconstruir sua imagem no decorrer do impeachment.

No governo Collor, as medidas foram radicais. Assim que assumiu a presidência, as poupanças e as aplicações financeiras da população foram confiscadas. "Sem dinheiro não há inflação" era o seu lema. O plano, obviamente, não funcionou, e a inflação nunca chegou a ser satisfatoriamente controlada durante o seu mandato.

³¹ Em 2011, José Bonifácio Sobrinho, o Boni, confirma a edição do debate e o favorecimento ao então candidato Fernando Collor de Mello, em entrevista ao jornalista Geneton Moraes Neto, na GloboNews. À época, ele era Vice-presidente de Operações da Rede Globo.

Figura 1 – Capa do jornal O Globo sobre o confisco em 1992



Fonte: Acervo O Globo

Poucos meses após a posse de Collor, as primeiras denúncias de corrupção contra seu governo começaram a aparecer e em outubro de 1990, as acusações atingiram um de seus braços direitos, Paulo César Farias. PC Farias, como ficou conhecido, foi acusado de intermediar os negócios entre empresários e o governo Collor. Em maio de 1992, o irmão do então presidente, Pedro Mello, disse à revista Veja que PC Farias era “testa de ferro” de Collor e possuía influência nas decisões tomadas no governo. Pedro Mello afirmou, ainda, que o jornal Tribuna de Alagoas que o ex-tesoureiro PC Farias lançaria em Maceió e um apartamento em Paris pertenciam, na verdade, a Fernando Collor de Mello (MENDES, 2013). Tais declarações movimentaram o cenário político e iniciaram as investigações que culminaram no impeachment de Collor em setembro de 1992.

A imprensa participou ativamente do impeachment, desde a publicação da denúncia do irmão de Fernando Collor na revista Veja, até a transmissão da sessão da Câmara dos Deputados durante a votação pela admissibilidade do impeachment.

Figura 2 – Capa da revista Veja de 27 de maio de 1992



Fonte: Acervo Digital da Revista Veja

Mas a mídia como empresa, também buscou atender seus interesses, como mostrou França (2015). O autor analisou quatro grandes jornais – O Globo, Jornal do Brasil (JB), O Estado de S. Paulo (OESP) e Folha de S. Paulo (FSP) – e, de modo amplo, entre maio e setembro de 1992, há presença de notícias e manchetes ligadas às investigações da CPI, contudo, ao observar os editoriais, que divulgam a opinião oficial dos veículos, não se constatou um apoio unânime ao impeachment. Com alguns segmentos de mídia, como analisa França (2015), o relacionamento do governo era menos harmonioso (FSP, por exemplo), com outros (Grupo Globo, por exemplo), não havia grandes conflitos, o que explicaria o não apoio declarado ao impeachment nos editoriais. As verbas publicitárias também podem servir como fator para compreendermos um maior ou menor apoio da empresa de mídia ao governo. De todo modo, naquela circunstância, ainda que a função de noticiar fosse cumprida, os veículos deixavam em seus editoriais seus posicionamentos sobre a permanência ou não de Fernando Collor à frente da Presidência do Brasil, evidenciando, também, seu papel como ator político.

Acrescenta-se a pressão popular, traduzida nos “caras pintadas” e que resumiram a indignação dos brasileiros contra o presidente envolvido em corrupção diante de um país com uma situação econômica sensível. Com a saída de Fernando Collor, assumiu até 1994 o vice-presidente, Itamar Franco,

3.2.1.2 A era FHC

“Em meio a um período economicamente instável e conturbado no plano político, seu legado mais relevante foi o conjunto de medidas que, quando expressas na moeda que simbolizou a estabilização, tomou o nome de Plano Real” (MEIRA, 2013, p.60). O Brasil estava no meio de uma grave crise econômica. Itamar Franco trocou de ministros da economia diversas vezes, até chegar a Fernando Henrique Cardoso (FHC), que lançou o Plano Real e estabilizou a economia.

Em 1994 foi realizada nova eleição presidencial que contou com oito candidatos: Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula da Silva (PT), Enéas Carneiro (PRONA), Orestes Quéricia (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Espiridião Amin (PPR), Carlos Gomes (PRN) e Hernani Fortuna (PSC). Fernando Henrique deixou o Ministério da Fazenda para disputar as eleições e em seu lugar assumiu Rubens Ricupero.

Porto e Guazina (1999) analisaram a campanha presidencial de 1994 dos principais candidatos. FHC utilizou como principal recurso as menções às políticas futuras, com propostas para as áreas da saúde, educação, segurança, agricultura e, sobretudo, emprego. O candidato também propôs fim às fraudes na previdência e acabar com a corrupção. Ele também recorreu a análise de conjuntura e aproveitou para destacar que foi o criador do Plano Real e que seu governo, se eleito, daria continuidade a ele em busca de uma estabilidade econômica para o país. Lula, por sua vez, utilizou mais recursos de uma campanha negativa, o que é mais esperado de quem não lidera as pesquisas de intenção de voto, conforme ocorria na ocasião. O petista rotulava FHC como o candidato dos banqueiros e dos latifundiários, e que se eleito, o povo não se beneficiaria. Lula também apresentou propostas para o futuro e garantiu que seu governo atenderia as áreas da saúde, educação, emprego, reforma agrária, acabaria com a inflação e com a corrupção.

Não houve escândalos de corrupção nos partidos ou envolvendo os principais candidatos, mas a condenação do comportamento corrupto foi natural aos concorrentes. A corrupção, ou melhor, a condenação do comportamento corrupto pode ser interpretada como uma valência. “Valências são entendidas como questões neutras e sobre as quais existe consenso, tais como a paz, o desenvolvimento econômico etc. (TELLES, 2015, p. 34). Tanto partidos quanto cidadãos, independente do posicionamento político, serão declaradamente contrários à corrupção. E como explica Telles (2015), recorrendo a Stokes (1963), os eleitores não necessariamente se posicionam em um ponto da escala direita/esquerda e, assim, os partidos recorrem a valências que agreguem os votantes dos diversos pontos dessa escala. A corrupção é, portanto, uma valência importante nas campanhas eleitorais e pode ser decisiva em um resultado de acordo com o contexto.

Fernando Henrique Cardoso (PSDB) venceu em primeiro turno, com 54,3% dos votos. Novamente, Lula da Silva terminou em segundo lugar, com 27,2%. O sucesso do Plano Real garantiu a vitória de FHC, a quem estava vinculado. Em seu governo, ele elaborou o Plano Diretor da Reforma do Estado priorizando o investimento em carreiras estratégicas para a gestão pública. Houve a terceirização em áreas não essenciais e convênios com organismos internacionais. Os méritos ficam para a estabilidade econômica e o controle da inflação, que tanto preocupavam os brasileiros.

Em 1995, a estabilidade trazida com o Real fica ameaçada com uma crise no México (que teve início em dezembro de 1994) que criou um ataque especulativo, causando evasão de divisas e sinais de uma possível volta da hiperinflação. A medida de FHC foi acabar com a paridade entre o Real e o dólar e iniciou o regime das duas bandas cambiais (BOLSHAW, 2006). Com as intervenções explícitas do Banco Central nas taxas cambiais, a ideia era de promover uma desvalorização gradual do Real em relação ao dólar sem que, no entanto, fosse sinalizado ao mercado sua periodicidade e intensidade. “Com essa estratégia, o Banco Central buscava evitar a especulação contra a moeda doméstica, a deterioração da receita das exportações e o ressurgimento do processo de indexação de preços atrelado ao câmbio” (ALMEIDA, BACHA, 1999, p.14).

Após três baixas nas taxas de juros, de 1995 a 1997, neste último ano, o Brasil sofre com outro ataque especulativo, desta vez com a crise dos chamados Tigres Asiáticos. Este foi o nome dado aos países do Sudeste asiático, em função de seu surpreendente desempenho econômico desde a década de 1960, quando conseguiram equilibrar altas taxas de poupança e investimentos financeiros, mão de obra qualificada e baixos salários. Porém, em meados da década de 1990, houve aumento dos salários afetando a competitividade e a China, que registrava as menores remunerações, conseguiu abraçar grande parte do mercado, o que afetou diretamente as exportações dos Tigres Asiáticos³². O Brasil foi o país latinoamericano que mais foi afetado por essa crise. Como solução, o governo FHC mais que dobrou os juros, mas, o resultado foi a desaceleração da economia. Um dispositivo conhecido como “Circuit Braker”, que é a suspensão da negociação de ações quando o Ibovespa cai mais de 10%, foi acionado pela primeira vez, em 28 de outubro de 1997³³.

Pouco tempo depois, em 1998, a Rússia, influenciada pela depressão da economia dos Tigres, também entrou em forte crise econômica. A moeda russa, o rubio, perdeu até 33% de seu valor em 1998 e o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 5,3%. No Brasil, os efeitos foram novamente fortes e mais uma vez o Circuit Banker foi acionado, em agosto desse ano.

A corrupção também permeou os bastidores do governo de Fernando Henrique Cardoso. Logo no início de seu mandato, em 1995, o caso SIVAM foi revelado e envolvia denúncia de tráfico de influências no contrato de US\$ 1,4 bilhão de dólares que custearia a criação de um Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Foi instaurada uma CPI que chegou ao fim em 2002 sem conclusão³⁴.

No mesmo ano, outro caso de corrupção foi denunciado. Um dossiê

³² O Globo. Histórico. Tigres Asiáticos entram em crise, em 1997, e provocam turbulência global. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/tigres-asiaticos-entram-em-crise-em-1997-provocam-turbulencia-global-10260624>>.

³³ As crises do Plano Real. Disponível em: <<http://infograficos.oglobo.globo.com/economia/as-crisis-do-plano-real.html#5>>

³⁴ MICHAEL, Andréa. Sem conclusão, CPI do Sivam termina hoje. Folha de S. Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33015.shtml>>. Acesso em: 01 set. 2017

compilava documentos mostrando uma contribuição de US\$ de 2,4 milhões de dólares oriunda do Banco Econômico (com sede em Salvador) para 25 campanhas políticas em 1990. Na época em questão, as empresas não podiam financiar candidaturas. Outros candidatos teriam recebido doações em nome da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). As contribuições não foram registradas como verba eleitoral, tratando-se, portanto, de Caixa 2. O presidente do Banco Econômico, Angelo Calmon de Sá foi indiciado pela Polícia Federal em 1995, no entanto, o caso foi arquivado pelo Procurador-Geral do então governo FHC, Geraldo Brindeiro³⁵.

Couto e Abrucio (2003) nomeiam as privatizações como aspectos centrais da agenda do governo FHC. Os autores lembram que foi necessária a aprovação de mudanças constitucionais, uma vez que a Carta de 1988 não permitia a atuação do setor privado em áreas de monopólio do do Estado, como: petróleo, gás canalizado e as telecomunicações. Os recursos que seriam gerados com as privatizações, em torno de US\$ 45 milhões de dólares, teriam como destino, por exemplo, a amortização da dívida pública, como pontuam Couto e Abrucio (2003). No entanto, as crises internacionais impediram o efeito desejado. Durante o primeiro governo FHC, 30 empresas foram privatizadas (COUTO, ABRUCIO, 2003, p.279).

Os acontecimentos mencionados impactaram, sobretudo, a economia e os brasileiros se sentiram inseguros com relação ao desemprego. Itamar Franco deixou a presidência com uma avaliação positiva de 41% em 1994 e, considerando todos os eventos, FHC ainda conseguiu terminar seu primeiro governo com aprovação de 35%³⁶. Em 1998 foi realizada a terceira eleição presidencial por voto direto, após a ditadura, e a primeira em que ocorreu uma candidatura a reeleição. O pleito contou com 12 candidatos, sendo que os três melhores colocados na disputa foram: Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula da Silva (PT) e Ciro Gomes (PPS).

Miguel (1999) observou que pouco antes das eleições de 1998, o Jornal

³⁵ CAVALCANTI, Martina. Entenda os escândalos citados por Aécio e Dilma nos debates. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/entendam-os-escandalos-citados-por-aecio-e-dilma-nos-debates/>>.

³⁶ Série temporal realizada pelo Datafolha. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_15122002.pdf>

Nacional (JN) não transmitiu qualquer informação relativa à disputa presidencial e, segundo o autor, não foi uma coincidência, mas sim, uma orientação da Rede Globo, estendida a todas as suas afiliadas, em função de desgastes ocorridos no passado. Deve-se lembrar, ainda, a concomitância com a Copa do Mundo e de como as campanhas eleitorais somente alavancaram após o término do evento esportivo. O JN também se mostrou resistente às tentativas dos candidatos da oposição em incluir certos temas na agenda pública, esses temas seriam, por exemplo, os problemas da atual gestão.

Sobre as estratégias de campanha, o tema que repercutia no momento era o agravamento da crise econômica da Rússia e foi, para Miguel (1999), o maior desafio ao marketing de campanha de FHC, já que os reflexos foram sentidos em todo mundo. Na avaliação do autor, o candidato a reeleição soube conduzir o tema enfatizando sua origem e responsabilidade externas, e que o melhor para o Brasil seria passar por aquele momento com uma equipe experiente. A oposição, por seu turno, inverteu o enquadramento da crise e, sobretudo o PT, atribuiu o problema à fraqueza do Brasil frente às oscilações dos mercados mundiais.

O autor observou, ainda, que o silenciamento da campanha presidencial no noticiário também reduziu as falas dos presidenciáveis. Ao final da campanha, os três principais concorrentes somaram: FHC (PSDB) 3'3" de fala; Lula (PT) 2'40"; e Ciro Gomes (PPS) 1'54" de fala. Na avaliação de Miguel (1999), essa ausência da cobertura da campanha na Rede Globo e a consequente baixa participação dos candidatos no noticiário coincidem com a estratégia do incumbente Fernando Henrique que procurou não atrair muita atenção ao processo decisório, tornando a novidade da reeleição um processo mais natural. Como vimos, sua avaliação de governo, a despeito dos problemas econômicos, se mantinha equilibrada, portanto, poderia ser arriscado inflar a campanha com muitas discussões, o que poderia oferecer outras alternativas ao eleitor. Ademais, o momento também era de cautela por parte do eleitorado, que se baseou no "argumento de que não se poderia trocar o certo pelo duvidoso e que, em tempos bicudos, o correto seria escolher alguém habilitado a lidar com a crise – ou seja, o próprio Fernando Henrique"

(COUTO, ABRUCIO, 2003, p. 282).

Bolsahw (2006) lembra que em março de 1998 a resolução de nº 20.106/4, estabeleceu a exibição obrigatória de 30 minutos de inserções comerciais, conhecidas como *spots*, cuja duração é de normalmente 30 segundos, durante todo o horário de propaganda comercial das TVs; os *spots* eram exibidos além dos 50 minutos de horário de propaganda eleitoral. Nessa eleição não houve debates, pois FHC não concordou participar de nenhum deles alegando ser necessário dedicar seu tempo em solucionar os problemas do Brasil frente às crises internacionais.

O resultado da votação ocorrida em 4 de outubro de 1998, foi a vitória de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) com 53,06% dos votos. Lula da Silva (PT) ficou em segundo lugar, com 31,71% dos votos (TSE).

Ainda no fim de 1998, eclodiu o escândalo dos Grampos do BNDES que tratou justamente das privatizações. A edição 87 da revista Carta Capital, em 25 de novembro de 1998, abordou o caso, explicando que as gravações revelaram um esquema de corrupção para favorecer a privatização do Sistema Telebrás, por um consórcio que uniria o banco de investimentos Opportunity, de Daniel Dantas, e a Telecom-Itália. De acordo com os áudios, o governo dava seguimento às privatizações e aos acordos muito por se sentir apoiado pela imprensa, como destacou a fala do então ministro das Comunicações, Mendonça de Barros em conversa com FHC, “A imprensa está muito favorável, com editoriais”, e o ex-presidente confirmou em resposta “Está demais, né? Estão exagerando, até”³⁷. No entanto, a sensação era de que a repercussão midiática dos escândalos de corrupção não se dava na mesma proporção de suas ocorrências. A reportagem da revista Isto É, de 2 de junho de 1999 (“Não tenha dúvida”, publicada na edição 1548), chamou essa ocultação dos atos corruptos de “efeito teflon” que impedia que qualquer denúncia “grudasse” no presidente. Entretanto, esse efeito teflon não estaria mais surtindo o resultado esperado, como exemplo do escândalo dos Grampos dos BNDES.

No fim do ano 2000, a avaliação positiva do governo de Fernando

³⁷ Carta Capital. Acervo: Lembranças de FHC. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/acervo-lembrancas-do-governo-fhc-8756.html>>.

Henrique já não sustentava a mesma estabilidade e registrava 25%³⁸. É certo que a inflação se manteve sob certo controle, no entanto, o país não crescia e o desemprego ainda era o maior problema na visão dos brasileiros³⁹. Couto e Abrucio (2003) elecam três fatores que eles consideram fundamentais para o fracasso de FHC na tentativa de melhorar o desempenho da economia e controlar o processo sucessório. O primeiro, e talvez o mais lembrado por todos, foi a crise energética de 2001 que incorreu no episódio do “apagão”, como também concordam Figueiredo e Coutinho (2003). Outro fator foi a incapacidade em remodelar o modelo econômico brasileiro de modo que reduzisse a vulnerabilidade externa do país, evidenciada com as crises internacionais, gerando, assim, mais crescimento. Por fim, os autores sugerem os problemas causados por uma batalha entre os então senadores Antônio Carlos Magalhães (antigo PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA) que se resumia na disputa de poder entre as legendas, PFL e PMDB, na base governista.

Outro aspecto relevante do final do governo Fernando Henrique, foi o pedido por sua renúncia, diante da crise econômica que se instaurou no país. Encabeçada pela oposição, os pedidos de “Fora FHC” ocuparam as ruas de Brasília⁴⁰. O PT formalizou, à época, quatro pedidos de impeachment, pouco depois da vitória de FHC em 1998, e todos foram bloqueados pelo PSDB.

Em outubro de 2002, ano em que ocorreram novas eleições presidenciais, a avaliação do governo de Fernando Henrique foi considerada boa ou ótima por apenas 23% dos brasileiros⁴¹, 20% a menos da avaliação de 1998, antes da sua reeleição. Entretanto, como mencionam Figueiredo e Coutinho (2003), ainda que a imagem de FHC estivesse desgastada pelo tempo de governo e por acontecimentos negativos, como os já mencionados,

³⁸ Pesquisa realizada pela CNI/Ibope entre 30 de novembro e 4 de dezembro de 2000.

³⁹ Pesquisa Datafolha. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_15122002.pdf

⁴⁰ COIMBRA, Marcos. De “For a FHC” a “For a Dilma”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/864/do-201cfora-fhc201d-ao-201cfora-dilma201d-3585.html>. Acesso em> 01 set. 2017.

⁴¹ Série temporal realizada pelo Datafolha. Pesquisa de dezembro de 2002, realizada entre os dias 9 e 11 de dezembro de 2002, com 14559 pessoas, em 365 municípios de todas as unidades da federação. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br>

os brasileiros queria mudanças, mas reconheciam os avanços obtidos durante seu governo.

3.2.1.3 A era Lula

Em 2002, portanto, ocorreram novas eleições presidenciais com seis candidatos, um volume de pesquisas, até então nunca visto, e com uma cobertura intensa da mídia (FIGUEIREDO, COUTINHO, 2003). O PT vinha de uma série de derrotas nas eleições presidenciais o que exigia um reposicionamento do partido, o que realmente foi feito.

Fernando Henrique Cardoso terminou seu mandato com baixa popularidade e o país seguia em crise econômica. Nesse contexto, Lula trouxe uma proposta mais centro-esquerda, atendendo as bandeiras tradicionais da esquerda e articulando com empresários e setores do centro. Essa nova postura começou a tomar forma logo com a escolha de seu vice, o empresário mineiro José Alencar.

A reformulação também passou pela figura de Lula que deixou de lado a imagem agressiva e pessimista que ele carregava e transmitia aos eleitores no decorrer das três campanhas presidenciais que havia participado. A imagem de 2002 ficou conhecida como o “Lulinha paz e amor” de uma figura de compaixão, confiança, dinamismo e preparo político (BAPTISTA, 2005). A propaganda política também abandonou o tom negativo e apostou mais em propostas e no apelo emocional. Este último já evidenciado na pré-campanha de maio de 2002.

VIDEO

LULA - Toda vez que eu entro aqui no Estádio da Vila Euclides, eu fico muito emocionado porque eu devo praticamente tudo que eu sou na vida política ao que aconteceu aqui.

(...) Mas os dois fatos que marcaram a minha vida e cada vez que eu vejo eu fico emocionado foi a grande assembleia de 1979 e a grande assembleia que nós fizemos aqui em abril de 1980 era um clima muito emocionado e de repente a gente percebe helicóptero do exército sobrevoando as nossas cabeças aqui e eu comecei a ficar preocupado porque se desse um tumulto qualquer poderia o pessoal sair correndo e alguém se machucar. Aí eu chamei o pessoal e falei: olha vamos levantar nossas bandeiras e vamos cantar o hino nacional porque nós temos que provar pra eles que nós é que

somos brasileiros, nós é que amamos essa terra, e é das nossas mãos é que saem as produções desse país.
(Pré-campanha presidencial de Lula – 09 de maio de 2002)

Em umas das primeiras propagandas exibidas já no período de campanha foram mostradas cenas do Vale do Jequitinhonha e depoimentos de moradores reclamando da situação de miséria em que vivem. As cenas eram fortes e tinham o intuito de sensibilizar o público. No decorrer dos programas os ataques aos adversários foram mais sutis e a prioridade era a defesa.

A transcrição abaixo é emblemática, pois evidencia a imagem que Lula quer passar de que ele vai atender a todos os setores da sociedade, que ele está preparado ser presidente e que ele tem as habilidades que o país precisa naquele momento.

VIDEO

LULA: Tenho conversado com muito empresários e com sindicatos de trabalhadores e todos estão convencidos que a única solução é o Brasil voltar a crescer. A verdade é que estamos no mesmo barco e temos que dar as mãos e remar na mesma direção. Um bom exemplo disso foi quando em novembro do ano passado as quedas nas vendas obrigaram a Volkswagen a demitir três mil funcionários e o líder sindical Luis Marinho foi à Alemanha conversar com a direção mundial da empresa. Numa reunião histórica, foi feito um acordo e das três mil demissões duas mil e quatrocentas não precisaram acontecer e mais, por esse acordo a empresa se obrigou a modernizar a fábrica de São Bernardo, produzir novos produtos e a não demitir ninguém por cinco anos. Esse é um bom exemplo de que quando empresários e trabalhadores se entendem o resultado é melhor pra todos. É por isso que a minha proposta de fazer um grande pacto social entre governos, empresários e trabalhadores é cada vez mais aceita, cada vez mais compreendida por todos. É assim que pretendo governar o Brasil. Temos que encontrar novas soluções para nossos velhos problemas. Temos que mudar o atual modelo econômico, temos que investir na produção, reduzir impostos, aumentar as exportações e reduzir os juros. Só assim a nossa economia vai voltar a crescer e a gerarmos empregos (...)
(10 de setembro – primeiro turno das eleições de 2002)

Nas eleições de 1989, 1994 e 1998, de modo crescente, Lula foi se tornando uma ameaça e a forma que os demais candidatos, notadamente os

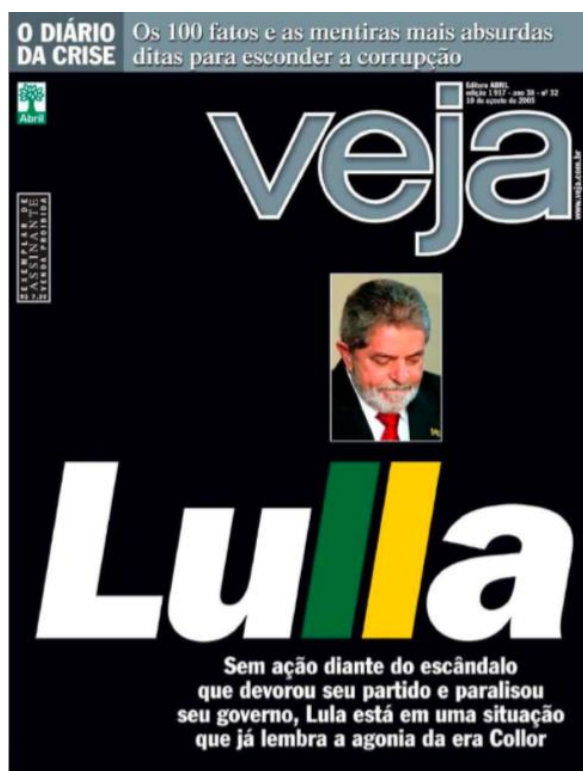
adversários diretos, encontraram para frear essa ameaça foi a estratégia do **medo**. Ou seja, construíram, aos poucos, a figura negativa de um Lula sindicalista, despreparado, agressivo, criando um clima de medo entorno da figura de Lula (ALBUQUERQUE, 2004; CHAIA, 2004). E em 2002, a expressão utilizada foi: a esperança venceu o medo.

Lula da Silva e José Serra seguiram para o segundo turno, que foi vencido pelo petista com 61,27% dos votos. Lula da Silva recebeu um país devedor e com problemas sociais históricos. A moeda estava desvalorizada em relação ao dólar, alcançado quase 4 Reais em setembro de 2002. Houve aumento da dívida pública e a taxa de inflação dos preços ao consumidor chegou a 3% ao mês (BAPTISTA, 2005).

Em 2005, foi revelado um esquema de corrupção que, de acordo com o Ministério Público Federal, tratou-se do pagamento de propina a parlamentares que estes votassem favoravelmente a projetos do governo. O caso teve início com um vídeo em que o então chefe de departamento nos Correios, Maurício Marinho, foi flagrado recebendo propina no valor de 3 mil Reais. A revista Veja divulgou a existência do referido vídeo, em maio de 2005. Pouco depois, em 6 de junho do mesmo ano, o deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) revelou, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, que havia um esquema de corrupção envolvendo pagamento de propina a parlamentares, que recebiam o que ele chamou de “mensalão”⁴² no valor de 30 mil Reais; o pagamento ficava a cargo do ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Meses mais tarde, o Ministério Público Federal formalizou junto ao Supremo Tribunal Federal, a denúncia referente ao caso do Mensalão. O caso foi investigado e o julgamento da Ação Penal 470, que ficou conhecida como o escândalo do Mensalão, teve início em 2 de agosto de 2012.

⁴² FOLHA DE S. PAULO. Relembre o que é o mensalão, veja os envolvidos e o que pode acontecer. <<https://noticias.uol.com.br/infograficos/2012/07/30/o-escandalo-do-mensalao.htm>>. Acesso em: 5 out. 2017.

Figura 3 – Capa da revista Veja sobre o Mensalão



Fonte: Acervo digital da revista Veja.

As narrativas midiáticas que transcorreram em relação ao Mensalão, segundo Lima (2006, p.15) “revelam o abandono não só do princípio constitucional da ‘presunção de inocência’ e sua substituição pelo oposto da ‘presunção da culpa’, como a não-observância das regras elementais do exercício profissional e dos princípios éticos básicos da profissão”. Assim, os anos de 2005 e 2006 foram marcados por intensa cobertura midiática do Mensalão. Miguel e Coutinho (2007) analisaram três jornais diários de grande circulação nacional – Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo – entre 1º de maio de 2005, quando o caso do Mensalão veio a público, até 31 de dezembro do mesmo ano. De um total de 1803 editoriais analisados, 26,2% trataram sobre o escândalo do Mensalão, dos temas elencados por eles (envolvendo crise política, que tratava da corrupção, economia, ações do governo, política e demais temas internacionais e cidades) foi o mais relevante.

Os jornais em questão julgaram e trouxeram soluções ao caso, fazendo as vezes de um tribunal.

Lima (2006) chama atenção, ainda, para o uso de termos e/ou expressões que podem se tornar emblemáticas em casos como o Mensalão. A própria palavra “mensalão” tornou-se, logo de início, marcante. Ela foi incorporada ao vocabulário popular e ganhou uma seção fixa no jornal Folha de S. Paulo – o que hoje com a Operação Lava Jato é até mais comum.

Coube à mídia, no ano de 2005, cumprir parte da investigação que cabia aos órgãos competentes, além de tentar traçar os rumos do então presidente Lula, que no ano seguinte concorreria à reeleição. Assim, a exemplo de capas como a revista Época, de 13 de junho de 2005 (edição 369), com a manchete “Os piores dias de Lula”, em 1º de agosto (edição 376), “O povo pede cabeças”, a mídia traçou uma narrativa para o escândalo do Mensalão e para os seus envolvidos.

Figura 4 - Capa da revista Época de 13 de junho de 2005



Fonte: Acervo digital da revista Época

Figura 5 - Capa da revista Época de 1º de agosto de 2005



Fonte: Acervo digital da revista Época

O ano de 2006 foi marcado pela eleição presidencial, na qual o ex-presidente Lula buscava a manutenção do poder, em um cenário de escândalos de corrupção e de ampla cobertura da imprensa. A eleição, decidida em dois turnos, contou com oito candidatos: Lula da Silva (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Heloísa Helena (PSOL), Cristovam Buarque (PDT), Ana Maria Rangel (PRP), José Maria Eymael (PSDC), Luciano Bivar (PSL) e Rui Costa Pimenta (PCO) – listados de acordo com o resultado do primeiro turno.

O tema da corrupção ocupou lugar no debate público, como menciona Mundim (2010), mas a reeleição foi conquistada. O autor lembra, ainda, que diversos trabalhos buscaram analisar as razões do voto em Lula, diante de um cenário que parecia desfavorável, e grande parte deles chegou à conclusão de que o voto retrospectivo foi decisivo para a segunda vitória de Lula, que “se beneficiou do pequeno, porém persistente crescimento econômico, da inflação baixa, do aumento do poder de consumo da população e, principalmente, do Bolsa Família (MUNDIM, 2010, p.118). Lavareda (2009) aposta mais na

influência do Bolsa Família e considera que os efeitos da economia foram indiretos.

Figura 6 – Jornal Folha de S. Paulo de 23 de setembro de 2006



Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.

No entanto, uma ressalva importante foi feita, com base em outros estudos, e atentou para as características sócio-demográficas do eleitorado que poderiam interferir na dinâmica do voto e, também, nos efeitos da cobertura midiática da eleição em 2006. Assim, Hunter e Power (2007) lembram que a aprovação do governo Lula era alta entre os diferentes grupos da sociedade, no entanto, as discussões sobre o escândalo do Mensalão não ocupavam os mesmos espaços e, por exemplo, os diferentes grupos em termos de escolaridade, divergiam a respeito do assunto.

A cobertura da mídia foi intensa e negativa a respeito do Mensalão, no entanto, seus efeitos nas urnas não foram sentidos pelo PT – efeitos limitados (COIMBRA, 2007; MUNDIM, 2010). Mundim (2010) argumenta, porém, que os efeitos da mídia no referido pleito existiram, no entanto, os escândalos que teriam afetado a opinião pública foram a compra de um dossiê sobre o PSDB

por petistas e a ausência de Lula no último debate presidencial realizado, tradicionalmente, pela TV Globo. Ele explica que os efeitos foram sentidos em outras candidaturas concorrentes que se beneficiaram na visibilidade negativa de Lula e do PT na cobertura da imprensa, ainda que não tenha sido suficiente para conduzir outro candidato ao poder; Lula, por sua vez, teria se valido de seu sucesso retrospectivo. Mundim (2010) ressalta, ainda, que a mesma situação em outro contexto, poderia ter levado à derrota do incumbente.

O resultado em 2006 foi uma eleição decidida em dois turnos, sendo o segundo vencido por Lula com 60,83% dos votos contra 39,17% dos votos conquistados por Geraldo Alckmin (PSDB).

Lula fechou seu primeiro ano de governo, em 2003, com uma avaliação positiva de 42%. Em 2010, o governo do ex-presidente foi avaliado como bom ou ótimo por 83% dos brasileiros, atingindo uma média histórica. Lula encerrou seu segundo mandato com capital político suficiente para apadrinhar sua sucessora na eleição de 2010. Dilma Rousseff, então Ministra da Casa Civil, era uma figura desconhecida de grande parte dos eleitores e se beneficiou do prestígio de Lula para se credenciar na disputa presidencial.

3.2.1.4 A primeira mulher na presidência

Na eleição presidencial de 2010, a polarização entre PT e PSDB, que marcava as eleições desde 1994, se manteve. Dilma Rousseff carregava o prestígio de Lula e José Serra era amparado pelo PSDB. No entanto, diante da boa aprovação do governo Lula, os candidatos opositoristas não conseguiam elaborar propostas de campanha que divergissem da atual boa situação do país, seja em termos econômicos ou sociais, e diversas críticas foram feitas de que não era possível distinguir os projetos políticos da situação e da oposição, uma vez que a ideia do continuísmo estava embutida em ambos. Marina Silva (PV / Hoje Rede Sustentabilidade) se inseriu na disputa, com menos recursos políticos e financeiros, mas com uma nova proposta, mais voltada às questões pós-materialistas e alternativa à polarização e com uma campanha que priorizava as plataformas digitais, como forma de suprir seu pouco tempo do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (RIBEIRO, BAPTISTA, 2011).

Dilma se candidatou amparada no prestígio de Lula, mas sua imagem também foi atrelada à figura materna, “o epíteto Mãe do povo mostrou-se um recurso retórico – construído no interior da cultura – muito eficaz do ponto de vista político, uma estratégia sensível, capaz de apresentar o modelo de bom governo com forte apelo emocional (PIRES, 2011, p. 159).

Durante o período eleitoral, escândalos de corrupção surgiram, assim como em 2006, e a expectativa seria de interferência no resultado do pleito, especialmente, em função da ampla cobertura da imprensa. Em análise da cobertura midiática das eleições presidenciais de 2010, pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, Feres Jr. e Sassara (2016) reportam que o caso Erenice Guerra registrou maior repercussão (27,88%), dentre os seis casos repercutidos nos jornais: Erenice Guerra⁴³, referência a Eduardo Jorge⁴⁴, referência a Verônica Serra⁴⁵, Mensalão, Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia)⁴⁶, e Paulo Preto⁴⁷. Os cinco primeiros foram atribuídos ao PT e apenas o último, ao PSDB.

Em análise dos determinantes do voto em 2010, Calvet (2013) concluiu que a corrupção foi considerada um problema nacional àqueles eleitores distribuídos à direita do espectro ideológico. No segundo turno, na disputa direta entre Dilma e Serra, a questão da corrupção até representou um indicador mais relevante, mas não foi, de toda forma, suficiente para derrotar

⁴³ Erenice Guerra, então ministra da Casa Civil, foi acusada de tráfico de influência. Ela se afastou do cargo e o caso foi arquivado dois anos mais tarde.

⁴⁴ Refere-se a suspeitas de que pessoas ligadas à campanha de Dilma Rousseff teriam obtido cópias de declarações do imposto de renda do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge. (UOL Eleições. Entenda o caso da quebra de sigilo da filha de Serra e de pessoas ligadas ao candidato. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/09/05/entenda-o-caso-de-quebra-de-sigilo-de-filha-de-serra-e-pessoas-ligadas-ao-psdb.jhtm>>. Acesso em: 01 set. 2017).

⁴⁵ Dados das declarações de imposto de renda de Verônica Serra, filha do então candidato à presidência, José Serra, também teriam sido consultadas. (UOL Eleições. Entenda o caso da quebra de sigilo da filha de Serra e de pessoas ligadas ao candidato. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/09/05/entenda-o-caso-de-quebra-de-sigilo-de-filha-de-serra-e-pessoas-ligadas-ao-psdb.jhtm>>. Acesso em: 01 set. 2017).

⁴⁶ O deputado Índio da Costa (ex-DEM-RJ, atual PSD-RJ), à época candidato a vice-presidente na chapa de José Serra (PSDB) afirmou que o PT tinha estreitas relações com as Farc.

⁴⁷ Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto, ex-diretor da estatal Dersa durante a gestão do PSDB em São Paulo, teria “sumido” com 4 milhões de Reais que foram arrecadados ilegalmente para a campanha tucana. (PARDELLAS, S.; SEQUEIRA, C. O poderoso Paulo Preto. Revista Isto É - online. Disponível em: <https://istoe.com.br/106182_O+PODEROSO+PAULO+PRETO+PARTE+1/> . Acesso em: 01 set. 2017).

o PT. Do mesmo modo, Telles e Mundim (2016) concordam que o caso Erenice Guerra foi marginal à campanha de Dilma Rousseff, como mostram nos resultados da pesquisa de intenção de voto realizada em setembro de 2010⁴⁸, logo após a divulgação do caso Erenice, e Dilma aparece com 49,2% das intenções de voto, seguida por Serra, com 28,5%.

Calvet (2013) também analisa a relação entre a corrupção, a economia e o voto no incumbente. Ele conclui que tanto em 2006 quanto em 2010, a economia não aparecia como a maior preocupação dos brasileiros, de modo que a corrupção foi mais tolerada nos dois pleitos e os candidatos do governo, cujo partido estava envolvido nos escândalos, não sofreram perdas em função de uma boa situação econômica do país.

Oliveira e Martins (2012) analisaram os programas do HGPE de Dilma e Serra em 2010 e encontraram menções a escândalos de corrupção como forma de ataque. Na campanha de Dilma Rousseff, os ataques a Serra foram priorizados no segundo turno, quando a imagem do tucano foi vinculada a fraudes na licitação de obras no metrô de São Paulo e a figura de Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto. Por parte de José Serra, a mídia já vinha divulgando os escândalos envolvendo o tucano e sua família e ele utilizou o HGPE para explicar que estava sendo alvo de calúnias. Serra acusou seus adversários de violarem as declarações de imposto de renda de membros de sua família, inclusive de sua filha. O candidato aproveitou a oportunidade e comentou que o ex-presidente Collor, que sofreu impeachment por envolvimento com corrupção, era apoiador de Dilma. E também lembrou aos eleitores o caso do Mensalão que envolve figuras do partido de sua adversária. Por fim, Serra menciona o caso Erenice Guerra que era o mais comentado à época. Os autores (2012, p.251) lembram um trecho do programa de Serra de setembro de 2010: “Zé Dirceu, Dilma e Erenice. É isso que você quer para o Brasil?”.

⁴⁸ Pesquisa eleitoral realizada em 2010 pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE) em parceria com o grupo de pesquisa Opinião Pública (Universidade Federal de Minas Gerais). Amostra nacional com 3.026 casos na primeira volta (setembro) e 3.004 casos na segunda volta (outubro), com entrevistas a eleitores brasileiros com 18 anos ou mais. A margem de erro estimada foi de 2 pontos para mais ou para menos, com confiança de 95%.

Figura 7 – Jornal Folha de S. Paulo de 23 de setembro de 2010



Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.

Dilma Rousseff, a despeito dos escândalos de corrupção e dos ataques de José Serra durante a campanha, venceu a eleição de 2010 e deu continuidade ao governo do PT, ou ao que seria o terceiro mandato de Lula. A principal valência da eleição de 2010 foi o prestígio de Lula (TELLES, PIRES, 2015).

Logo no segundo ano de governo, em 2012, ocorreu o julgamento do caso Mensalão, iniciado em agosto, quando também ocorriam as campanhas municipais, para prefeitos e vereadores em todo o país. Apesar da grande circulação do tema da corrupção neste ano e pela lembrança de envolvimento de importantes figuras do PT, a imagem do governo não parece ter sofrido perdas em termos de avaliação: boa ou ótima em 62%. E as eleições municipais também parecem não ter sentido as discussões a respeito da corrupção e o partido da então presidenta Dilma Rousseff não foi penalizado. O PT perdeu duas capitais de 2008 para 2012, no entanto, foi o partido mais votado em 2012. Sobre as eleições municipais, considera-se sua relevância, na medida em que permitem construir alianças para o plano nacional e,

também, é o momento em que as lideranças locais reforçam apoios para as eleições majoritárias (BAPTISTA, MELO, 2012).

Em 2013, o acontecimento mais marcante foi a Copa das Confederações. A essa altura, o Brasil já se preparava para receber a Copa do Mundo em 2014 e em meio a essa organização, alguns setores da sociedade demonstraram insatisfação diante dos gastos excessivos para esse fim, considerando que outras áreas problemáticas do país não recebiam a mesma atenção, além dos impostos elevados e a economia dando indícios de retração. Iniciou-se, então, uma manifestação que se espalhou pelo país, que ficou conhecida como “Jornadas de Junho” e levantou muitas bandeiras, entre elas, contra a corrupção e desfavoráveis aos partidos políticos.

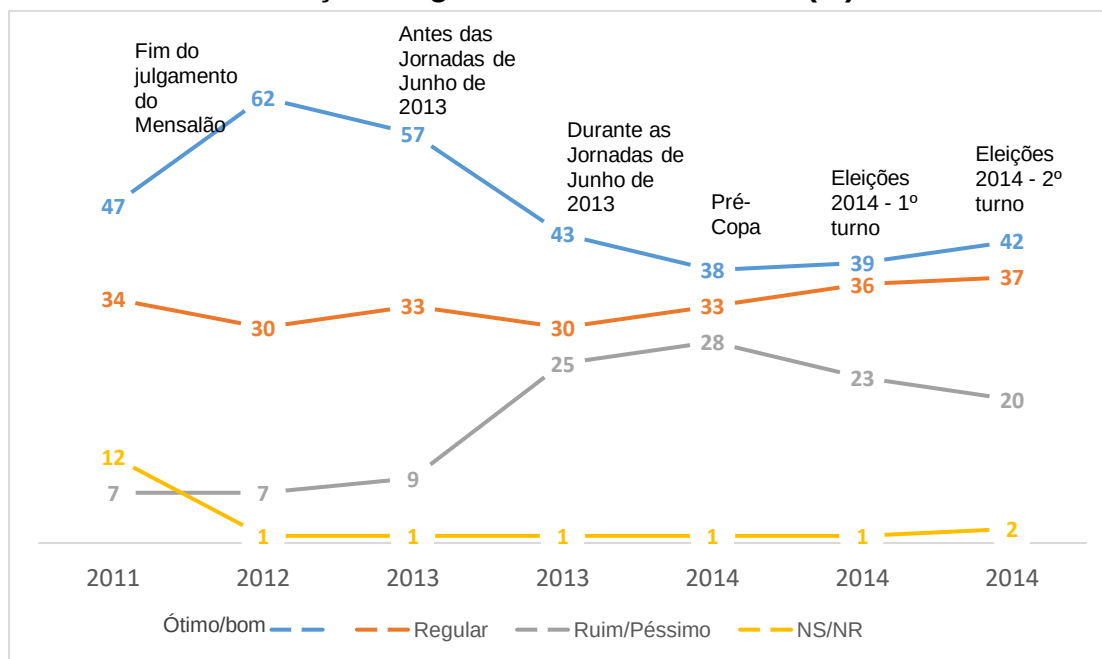
O que motivou as primeiras manifestações foi um levante popular contra o aumento da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo em R\$ 0,20. A primeira manifestação ocorreu em 6 de junho, em São Paulo e foi organizada pelo Movimento Passe Livre com cerca de 3 mil participantes. Outra característica que marcou essa série de protestos foi a utilização dos Sites de Redes Sociais (SRSs) como forma de organização dos manifestantes.

Diversos estudos mostraram como a cobertura da grande mídia durante as manifestações foi seletiva, no sentido de colocar os manifestantes enquanto vândalos e atribuir a eles as responsabilidades pelos danos causados durante os protestos, ou mesmo, por brigas e lutas corporais. Ziller (2014) destaca como essa seleção ficou evidente até mesmo no posicionamento nas ruas dos repórteres da mídia tradicional em comparação com a mídia alternativa, que proliferou na época e ainda se mantém ativa, especialmente em momentos de protesto. A mídia tradicional posicionava seus repórteres atrás da polícia ou fazia imagens aéreas, enquanto a mídia alternativa se misturava aos manifestantes. Essa postura causou não apenas estranhamento da audiência, como também, um sentimento de repúdio, como podia ser visto em diversos cartazes que mostravam contrários aos grandes conglomerados de mídia, como Globo, Bandeirantes e Record. Esse distanciamento da grande mídia também se traduziu na sua agenda, que por diversas vezes negligenciou o que ocorria nas ruas das grandes cidades brasileiras, ou abordou os protestos por outro viés, o da arruaça e da violência (ZILLER, 2014).

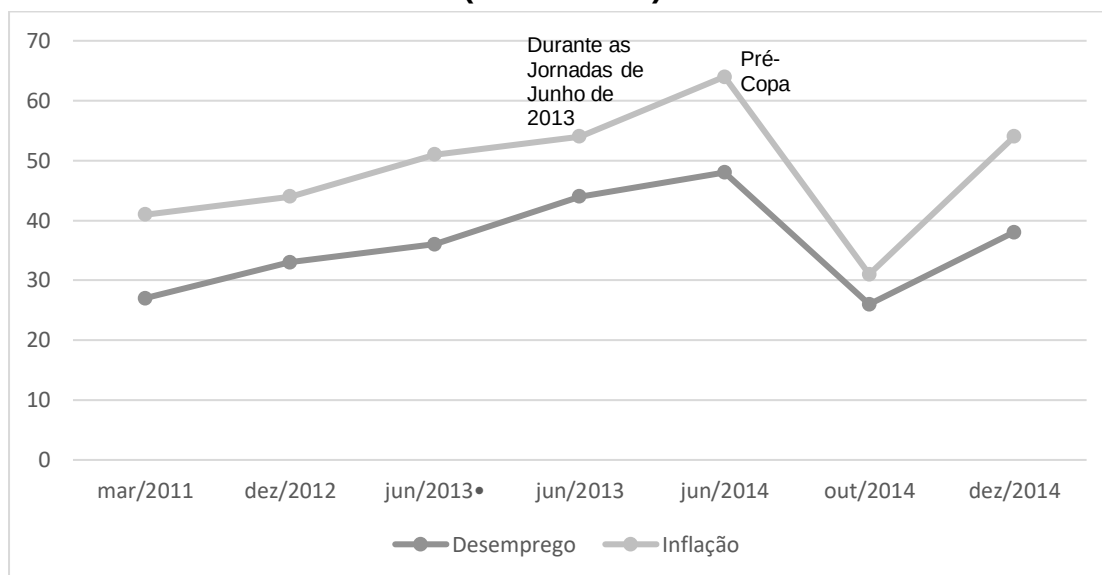
Feres, Miguel e Barbabela (2014) nomeiam três aspectos que foram importantes na condução das manifestações de junho de 2013: revolução das expectativas crescentes; ressentimento da classe média tradicional; e o colapso dos canais de participação. O segundo aspecto é interessante ao contexto de 2013, uma vez durante o governo Lula teve asensão a chamada nova classe média, que conquistou com o poder de compra, não todos, mas muitos espaços da tradicional classe média (COUTO, 2014). E a tradicional classe média não viu esperança de melhoras com a continuação do governo do PT, com Dilma Rousseff.

Singer (2013) resumiu, de acordo com grande parte das análises feitas, dois momentos das manifestações e dois segmentos de classe da sociedade presentes nos protestos. Em um primeiro momento, a participação predominante foi da classe média, dessa tradicional a qual nos referimos anteriormente. Em um segundo tempo, percebeu-se a presença de classes mais baixas, formadas por trabalhadores menos qualificados e com menor estabilidade no trabalho. O autor, a partir disso, sugere uma terceira hipótese de que as duas classes participaram simultaneamente, de um lado a expressão da classe média tradicional insatisfeita com a estagnação em que se encontrava e, de outro, a classe que outros autores nomearam como precariado e Singer (2013) prefere intitular como novo proletariado – trabalhadores, de maioria jovem, que conseguiram o primeiro emprego formal no governo Lula, mas que sofrem com baixos salários e pouca estabilidade no trabalho.

O resultado das manifestações foi sentido na redução da aprovação do governo Dilma, como podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 5 - Avaliação do governo Dilma Rousseff (%) – 2011 a 2014Fonte: Datafolha⁴⁹

A economia também já causava desconfi a com relação ao futuro, o que se refletiu nas pesquisas publicadas na época.

Gráfico 6 – Expectativas sobre o aumento do desemprego e da inflação (2011 a 2014)Fonte: Datafolha⁵⁰.

⁴⁹ Série temporal realizada pelo Datafolha. Pesquisa realizada nos dias 2 e 3 de dezembro de 2014, com 2896 entrevistas, em 173 municípios. A margem de erro máxima   de dois percentuais para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/12/08/avaliacao-dilma.pdf>>

⁵⁰ Série temporal realizada pelo Datafolha. Pesquisa realizada nos dias 26 e 27 de abril de 2017, com 2781 entrevistas, em 172 municípios, com margem de erro máxima de dois pontos

Observa-se no gráfico 6 que as expectativas com relação ao aumento da inflação e do desemprego tornam-se ainda maiores em 2013, a partir dos protestos. Em junho foram realizadas duas rodadas de entrevistas que resultaram em mudança para mais percepção sobre a economia no mesmo mês.

Tabela 4 - Principal problema do país (%) – 2011 a 2014

	03.11	01.12	12.12	06.13	02.14
Saúde	31	39	40	48	45
Segurança pública/ Violência	16	14	20	10	18
Educação	12	8	11	13	9
Desemprego	11	9	6	4	4
Fome/Miséria	7	5	3	2	2
Corrupção	<u>3</u>	<u>7</u>	<u>4</u>	<u>11</u>	<u>10</u>
Salários	3	1	1	1	1
Drogas/Tráfico de drogas	2	2	1	-	1
Habitação	2	2	1	-	-
Distribuição de renda/Desigualdade social	1	1	0	-	1
Economia	1	1	1	2	-
Outro problema	4	5	2	2	3
NS/NR	4	4	4	2	2

Fonte: Datafolha⁵¹.

O ano de 2014 seria marcado, inicialmente, por dois importantes e já previstos acontecimentos: a Copa do Mundo de futebol e as eleições presidenciais. O gráfico 6 mostra que as expectativas com relação a economia no mês de junho de 2014, que antecedeu a Copa, foram ainda piores. As pesquisas realizadas nos meses pré-Copa pela SECOM revelavam a preocupação dos cidadãos com relação ao aumento dos gastos, com um possível prejuízo financeiro do país e, ainda, com o legado pós-Copa, já que muitas obras foram realizadas apenas com essa finalidade.

Entretanto, em 17 março de 2014 foi revelado um esquema de corrupção que envolvia a estatal Petrobras. O esquema foi detalhando, com o passar dos meses, o envolvimento de importantes nomes da política brasileira

percentuais para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%. Disponível em:

<[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2017/05/02/908f70cd01424357908f70cd01424357908f70cd01424357908f70cd01424357.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2017/05/02/908f70cd01424357908f70cd01424357908f70cd01424357908f70cd01424357908f70cd01424357.pdf)>

⁵¹ Série temporal realizada pelo Datafolha. Pesquisa realizada nos dias 26 e 27 de abril de 2017, com 2781 entrevistas, em 172 municípios, com margem de erro máxima de dois pontos percentuais para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%.

e, sobretudo, do governo Dilma, além de grandes empresas do setor privado, e a quantia envolvida era cada vez maior (o caso será detalhado no capítulo 4). Ainda que Dilma não tivesse sido formalmente acusada, a repercussão negativa para a imagem já desgastada de seu governo era inevitável (BAPTISTA, 2016, 2017; BORBA, VEIGA, MARTINS, 2015).

Também foi um ano de acirradas eleições presidenciais. Foram oficializadas onze candidaturas a este pleito. Novamente a polarização entre PT e PSDB estava em cena, nas figuras de Dilma Rousseff (PT), que pleiteava a reeleição, e Aécio Neves (PSDB), que vinha construindo sua imagem política e como presidenciável há alguns anos colecionando bons resultados estaduais (BAPTISTA, 2011). Oliveira, Maia e Mira (2015) argumentam, por outro lado, que não se trataria exatamente de uma polarização entre PT e PSDB, mas sim, de um eixo em que de um lado estariam os que apoiam o PT e de outro, os que queriam retirar o PT do poder, ainda que para isso tivessem que votar em alguma legenda com a qual não concordassem.

Ainda que os brasileiros estivessem mais inclinados a uma mudança, como mostram Borba, Veiga e Martins (2015), aliado à baixa avaliação positiva do governo de Dilma Rousseff, que variou entre 31% e 38%, de junho a setembro de 2014⁵², as pesquisas de intenção de voto ainda posicionavam a petista em primeiro lugar.

Martins e Leal (2015) analisaram as pré-campanhas do PT em 2014 e corroboram a presença dessa ideia de “mudança” presente dentro das mensagens do partido, que destaca que o país vem mudando para melhor e pode continuar crescendo. O ataque foi direcionado ao principal adversário, o PSDB, que foi associado à imagem do atraso e do desemprego. Os tucanos, por sua vez, enfatizaram as qualidades e capacidades que conferiam a Aécio Neves o que era necessário para que ele fosse o presidenciável. Também falaram no desejo de mudança, mas pelo viés da oposição, de que o mundo atual não está bom. Aécio destacou suas origens em uma família de tradição na política e falou em valores como honestidade, além de resgatar a memória

⁵² Série temporal realizada pelo Ibope. Pesquisa realizada entre 5 e 8 de dezembro de 2014, com 2002 entrevistas, em 142 municípios. A margem de erro estimada é de dois percentuais para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

de seu avô, Tancredo Neves, estratégias já usadas em outras oportunidades (BAPTISTA, 2011; MARTINS, LEAL, 2015). O PSB também fala em mudança, mostrando um bate papo entre Eduardo Campos e Marina Silva. O que pode observar, portanto, dos três partidos é a consonância com as pesquisas que mostram os anseios dos brasileiros.

O terceiro lugar nas pesquisas de intenção de voto era de Eduardo Campos (PSB), mas um parêntese é preciso para explicar sua saída e a entrada de Marina Silva. Eduardo Campos sofreu um fatal acidente aéreo em 13 de agosto de 2014 e sua vice, Marina Silva, assumiu a candidatura. Esse acontecimento é relevante, pois Marina surgiu bem colocada nas pesquisas, logo após a morte de seu companheiro de chapa, o que muitos atribuem a um efeito emotivo. No início de agosto de 2014, Eduardo Campos apareceu em terceiro lugar, com 9% das intenções de voto⁵³. Ao final do mês, já com Marina Silva, a pesquisa indicava que a candidata que ocupava então a vaga deixada por Campos aparecia com 34% das intenções de voto, empatada com Dilma Rousseff e Aécio Neves surgia em terceiro lugar, com 15%⁵⁴.

A propaganda política tradicional, nas ruas, com panfletos, banners e outros recursos visuais mais antigos não foram suplantados, mas, ao menos nos grandes centros, perderam sua importância e dividiram os recursos financeiros dos candidatos com os recursos online (OLIVEIRA, MAIA, MIRA, 2015). Mencionamos o uso intenso dos Sites de Redes Sociais (SRSs) na campanha de 2014, tanto por parte dos candidatos quanto dos eleitores. Os candidatos estenderam as discussões travadas nos espaços tradicionais de campanha para os SRSs, onde também abordaram outros temas que não ganharam espaço nos programas do HGPE, trabalharam a campanha negativa, expandiram a disputa junto aos apoiadores e se credenciaram na corrida eleitoral (ROSSINI et al., 2016).

De modo geral, foi uma campanha agressiva e negativas, tanto nos programas do HGPE quanto nos SRSs (MAIA, 2017; ROSSINI et al. 2016).

⁵³ Pesquisa Ibope realizada com 2.506 eleitores entre os dias 3 e 6 de agosto de 2014, em 175 municípios brasileiros. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%.

⁵⁴ A pesquisa Datafolha foi realizada com 2.874 eleitores em 178 municípios brasileiros. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Marina Silva se tornou uma alternativa política à polarização e poderia ser uma ameaça tanto para Dilma quanto para Aécio em caso de uma disputa de segundo turno. Assim, ela se tornou alvo prioritário de ataques.

No segundo turno, a disputa foi entre Dilma e Aécio. Dilma Rousseff vinha de um histórico de programas sociais bem avaliados, desde a gestão de Lula da Silva, porém, a situação econômica do país já apresentava indícios de instabilidade, aliado ao escândalo da Lava Jato. O tema da corrupção foi mais evidente nos debates entre os candidatos e nas mensagens nos SRSs. Na imprensa, o tema circulava em tom especulativo.

Nos dois turnos, Dilma Rousseff trouxe o tema da corrupção, enfatizando que seu governo intensificaria o combate e as investigações aos casos, e que os corruptos seriam punidos. Martins e Oliveira (2016), analisando os programas do HGPE de Dilma concluíram que a corrupção foi tema em 8,49% do tempo total dos programas do primeiro turno (equivalente a 19'22'') e no segundo turno, ocupou 4,94% (equivalente a 8'24'').

Figura 8 – Jornal Folha de S. Paulo de 25 de outubro de 2014

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 folha.com.br

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ANO 94 • SÁBADO, 25 DE OUTUBRO DE 2014 • Nº 35.252 EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 13H13 • R\$ 3,00

“Não posso me calar frente a esse ato de terrorismo eleitoral articulado pela revista ‘Veja’ e seus parceiros ocultos”

DILMA ROUSSEFF
candidata do PT à Presidência

“Se comprovado, é a prova de caixa dois [na campanha do PT]”

AÉCIO NEVES
candidato do PSDB ao Planalto

Doleiro acusa Lula e Dilma, que fala em terror eleitoral

Ambos sabiam de desvios na Petrobras, diz delator; para Aécio, caso é ‘extremamente grave’

A presidente Dilma Rousseff, candidata do PT à reeleição, e o ex-presidente Lula sabiam do esquema de desvio de dinheiro nos contratos na Petrobras, disse à PF e à Procuradoria o doleiro Alberto Youssef, em processo de delação premiada.

Youssef é réu da Operação Lava Jato, que apura denúncias de lavagem de dinheiro na estatal. A afirmação foi publicada pela revista “Veja” e confirmada pela **Folha**. Dilma chamou a denúncia, divulgada a dois dias do pleito, de “terrorismo eleitoral”.

A reportagem, afirmou a petista no último dia de propaganda na TV, não apresentou “prova concreta” que a relacionasse ao escândalo na Petrobras. “Eu darei a resposta na Justiça,” Questionado sobre o tema, Lula declarou: “Não acho nada”.

Em nota, a revista disse que a presidente “centrou suas críticas no mensageiro, quando o cerne do problema foi produzido pelos fatos degradantes na Petrobras”. O candidato Aécio Neves (PSDB) considerou o caso “extremamente grave”.

Para o tucano, se houver comprovação do relato, “é a prova de que houve caixa dois” na campanha do PT. A coligação de Dilma pediu à Justiça, sem sucesso, que fossem retiradas do Facebook menções à reportagem. *Eleições 2014* pág. 1, 3 e 4



Em estúdio da Rede Globo, Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) se cumprimentam no último debate do segundo turno da eleição presidencial

Corrupção e ataques mútuos dão o tom do último debate

As acusações de desvios na Petrobras voltaram à tona no último debate na TV entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), realizada pela Rede Globo.

Em vantagem nas pesquisas eleitorais, o tucano disse que a adversária patrocinou “a mais sórdida das campanhas”. A petista reafirmou que o PSDB varteu escândalos para debaixo do tapete. *Eleições 2014* pág. 6 e 7

NELSON DE SÁ
Globo e presidenciais despendem indecisos
Eleições 2014 pág. 6

CLÓVIS ROSSI
Roteiro muito ensaiado

Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.

O último programa do HGPE de Dilma Rousseff precisa ser mencionado nesse contexto em que tanto enfatizamos a mídia enquanto ator político e, sobretudo, justificamos que uma das formas de mensurar a percepção da corrupção é observando a cobertura midiática. O referido programa foi ao ar na noite do dia 24 de outubro de 2014 e foi quase inteiramente dedicado a responder à matéria principal da revista *Veja* anunciava e denunciava “Eles sabiam de tudo”. Em seu site, em 23 de outubro, a revista adiantava a matéria que circularia em sua edição de número 2397 (nas versões impressa e digital) a partir do dia 29 de outubro. A matéria dava conta de mais uma delação premiada do doleiro Alberto Youssef que, dessa vez, já estava preso. O doleiro é perguntado sobre o comprometimento das autoridades no esquema de corrupção da Petrobras e Youssef diz, segundo a revista *Veja*, de modo

taxativo, que “o Planalto sabia de tudo”. O delegado teria perguntado quem Planalto sabia do esquema e o doleiro teria respondido: “Lula e Dilma”. Não se pode perder de vista que essa antecipação da notícia no site foi feita apenas um antes do último programa do horário gratuito eleitoral ir ao ar.

Figura 9 – Capa da revista Veja de 29 de outubro de 2014



Fonte: Acervo digital revista Veja

Outros veículos também repercutiram a notícia ampliando seu alcance: “Lula e Dilma sabiam de corrupção na Petrobrás, diz revista” (O Estado de S. Paulo – 24 de outubro de 2014); “Revista diz que doleiro disse que Dilma e Lula sabiam de corrupção na Petrobras; advogado desconhece” (Jovem Pan

– 24 de outubro de 2014); “‘Veja’: doleiro diz que Dilma e Lula sabiam de tudo” (Jornal O Globo – 23 de outubro de 2014); “Lula e Dilma ‘sabiam de tudo’, diz revista” (Jornal Estado de Minas – 24 de outubro de 2014); “Veja: doleiro diz que Dilma e Lula sabiam de corrupção na Petrobras” (Congresso em Foco – 23 de outubro de 2014).

O referido programa eleitoral de 24 de outubro inicia com o apresentador associando a reportagem da revista Veja a uma tentativa de reverter o primeiro lugar de Dilma nas pesquisas de intenção de voto. Além disso, acusa a revista de ferir a ética jornalística, uma vez que, segundo afirmou o programa de Dilma, as acusações eram falsas. Na sequência, Dilma retoma sua campanha, reafirmando seus compromissos, resumindo suas conquistas no primeiro mandato e garantindo o apoio de Lula. A propaganda de Aécio Neves, no mesmo dia, segue seu curso normal e ao final agradece aos eleitores pelo apoio durante toda a campanha. Nos minutos finais, é estampada a capa da revista Veja com a notícia sobre a acusação de Youssef de que Dilma e Lula sabiam do esquema. A estratégia foi deslocar o trecho do programa de Aécio e, portanto, de sua responsabilidade, para que o eleitor entendesse como um alerta ao eleitor.

Ao final da eleição de 2014, em termos de gramática de campanha, o que se pode dizer é que Dilma contrariou a premissa de que o mandatário que lidera as pesquisas de intenção de voto tende a atacar menos (BORBA, VEIGA, MARTINS, 2015; ROSSINI et al., 2016), enfatizando o acirramento do pleito. Apesar de todos os ataques, Dilma venceu a disputa, mas com uma pequena vantagem, 51,64% contra 48,36% dos votos de Aécio (dados do TSE). Salientamos que a disputa foi acalorada entre os candidatos, sobretudo no segundo turno. Isso se estendeu também aos eleitores, que travaram grandes discussões e debates, especialmente nos SRSs, e a mesma polarização que vemos nas disputas eleitorais foram percebidas nesses espaços.

Dilma Rousseff deu sequência, portanto, ao seu governo e ainda manteve boas avaliações de sua administração no fim de 2014. O início de 2015, entretanto já deixava pistas das dificuldades que o governo encontraria, em função do agravamento da Lava Jato, do declínio das avaliações de

governo e a economia também já chamava atenção. Os protestos pós-eleitorais organizados pela direita davam continuidade ao que muitos chamaram de “terceiro turno da campanha eleitoral”.

Surgiram e ressurgiram diversos movimentos sociais, tanto com pautas de direita quanto de esquerda, e disputaram as ruas e os SRSs com discussões e debates políticos. Mais próximos ou declaradamente de direita podemos destacar três movimentos: Movimento Brasil Livre (MBL), cuja figura de destaque é Kim Kataguiri; o Vem pra Rua, liderado por Rogério Chequer; e o Movimento Contra a Corrupção, que tem em Carla Salgado uma de suas principais representantes. Eles participam das discussões políticas, no entanto, se colocam livres da influência ou financiamento partidário. A esquerda também se mobilizou em apoio a Dilma e os movimentos eram organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), por centrais sindicais, pelo Movimento dos Sem Terra (MST) e alguns partidos como o PSOL, PCdoB e PCO.

Telles (2015) apresenta os dados de um *survey*⁵⁵ realizado durante uma manifestação realizada em Belo Horizonte, em 12 de abril de 2015, e o perfil dos participantes indicou que era, em sua maioria, um público interessado em política e que se informava sobre ela, sobretudo, pela internet e que pouco confiava na grande mídia. Além disso, não eram liderados por políticos tradicionais e o grande mote da manifestação era contra a corrupção (36%), e ainda uma parcela um pouco menor também pedia a saída da então presidenta Dilma (16%). Ainda que a maior parte dos entrevistados se posicionassem sem partido (42,7%), outra grande parcela (36,4%) se diziam identificados com o PSDB. Na mesma linha, 47,2% dos respondentes se autocalizaram ao centro do espectro ideológico e 39,2% se posicionaram à direita. Pessimistas com relação ao futuro do país e da economia, 31,3% dos entrevistados acreditavam que Dilma Rousseff, àquela altura, deveria renunciar e outros 27,6% entendiam que o impeachment seria o melhor caminho para o Brasil.

O fim do ano foi marcado pelo clima de insatisfação de grande parte dos

⁵⁵ Pesquisa realizada pelo grupo Opinião Pública (UFMG) em parceria com o Centro de Convergência de Novas Mídias (UFMG) e a Agência Press Consultoria em Informação, em 12 de abril de 2015, em Belo Horizonte. Foram realizadas 352 entrevistas. Margem de erro de 4,8 pp.

brasileiros com o rumo da política e da economia brasileira, e a corrupção ocupava a primeira posição na lista de principais problemas do Brasil, ficando atrás da saúde que normalmente está no topo desse *ranking*. Os rumos tomados pela investigação sobre a Lava Jato revelaram a participação de diversos importantes e tradicionais nomes da política brasileira, de muitos partidos políticos, a despeito da orientação ideológica e a atuação de renomadas empresas do setor privado. Essa situação agravou a desconfiança dos cidadãos com relação à política.

As pessoas estavam convencidas a respeito da abertura do processo de impeachment contra a então presidenta Dilma.

Tabela 5 – Opinião sobre a abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff – 2015

	9 e 10/04/2015	4 e 5/08/2015	25 e 26/11/2015
Sim, deveria	63	66	65
Não deveria	33	28	30
Não sabe	4	4	5

Fonte: Datafolha⁵⁶

Em 2 de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) acatou o pedido de impeachment de Dilma Rousseff, sob a alegação de crimes de responsabilidade fiscal, que ficaram mais conhecidos como pedaladas fiscais, que se tratam de manobras contábeis para maquiar gastos que são feitos acima dos limites legais. O pedido foi protocolado pelos juristas Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr. e Hélio Bicudo (O pedido foi, ainda, assinado por três líderes de movimentos sociais que foram articulados em 2015, contra o governo Dilma: Kim Kataguiri, do Movimento Brasil Livre – MBL; Rogério Chequer, do movimento Vem pra Rua; e Carla Salgado, do Movimento Contra a Corrupção). No texto em questão, outras acusações são feitas, como a abertura de créditos suplementares para o Orçamento sem que passassem pela aprovação do Congresso, além de prejuízos causados à estatal Petrobras em função da compra da refinaria de Pasadena e, também, danos em razão

⁵⁶ O Datafolha acompanhou essa questão em três rodadas de pesquisas e os três resultados podem ser consultados no relatório da sondagem realizada de 25 a 26 de novembro, com 3.541 entrevistas em 185 municípios, com margem de erro máxima 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/11/30/avaliacao_dilma.pdf>

da Operação Lava Jato⁵⁷.

Em 7 de dezembro, o então vice presidente, Michel Temer, enviou uma carta à Dilma Rousseff, na qual ele expressou seu descontentamento na relação entre presidente e vice, reclamando a ausência de um protagonismo político e se colocando como “vice decorativo”. Ao final da carta, Temer também afirma que Dilma não confia nele e em seu partido, o PMDB, não confiava naquele momento e continuaria sem confiança. Sua assessoria informou, no entanto, que a carta seguiu em caráter pessoal e não tinha o propósito de se tornar pública⁵⁸.

Em 2016, além das implicações da Lava Jato, as discussões ainda davam conta do impeachment de Dilma Rousseff. Ainda que as alegações não tivessem relação com a Lava Jato, o governo Dilma já estava imerso em crise e desgastado em função das acusações e prisões de importantes membros e aliados do governo. Soma-se a isso uma grave crise econômica e a maior taxa de desemprego dos últimos anos.

A Câmara dos Deputados votou em 17 de abril pela instauração do processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff: 367 votos a favor e 137 contra, e 7 abstenções⁵⁹. Em 12 de maio, o Senado aprovou, por 55 votos a favor e 22 contra (sem abstenções), a admissibilidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff que foi, então, afastada do mandato por 180 dias. A votação foi transmitida ao vivo pela TV Senado. O vice-presidente, Michel Temer, assumiu interinamente, até a conclusão do processo. Em 31 de agosto, o impeachment de Dilma Vana Rousseff foi formalizado, com a cassação do mandato, porém sem a perda dos direitos políticos.

Ainda que os motivos que tenham levado à queda dos governos sejam diferentes, dois aspectos se assemelham nos casos de impeachment de Dilma Rousseff (2016) e Collor de Mello (1992): crise econômica e baixa

⁵⁷ Fonte: El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/03/politica/1449161619_984402.html>

⁵⁸ Carta de Michel Temer. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>>

⁵⁹ Fonte: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>>.

popularidade do governo.

O sentimento entre os brasileiros era e ainda é de descrença nos partidos e políticos existentes. No final de 2016 ocorreram as eleições municipais em que o eleitor optou por figuras que se posicionavam fora do jogo político tradicional e distantes de um comportamento corrupto, e o personalismo, que já é um traço marcante na política brasileira, foi reforçado favorecendo, ainda, o aparecimento de *outsiders* (BAPTISTA, LOPES, MELO, 2017).

Neste capítulo trouxemos as principais abordagens da literatura brasileira para tratar o tema da corrupção política. Dentro das perspectivas que propõem a proximidade entre os campos político e midiático, bem como a mídia como ator político em cena, identificamos essa atuação da mídia em diferentes acontecimentos e mostramos como a corrupção está entranhada no sistema político e eleitoral brasileiros.

4. A REPRESENTAÇÃO DA OPERAÇÃO LAVA JATO NA IMPRENSA

A Operação Lava Jato trata-se de uma investigação conduzida no Brasil pela Polícia Federal (PF) relativa a um esquema de corrupção que envolve a Petrobras. A PF deflagrou a operação em 17 de março de 2014, unindo quatro linhas de investigação que tratavam da prática de crimes financeiros e desvios de recursos públicos⁶⁰. Já no primeiro dia da operação, 400 policiais federais participaram em 81 mandados de busca e apreensão, 10 mandados de prisão temporária foram cumpridos e 19 de condução coercitiva. A ação foi realizada, de acordo com informações da PF, em 17 cidades dos estados: DF, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e São Paulo. A magnitude e a importância do caso decorrem dos altos valores envolvidos, do tempo e, sobretudo, da natureza dos implicados, uma vez que percorre agentes públicos e privados.

Este capítulo tem como propósito caracterizar a Operação Mãos Limpas, um dos maiores casos de corrupção ocorridos na Itália e que em muito inspira a condução da Operação Lava Jato no Brasil. Do mesmo modo, apresentamos e tipificamos o maior caso de corrupção investigado no Brasil até o momento, e traçamos uma narrativa dos principais acontecimentos desde a sua deflagração ao impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Em seguida, situamos a Lava Jato na cobertura midiática brasileira entre os anos de 2014 e 2016, a partir de uma análise de conteúdo das revistas Carta Capital, Época, Isto É e Veja.

4.1 Mãos Limpas

Porém, antes de especificarmos o escândalo envolvendo a Petrobras precisamos compreender a operação italiana *Mani Pulite* ou Mãos Limpas que investigou um dos maiores casos de corrupção na Itália e que influenciou, de sobremaneira, a condução da Operação Lava Jato no Brasil, por apresentar características e *modus operandi* próximos.

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>>

A Itália é uma república parlamentarista com democracia representativa desde 1946, quando a monarquia foi abolida (2 de junho de 1946), após um referendo popular. Seu sistema é pluripartidário, admitindo a existência de vários partidos, que podem ou não atuar em coalizão. Os poderes são divididos em: poder legislativo, poder executivo e poder judiciário. A figura do chefe do governo é centrada no primeiro ministro, que é nomeado pelo presidente e confirmado pelo parlamento, para um mandato de 5 anos. Muitos estudiosos convencionaram a distinção entre a Primeira República (1948-1993) e a Segunda República (após 1993) (GRILLI DI CORTONA, 2007). Em 1993, em meio a uma crise política, um referendo popular deferiu pelo fim do Sistema eleitoral proporcional da Primeira República e na esperança de que a fragmentação do sistema partidário. A partir disso, o sistema passa a ser majoritário.

A Itália da pós-guerra não era uma exceção: era uma democracia de consenso na medida em que nunca experimentou uma alternância no governo entre várias opções políticas. É evidente que um modelo democrático se institucionaliza gradualmente, o que é exatamente o que aconteceu na Itália. Na verdade, nos governos da Itália pós-guerra baseavam-se em grandes coalizões centristas, com um papel fundamental e permanente para os Democratas Cristãos (DC), sem qualquer possibilidade de alternância no governo de uma coalizão guiada pelo Partido Comunista (PCI) (FRABBRINI, 2014, p.146, tradução nossa)⁶¹.

A década de 1990 marcou a Itália em um conjunto de transformações políticas, administrativas, eleitorais e constitucionais (BOLGHERINI, 2007). O sistema político italiano, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, se caracterizava por sua estabilidade, com a importante atuação do partido Democracia Cristã (DC) no governo nacional. Os escândalos de corrupção causaram uma quebra nessa estabilidade e uma crise no sistema partidário: assistiu-se à emergência de uma alternância no governo; a investidura eleitoral

⁶¹ "Post-war Italy was not an exception: it was a consensus democracy in so far as it never experimented with an alternation in government between various political options. It goes without saying that a democratic model becomes institutionalised gradually, which is precisely what happened in Italy. In fact, in post-war Italy governments were based on large centrist coalitions, with a permanent pivotal role for the Christian Democrats (DC), without any possibility of an alternation in government from a coalition guided by the Communist Party (PCI)" (FRABBRINI, 2014, p.146).

quase direta do Primeiro-ministro, ainda que não prevista na Constituição; e o surgimento de novos atores políticos.

Dentre os escândalos de corrupção de relevância na Itália, a operação *Mani Pulite* certamente foi a mais danosa. Traduzida por “mãos limpas”, a operação teve início em 1992 na Itália. Tratou-se de um movimento anticorrupção iniciado pelo Judiciário e no decorrer da operação diversos políticos influentes foram acusados por envolvimento em crimes relacionados à corrupção, além de agentes do âmbito privado. Foi um momento significativo na história italiana e delineou um caminho diferente do discurso público sobre a corrupção, influenciando a opinião pública e os meios de comunicação (NEWELL, 2005; ROMA, 2014). Segundo Della Porta e Vannuci (1999), a décima terceira legislatura, eleita em 1996, foi o primeiro parlamento a tentar resolver a emergência de corrupção. Acconcia e Cantabene (2008) acreditam que uma possível explicação para a queda do nível de corrupção na Itália passa pela Operação Mãos Limpas. Inicialmente, a operação se limitou à cidade de Milão, mas em pouco tempo já alcançava todo o país.

Em 1992, o primeiro acontecimento relacionado à Mãos Limpas foi a prisão por suborno do funcionário público, Mario Chiesa. Ele era um importante nome do Partido Socialista Italiano (PSI) e atuava como diretor da antiga instituição Pio Albergo Trivulzio (fundada em Milão em 1771), que abriga asilos e orfanatos. Ele foi detido em flagrante no momento em que cobrava ilegalmente uma comissão para facilitar o contrato de limpeza da instituição, ele foi preso com dinheiro de propina no bolso, cerca de sete mil liras (nesta altura, equivalente a US\$ 4.000,00). Assim, teve início da operação *Mani Pulite*, conduzida pelo procurador Antonio Di Pietro, que investigou o pagamento de propina por parte de empresas privadas para garantir os contratos com as instituições e órgãos públicos, e também o destino de recursos para o financiamento de campanhas políticas.

Figura 10 – Jornal italiano Corriere della Sera noticia a prisão de Chiesa em 1992

40 MARTEDÌ 18 FEBBRAIO 1992 CRONACA DI MILANO CORRIERE DELLA SERA

Clamoroso arresto al Pio Albergo Trivulzio, istituzione dell'assistenza alle dipendenze di palazzo Marino

Bustarelle: Mario Chiesa in manette

Il presidente della Baggina e dei Martinetti è stato bloccato dai carabinieri nel suo ufficio. L'accusa è di concussione, forse per irregolarità nella vendita di immobili e negli appalti

E la notizia esplode in pieno consiglio comunale. Borghini: mi spiace. Bobo Craxi: Psi estraneo

Clamoroso arresto sulla scena politica milanese. È finito in manette Mario Chiesa, 47 anni, ingegnere, socialista, potente e chiacchierato presidente del Pio Albergo Trivulzio, l'ente comunale cui fanno capo le storiche istituzioni dell'assistenza agli anziani e ai bambini (Baggina e Martinetti).

L'accusa è molto grave: concussione, cioè l'aver preteso tangenti e bustarelle approfittando del proprio ruolo di pubblico funzionario.

La cattura, destinata a mettere a rumore in questa vigilia elettorale l'ambiente dei partiti per la notorietà del personaggio e la rilevanza della sua posizione, è avvenuta alle 18,30 di ieri pomeriggio.

Tre carabinieri in borghese si sono presentati nei locali dell'ufficio di presidenza del Trivulzio e hanno chiesto di vedere Chiesa. Il presidente li ha fatti accomodare e nel giro di pochi secondi ha avuto l'amara sorpresa: «Deve seguirsi in caserma». Chiesa ha ottenuto di poter chiamare i suoi avvocati, Roberto Panari e Nerio Dioda. Giunti i legali, un gruppo di carabinieri ha cominciato un'ispezione setacciando cassetti e armadi alla ricerca di documenti utili all'inchiesta.

Finita la perquisizione, Chiesa è stato portato in via Moscova, sulla sua -164-, di rappresentanza ma con due carabinieri accanto come angeli custodi.

Nella caserma era già in attesa il sostituto procuratore Di Pietro, che aveva firmato l'ordine di custodia cautelare. È stato avviato il primo interrogatorio. Soltanto dopo le 21 il comando dei carabinieri ha confermato con un laconico comunicato l'arresto, sul quale da almeno due ore si intrecciavano indiscrezioni senza conferma.

Alle 22,15 in via Moscova sono state condotte quattro impiegate del Trivulzio, presumibilmente per confronti e verifiche degli elementi che a mano a mano emergono. Cinque minuti più tardi nel cortile è entrato un blindato dal quale sono state scaricate casse di fascicoli. Alla stessa ora è arrivata la moglie di

Mario Chiesa (la coppia ha un figlio di 15 anni). Ma quali sono gli episodi che hanno portato all'accusa di concussione? Per il momento la materia delle indagini è top secret. Si è saputo soltanto che il lavoro del magistrato andava avanti da un anno. Sui possibili filoni investigativi solo ipotesi. Il Trivulzio è proprietario di un ingentissimo patrimonio immobiliare, in parte acquistato grazie alle donazioni. Chiesa ha gestito questo patrimonio per quanto riguarda vendite, affitti e appalti su lavori di manutenzione e ristrutturazione. Si può presumere che proprio in una delle tante operazioni sia maturato il reato che l'ha portato a San Vittore.

 Il presidente del Pio Albergo Trivulzio Mario Chiesa

«Hanno arrestato Chiesa». In consiglio comunale la prima la voce è passata con discrezione di banco in banco. Poi l'ex missino Tommaso Staiti ha rotto gli indugi e, prendendo la parola, ha chiesto ufficialmente a Borghini la conferma della notizia. Il sindaco ha perso tempo. «Non sono a conoscenza di nessuna notizia che riguardi il dottor Chiesa se permetto processi in assenza di imputati e imputazioni». Erano le 21,10.

Ma ormai nell'aula non si parlava d'altro. I consiglieri Smuraglia e Gay hanno insistito. «Nessun processo, ma la notizia ci riguarda molto da vicino. Chiesa è stato nominato da noi alla guida di un ente comunale». La conferma dell'arresto è arrivata poco prima delle 22.

«Non so se sia al Senato sotto il segno della «Legge pensanti e casalinghe» così come fecero a Brescia. La notizia ha fatto tirare un sospiro di sollievo a Borghini ma per lui i problemi non sono finiti. Sempre ieri sera infatti la maggioranza si è trovata nuovamente in difficoltà dopo che il consigliere socialista Walter Aruani ha annunciato di astenersi sulla delibera che fissa il nuovo regolamento per appalti e contratti presentata dal suo compagno di partito Pino Cozza, uno dei due assessori ad interim in attesa dell'insediamento dei tecnici in giunta. Criticata anche dal socialista Banfi, la delibera è stata ritirata per evitare una bocciatura scontata. Se ne riparerà venerdì.

«Motivo della ribellione alla sull'annullamento delle nomine decise dal Tar. Fare oppure no il ricorso al consiglio di Stato? I consiglieri Attilio Schemmari e Giuliano Banfi nel pomeriggio avevano spazzato tutti firmando un documento con alcuni riformisti del Pds tra i quali l'ex assessore Massimo Perini: ricorso e dibattito in consiglio. La cosa non è piaciuta né alla Dc né al Psi che, avendo presentato il ricorso sulle nomine quando erano all'opposizione, ora si trovano nell'impacciato ruolo di chiederne ai giudici l'annullamento di una sentenza che da loro ragione. Se in aula si litiga e si discute su contratti e appalti, dietro le quinte si parla solo di elezioni. Il repubblicano Franco De Angelis ufficializza la sua

Legenda: Notícia do jornal italiano Corriere della Sera, em fevereiro de 1992, sobre a prisão de Chiesa.

Fonte: Corriere della Sera – Arquivos⁶²

O ano de 1992 também foi de eleições legislativas na Itália e Mario Chiesa era um importante nome do Partido Socialista Italiano (PSI). Logo após a prisão de Chiesa, o partido se pronunciou, garantindo não ter qualquer conhecimento dos possíveis crimes cometidos por ele, que foi afastado do PSI.

Às autoridades, Chiesa contou que o esquema de propinas e a distribuição de contratos também era aplicada em outros hospitais em Milão. São declarados, ainda, os nomes de outros políticos do mesmo partido, do PSI, que recebiam dinheiro de propina para influenciar nas licitações.

As referidas eleições legislativas ocorreram em 5 de abril⁶³. O partido até então mais votado, a Democracia Cristã, permanece com esta insígnia, no entanto, houve uma redução de quase 5%, e o partido conquistou menos de 30% de votos. O maior partido de oposição, o Partido Democrático de Esquerda (PDS), obteve 16,11% dos votos. O PSI, muito em virtude dos acontecimentos relacionados a corrupção, também ficou abaixo do esperado nos resultados eleitorais, registrando 13,62%, também representando uma queda em relação à eleição anterior, de 1987. O partido que mais se destacou foi o novo Liga Norte, com 8,65% dos votos; uma explicação plausível para

⁶² Disponível em: <<http://archivio.corriere.it>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

⁶³ Dados eleitorais. Disponível em: <<http://elezionistorico.interno.it>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

isso e que se aplica ao contexto brasileiro considerado nesta pesquisa, é a insatisfação popular com os chamados políticos tradicionais, face aos escândalos de corrupção.

As investigações sobre o caso de Chiesa tiveram prosseguimento após as eleições e em 22 de abril as primeiras prisões foram anunciadas, todas relativas a empresas que participaram do esquema de corrupção. Dentre os nomes estão empresários: das construtoras Mazzalveri e Comelli, Edil Mediolanum, Lossa Construções, Cosgemi Construções; da Cooperativa Milanese de Limpeza, Transportes e Serviços; do frigorífico Zaro Carni; da Suime Pinturas Industriais; e da cooperativa de serviços Facchini Nigra (BARBACETTO et al., 2016).

Tem início também as colaborações dos envolvidos – modalidade que ficou muito conhecida no Brasil com as delações premiadas do caso da Lava Jato. “[...] autos após autos, desenha-se o mapa do sistema de propinas. Os jornais o chamam de ‘Tangentopoli’ (‘Propinópolis’) [...]” (BARBACETTO et al., 2016, p.39), o que remete aos nomes como Mensalão, Petrolão, Valerioduto e tantos outros que são criados e acabam inseridos no cotidiano das pessoas.

Nos meses seguintes, as prisões continuaram envolvendo grandes empresários, mas também cercaram os agentes políticos. E o caso foi revelando a participação do PSI, do DC e do PDS no esquema de propinas. E, aos poucos, o caminho foi sendo traçado, revelando que os partidos dividiam entre si a administração das empresas públicas, independente de suas orientações ideológicas, e trabalhavam na facilitação das licitações aos grupos de empresas “parceiras” que, em contrapartida, financiavam os partidos políticos.

Em dezembro de 1992, os investigadores entregam a Bettino Craxi, secretário do PSI, uma intimação referente ao caso Mãos Limpas, iniciado com a prisão de Chiesa. Foram 40 acusações a Craxi e ele era, “segundo os magistrados de Milão, o destinatário final da maioria das propinas confessadas por empresários e políticos nos primeiros dez meses de investigação (BARBACETTO et al., 2016, p.107).

Para o prosseguimento das investigações da Mãos Limpas, o ano de 1993 foi, talvez, o mais importante. Os avanços transcenderam Milão e se

espalharam por toda Itália (BARBACETTO et al., 2016). No plano econômico, foi um ano especialmente ruim para a Itália. O PIB caiu 1,2% e o consumo reduziu em 2,5%.

Politicamente, o governo Amato, nos primeiros meses de 1993, perdeu seis ministros, investigados no escândalo de corrupção. Na mesma época, o ministro da Justiça, Claudio Martelli renunciou, por envolvimento em outro caso de corrupção, chamado Conta Protezione⁶⁴, assumindo Giovanni Conso.

Nas ruas, muitas manifestações foram se organizando e em 18 de abril, por meio de referendo sobre o sistema eleitoral, os italianos decidiram sobre a transição do sistema proporcional para o majoritário e o financiamento público dos partidos políticos foi abolido com mais de 90% dos votos. Logo em seguida, o governo de Giuliano Amato renunciou (BARBACETTO et al., 2016). Carlo Azeglio Ciampi, ex-diretor do banco nacional, foi nomeado chefe do governo e nomeou um governo técnico sem grandes influências políticas.

A investigação de Bettino Craxi foi bloqueada pelo parlamento e novas manifestações se espalham pela Itália.

No 1º de maio, Dia do Trabalho, Roma está com medo de ataques populares contra os palácios políticos. Às 11h, em frente à sede do PSI na Via del Corso, chega uma passeata, depois a segunda e então a terceira, que carrega uma grande faixa branca escrito em letras vermelhas: “Vergonha” (BARBACETTO et al., 2016, p.134).

Nos meses seguintes, foram registrados uma série de atentados contra políticos e envolvidos no caso Mãos Limpas, e acusados cometeram suicídios, a exemplo de Gabriele Cagliari, ex-presidente da petroleira estatal ENI que se matou em 20 de julho de 1993, e Raul Gardini, então direto da Montedison, que tirou a própria vida em 23 de julho do mesmo ano.

Barbacetto et al. (2016) afirmam que os partidos que governavam a Itália desde o período pós-guerra – DC, PSI, PRI, PSDI e PLI – foram perdendo força, se fragmentando e perdendo a credibilidade diante dos cidadãos à medida em que as investigações avançavam. Na tentativa de recuperar sua

⁶⁴ Conta em um banco da Suíça, chamada Protezione, em que se acumulavam grandes quantias destinadas a Martelli em nome de Craxi, conforme informações colhidas em investigação realizada nos escritórios de Licio Gelli, em 1981 (BARBACETTO et al., 2016).

imagem, a classe política decidiu, então abrir mão de sua imunidade. Outra tentativa de mudança foi a eleição direta para prefeitos.

O cenário ao final de 1993 era de descrença na política e nos partidos. O caminho era favorável para uma nova proposta e que se ofereceu a ocupar esse posto foi o empresário da mídia, Silvio Berlusconi. Uma figura que se apresentou sem padrinhos políticos e sem referenciais que o associassem a qualquer partido envolvido nos esquemas de corrupção. E assim ele chegou ao poder 1994 pelo recém-criado partido Força Itália.

Em 5 de março de 1994, o irmão de Berlusconi, Paolo Berlusconi, juntamente com o topógrafo e ex-vereador do PCI, Sergio Roncucci, receberam ordem de prisão acusados de pagamento de propina em aterros sanitários (BARBACETTO et al., 2016). Silvio Berlusconi deixou pistas de que teria entrado na política para proteger seus negócios dos avanços da Operação Mãos Limpas. BARBACETTO et al. (2016) fazem um breve histórico das dúvidas que foram levantadas contra as empresas de Berlusconi ao longo dos anos e mostram que muitas investigações haviam sido feitas sob suspeitas de corrupção e ligação com a máfia.

Novamente as empresas de Berlusconi foram colocadas sob suspeita e ele passou a usar seus poderes políticos para barrar as investidas do procurador Di Pietro. Em 6 de dezembro de 1994, o procurador renunciou. Duas semanas depois foi a vez de Berlusconi deixar o poder.

Entre 1992 e 1994, 70 procuradores italianos investigaram cerca de 12.000 pessoas; dessas, 5.000 foram presas. As investigações revelaram um sistema de práticas corruptas envolvendo empreendedores, burocratas, juízes e representantes de todos os partidos políticos. Os envolvidos que eram detidos podiam participar de um tipo de incentivo da Justiça, semelhante ao que se conhece no Brasil como delação premiada (ACCONCIA, CANTABENE, 2008).

Como resultado, a Operação Mãos Limpas apresentou: 3200 pedidos de julgamento; 609 pessoas condenadas pelo Juízo de Audiência Preliminar; 480 pessoas absolvidas; 645 pessoas condenadas pelo Tribunal; 430 pessoas absolvidas pelo Tribunal.

Fiorino et al. (2012) analisaram a economia italiana em comparação aos crimes relacionados a corrupção. As autoras traçaram uma comparação entre os anos de 1980 e 2004, e à medida em que a ocorrência da corrupção aumentou no país, menores foram os índices de crescimento econômico. Essa relação ficou ainda mais evidente no período que compreende a Operação Mãos Limpas. Reduziu, também, confiança dos cidadãos no sistema político e nos partidos, uma vez que foram centrais no esquema de corrupção (VANNUCCI, 2003).

Porta e Vannucci (1999) enumeram ao menos três pontos que podem ser considerados como facilitadores da condução da operação *Mani Pulite*. O primeiro diz respeito a uma economia deficiente, acrescida dos altos custos gerados pela corrupção. Em seguida, os autores falam integração europeia, causando incerteza da capacidade competitiva da Itália em função da sua economia e dos custos com a corrupção. Por fim, o que eles chamam de queda do “socialismo real” responsável pela deslegitimação do sistema político.

A operação Mãos Limpas, para muitos, foi responsável pelo fim da chamada Primeira República Italiana. A relação da força dos partidos nas eleições foi reduzida e alterada, de modo que tradicionais partidos que centralizavam as disputas políticas sofreram com a perda de poder e o declínio de confiança. Para Lisi (2015), o sistema político após 1994 é diferente dos anos anteriores e as mudanças ocorridas, segundo ele, conferiram mais estabilidade entre governo e parlamento.

A mudança nas regras eleitorais e o surgimento de novos partidos e líderes acabaram por afetar a dinâmica competitiva, aumentaram a estabilidade governativa, “desbloquearam” o leque de escolhas dos votantes e conduziram a um equilíbrio mais estável entre governo e parlamento, com uma maior preponderância do primeiro-ministro. Além das instituições representativas, mudanças importantes tiveram também lugar no que concerne à administração estatal (descentralização), no aumento do papel do poder judicial e em novas formas de gestão econômica (LISI, 2015, p. 60).

Em outubro de 2017, o ex juiz e promotor italiano, Gherardo Colombo⁶⁵ explicou que as investigações na Itália levaram às grandes obras e os partidos

⁶⁵ Colombo foi um dos convidados para o evento “Fórum Estadão Mãos Limpas e Lava Jato”, que foi promovido pelo jornal O Estado de S. Paulo e pelo Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP), em 24 de outubro de 2017, na cidade de São Paulo. Fonte: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/corruptao-nao-diminuiu-na-italia-diz-juiz-da-maos-limpas/>>

políticos, indiferentemente da posição que ocupavam no espectro ideológico, dividiam as propinas. E quando perguntado sobre os resultados da operação, Colombo foi categórico ao afirmar que a “corrupção não diminuiu na Itália”.

Houve tentativas de criar medidas contra a corrupção política na Itália após o escândalo Mãos Limpas, mas se apagaram no tempo. Como sublinha Vannucci (2010), é preciso investir em sua manutenção, melhorando a transparência dos processos de tomada decisão, destacando e enfatizando a responsabilidade dos atores públicos, promover a cultura da legalidade, aumentar os custos morais da corrupção, entre outras medidas. Para o autor, as medidas anticorrupção têm um valor insignificante no debate público e na agenda institucional, o que dificulta sua implementação.

4.2 A versão brasileira: Lava Jato

No Brasil, um caso de corrupção de grandes proporções, envolvendo a Petrobras, ganhou contornos semelhantes ao caso italiano, assim como, as implicações políticas e econômicas são bastante próximas do que ocorreu com o caso Mãos Limpas.

Em comparação com a Itália, Brasil é uma república federativa presidencialista, cujo Chefe de Estado tem um mandato é eletivo e temporário (4 anos e uma reeleição em sequência). Nosso sistema eleitoral é regido pelo modo majoritário para presidente, governador, senador e prefeito. Para deputados federais, estaduais, distritais e para vereadores segue o sistema proporcional com lista aberta. Como vimos, um referendo em 1993 tramitou na Itália objetivando a alteração do sistema político. No Brasil, em meio à crise política e econômica tem gerado discussões para a adoção de uma reforma eleitoral, no entanto, até a conclusão deste trabalho, não houve registros de mudança. O que se pode dizer é que a corrupção participa da crise política no Brasil e suscita discussões sobre os rumos políticos e eleitorais do país.

O nome “Lava Jato” parte da utilização de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato para mobilizar recursos ilegais desde 1997. Ainda que as investigações tenham avançado e surjam novas denominações a cada fase, “Lava Jato” permaneceu como o nome mais conhecido.

Em março de 2014, as investigações sobre a Lava Jato tiveram início a partir da Justiça Federal de Curitiba. Antes, porém, as investigações já caminhavam na trilha de um antigo inquérito sobre lavagem de dinheiro do Mensalão. A suspeita era de que um investimento próximo de 1 milhão de Reais, realizado na empresa Dunel Indústria e Comércio Ltda. (do empresário Hermes Magnus), em 2008, seria com a finalidade de lavar dinheiro sujo, oriundo do Mensalão, de posse do ex-deputado federal José Janene (PP – falecido em 2010). Esses recursos foram rastreados e os caminhos levaram os investigadores à empresa CSA Project, controlada por José Janene e pelo doleiro Alberto Youssef, e outras empresas em nome de laranjas controladas pelo também doleiro Carlos Habib Chater. Uma dessas empresas era um posto de combustíveis, em Brasília, o que, posteriormente, inspirou o nome de “Operação Lava Jato” (DALLAGNOL, 2017).

Anos mais tarde, precisamente em 17 de março de 2014, Polícia Federal deflagrou a Operação Lava Jato, que se trata, segundo explica a própria PF, de uma junção de quatro operações que dizem respeito à corrupção, e que apuravam a prática de crimes financeiro e o desvio de recursos públicos⁶⁶. Inicialmente, quatro organizações criminosas, lideradas por operadores do mercado paralelo de câmbio, conhecidos como doleiros⁶⁷, foram investigadas e processadas. O esquema envolve grandes empreiteiras que são acusadas de pagar propina a altos executivos da Petrobras, entre outros agentes públicos. O valor dessa transação variava entre 1% e 5% do total de contratos que eram superfaturados. Os operadores financeiros atuavam na distribuição do suborno.

Sobre as empreiteiras, em um cenário habitual, haveria uma concorrência entre elas, na forma de licitações, para disputarem os contratos com a Petrobras – como ocorre nos órgãos públicos. No entanto, as empreiteiras organizaram uma espécie de cartel e as concorrências se tornaram “de fachada”. Assim, os valores que participariam das licitações eram acordados em reuniões, bem como quem seria o vencedor.

⁶⁶ As quatro operações foram nomeadas como: Dolce Vita, Bidone, Casablanca e Lava Jato.

⁶⁷ Segundo Dallagnol (2017, p.62), os “doleiros são operadores financeiros especializados em dar uma aparência ‘limpa’ ao dinheiro sujo”.

Para que apenas as empresas relacionadas a esse cartel fossem convidadas a participar das licitações, foi necessário agregar os agentes públicos. Os operadores financeiros, por sua vez, atuavam de duas formas, tanto intermediando o pagamento da propina, quanto a entregando de forma “limpa” aos favorecidos.

Outra participação importante refere-se aos agentes políticos. Estes são responsáveis por recomendar e manter os diretores da Petrobras, para que o esquema se mantivesse em funcionamento.

Quadro 2 – Principais crimes relacionados à Lava Jato

Crime	Lei	Pena
Corrupção passiva	Art. 317. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem	reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.
Corrupção ativa	Art. 333. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:	reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.
Emprego irregular de verba ou rendas públicas	Art. 315. Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei	detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa.
Peculato	Art. 312. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio	reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.
Concussão	Art. 316. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida	reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa
Prevaricação	Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal	detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.
Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência	Art. 335. Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio	detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa, além da pena correspondente à violência.

	de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem	
Lavagem de dinheiro	Lei 9.613/98. A lavagem de capitais passa a ser considerado um crime independente, cuja previsão encontra-se, em Lei Especial, e, portanto, fora do Código Penal.	
Organização criminosa	Art. 2º da Lei nº 12.850/2013. Associação de 4 (quatro) ou mais pessoas;	penas máximas superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional
Evasão de divisas	Art. 22. Efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do País	reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Fonte: Código Penal Brasileiro. Elaborado pela autora.

Diversos crimes foram listados como partícipes desse caso. No quadro acima, listamos os ilícitos recorrentes e suas implicações judiciais.

A primeira fase da Lava Jato, iniciada em 17 de março de 2014, partiu da investigação de ações ilegais de doleiros, incluindo Alberto Youssef, que utilizando pessoas físicas e jurídicas, praticaram crimes contra o sistema financeiro nacional. “[...] algumas das empresas usadas por Youssef para lavar dinheiro não tinham sequer funcionários” (DALLAGNOL, 2017, p.67). A segunda fase da operação, iniciada apenas três dias após a primeira, estendeu a investigação a outros doleiros e foram cumpridos seis mandados de busca e uma prisão temporária, de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobras.

Nas gravações e num email de Youssef para Paulo Roberto Costa, descobriu-se que o doleiro havia “doador” um Range Rover Evoque, no valor de R\$ 250 mil, para o diretor de Abastecimento da Petrobras. Passou-se então a investigar também Paulo Roberto Costa sobre o motivo de ter sido agraciado com o veículo pelo já conhecido doleiro. Anos antes, Alberto Youssef havia sido condenado pelo juiz Moro em outro caso de ampla repercussão nacional, envolvendo corrupção e evasão de divisas em 1998 no Banestado (Banco do Estado do Paraná). (CHEMIM, 2017, p.93).

Sobre Paulo Roberto Costa, Deltan Dallagnol (2017), procurador da República e coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, conta como ele foi implicado no caso:

O ex-diretor da Petrobras não era um alvo central e sua prisão não tinha sido decretada. [...] No dia em que a operação foi deflagrada, duas equipes de policiais se dirigiram [...] à residência e ao escritório de Paulo Roberto, ambos no Rio de

Janeiro. A equipe chegou ao escritório [...] encontrou a porta trancada. [...] preferiram buscar uma cópia da chave na residência do alvo [...]. Nesse meio-tempo, Paulo Roberto acionou as filhas, que, acompanhadas dos maridos, foram até o escritório. Quando a polícia voltou ao local logo depois, o chefe de segurança do edifício avisou que houvera uma movimentação estranha naquele andar. O que se descobriu em seguida, por meio das câmeras de vigilância, foram pessoas subindo demãos vazias e descendo com mochilas e sacolas. Vários materiais e recursos – 50 mil reais [...] – haviam sido retirados do escritório enquanto a polícia buscava as chaves. [...]. Os acontecimentos do dia 17 trouxeram a investigação sobre Paulo Roberto – que era periférica – para o centro da operação. (DALLAGNOL, 2017, p.68).

A terceira fase teve início em 11 de abril de 2014 e conforme compara Chemim (2017), o modelo italiano de investigação começou a ser seguido e foi formada a força-tarefa da Lava Jato (composta por 14 procuradores da República, 10 delegados da Polícia Federal e 57 policiais federais e auditores da Receita Federal). A fase seguinte iniciou-se em 11 de junho. Nesse período, a PF intensificou a investigação sobre os doleiros, e cumpriu novos mandados de prisão temporária, condução coercitiva, e busca e apreensão. Durante esta fase, foi instalada a CPI da Petrobras (14 de maio), presidida pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Na fase sequencial, Paulo Roberto Costa havia saído da prisão, porém a PF decretou novamente sua prisão por risco de fuga do país. Na quinta etapa, o suposto administrador de contas de Alberto Youssef, João Procópio, foi preso. Ainda relacionado ao doleiro, o juiz Sérgio Moro enviou ao Superior Tribunal Federal uma investigação sobre uma suposta relação entre Youssef e o senador Fernando Collor.

No sexto passo, o doleiro Alberto Youssef fez um acordo com a justiça e passou a colaborar em forma de delações premiadas⁶⁸. Paulo Roberto Costa, que também havia aceito a delação, passou a cumprir prisão domiciliar. O ex-diretor iniciou seus depoimentos em 29 de agosto de 2014, quando apresentou um panorama do que ocorria dentro da Petrobras, relativo ao pagamento de

⁶⁸ A delação premiada se tornou importante instrumento da justiça e na Lava Jato tem assumido relevante papel no andamento das investigações. Trata-se de um acordo entre o acusado e o Ministério Público. “A Lei 12.850/2013 autorizou, em caso de colaboração premiada, pouco importando o quantum da pena, se doloso ou culposo o crime, a concessão de pena alternativa para o delator” (NUCCI, 2014, p. 614).

propinas e como se dava o repasse de dinheiro aos políticos envolvidos no esquema de corrupção. Do acordo de Paulo Roberto Costa, resultaram 80 delações em 2014 e 22 em 2015⁶⁹.

Em depoimento à CPI da Petrobras, o ex-diretor declarou: “Pode se fazer auditoria por 50 anos que não vai se achar nada ilegal na Petrobras, porque não há nada ilegal na Petrobras. Essa suposição de superfaturamento de Abreu e Lima não é real [...]. Não existe organização criminosa [...]”. No início da semana seguinte tivemos longas reuniões com Paulo Roberto, em que ele nos contou tudo sobre o esquema, coisa bem diferente se seu depoimento à CPI. “Sobre aquele contrato em que vocês suspeitaram que houve corrupção, vocês estão certos. Teve mesmo. Mais do que isso: houve corrupção em todos os contratos daquela empresa com a minha diretoria da Petrobras. E mais ainda: houve corrupção em todos os grandes contratos de todas as grandes empresas com a Diretoria de Abastecimento. Além disso, a corrupção está alastrada nos contratos de outras diretorias também. E suspeito que isso aconteça em todos os órgãos públicos. (DALLAGNOL, 2017, p. 79).

Em uma de suas declarações, Paulo Roberto afirmou, ainda, que parte da propina que circulou no esquema de corrupção foi destinado ao PT, PP e PMDB, e um dos usos foi na campanha eleitoral de 2010. Muitos dados de vieram a público, inclusive publicadas pela revista Veja, na capa da edição de 5 de setembro de 2014.

⁶⁹ Íntegra dos depoimentos da delação de Paulo Roberto Costa. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1601133-acesse-a-integra-dos-depoimentos-da-delacao-de-paulo-roberto-costa.shtml>>.

Figura 11 – Capa da revista Veja sobre a delação de Paulo Roberto Costa.



Fonte: Acervo digital da revista Veja.

Em 2 de outubro de 2014, Youssef realizou sua primeira colaboração premiada e, nessa oportunidade, forneceu explicações gerais sobre o esquema de corrupção, apresentando como principais envolvidos os dirigentes da Petrobras, as empreiteiras e citou nomes de políticos. A partir de então, até fevereiro de 2015, foram registrados 58 depoimentos em 2014 e 30 em 2015 de Alberto Youssef⁷⁰.

⁷⁰ Íntegra dos depoimentos da delação de Alberto Youssef. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1601678-acesse-a-integra-dos-depoimentos-da-delacao-do-doleiro-alberto-youssef.shtml>>.

Em 14 novembro de 2014, a sétima fase foi iniciada, com o nome de Juízo Final. A PF prendeu executivos de oito grandes empreiteiras acusadas de envolvimento no caso: Camargo Corrêa, Engevix, Galvão Engenharia, Iesa, Mendes Júnior, OAS, Queiroz Galvão, UTC. A Odebrecht entrou nesta fase como alvo de busca e apreensão da PF. Novas delações associam operadores do PMDB e do PT ao recebimento de propina. O lobista Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, foi apontado como operador do PMDB.

Em 2015, a Operação Lava Jato iniciou o ano, em sua oitava fase, com a prisão de Nestor Cerveró (em 14/01/2015), acusado de corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Foi cumprido um mandado de prisão preventiva, uma vez que o ex-diretor continuava com práticas ilícitas e poderia se ocultar da justiça, segundo o Ministério Público. Nesta fase da operação, o lobista Fernando Soares, o Fernando Baiano, e Júlio Camargo, executivo da empresa Toyo Setal também se tornaram réus no processo. Nestor Cerveró e Fernando Baiano responderiam, a esta altura, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro⁷¹.

Em 4 de fevereiro, a então diretora da estatal, Graça Foster, e outros cinco diretores renunciaram ao cargo⁷². No mercado financeiro, o anúncio da saída de Graça resultou em aumento das ações da estatal que fecharam em alta de mais de 15% na Bovespa⁷³. No fim deste mesmo mês, uma nova CPI foi aberta para investigar a Petrobras. Nos meses seguintes, nomes ligados à petroleira e a empresas prestadoras de serviço, como as empreiteiras, e agentes políticos foram presos.

No mês de abril do mesmo ano, os primeiros réus da Lava Jato (um total de oito) foram condenados, entre eles, Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef.

⁷¹ Fonte: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/01/nestor-cervero-e-presos-pela-policia-federal-no-aeroporto-do-rio.html>>.

⁷² Fonte: Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-02/petrobras-graca-foster-e-cinco-outros-diretores-renunciam-ao-cargo>>.

⁷³ Fontes: G1 Economia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/02/petrobras-anuncia-renuncia-da-presidente.html>>. CBN. Disponível em: <<http://m.cbn.globoradio.globo.com/editorias/economia/2015/02/04/EM-DIA-DE-OSCILACAO-NA-BOVESPA-E-RENUNCIA-DE-GRACA-FOSTER-ACOES-DA-PETROBRAS-FECHAM.htm>>.

No mês seguinte, Nestor Cerveró foi condenado a cinco anos de prisão pelo crime de lavagem de dinheiro.

Em maio de 2015, Ricardo Pessoa, dono da empreiteira UTC Engenharia, fez delação premiada. A mesma foi homologada no mês de junho. O empreiteiro confirmou ter havido repasses de propina do esquema da Petrobras para José Dirceu e para o PT, por intermédio do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto⁷⁴.

Em 19 de junho de 2015, os presidentes das empreiteiras Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo, foram presos, além de outros executivos das empresas supracitadas. As acusações foram de esquema de corrupção, fraude nas licitações da Petrobras e pagamento de propina. Nesta fase da operação, batizada pela PF de Erga Omnes, as investigações na Odebrecht e Andrade Gutierrez eram em relação aos crimes de: formação de cartel, fraude a licitações, desvios de verbas públicas e lavagem de dinheiro⁷⁵.

Em 2 de julho de 2015, o ex-diretor da área internacional da Petrobras, Jorge Zelada, foi preso após ser citado em delações premiadas como beneficiário do esquema de corrupção. A Operação Lava Jato se encontrava em sua 15ª fase nomeada de Conexão Mônaco. As investigações concluíram que Zelada teria feito transferências de contas da Suíça para Mônaco, e de Mônaco para bancos chineses. Cerca de EUR€ 11 milhões de euros foram bloqueados em Mônaco. Na China, os investigadores rastrearam quantias em torno de US\$ 1 milhão de dólares⁷⁶. Ainda em julho, executivos da empreiteira Camargo Corrêa foram condenados por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa: Dalton Avancini, Eduardo Leite e João Ricardo Auler.

⁷⁴ Fonte: Jornal Estado de Minas. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/09/11/interna_politica,687521/moro-abre-sigilo-de-delacao-do-empresario-ricardo-pessoa.shtml>.

⁷⁵ Fontes: Polícia Federal. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2015/06/pf-deflagra-a-14a-fase-da-operacao-lava-jato-em-4-estados>>. O Estado de S. Paulo. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/lava-jato-deflagra-nova-operacao-e-cumpre-12-mandados-de-prisoas/>>.

⁷⁶ Fonte: G1 Jornal Nacional. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/ex-diretor-da-petrobras-jorge-zelada-e-presno-no-rio-e-levado-curitiba.html>>.

No mês de agosto, já na 17ª etapa da Lava Jato, o ex-ministro José Dirceu foi preso sob suspeita de praticar crimes de corrupção, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. No mesmo período, o ex-vereador Alexandre Oliveira Correa Romano foi preso, após ser apontado pela Polícia Federal como um dos operadores do esquema de corrupção na Petrobras, durante investigação sobre desvio de cerca de R\$ 52 milhões de Reais em contratos de responsabilidade do Ministério do Planejamento. Ainda em agosto, o Procurador-geral da República Rodrigo Janot apresentou denúncia contra o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), suspeito de envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras. Pelo mesmo motivo, o senador Fernando Collor (PTB-AL) também foi denunciado.

No mês seguinte, o ex-ministro José Dirceu e o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto se tornaram réus no caso da Lava Jato. O ex-deputado federal André Vargas foi condenado pela Justiça no processo da Lava Jato (o primeiro ator político condenado).

Ainda em setembro, Fernando Baiano, apontado como operador financeiro do PMDB, fez acordo de delação premiada com a Procuradoria-Geral da República. Em suas declarações, ele citou nomes de beneficiários do esquema da Petrobras, dentre eles, figuras conhecidas como o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Em outubro, outro político foi condenado, dessa vez o ex-deputado Pedro Corrêa, pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Em 25 de novembro, o Senador Delcídio Amaral (PT-MS) foi preso, acusado por obstruir as investigações da Lava Jato. Desde a redemocratização, foi o primeiro senador preso no exercício do mandato⁷⁷. Segundo o então relator Teori Zavascki, Delcídio teria oferecido mesada de 50 mil Reais a Nestor Cerveró para que ele não fizesse acordo de delação premiada.

No mesmo mês, o ex-deputado federal Luiz Argôlo foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Após delação do lobista Fernando

⁷⁷ Fonte: Senado Notícias. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2016/05/delcidio-do-amaral-foi-o-primeiro-senador-a-ser-preso-no-exercicio-do-mandato>>

Baiano, a PF prendeu o pecuarista José Carlos Bumlai, acusado de receber do lobista R\$ 2 milhões de Reais como pagamento por ter, supostamente, pedido a intermediação do ex-presidente Lula em uma negociação.

No início de 2016, na 22ª fase, o alvo da PF foi o publicitário João Santana, responsável pelas campanhas eleitorais de Lula da Silva, em 2006, e de Dilma Rousseff, em 2010 e 2014. As investigações partiram de suspeitas de que o publicitário teria recebido US\$ 3 milhões de dólares de *offshores* ligadas à empreiteira Odebrecht, entre os anos de 2012 e 2013, e outros 4,5 milhões de dólares do engenheiro Zwi Skornicki, que é representante do estaleiro Keppel Fels no Brasil, entre os anos de 2013 e 2014. João Santana e sua esposa, também publicitária, Mônica Moura, foram presos. A Polícia Federal suspeitava que os altos valores recebidos pelos publicitários tinham relação com o esquema de corrupção da Petrobras⁷⁸.

Na 24ª fase da Operação, em 4 março de 2016, um acontecimento ganhou grande repercussão na imprensa, tratando-se da condução coercitiva do ex-presidente Lula para que o mesmo prestasse esclarecimentos, por investigações referentes ao suposto envolvimento dele e de seus familiares com as empreiteiras implicadas no esquema de corrupção na Petrobras. As acusações davam conta do favorecimento do pecuarista José Carlos Bumlai e das empreiteiras a Lula e sua família, por meio de um sítio na cidade paulista de Atibaia e de um apartamento tríplice no litoral paulista, em Guarujá. O pedido de depoimento foi feito pelo Ministério Público e cumprido pelo Juiz Sérgio Moro.

O ex-presidente não ofereceu resistência, portanto não foi algemado e, segundo Moro, foi uma ordem que isso não fosse feito, bem como não fossem realizados registros em vídeo do momento de sua condução pelos agentes. Lula foi ouvido em uma sala no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, onde rapidamente se concentraram grandes grupos de manifestantes pró e contra o petista. Na imprensa, o dia foi marcado por uma cobertura intensa e especulativa, sobretudo, em relação à legalidade ou não do caráter coercitivo em que o ex-presidente foi submetido, uma vez que ele não se recusou a

⁷⁸ Fonte: G1 Notícias. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/02/joao-santana-chega-ao-brasil-apos-ter-prisao-decretada-na-lava-jato.html>>.

prestar depoimento. Desse modo, o que se assistiu foi a espetacularização da política e, também, da justiça. O ex-presidente Lula, lamentou as ações da PF e comentou “Lamentavelmente, estamos vivendo um processo onde a pirotecnia vale mais do que qualquer coisa. O que vale mais é o show midiático do que a apuração séria e responsável que deve ser feita pela Justiça e pelo Ministério Público”⁷⁹.

Pouco depois, em 16 de março, o juiz Sérgio Moro derrubou o sigilo e divulgou um grampo realizado em uma ligação entre a então presidenta Dilma e o ex-presidente Lula. Os áudios se referem a uma série de gravações que foram feitas pela Polícia Federal e que foram tornadas públicas no dia 16. Neste mesmo dia, Lula foi anunciado como Ministro Chefe da Casa Civil. Os áudios sugeririam, na visão de Moro, que a nomeação de Lula seria uma manobra para conferir foro privilegiado ao ex-presidente, evitando que fosse alvo da vara coordenada pelo juiz Moro⁸⁰. Para a revista Carta Capital “o Brasil chegou nesta quarta-feira, 16 de março, ao que parece ser o ponto mais sensível da crise política que se arrasta desde as eleições de outubro de 2014”⁸¹.

No mês seguinte, outro ator político foi envolvido. O ex-senador Gim Argello (PTB-DF) foi preso preventivamente, para que denúncias de cobrança de propina pelo parlamentar fossem investigadas. Ainda em abril, uma instituição privada foi punida, e não apenas atores dessas empresas. A construtora Mendes Júnior foi declarada inidônea sendo proibida de estabelecer novos contratos com o poder público por, no mínimo, dois anos.

Em 8 de maio, a Justiça Federal aceita o acordo de leniência⁸² entre a construtora Andrade Gutierrez e o Ministério Público. Como bases do acordo,

⁷⁹ Fonte: Jornal do Brasil. Retrospectiva 2016: Lava Jato marca o ano político do Brasil. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/01/01/retrospectiva-2016-lava-jato-marca-o-ano-politico-do-brasil/>>.

⁸⁰ Fonte: BBC Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160317_juristas_gramos_jp>.

⁸¹ DA REDAÇÃO. Grampos, Lula, Dilma e Moro: entenda o novo caos político. Carta Capital. 2016. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/grampos-lula-dilma-e-moro-entenda-o-novo-caos-politico>>

⁸² CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA. O Programa de Leniência do Cade (Programa de Leniência) é um dos principais instrumentos de combate a cartéis no Brasil e no mundo. Instituído na legislação brasileira em 2000, o primeiro Acordo de Leniência do país foi assinado em 2003, e, desde então, mais de 50 Acordos de Leniência já foram assinados pela autoridade antitruste brasileira. O Programa de Leniência permite que

a empresa ficou obrigada a fornecer provas que contribuíssem no andamento das investigações da Lava Jato, além de pagar um montante de R\$ 1 bilhão à União.

Em 12 de maio, o senado aprovou por 55 votos favoráveis e 22 contrários, o afastamento da então presidenta Dilma Rousseff, por 180 dias, quando assumiu interinamente o vice Michel Temer. O senado prosseguiria com o processo contra Dilma pela acusação de crime de responsabilidade fiscal, que ficou conhecido como pedalada fiscal.

Em 27 de maio de 2016, o ex-deputado Pedro Correia (ex-PP) fez sua delação premiada (acordada em 14 de março de 2016), na qual cita diversos nomes de políticos. O ex-deputado afirmou que Lula gerenciou o esquema de corrupção na Petrobras. Ele teria dito, ainda, nomes fortes do PMDB se reuniram com Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró, e propuseram alto valor (US\$ 18 milhões de dólares) em propina para apoiarem a permanência de ambos na Petrobras, e o dinheiro seria utilizado na campanha de 2006. Receberam a quantia de US\$ 6 milhões de dólares. Pedro Correia detalhou o esquema de propina e negociações com empreiteiras⁸³.

Em 2 de junho de 2016, o sigilo do processo referente às delações de Nestor Cerveró que incluíam o nome da então presidenta afastada Dilma foram retirados pelo ministro Teori Zavascki e as delações tornadas públicas, a pedido da Procuradoria-Geral da República. Em 2006, Dilma era Ministra Chefe da Casa Civil e presidenta do Conselho de Administração da Petrobras, e a estatal petroleira, na ocasião, teria pagado US\$ 360 milhões de dólares por 50% da refinaria de Pasadena (Texas-EUA). O valor teria sido muito superior ao gasto em 2005, na compra da refinaria (inteira) belga Astra Oil, que totalizou US\$ 42,5 milhões de dólares. As suspeitas, portanto, foram de superfaturamento na compra de Pasadena e de evasão de divisas. De acordo

empresas e/ou indivíduos que participam ou que participaram de um cartel ou de outra prática anticoncorrencial coletiva celebrem Acordo de Leniência com o Cade. Os signatários desse acordo devem se comprometer a cessar a conduta ilegal, a denunciar e confessar a participação na prática da infração à ordem econômica, bem como a cooperar com as investigações, apresentando informações e documentos relevantes para o detalhamento da conduta a ser investigada. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/assuntos/programa-de-leniencia>>.

⁸³ G1 Jornal Hoje. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/05/pedro-correa-faz-delacao-premiada-e-cita-diversos-politicos-como-corruptos.html>>

com a delação de Cerveró, Dilma Rousseff sabia de todas as informações referentes à compra da refinaria americana e que a aprovação foi mais ágil (de um dia para o outro) do que o usual⁸⁴.

Dias depois, outra delação premiada envolveu o PT. O ex-vereador de São Paulo, Alexandre Romano, afirmou, em sua colaboração premiada, que a propina que era recolhida a partir de contrato com a empresa de software Consist e com o Ministério do Planejamento era dividida entre ele, o ex-ministro das Comunicações do governo Dilma, Paulo Bernardo, e o PT, o que era viabilizado pelo ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, João Vaccari Neto⁸⁵. Depois dessa informação, Paulo Bernardo foi preso para que fosse apurada a denúncia de pagamento de propina referente a esses contratos de prestação de serviços ligados ao Ministério do Planejamento.

Em agosto de 2016, na 33ª etapa da Lava Jato, as investigações da Polícia Federal foram direcionadas a outra instituição privada, a construtora Queiroz Galvão.

Entre impeachment, prisões, críticas, provas e convicções, a investigação conduzida pelo juiz federal Sérgio Moro produziu severas transformações no cenário nacional neste ano. Glorificada nas ruas pelas manifestações que pediram o impedimento de Dilma Rousseff, a Operação Lava Jato, apesar das ações decisivas que aconteceram neste ano, ainda traz suspeitas sobre sua idoneidade em relação ao combate à corrupção e gera incertezas sobre o futuro político brasileiro (JORNAL DO BRASIL, 2017)⁸⁶.

A PF investigou as obras cujos contratos se referiam ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, nas refinarias Abreu e Lima, Vale do Paraíba, Landulpho Alves e Duque de Caxias. A construtora Queiroz Galvão era responsável, a esta altura, pelo terceiro maior volume de contratos investigados na Lava Jato⁸⁷. As investigações também caminharam no sentido

⁸⁴ G1 Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/06/dilma-sabia-tudo-sobre-pasadena-afirma-cervero-em-delacao-premiada.html>>

⁸⁵ Fonte: G1 Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/06/delator-diz-que-dividia-propina-de-contratos-com-paulo-bernardo-e-pt.html>>.

⁸⁶ Fonte: Jornal do Brasil. Retrospectiva 2016: Lava Jato marca o ano político do Brasil. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/01/01/retrospectiva-2016-lava-jato-marca-o-ano-politico-do-brasil/>>.

⁸⁷ Fonte: Polícia Federal. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2016/08/pf-deflagra-a-33a-fase-da-lava-jato-2013-operacao-resta-um>>

de averiguar fraudes a licitações e pagamento de propina a funcionários da Petrobras.

Nosso histórico dos principais eventos relacionados à Operação Lava Jato se encerra em agosto de 2016 com o término do nosso recorte temporal de pesquisa.

4.3 A representação e a cobertura da Lava Jato na imprensa

Nossa intenção nesta seção é compreender o curso e as características da cobertura midiática do escândalo político. Sobre nosso sistema midiático, a despeito de todo o desenvolvimento ao longo dos anos e da participação de novas mídias e do incremento no fazer jornalístico, Azevedo (2006) lembra que certas características permanecem iguais:

[...] o monopólio familiar, a propriedade cruzada dos principais meios de comunicação de massa, o controle parcial de redes locais e regionais de TV e rádio por políticos profissionais, e a inexistência de uma imprensa partidária ligada a interesses sociais minoritários com alguma expressão nacional faz com que nosso sistema de mídia apresente ainda, depois de mais de duas décadas do retorno à democracia, uma reduzida e precária diversidade externa (AZEVEDO, 2006, p.101).

Interessa também discutir a mídia enquanto ator político. Para Lima (2006) as empresas de mídia são localizadas na sociedade como importantes atores econômicos e políticos, fazendo parte de grandes conglomerados empresariais que se articulam globalmente. O autor considera que a história do sistema de mídia do país já explica grande parte da sua atuação e de seu poder no jogo político. Os meios de comunicação brasileiros são controlados por apenas onze famílias. Na política, diretamente, 25% dos senadores e 10% dos deputados são donos de concessões de rádio e TV⁸⁸. Acrescentamos, ainda, que em setembro de 2015, a revista Forbes divulgou o *ranking* de bilionários brasileiros e o setor de mídia está representado entre os nomes

⁸⁸ Essas informações foram apresentadas pela secretária geral do Comitê Mineiro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Florence Poznanski, durante a audiência pública da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), realizada em 8 de setembro de 2015.

desta lista: família Marinho, das Organizações Globo; Edir Macedo, Rede Record; família Civitas, do Grupo Abril; e Sílvio Santos, do SBT.

À interface entre mídia e política, acrescentamos os trabalhos já realizados que tratam dos períodos eleitorais e que revelam a mídia como ator político, participando da construção de cenários e mostram a conformação da retórica de campanha e a lógica midiática presente na propaganda eleitoral⁸⁹. Essa participação da mídia como ator político é central à discussão aqui proposta, na medida em que confere a ela capacidades de interferir na agenda pública, em participar da formação da opinião pública e, ativamente, do jogo político.

4.3.1 Metodologia para contextualização do escândalo político na mídia

No capítulo anterior, tratamos das questões referentes à mídia na formação da opinião pública, bem como sobre seus efeitos que, em algumas situações, podem ser limitados. Também adentramos nas estratégias lançadas pela mídia na construção da notícia, nomeadamente, o agendamento e o enquadramento. E é a partir desses conceitos que propomos nesta seção localizarmos a Lava Jato na cobertura da imprensa brasileira entre março de 2014 e agosto de 2016, observando seu agendamento e pela mídia no debate público e seu enquadramento enquanto escândalo político midiático. Compreender como foi construída a representação da Lava Jato na imprensa enquanto um escândalo político nos fornece ainda mais insumos para entendermos a relevância deste acontecimento na percepção da opinião pública sobre a corrupção política.

Analizamos quatro revistas de circulação nacional: Carta Capital, Época, Isto É e Veja. A revista Carta Capital foi fundada em 1994 pelo jornalista Mino Carta. É publicada pela Editora Confiança. Segundo Instituto Verificador de Circulação (IVC), a Carta Capital ocupa a 18ª em circulação nacional. A revista Época é uma publicação da editora Globo e foi lançada em 1998. Em termos de circulação, pelo IVC é a segunda no Brasil. A revista Isto É foi criada

⁸⁹ Ver: Albuquerque, 1999; Azevedo e Rubim, 1998; Cervi et al., 2016; Lavareda, 1999, 2009; Lavareda e Telles, 2011; Lima, 2006; Panke e Macedo, 2012; Pires, 2011).

em 1976, pelo empresário Domingo Alzugaray e é publicada pela Editora Três. É a quarta revista de maior circulação no Brasil, de acordo com o IVC. A revista *Veja* é uma publicação semanal da Editora Abril e foi fundada em 1968 pelos jornalistas Roberto Civita e Mino Carta. De acordo com o IVC, é a revista de maior circulação no Brasil.

As revistas podem ser categorizadas como: a) consumo: de interesse geral, segmentadas por público ou por interesses; b) de segmentação profissional; e c) organizacionais: vinculadas a empresas, associações, universidades etc. (ALI, 2009). As revistas escolhidas para esta análise podem ser enquadradas na categoria consumo⁹⁰.

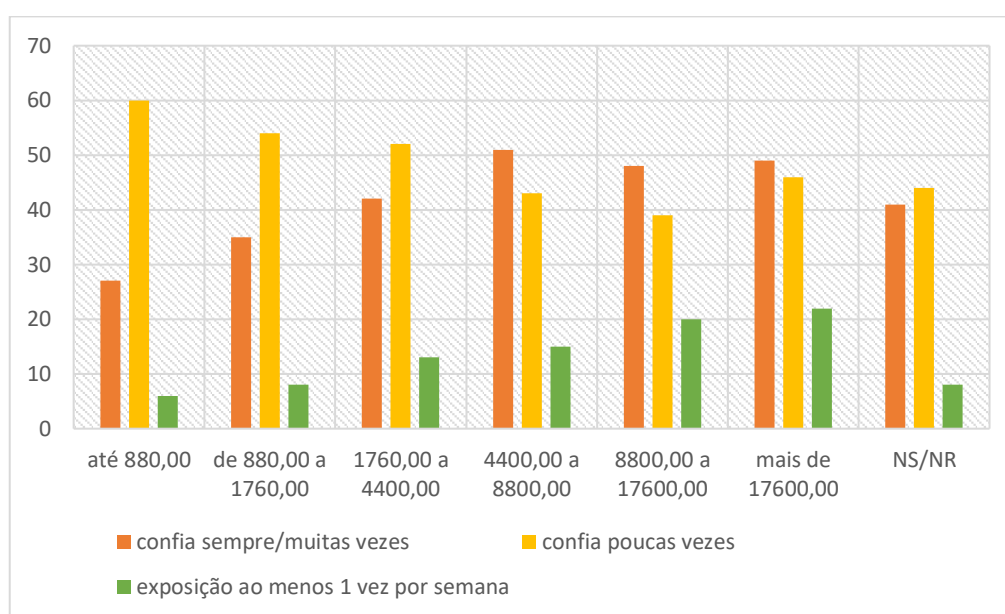
Se comparadas a outras mídias, as revistas costumam não ser as mais acessadas como fonte de informação, como por exemplo as TVs. Mas são importantes por permitirem reportagens mais analíticas e oferecerem conteúdos mais completos, informativos e segmentados, além de fidelizar o seu público (GOULART, 2006; PORTELA, 2009). O conteúdo das revistas é considerado como mais interpretativo e com caráter opinativo mais delineado do que se observa em outras mídias chamadas de tradicionais, como nos jornais (AZEVEDO, 2006; SCALZO, 2013).

Além disso, a importância de uma mídia não está necessariamente e apenas em longos períodos de exposição a ela. É preciso considerar o tipo dessa exposição. Ou seja, o público que está mais conectado aos conteúdos da TV pode ter a mesma importância em termos de recepção do que a audiência de jornais ou, ainda, das revistas. Estas últimas são muito consumidas por elites, dentre os quais estão muitos formadores de opinião (AZEVEDO, 2006; LAWSON, 2002; MUNDIM, 2010). Mundim (2010) ainda considera, embasado em Comstock e Scharrer (2005), que, a despeito das diferenças entre os padrões de consumo dos meios de comunicação, o conteúdo é, em alguma medida, semelhante, de modo que, as informações produzidas em uma mídia “tendem a circular e atingir todos os tipos de eleitores, com maior ou menor intensidade, e por outros meios, como por

⁹⁰ A revista *Veja* (48 anos) ocupa o primeiro lugar em vendas entre as principais do segmento no país, seguida pela *Época* (18 anos), pela *Isto É* (40 anos) e a *Carta Capital* (22 anos) ocupa a quarta posição.

exemplo a televisão” (MUNDIM, 2010, p.44). Para ilustrar, apresentamos dados da Pesquisa Brasileira de Mídia, realizada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, que avalia questões relativas ao consumo de mídia no Brasil. Aqui nos interessa observar os aspectos inerentes à exposição às revistas e a confiança nas em suas notícias, e como podemos relacionar essas questões a escolaridade e a renda, para compreendermos um pouco melhor o perfil do leitor deste tipo de mídia.

Gráfico 7 – Exposição às revistas x confiança nas notícias de revistas x renda (2016)



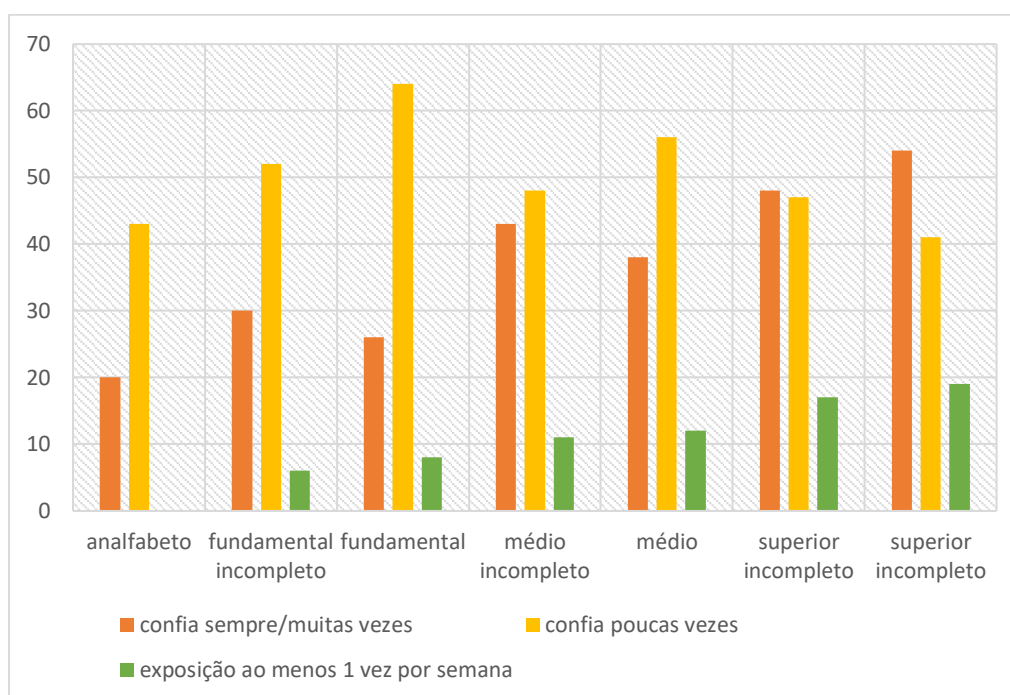
Fonte: SECOM 2016⁹¹. Elaborado pela autora.

Em relação a renda, o gráfico 7 nos mostra que as pessoas com renda abaixo de R\$ 880,00 são pouco expostas às revistas e, também, são as que

⁹¹ Pesquisa Brasileira de Mídia 2016. SECOM. Foram realizadas 15.050 entrevistas domiciliares face a face, no período de 23 de março de 2016 a 11 de abril de 2016, em 740 municípios das 27 Unidades da Federação. A margem de erro foi de 1 ponto percentual para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra, assumindo um nível de confiança de 95%. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. PERGUNTAS UTILIZADAS: P. Quantos dias da semana, de segunda a domingo, o(a) sr.(a) lê revistas? *Aqui somente: “1 dia por semana ou menos” / P. Gostaria de saber quanto o(a) sr(a) confia nas notícias que circulam nos diferentes meios de comunicação. O(A) sr(a) confia sempre, confia muitas vezes, confia poucas vezes ou nunca confia nas notícias de revistas? *Aqui somente: “confia sempre”, “confia muitas vezes” e “confia poucas vezes”.

menos confiam. À medida em que a renda se eleva, as oportunidades de exposição a diferentes mídias como as revistas também se ampliam, assim como a confiança nas notícias produzidas por elas.

Gráfico 8 – Exposição às revistas x confiança nas notícias de revistas x escolaridade (2016)



Fonte: SECOM 2016⁹². Elaborado pela autora.

Quando observamos a escolaridade, a exposição às revistas segue um caminho parecido ao que encontramos no gráfico anterior. À medida em que a escolaridade aumenta, também se ampliam as oportunidades de exposição a

⁹² Pesquisa Brasileira de Mídia 2016. SECOM. Foram realizadas 15.050 entrevistas domiciliares face a face, no período de 23 de março de 2016 a 11 de abril de 2016, em 740 municípios das 27 Unidades da Federação. A margem de erro foi de 1 ponto percentual para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra, assumindo um nível de confiança de 95%. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. PERGUNTAS UTILIZADAS: P. Quantos dias da semana, de segunda a domingo, o(a) sr.(a) lê revistas? *Aqui somente: “1 dia por semana ou menos” / P. Gostaria de saber quanto o(a) sr(a) confia nas notícias que circulam nos diferentes meios de comunicação. O(A) sr(a) confia sempre, confia muitas vezes, confia poucas vezes ou nunca confia nas notícias de revistas? *Aqui somente: “confia sempre”, “confia muitas vezes” e “confia poucas vezes”.

diferentes mídias. E os indivíduos que mais consomem e confiam nas notícias de revistas são aqueles com escolaridade de ensino superior completo.

Azevedo (2006) lembra o papel estratégico da grande mídia em publicizar determinados temas nas democracias contemporâneas. Esses temas disputam entre si a atenção da opinião pública e só quando ganham visibilidade nas mídias de massa é que se tornam questões verdadeiramente públicas.

Outra questão que também deve ser levantada em análise de mídia é a ideia de *soft* e *hard news*. As notícias consideradas *soft news* são aquelas mais brandas ou leves, que informam sobre acontecimentos sem grande destaque e atemporais, e também podem privilegiar um tom mais sensacionalista e personalista (PATTERSON, 2000; TUCHMAN, 1978). Ao contrário, temos as *hard news*, relacionadas a acontecimentos de relevância ou notícias sérias (PATTERSON, 2000) que trataria da cobertura de eventos políticos, sobre agentes políticos, acontecimentos que escapam à rotina, como um acidente aéreo, etc. Tarruella e Gil (1997) elencam três características que devem compor as notícias leves: devem conseguir distrair e descontraír; serem espetaculares, ou impressionarem; e, por fim, despertar a “fofoca”, o “burburinho”, etc. Baum (2002) argumenta que, de certa forma, se as notícias sobre a política forem inteiramente engessadas em um formato *hard* o interesse da audiência vai se esvaindo. Assim, para ele, noticiar os assuntos “sérios” com um formato “leve” pode tornar mais agradável ao público. No entanto, essa linha tênue entre a notícia “séria” produzida em um formato *light* pode incorrer em mais personalismos, espetacularizações e escândalos. Podemos dizer, portanto, que as revistas estão nesse limiar do *hard* e *soft news*, não sendo possível fazer uma distinção clara de seu conteúdo.

As investigações referentes ao caso de corrupção na Petrobras não se encerraram. Mas a linha temporal desta pesquisa tem como início a deflagração da Operação Lava Jato, em março de 2014, e o fim com o impeachment de Dilma Rousseff, formalizado em agosto de 2016, pois consideramos que são duas narrativas políticas que se confluem, tanto em termos políticos quanto midiáticos. O período também é relevante pelo fluxo

noticioso, pois a recorrência é um importante recurso que confere importância ou visibilidade a temas ou atores (LUHMAN, 2005).

A técnica utilizada será a análise de conteúdo que permite fazer "inferências através da identificação objetiva e sistemática de características especificadas de mensagens" (HOLSTI, 1969, p.14). Krippendorff (1980, p.21) enfatiza a confiabilidade e a validade do método: "A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa para fazer inferências replicáveis e válidas a partir de dados no seu contexto". Berelson (1952, p.18) também define a análise de conteúdo e a classifica como uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. A ênfase nos dados é para mostrar que a análise quantitativa do conteúdo é reducionista, com procedimentos de amostragem e operacionais ou de mensuração que reduzem os fenômenos de comunicação a dados gerenciáveis (por exemplo, números) a partir dos quais se podem inferir sobre os próprios fenômenos (RIFFE, LACY, FICO, 2005).

Com relação à seleção da amostra a ser analisada, Riffe, Lacy e Fico (2005) lembram que o *universo* dos dados engloba todas as unidades possíveis de conteúdo. Já a *população* é composta pelas unidades de amostragem às quais o estudo irá inferir. O *quadro de amostragem* é a lista real de unidades a partir das quais é selecionada uma amostra. O volume de edições das revistas pode deixar uma sensação de uma variação sistemática de conteúdo, o que pode ser solucionado a partir de uma amostragem estratificada.

Em um estudo sobre a eficiência da amostragem de revistas mensais de consumo, Lacy, Riffe e Randle (1998)⁹³ concluíram que um ano construído funcionou melhor por um período de cinco anos, a partir da seleção aleatória de uma edição de cada um dos meses do período. Quanto aos jornais, os autores falam em amostras de semana composta identificando, por exemplo, todas as segundas-feiras e, aleatoriamente, seleciona-se uma segunda-feira, identificando todas as terças-feiras e selecionando, do mesmo modo, uma terça-feira e assim por diante, o que significa que cada fonte de variação cíclica

⁹³ Ver: LACY, S.; RIFFE, D.; RANDLE, Q. Sample Size in Multi-Year Content Analyses of Monthly Consumer Magazines. *Journalism Mass Communication Quarterly*, n.75, 1998. -417.

mais um dia da semana é representada igualmente. Essa amostragem estratificada pode controlar as fontes de "variação sistemática" (RIFFE, AUST, LACY, 1993). A partir desses referenciais metodológicos, assumimos a construção de amostras aleatórias, considerando 30% das revistas. Somamos, assim, 186 edições analisadas.

Optamos pela técnica de análise de conteúdo, no padrão categorial quantitativo, por acreditarmos que melhor se enquadra na natureza do material escolhido (BARDIN, 1979; BAUER, GASKELL, 2008; CHIZZOTTI, 2006). Tal técnica objetiva quantificar elementos de modo a proporcionar uma abordagem estatística. Assim, as peças jornalísticas selecionadas para análise foram codificadas com base em um livro de códigos pré-estabelecido no projeto "Cobertura jornalística da corrupção política: uma perspectiva comparada", com as adaptações necessárias ao cumprimento dos objetivos da presente pesquisa doutoral guardadas, entretanto, as ideias fundadoras utilizadas para identificar cenários, atores, instituições e casos de corrupção. As categorias que melhor se aplicam a esta pesquisa são:

Quadro 3 – Categorias de análise

Capa	Existência do tema da corrupção na capa
Notícias por edição	Número de notícias (peças), referentes à corrupção, existentes na edição
Principais atores	Relaciona os principais atores mencionados
Principais instituições	Relaciona as principais instituições, públicas e privadas, mencionadas
Ilícitos	Relaciona os principais ilícitos mencionados
Implicações do caso para a sociedade	Especifica se houve explicações a respeito das consequências da corrupção para a sociedade

Fonte: Autora (2017). *As categorias não são excludentes, podem coexistir.

Nos valem da análise de conteúdo também para as capas, no entanto, seguimos com uma abordagem acerca dos enquadramentos, nos moldes propostos por Neuman et al. (1992) e Semetko e Valkenburg (2000), a partir de cinco *framings* e, também, seguindo a mesma noção de amostra, explicada para o caso da análise de categorias.

Quadro 4 – Categorias de enquadramento

Interesse humano	Segundo Semetko e Valkenburg (2000), esse quadro salienta a face humana ou o ângulo emocional para apresentar o acontecimento.
Conflito	Diz respeito ao desacordo entre indivíduos, grupos ou organizações.
Moralidade	Aproxima o acontecimento a questões de ordem moral, social ou religiosa.
Econômico	Associa o acontecimento as questões econômicas, salientando as implicações que podem ocorrer tanto do ponto de vista individual, como para grupos, organizações e países.
Atribuição de responsabilidade	A ideia é atribuir responsabilidade tanto à causa, como também à solução a governos, grupos ou mesmo a indivíduos.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Neuman et al. (1992) e Semetko e Valkenburg (2000).

Para construção da amostra, estabelecemos alguns critérios: 1) seleção de uma capa por mês de análise – março de 2014 a agosto de 2016 – e quando não houver o tema da corrupção na capa, compensa-se em duas capas de outro mês; 2) mínimo de cinco capas por revista, para que se tenha uma representatividade do posicionamento de todas elas; e 3) a sequência de capas de uma mesma revista não deve passar de três peças, garantindo uma alternância mínima. São critérios estabelecidos pela autora. O *corpus* constituiu-se, então, de 30 capas.

Quadro 5 – Capas utilizadas para análise de enquadramentos

Data	Revista	Edição	Título
26/03/14	Carta Capital	792	Por dentro do Irã
05/04/14	Época	827	Propina na Petrobras
03/05/14	Época	831	Dilma vai à guerra
02/06/14	Época	835	Manual de sobrevivência na Copa
23/07/14	Isto É	2330	Os limites da rivalidade
06/08/14	Veja	2385	Fraude. CPI da Petrobras
19/09/14	Carta Capital	817	Petrobras. O escândalo e a eleição
16/10/14	Carta Capital	821	Futuro vs. passado
24/11/14	Época	860	O próximo alvo
10/12/14	Veja	2403	A operação Lava-Jato e o PT
09/02/15	Época	870	Os homens que estão mudando o Brasil

11/02/15	Isto É	2358	Empréstimo suspeito de R\$ 2 milhões para o amigo de Lula
23/03/15	Isto É	2364	As trapaças do duque do Petrolão
01/04/15	Carta Capital	843	Os papéis de Duque
27/05/15	Veja	2427	Mensalão 10 anos
27/06/15	Época	890	A ruína da era Lula
22/07/15	Isto É	2381	O rastro do dinheiro do Petrolão na campanha de Dilma
12/08/15	Veja	2438	O Brasil pede socorro
30/09/15	Carta Capital	869	Limites à Lava Jato
21/10/15	Carta Capital	872	Cunha encolhe
18/11/15	Veja	2452	O plano Temer
02/12/15	Carta Capital	878	Lava Jato a toda
27/01/16	Carta Capital	885	Petróleo e crise
10/02/16	Isto É	2409	O elo Renan
09/03/16	Isto É	2413	Delcídio conta tudo
25/04/16	Época	932	O homem que sabia demais
27/05/16	Isto É	2425	Estupro uma barbárie nacional
03/06/16	Isto É	2426	Dilma exige R\$ 12 milhões de Odebrecht: "É para pagar"
20/07/16	Veja	2487	O terror
10/08/16	Veja	2490	Odebrecht cita Temer. Marqueteiro destrói Dilma

*Em janeiro de 2015 não houve capa que seguissem os critérios pré-estabelecidos.

Fonte: Autora (2017).

A partir da análise de categorias e de enquadramentos, acreditamos ser possível identificar as tendências da mídia brasileira para a cobertura do tema da corrupção, nomeadamente aqui o caso da Lava Jato e, acima de tudo, contribuir para que possamos compreender as implicações na opinião pública.

4.3.2 Agendamento e enquadramento da Lava Jato

Iniciamos a apresentação dos resultados a partir das capas. Como já mencionamos, elas são importantes por serem o primeiro contato da mídia com o leitor. As capas são intertextuais, como sugerem Madeiros, Ramalho e Massarani (2010), e são compostas por textos escritos, ilustrações, fotos, infográficos, anúncios e legendas. As autoras pontuam que o objetivo principal da capa é o de motivar o leitor a abrir e ler o produto, seja ele uma revista, um

encarte, um jornal, etc. Elas salientam, ainda, que para que o assunto alcance a primeira página ele passa por várias etapas que atestam a sua pertinência e, portanto, a necessidade em ocupar uma posição de destaque.

Tratando de gêneros textuais, considerando que a capa é um deles, trazemos as considerações de Bakhtin (2003), que atenta para a importância não somente do conteúdo dos gêneros em si, mas também do seu processo de construção. Seguindo esse ponto levantado pelo teórico russo, podemos dizer que a relevância das capas está, também e para o leitor, no seu conteúdo, mas, com mais interesse – ao menos aos pesquisadores – ao processo que envolve a sua elaboração. Ou seja, os interesses que permeiam a seleção dos assuntos e sua disposição – com maior ou menor destaque – na capa são relevantes, pois podem dar pistas sobre as intenções do veículo (os modos operatórios da mídia que tratamos de modo conceitual nas seções anteriores) e seu posicionamento frente a determinados assuntos, incluindo os políticos.

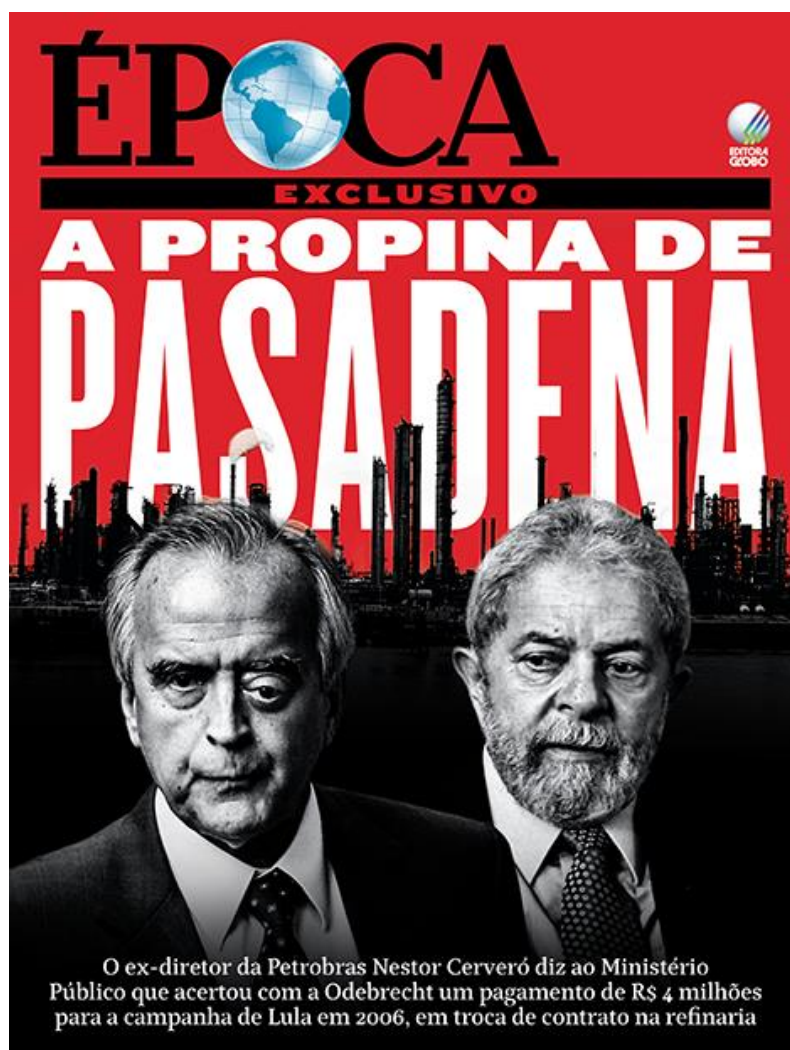
Apresentamos, a seguir, algumas capas das revistas que compõem esta análise. Chamamos atenção a algumas diferenças, ainda que essa comparação não seja parte de nosso objeto de pesquisa. A revista Carta Capital tende a apresentar um tom mais neutro em suas publicações, ao passo que as demais revistas tendem a ser mais agressivas e incisivas. Em termos de conteúdo, os três últimos são mais inclinados a se expressarem contrários às pautas da centro-esquerda e, enquanto o PT esteve à frente do governo, se posicionaram contrários a ele, de modo ainda mais evidente para as revistas Isto É e Veja.

Figura 12 – Revista Carta Capital 26 de novembro de 2014



Fonte: Acervo digital revista Carta Capital – edição 827

Figura 13 – Revista Época de 12 de setembro de 2015



Fonte: Acervo digital revista Época– edição 901

Figura 14 – Revista Isto É de 23 de março de 2016



Fonte: Acervo digital revista Isto É– edição 2415

Figura 15 – Revista Veja de 11 de maio de 2016



Fonte: Acervo digital revista Veja – edição 2477

Assim, consideramos que uma primeira forma de compreender o espaço de visibilidade que é conferido a determinados *issues* e, no âmbito desta pesquisa, o agendamento do tema da corrupção nas revistas é, inicialmente, por meio da observação das capas.

Trazemos, em sequência, dados gerais sobre o material analisado.

Tabela 6 – O tema da corrupção nas capas das revistas (2014 a 2016)

	N	% válido	% acumulado
sim	84	45.2	45.2
não	102	54.8	100.0
Total	186	100.0	

Fonte: Autora (2017).

As edições apresentaram o tema da corrupção, marcadamente em relação a Lava Jato, em 45,16% das 186 edições analisadas.

Tabela 7 – Recorrência de temas nas capas (2014 a 2016)

	N	% válido	% acumulado
Outros temas	102	54.8	54.8
Lava Jato	75	40.3	95.2
Máfia Transplantes	2	1.1	96.2
Mensalão	3	1.6	97.8
Metrô SP	1	.5	98.4
Operação Zelotes	1	.5	98.9
Pimentel	1	.5	99.5
SABESP	1	.5	100.0
Total	186	100.0	

Fonte: Autora (2017).

Conforme anunciamos, a Operação Lava Jato foi o caso mais recorrente, sendo mencionado em 40,32% das capas analisadas, conforme a tabela acima.

Tabela 8 – Lava Jato nas capas – dados por revista (2014-2016)

	%
Carta Capital	18,6
Época	30,6
Isto É	22,6
Veja	28
Total	100

Fonte: Autora (2017).

A tabela acima nos mostra a recorrência do caso da Lava Jato nas capas de cada revista.

Observamos que a revista Época repercutiu a Lava Jato mais vezes em suas capas, em 30,6%. Na sequência, a Veja trouxe o tema em 28% de seu espaço de mais visibilidade. A revista Isto É abordou a corrupção na Petrobras em 22,6% das capas, enquanto a Carta Capital foi a revista que concedeu menor visibilidade a esse tema, registrando 18,6%.

A tabela 9 traz um resumo dos casos em que a corrupção foi tema nas capas e no conteúdo das revistas, de acordo com os anos que compõem a análise.

Tabela 9 – Capas e notícias sobre corrupção por ano (2014 a 2016)

			Ano			Total
			2014	2015	2016	
Casos de corrupção na capa	sim	Contagem	34	34	16	84
		%	45.3%	48.6%	39.0%	45.2%
	não	Contagem	41	36	25	102
		%	54.7%	51.4%	61.0%	54.8%
Total		Contagem	75	70	41	186
		%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
Tema da corrupção nas edições	nenhum	Contagem	30	21	12	63
		%	40.0%	30.0%	29.3%	33.9%
	1 caso	Contagem	35	28	18	81
		%	46.7%	40.0%	43.9%	43.5%
	2 casos	Contagem	9	12	7	28
		%	12.0%	17.1%	17.1%	15.1%
	3 casos	Contagem	1	9	3	13
		%	1.3%	12.9%	7.3%	7.0%
	4 ou mais casos	Contagem	0	0	1	1
		%	0.0%	0.0%	2.4%	0.5%
Total		Contagem	75	70	41	186
		%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Autora (2017).

Assim, temos que o ano de 2015 registrou maior incidência do tema nas capas (48,6%), porém, o ano de 2016 registrou maior porcentagem de notícias relacionadas a corrupção nas edições, sendo que em 70,7% das oportunidades, o tema da corrupção esteve presente em uma ou mais notícias.

A visibilidade que o tema conquistou nas capas em 2015 foi relevante, entretanto, dentro das expectativas, uma vez que foi um ano importante para a Lava Jato, em que as investigações avançaram, envolvendo mais nomes do cenário político, prisões e, também, mais ramificações do caso a outros partidos e instituições públicas e privadas. Sobre a recorrência do tema nas notícias em 2016 é um valor alto se pensarmos que o tema central a essa altura (de janeiro a julho de 2016) era o impeachment de Dilma Rousseff.

À medida em que as investigações sobre a Lava Jato avançam é perceptível como o tema passa a ser agendado nas revistas ocupar posição mais central. Em 2014, as edições somaram 60% de notícias sobre corrupção, em 2015 esse número sobe para 70%. Como vimos no capítulo 3, desde o fim das eleições presidenciais de 2014, uma confluência de acontecimentos

políticos movimentou a opinião pública o que foi sendo noticiado e, ao mesmo tempo, narrado nas revistas. Observa-se que o tema não foi repercutido nas revistas com tanta intensidade como o esperado em 2014, em função da eleição, ainda que o caso da Lava Jato carregasse o peso da corrupção em uma das principais estatais, a Petrobras, e Dilma fosse à época candidata à reeleição.

Apresentamos, também, alguns aspectos relativos ao enquadramento da Lava Jato nas capas, com base na metodologia de análise proposta por Neuman et al. (1992) e Semetko e Valkenburg (2000).

Antes, porém, observamos as manchetes e a corrupção política foi destaque em 58,6% das capas. As imagens abaixo ilustram o destaque dado ao caso nas capas.

Figura 16 – Carta Capital de 30 de setembro de 2015



Fonte: Acervo digital revista Carta Capital – edição 869

Figura 17 – Veja de 6 de agosto de 2014



Fonte: Acervo digital revista Veja – edição 2385

Tabela 10 – Enquadramentos midiáticos nas capas (%) – 2014 a 2016

Interesse humano	Conflito	Moralidade	Econômico	Atribuição de responsabilidade
0	6,8	3,4	3,4	79,3

Fonte: Autora (2017).

A tabela 10 nos mostra que 79,3% das capas analisadas apresentaram o enquadramento do tipo “Atribuição de responsabilidade”, cuja ideia central é apontar responsáveis e, no caso em questão, atores políticos e empresas foram responsabilizadas pela crise causada na Petrobras e pelo agravamento

do caso da Lava Jato. Sobre isso, retomamos que uma das atribuições à mídia é a de fiscalização e denúncia em relação ao poder público (GUREVITCH, BLUMLER, 1995). No entanto, a primazia da denúncia e do simples apontamento de culpados, parece suplantar a capacidade da mídia em compreender o sistema e mediar as informações dos outros campos, como o político, para a sociedade (CONTREIRAS, BAPTISTA, 2015; BAPTISTA, 2016, 2017). O segundo enquadramento com mais ocorrências foi o do “conflito”, com 6.8%, que confere saliência a questões sobre o desacordo seja entre indivíduos, como o caso em questão se apresentou, e entre grupos. Por fim, os *framings* “moralidade” – que coloca em relevo as questões de ordem moral, social ou religiosa – e “econômico” – que associa o acontecimento a questões econômicas – ocorreram, cada um, em apenas 3,4% das capas. O enquadramento “interesse humano” não foi identificado.

O que podemos inferir sobre os quadros de referência analisados nas capas é a preferência por apontar nomes e culpados, e mostrar os conflitos entre os atores.

No conteúdo das revistas, atentamos, também, às menções a atores e instituições, públicas e privadas. Sobre os atores envolvidos, consideramos os nomes mencionados nas notícias, que figurassem entre os principais atores daquela peça em questão e que apresentassem um tom negativo. Lembrando que nos atemos ao conteúdo manifesto, de modo que não consideramos as informações implícitas. Assim, temos:

Tabela 11 – Principais atores mencionados (2014 a 2016)

Atores	%*
Lula da Silva	30,8
Paulo Roberto Costa	26,0
Dilma Rousseff	25,2
Alberto Youssef	21,9
José Dirceu	4,8
João Vaccari Neto	4,8
Marcos Valério	4,0
Total	123 notícias

* % em relação às notícias sobre a corrupção

Fonte: Autora (2017).

Sobre os resultados acima, não é surpresa que os atores tivessem sido mencionados com frequência considerável e, também, com uma conotação

negativa. O que podemos destacar é a ausência de nomes recorrentes do setor privado, que registraram poucas menções em comparação aos demais, ainda que o envolvimento com o caso da Lava Jato tenha sido igual ou superior aos apresentados na tabela.

Com relação às principais instituições públicas e privadas mencionadas nas notícias, a Petrobras foi, como esperado, a mais recorrente. Em função do destaque dado às organizações privadas, optamos, portanto, relacionar as porcentagens sobre essas empresas referentes a cada ano analisado. Assim, apresentamos os seguintes resultados:

Tabela 12 – Principais instituições privadas relacionadas por ano (%) – 2014 a 2016

Empresas	2014	2015	2016	TOTAL
Andrade Gutierrez	2,2	13,7	24,3	40,2
Camargo Correia	8,8	13,7	0	22,5
Construtora OAS	15,5	23,5	31	70
Construtora Odebrecht	2,2	25,4	27,5	55,1
Construtora UTC	6,6	27,4	31	65
Engevix Engenharia	4,4	11,7	10,3	26,4
Galvão Engenharia e Queiroz Galvão	4,4	17,6	13,7	35,7
Toyo Setal	4,4	5,8	0	10,2

Fonte: Autora (2017).

As empresas com mais menções referem-se a grandes construtoras relacionadas ao caso da Lava Jato. O esquema de corrupção envolvia, entre outros, a facilitação das licitações na Petrobras. As empresas criaram um “clube”, em parceria com a diretoria da estatal petroleira, para organizar a realização das licitações entre as empreiteiras participantes e determinar as vencedoras⁹⁴. As empresas participantes do clube pagavam uma taxa, a propina, à diretoria que, segundo a delação de Paulo Roberto Costa, seria ele e Renato Duque (ex-Diretor de Engenharia e Serviços). Quem intermediava o contato entre o clube e os diretores era Ricardo Pessoa, presidente da

⁹⁴ FAVERO, Daniel. Saiba como funcionava o clube de empreiteiras na Petrobras. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/saiba-como-funcionava-o-clube-de-empreiteiras-na-petrobras,2937b427dad9410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>.

Acesso em: 10 out. 2017.

RICHTER, André. Executivo relata "clube" de empreiteiras para ganhar obras da Petrobras. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-11/executivo-relata-clube-de-empreiteiras-para-ganhar-obras-da-petrobras>>. Acesso em: 10 out. 2017.

Construtora UTC – segunda empresa com mais menções, 65% (Tabela 12). Interessante observar que, ainda assim, as pessoas confiam mais nas empresas do que nas instituições políticas e agentes políticos, mesmo diante das graves denúncias de envolvimento de grandes instituições privadas nos escândalos de corrupção, como mostram os dados referentes à confiança nas instituições (Tabela 2 – páginas 78 e 79).

De acordo com a análise, as menções sobre as instituições públicas foram prioritariamente sobre a Petrobras. E considerando a natureza do caso da Lava Jato, em que a participação de grandes nomes do setor privado se tornou o diferencial do esquema em relação aos demais registrados no Brasil, acreditamos tratar das menções das instituições privadas seja mais adequado.

Tabela 13 – Principais ilícitos mencionados entre 2014 e 2016

Ilícito	%
Pagamento de propina	29,2
Lavagem de dinheiro	21,1
Crimes da lei de licitações	10,5
Corrupção ativa	8,9
Evasão de divisas	6,5
Financiamento ilegal de campanha	6,5
Tráfico de influências	5,9
Caixa 2	4,8
Corrupção eleitoral	4,8
Enriquecimento ilícito	2,4
Emprego irregular de verbas públicas	1,6
Compra de voto	0,81
Condescendência criminosa	0,81
Peculato	0,81
Sonegação de impostos	0,81

Fonte: Autora (2017).

Listamos, acima, os ilícitos mais recorrentes nas notícias (Tabela 13). As três primeiras menções foram as mais recorrentes e elas são as que melhor explicam o caso da Lava Jato e o embricamento entre o setor público e privado, envolvendo o pagamento de propina, lavagem de dinheiro (que já mencionamos ter influenciado na escolha do nome da operação) e os crimes da lei de licitações.

Descrevemos os resultados proveniente da análise das revistas Carta Capital, Época, Isto É e Veja, e convém mencionar que tecemos os comentários em relação aos dados em somatória, ou seja, não comparamos as revistas. No entanto, a despeito da linha editorial, as revistas primaram pela denúncia e atribuição de culpa.

Essa ação da mídia é condizente com uma de suas funções que é a ser vigilante do poder público (GUREVITCH, BLUMLER, 1995). Por outro lado, ela deixa de fornecer outras importantes explicações aos cidadãos, como os reais impactos da corrupção no dia a dia da sociedade. Retomamos aqui a observação de que o caráter denunciista da mídia que identificamos nesta análise é uma replicação de um comportamento observado em diversos outros países (CONTREIRAS, BAPTISTA, 2015; BAPTISTA, 2016, 2017), assim como a personalização da corrupção, na medida em que responsabilizar agentes torna-se mais relevante do que compreender todo o sistema e buscar as consequências para a sociedade.

A partir dessa ideia de personalização podemos sugerir que os grandes prejudicados no caso da Lava Jato é a classe política, que perde em capital simbólico, em função da grande exposição e da responsabilização pelos crimes. Isso se torna mais evidente se retomarmos a tabela de atores envolvidos (Tabela 11 – página 172) e observarmos que os nomes que lá constam não pertencem às instituições privadas, pois estas foram citadas como organização. Podemos fazer até uma analogia e dizer que o setor privado é citado na mídia realmente como ente ou pessoa jurídica. Os cidadãos, que têm a mídia como fonte de informação, tendem, em última instância, a associar a corrupção cada vez mais ao setor público e a responsabilizá-lo pelos crimes, a despeito da grande participação das empresas no caso da Lava Jato.

Podemos dizer que o caso da Lava Jato narrado, descrito, especulado, silenciado (período da Copa do Mundo) e espetacularizado na perspectiva do escândalo. A personalização política do caso também ficou evidente, na medida em que os atores políticos assumiram o protagonismo nas notícias e a eles foi atribuída a culpa, sendo que o mesmo não ocorreu ou, ao menos, não com a mesma intensidade, com outros nomes que foram enunciados do setor

privado. E, ainda, competiu à imprensa denunciar, investigar e julgar. O julgamento que se inicia na imprensa é ampliado na opinião pública. E retomando alguns conceitos do início desta seção, as revistas noticiaram temas de abordagem mais “séria”, ou *hard news*, por meio de uma caracterização próxima ao *soft news*, privilegiando o sensacionalismo e o escândalo. De modo geral, a produção e o consumo de notícias mais “leves” têm sido tendência no jornalismo contemporâneo.

Neste capítulo, abordamos as características do escândalo *Mani Pulite* ocorrido na Itália, na década de 1990 e da Lava Jato que está sendo investigado no Brasil. Procuramos apresentar semelhanças entre os dois casos, sobretudo, em relação à participação de atores e instituições dos setores público e privado na arquitetura de dois grandes esquemas de corrupção, e a intensa cobertura da mídia. Entretanto, ressaltamos que em meio a tantas similitudes, não podemos deixar de frisar que se tratam, em primeiro, de contextos díspares e dois países com sistemas políticos diferentes, bem como situações econômicas distintas. E ainda que o papel da mídia seja importante em ambos cenários, o grau de envolvimento também merece ressalvas. Guardadas as diferenças, o caso Mãos Limpas é o que podemos encontrar de mais próximo da Lava Jato e consideramos produtiva a caracterização de ambos.

A partir da análise das revistas semanais Carta Capital, Época, Isto É e Veja, buscamos um perfil de como o escândalo da Lava Jato foi representado na imprensa brasileira. Consideramos como destaque a visibilidade conferida ao caso nas capas dos semanários, bem como o destaque dado às figuras políticas, atribuindo a elas a culpa e tecendo, na mídia, um pré-julgamento. No capítulo seguinte, a percepção da corrupção, a partir do caso da Lava Jato, será relacionada a outros aspectos políticos e econômicos de modo a compreendermos possíveis implicações na opinião pública.

5 PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO POLÍTICA: O ESCÂNDALO DA LAVA JATO E A OPINIÃO PÚBLICA NO BRASIL

Enfatizamos que nosso foco de pesquisa é compreender a percepção da corrupção por ocasião da Lava Jato e identificar suas implicações na opinião pública, nas atitudes políticas e na avaliação de governo. Entendemos e salientamos no desenvolvimento teórico-conceitual que a percepção da corrupção – uma medida indireta para mensurar a corrupção – é balizada e pode sofrer influências diversas, como a de questões relacionadas a economia, aspectos culturais e variáveis midiáticas. Nos limites desta tese, trabalhamos com os aspectos midiáticos para compreender a percepção da corrupção, e temos como pano de fundo o escândalo da Lava Jato.

Isto posto, o objetivo principal desta pesquisa é investigar de que modo a visibilidade do escândalo da Lava Jato na imprensa influenciou a percepção da opinião pública sobre a corrupção e sobre a política, nomeadamente sua relação com os partidos, governo e instituições e atores políticos, entre os anos de 2014 e 2016, no governo Dilma Rousseff. O período de análise compreende o início do caso da Lava Jato, em março de 2014, ao impeachment de Dilma Rousseff, em agosto de 2016. Cumpre observar que as pesquisas de opinião atribuem os meses de julho de 2016 em diante ao governo Michel Temer. Para conduzimos esta pesquisa, estabelecemos cinco hipóteses, a saber:

- (H1) a maior visibilidade do escândalo político da Lava Jato na mídia influenciou a percepção da corrupção enquanto problema;
- (H2) quanto mais as pessoas percebem a corrupção, menos elas se sentem satisfeitas com o regime democrático;
- H3) à medida em que a percepção da corrupção aumenta a identificação partidária declina, ou seja, quanto mais as pessoas percebem a corrupção na sociedade, menos elas se identificam com algum partido político;

- H4) quanto maior a percepção da corrupção menores serão as expectativas com relação ao futuro da economia pessoal e do país, ou seja, aumenta o pessimismo sobre a economia;
- H5) o aumento percepção da corrupção reduz a confiança dos cidadãos na imagem de Dilma Rousseff, do mesmo modo, decresce a avaliação positiva de seu governo.

Para testarmos as hipóteses acima elencadas, utilizamos dados de séries temporais de pesquisas de opinião realizadas por: Datafolha, CNI/Ibope, Ibope, Latinobarômetro e SECOM. As variáveis selecionadas são: percepção da corrupção; satisfação com a democracia; identificação partidária; expectativa com relação a economia pessoal; expectativa com relação a economia do país; confiança na presidenta; avaliação positiva do governo.

A variável percepção da corrupção foi considerada a partir da questão que avalia a corrupção enquanto problema, na série temporal realizada pelo Datafolha, para a questão “Considerando as áreas que são de responsabilidade do governo federal, na sua opinião qual é o principal problema do país hoje?”. Utilizamos os dados de 2011 a 2016. Também observamos como o Latinobarômetro avaliou essa mesma questão, ao longo dos anos, com a pergunta “Em sua opinião, qual você considera o problema mais importante no país?” e utilizamos os dados de 1996 a 2016.

Para a confiança na mídia, utilizamos a sequência temporal do Ibope, com os resultados o Índice de Confiança Social produzido pelo instituto em questão. Selecionamos os resultados de 2011 a 2017.

A série temporal usada de satisfação com a democracia foi extraída da base do Ibope, com os resultados entre 2008 e 2016, para a pergunta “De uma maneira geral, o(a) sr(a) diria que está muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito, ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?”. Utilizamos também a série temporal do Latinobarômetro, entre 1995 a 2016, sobre apoio a democracia, sob a pergunta: “Com qual das frases você está mais de acordo?” e selecionamos apenas a resposta “A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”.

Outra variável utilizada foi relativa a identificação partidária. Usamos a sequência temporal realizada pelo Datafolha, entre os anos de 1990 e 2017. Para as questões inerentes a economia, utilizamos as séries temporais do Datafolha sobre a expectativa com relação a economia do país e pessoal, e selecionamos os dados referentes aos meses de junho de 2011 a julho de 2016. As perguntas são: “Na sua opinião, nos próximos meses, a situação econômica do país vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está?” e “Na sua opinião, nos próximos meses, a sua situação econômica vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está?”

Para a confiança na presidenta, utilizamos a série temporal do CNI/Ibope, selecionados os valores de “confia”, entre dezembro de 2011 a março de 2016, para a pergunta “O(a) sr(a) confia ou não confia na Presidente Dilma?”. Para a avaliação de governo, utilizamos a série temporal realizada pelo CNI/Ibope, entre 2014 e 2016, sob a pergunta “Na sua avaliação, o Governo da Presidente Dilma Rousseff está sendo...” assumindo a resposta “bom/ótimo”. Também recorremos à sequência temporal realizada pelo Datafolha, entre 2014 e 2016, para a pergunta “Na sua opinião a presidente Dilma está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?” com a resposta “bom/ótimo”. E, ainda, utilizamos os dados da SECOM, das Pesquisas quantitativas telefônicas realizadas entre 2014 e 2016, sob a pergunta “Como o(a) sr(a) avalia o desempenho atual do Governo Federal? O(a) sr(a) diria que ele está sendo...” e admitimos a resposta “bom/ótimo”.

Selecionamos as séries univariadas, ou seja, aquelas com apenas uma variável em função do tempo. Esse tipo de dado foi escolhido por sua boa aplicação aos estudos de opinião pública, uma vez que permitem análises mais visuais do comportamento das variáveis ao longo do tempo (CERVI, 2006; PAGE, SHAPIRO, 1992). Nos interessa aqui, compreender como a percepção da opinião pública sobre a corrupção pode implicar em mudanças no comportamento de outras variáveis políticas e econômicas, a saber: identificação partidária; satisfação com a democracia; expectativas com relação ao futuro da economia pessoal; expectativas com relação ao futuro da economia do país; confiança na figura presidencial; e avaliação de governo. Page e Shapiro (1992) desenvolveram uma metodologia aplicável aos estudos

do comportamento da opinião pública, de modo que, seguindo os resultados das pesquisas de opinião, identificaram manutenção ou mudança na opinião pública em função de vários aspectos políticos e sociais, ao longo do tempo, assim, buscaram entender as tendências. Não replicamos a mesma metodologia, no entanto, nos baseamos em suas ideias para prosseguirmos com as análises. Cervellini e Figueiredo (1995, p.182) chamam atenção com as generalizações que possam advir das interpretações realizadas a partir de apenas uma expressão da opinião pública sobre um aspecto analisado, “pois um mesmo tema pode gerar reações diferenciadas que se expressam de formas diferentes nos sub-grupos existentes na sociedade ou comunidade em questão”.

Salientamos, nesse sentido, a importância do contexto, que auxilia na compreensão de possíveis alterações no comportamento da opinião pública que, de certo, pode se tratar de um evento aplicável apenas àquela ocasião. No capítulo 3 situamos a corrupção política nos principais momentos do período democrático brasileiro e no capítulo 4 analisamos a representação da corrupção política na imprensa, na constituição do escândalo político da Lava Jato. Assim, inserimos as análises que se seguem nesse contexto específico.

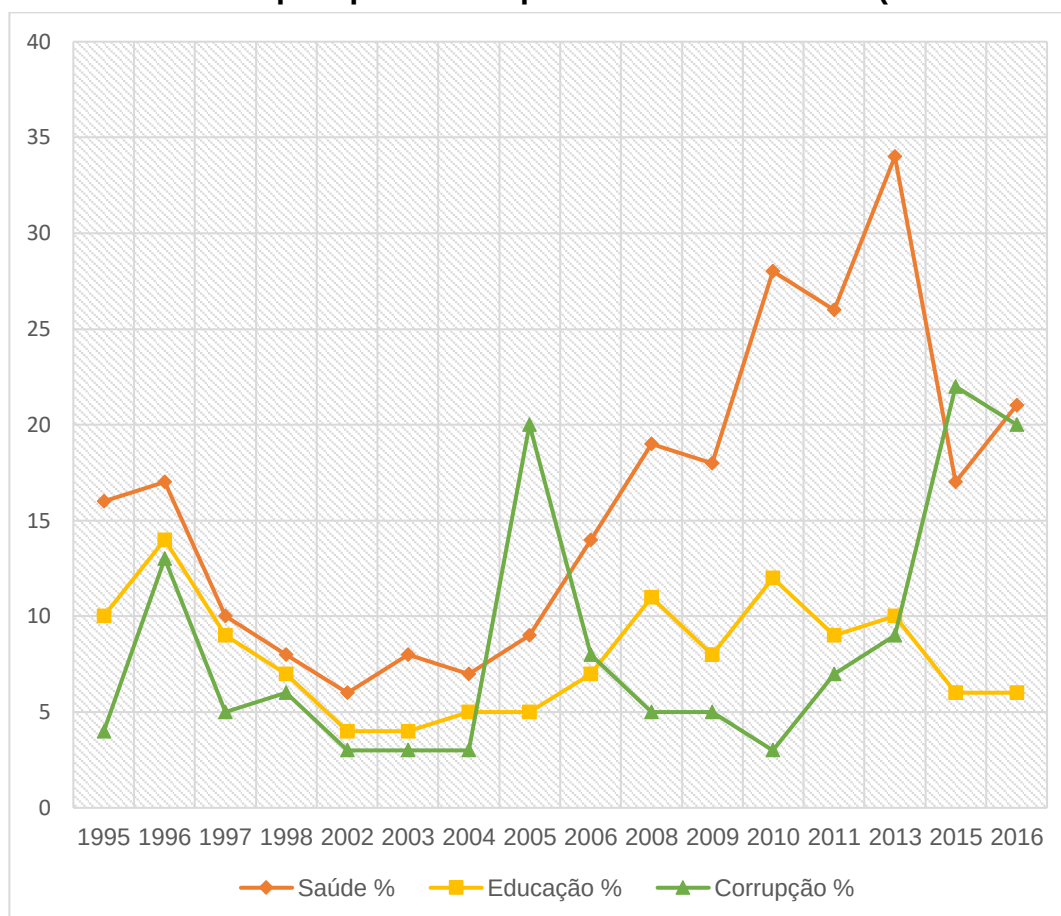
A percepção da corrupção, como tratamos no capítulo 1, é uma alternativa à impossibilidade de mensuração direta da corrupção. E seu limite mais claro reside em um problema não resolvido pelos estudos de corrupção que é definir o que é a corrupção, ou, o que são as práticas corruptas. De toda forma, embora não sejam questões vencidas, a medida indireta de percepção da corrupção é a mais utilizada, pois trata do que o indivíduo percebe em seu entorno e, como pondera Filgueiras (2009), o que as pessoas compreendem enquanto uma prática corrupta encontra explicação nos valores presentes na sociedade.

5.1 A Lava Jato e a percepção da corrupção na opinião pública

Como vimos, a percepção é recurso de mensuração indireto da corrupção. Em geral, quando observamos as medições de diversos institutos e organizações, como a Transparência Internacional, a medida de percepção da corrupção é utilizada em pesquisas *cross-country* e nas transnacionais

comparadas, ou seja, o interesse reside em comparar a percepção que a população de um determinado país possui acerca das práticas corruptas em comparação com o que ocorre em outros países. Nosso esforço é no sentido de compreender a percepção social de que a corrupção é um grave problema no Brasil e como isso varia ao longo do tempo, seguindo o curso dos acontecimentos. Entretanto, não intencionamos tecer comparações com outros países.

Gráfico 9 – Principais problemas para os brasileiros – % (1995 – 2016)



P. Em sua opinião, qual você considera o problema mais importante no país?

*Aqui somente: “educação”, “saúde” e “corrupção”

Fonte: Latinobarômetro⁹⁵.

⁹⁵ Série temporal realizada pelo Latinobarômetro. Para a pesquisa de 2016 foram aplicadas 20.204 entrevistas, face a face, em 18 países da América Latina, entre 15 de maio e 15 de junho de 2016, com amostras representativas de 100% da população nacional de cada país, de 1000 a 1200 casos, com margem de erro de cerca de 3% por país. Disponível em: < <http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.jsp>>

O gráfico acima compara a opinião dos brasileiros frente aqueles que são os três principais problemas mais lembrados pelos cidadãos entre os anos de 1995 e 2016. No primeiro ano avaliado, a percepção da corrupção foi de 4% e no ano seguinte, 1996, esse valor saltou para 13%. Subiu, portanto, 9 pontos percentuais. Mesmo com o aumento, os problemas da saúde e da educação ainda preocupavam mais os brasileiros e, em terceiro lugar, a corrupção. Não encontramos notícias de escândalos de corrupção nesse ano, ainda que tenham tido casos, os mesmos podem não ter repercutido com intensidade. No entanto, no ano em questão, um importante personagem relacionado ao escândalo de corrupção envolvendo o ex-presidente Collor faleceu, Paulo César Farias. Aliás, o escândalo ficou conhecido por seu apelido: caso PC Farias.

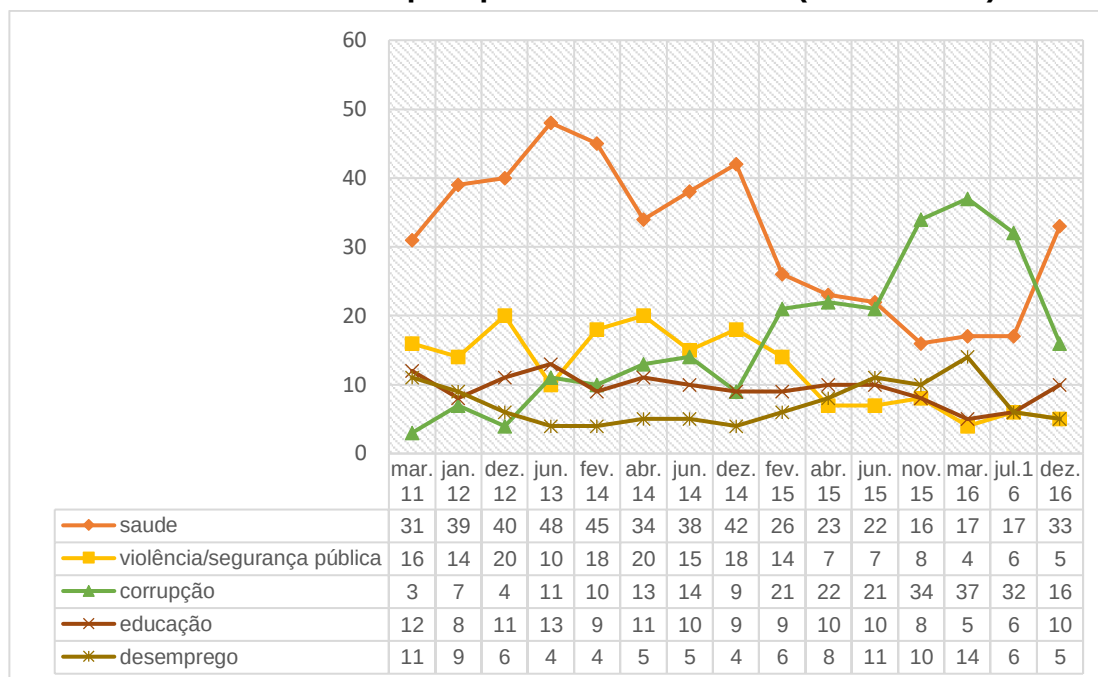
No mesmo gráfico, após o ano de 1996, a corrupção voltou a baixos níveis de percepção, 5% e 6% nos anos de 1997 e 1998, respectivamente. No ano de 2002, quando ocorreram as eleições presidenciais que encerraram os oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso, a percepção da corrupção era de apenas 3%, valor que se manteve em 2004.

No ano de 2005, quando o escândalo do Mensalão foi revelado e ganhou espaço na mídia, o tema da corrupção saltou de 3% para 20% na percepção dos cidadãos, saltando à frente do problema da saúde e da educação. Entretanto, no ano seguinte, em que ocorreram eleições presidenciais e Lula da Silva pleiteava a manutenção de seu mandato, esse número reduziu para 8%. Sobre 2006, já vimos que o escândalo do Mensalão não foi suficiente para tirar a vitória de Lula, uma vez que outras variáveis se mostraram mais eficientes como a boa situação da economia, sobretudo a avaliação pessoal, e os programas sociais, como o Bolsa Família (ZUCCO, 2008).

Em 2008 e 2009, a percepção da corrupção reduz para 5% e em 2010, também de eleições presidenciais, novamente, o tema é percebido por apenas 3% dos brasileiros. Este ano ainda foi marcado pelo Caso Erenice (como já tratamos), em que o filho da ex-Ministra da Casa Civil, Erenice Guerra, estava envolvido em denúncias de tráfico de influências.

Em 2013, a percepção da corrupção tem pequeno aumento, que de certo é resultante dos protestos de junho – Jornadas de Junho de 2013 – que dentre muitas pautas de reivindicação, o combate a corrupção foi uma delas. A partir desse ano, a corrupção vem oscilando em função dos acontecimentos no país. Os anos de 2015 e 2016 chamam a atenção pelo salto na percepção da corrupção, 22 e 20, respectivamente, o que pode ser explicado grande volume de notícias publicadas sobre a Lava Jato. O levantamento do Latinobarômetro começou a ser feito em 1996 e em 2015 foi a segunda vez que a corrupção ficou em primeiro, ocupando o lugar tradicional da saúde.

Os dados mostrados acima traçam um comparativo anual da percepção da corrupção enquanto um problema e completamos nossa análise com a evolução dessa questão ao longo dos meses de 2014 a 2016, segundo as pesquisas realizadas pelo Datafolha, a partir da pergunta: “Considerando as áreas que são de responsabilidade do governo federal, na sua opinião qual é o principal problema do país hoje?”. Em geral, assuntos como saúde e violência / segurança pública figuram entre as principais preocupações dos entrevistados, ao lado de outras inquietações, como educação e desemprego. O que chama a atenção no período de 2014 a 2016 é a guinada da corrupção como problema, ultrapassando até mesmo a saúde, que sempre atinge os maiores níveis nessa avaliação.

Gráfico 10 – Principais problemas do Brasil (2011 – 2016)

P. Considerando as áreas que são de responsabilidade do governo federal, na sua opinião qual é o principal problema do país hoje?

*Selecionamos os cinco mais lembrados.

Fonte: Datafolha⁹⁶. Elaborado pela autora.

No gráfico 10, consideramos os anos de 2011 a 2016 que correspondem ao primeiro e segundo governos Dilma Rousseff e o início do governo Michel Temer. Nota-se que a corrupção alcançou alto índice entre novembro de 2015 e julho de 2016, ultrapassando 30%. Em dezembro de 2016, a corrupção deixa de ser a principal preocupação e a saúde retoma o primeiro lugar.

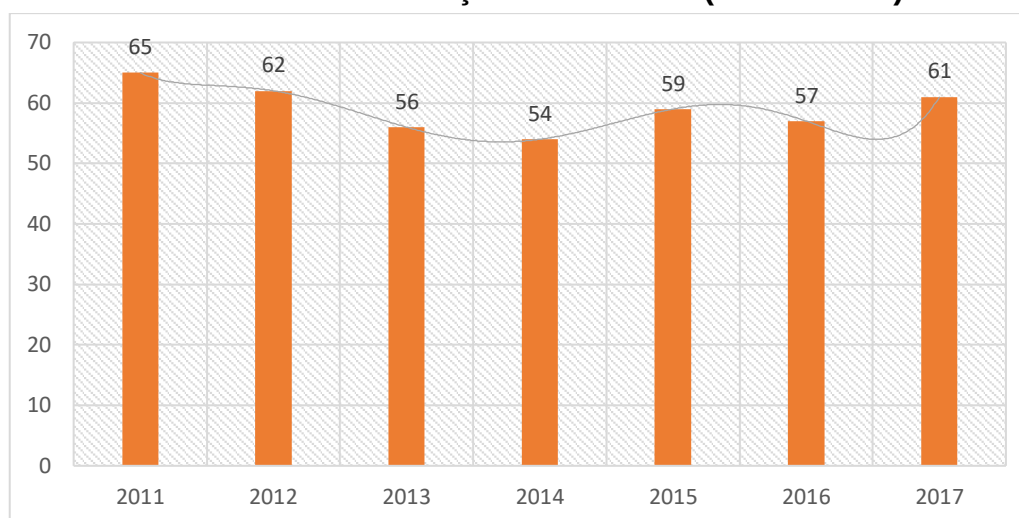
Consideramos que a percepção da corrupção é balizada, entre outros aspectos, pela circulação da informação. No capítulo 3, apresentamos uma narrativa dos acontecimentos políticos desde as primeiras eleições presidenciais do período da redemocratização e conseguimos observar com bastante clareza a participação da mídia na construção dos cenários políticos e como ator político em cena. Sendo assim, compreender a confiança na mídia torna-se importante, pois ela disputa com outras fontes de informação para

⁹⁶ Série temporal realizada pelo Datafolha. Pesquisa realizada nos dias 26 e 27 de abril de 2017, com 2781 entrevistas, em 172 municípios, com margem de erro máxima de dois pontos percentuais para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/07/20/av-presidente-michel-temer-completa.pdf>>.

formar aspectos dos cidadãos como o interesse por política e a confiança nas instituições, por exemplo.

Deste modo, trazemos alguns dados que nos mostram a confiança dos cidadãos nos meios de comunicação. Mesmo em um contexto em que diversas instituições perdem a confiança dos cidadãos, a mídia mantém esses valores acima dos 50%, como vemos no gráfico xx.

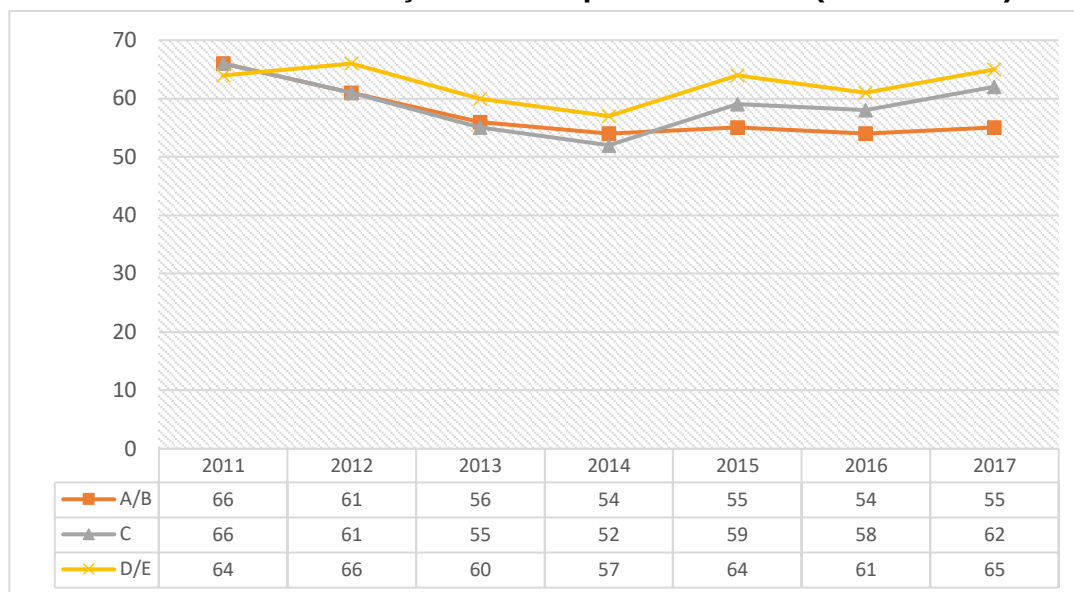
Gráfico 11 – Confiança na mídia – % (2011 a 2017)



Fonte: Ibope⁹⁷. Elaborado pela autora.

Na relação entre confiança e classe, observamos, no gráfico 11, que em 2013, a confiança declinou em todos os segmentos da sociedade brasileira. A chamada mídia tradicional foi confrontada em muitos momentos e acusada de omitir os reais acontecimentos das ruas de todo o Brasil. Nesse momento, surgiram diversos grupos de mídia alternativa, com a proposta de informar sem estarem presos aos grandes conglomerados de mídia e sem a vinculação comercial da informação (CARLOS, 2015; LOSEKANN, 2014). Podemos supor, diante disso, que a baixa confiança encontre explicação nesse cenário.

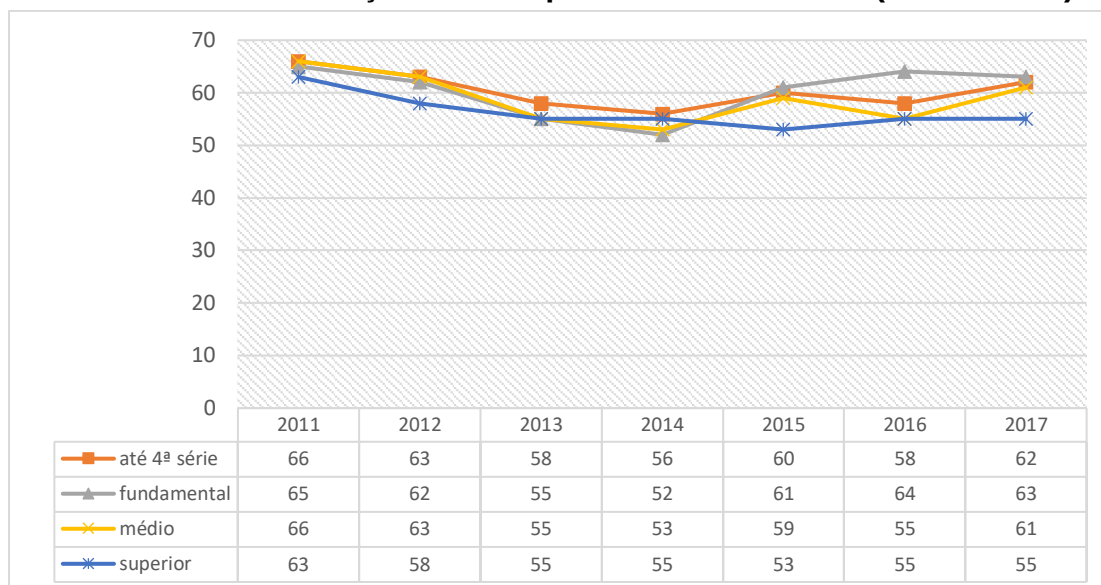
⁹⁷ Série temporal realizada pelo Ibope. As pesquisas são realizadas desde 2009, sempre no mês de julho, com 2002 entrevistas. A partir disso cria-se o Índice de Confiança Social (ICS) que é medido em uma escala que vai de 0 a 100, sendo 100 o índice máximo de confiança. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/ICS%202017.pdf>>.

Gráfico 12 – Confiança na mídia por classe – % (2011 a 2017)

Fonte: Ibope⁹⁸. Elaborado pela autora.

Para a classe A/B (Gráfico 12), a recuperação da confiança não ocorreu e os valores oscilam entre 54% e 55%. A classe C, de 2013 para 2014 reduziu ainda mais a sua confiança nos meios de comunicação. No entanto, em 2015, no auge das investigações da Lava Jato, ela aumenta o crédito na mídia. Em 2017, essa credibilidade sobe um pouco mais, e registra 62%.

⁹⁸ Série temporal realizada pelo Ibope. As pesquisas são realizadas desde 2009, sempre no mês de julho, com 2002 entrevistas. A partir disso cria-se o Índice de Confiança Social (ICS) que é medido em uma escala que vai de 0 a 100, sendo 100 o índice máximo de confiança. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/ICS%202017.pdf>>.

Gráfico 13 – Confiança na mídia por escolaridade – % (2011 a 2017)

Fonte: Ibope⁹⁹. Elaborado pela autora.

Na relação entre a confiança na mídia e a escolaridade, o ano de 2013 também sofre a mesma redução de credibilidade. Porém, no decorrer dos anos, apenas os indivíduos de nível superior não recobram sua confiança nos meios de comunicação nos moldes encontrados em 2011, e fecham 2017 com 55% de confiança. De todo modo, esse valor ultrapassa os 50% o que indica alta confiança na mídia.

Quando retomamos os dados referentes à confiança nas instituições os valores de confiança na mídia encontrados acima tornam-se ainda mais relevante, pois das instituições presentes na pesquisa, nove são alvos de desconfiança dos cidadãos e a mídia não está entre elas, que são: Poder judiciário, sindicatos, sistema público de saúde, governo da cidade onde mora, eleições e sistema eleitoral, governo federal, congresso nacional, partidos políticos e presidente da República.

Assim, de modo geral, ainda que tenhamos verificado algumas oscilações na confiança dos cidadãos nos meios de comunicação, a

⁹⁹ Série temporal realizada pelo Ibope. As pesquisas são realizadas desde 2009, sempre no mês de julho, com 2002 entrevistas. A partir disso cria-se o Índice de Confiança Social (ICS) que é medido em uma escala que vai de 0 a 100, sendo 100 o índice máximo de confiança. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra. Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/ICS%202017.pdf>>.

credibilidade que conseguem manter é relevante. E como vimos capítulos anteriores, um caso de corrupção pode ou não se tornar um escândalo, mas quando se torna, há participação da mídia na sua conformação como tal, causando indignação social (SANCHEZ, 1994). O caso da Lava Jato veio a público em março de 2014 e, desde então, é, prioritariamente, pela imprensa que os cidadãos se informam sobre os novos acontecimentos relacionados ao caso, sobre os envolvidos, as investigações e as punições. Assim, apresentamos uma sequência de dados que nos mostram como os brasileiros formaram suas impressões acerca do caso de corrupção na Petrobras e o que pensam a respeito de importantes atores políticos, como a então presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, bem como uma figura que vem se destacando ao longo de toda a operação, o juiz Sérgio Moro.

Tabela 14 – Conhece ou já ouviu falar sobre a Lava Jato – % (2015 e 2016)

	jul/15	out/15	jun/16	out/16
Sim	78,3	87,2	89,3	89,9
Não	21,7	12,8	10,7	10,1
Total	100	100	100	100

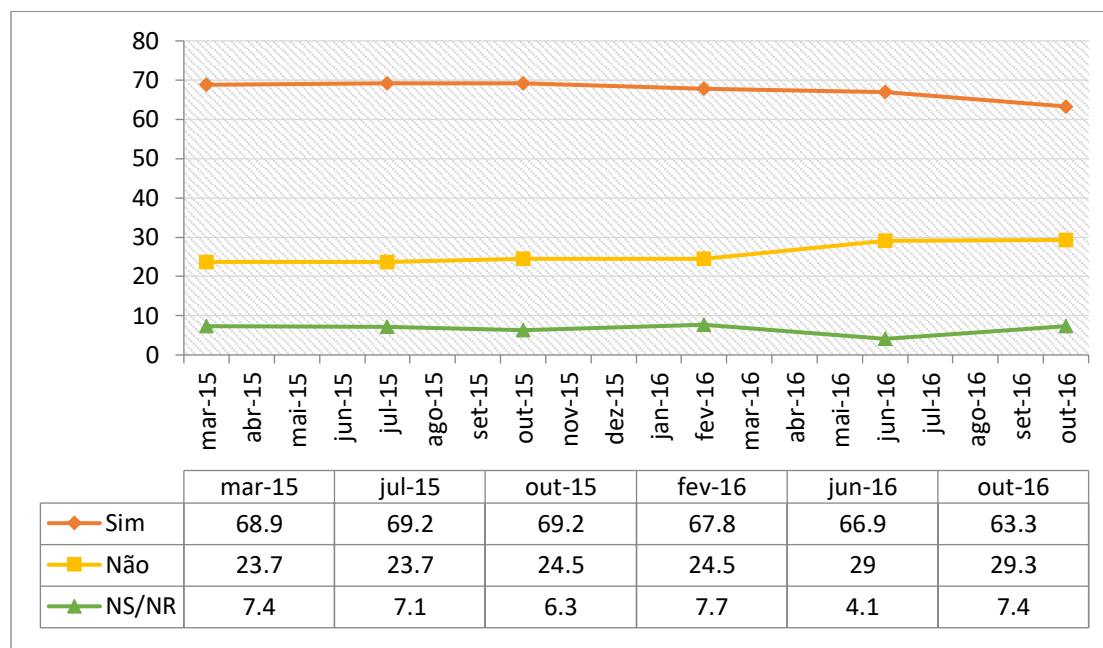
P. O (a) Sr. (a) tem acompanhado ou ouviu falar sobre as investigações que estão ocorrendo no âmbito da operação Lava Jato e que envolvem a Petrobras?

Fonte: CNT¹⁰⁰.

Conforme a tabela 14, grande parte das pessoas confirma ter ouvido falar a respeito da Operação Lava Jato, ainda que mesmo após um ano de investigações, em julho de 2015, 21,7% das pessoas admitiram não ter conhecimento sobre o assunto.

¹⁰⁰ Pesquisas realizadas pela CNT. 2002 entrevistas, com margem de erro de 2,2 pontos percentuais com 95% de nível de confiança. Disponível em: <<http://www.cnt.org.br/Imprensa/>>

Gráfico 14 – Considera a então presidenta Dilma Rousseff como culpada pela corrupção que está sendo investigada pela operação lava jato – % (2015 e 2016)



P. O (a) Sr. (a) acha que a presidente Dilma Rousseff é culpada pela corrupção que está sendo investigada na operação Lava Jato e que envolve a Petrobras?

Fonte: CNT¹⁰¹.

No gráfico acima, a então presidenta Dilma Rousseff foi responsabilizada pela ocorrência da corrupção na Petrobras em mais de 60%, desde a primeira sondagem em março de 2015 a outubro de 2016, quando o presidente já era formalmente Michel Temer.

Tabela 15 – Considera o ex-presidente Lula como culpado pela corrupção que está sendo investigada pela operação lava jato – % (2015 e 2016)

	mar/15	jul/15	out/15	fev/16	jun/16	out/16
Sim	67,9	65	68,4	70,3	71,4	72,7
Não	23,7	27,2	25,9	22,4	23,4	20,7
NS/NR	8,4	7,8	5,7	7,3	5,2	6,6
Total	100	100	100	100	100	100

P. O (a) Sr. (a) acha que o ex-presidente Lula é culpado pela corrupção que está sendo investigada na operação Lava Jato e que envolve a Petrobras?

Fonte: CNT¹⁰².

¹⁰¹ Pesquisas realizadas pela CNT. 2002 entrevistas, com margem de erro de 2,2 pontos percentuais com 95% de nível de confiança. Disponível em: <<http://www.cnt.org.br/Imprensa/>>

¹⁰² Pesquisas realizadas pela CNT. 2002 entrevistas, com margem de erro de 2,2 pontos percentuais com 95% de nível de confiança. Disponível em: <<http://www.cnt.org.br/Imprensa/>>

Do mesmo modo, o ex-presidente Lula também foi culpabilizado pela corrupção que é investigada pela Operação Lava Jato, muito embora não seja presidente ou ocupe qualquer cargo público. Conforme a representação da Lava Jato na imprensa, no capítulo anterior, Dilma Rousseff e Lula da Silva foram figuras recorrentes na cobertura realizada pelas revistas, tanto associando negativamente a imagem dos dois petistas ao caso da Lava Jato, quanto os governos de ambos, muitas vezes, buscando neles as possíveis origens da corrupção na estatal Petrobras.

Tabela 16 – Avaliação do Juiz Sérgio Moro – % (2016)

	abr/16	jun/16
Ótimo/bom	64	62
Regular	16	16
Ruim/péssimo	13	13
Não sabe	8	10

P. Como você avalia o desempenho do juiz Sergio Moro na Operação Lava Jato: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

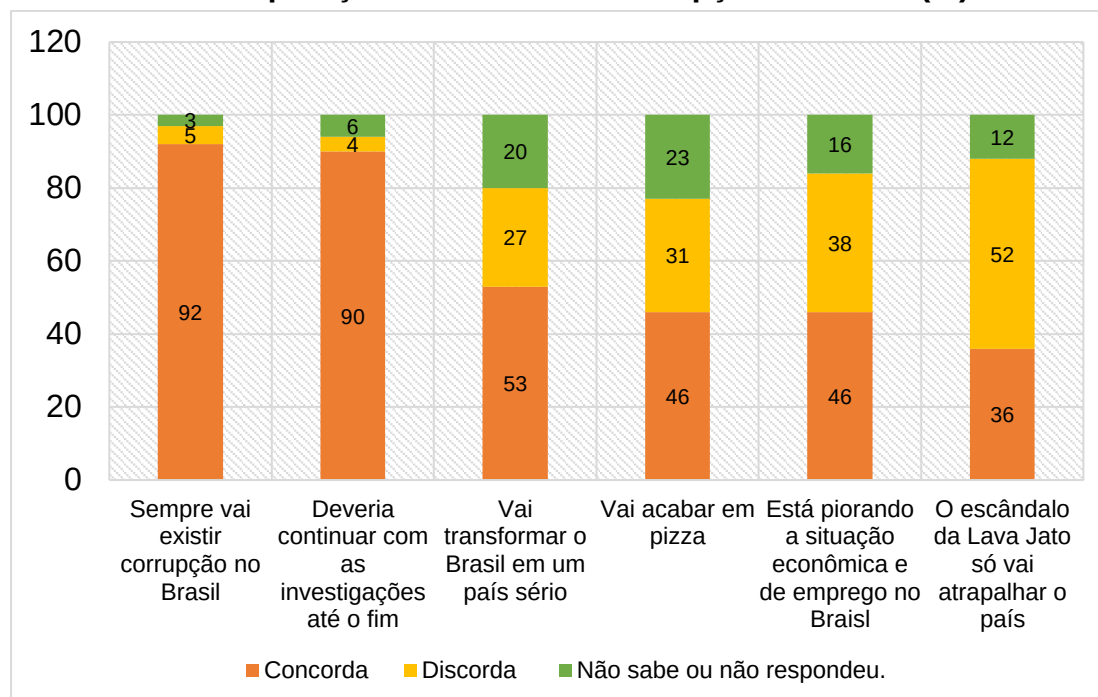
Fonte: Datafolha¹⁰³.

Se por um lado Dilma Rousseff e Lula foram mal avaliados aos olhos dos brasileiros e responsabilizados pela corrupção na Petrobras, por outro lado o juiz Sérgio Moro segue bem avaliado no desempenho de suas funções na Lava Jato.

Nessa mesma trilha, mostramos a satisfação em relação ao andamento da Operação Lava Jato. De acordo com a pesquisa Ipsos¹⁰⁴, 94% dos entrevistados diz conhecer ou já ter ouvido falar da Operação Lava Jato. Desse total, 6% considera saber muito, 15% sabe bastante, 36% diz saber algo a respeito e outros 36% afirma já ter ouvido falar a respeito, mas sabe quase nada sobre o caso. E 6% dos entrevistados diz não saber nada sobre o caso.

¹⁰³ Pesquisa realizada pelo Datafolha. Levantamento realizado do dia 14 ao dia 15 de julho de 2016, com 2.792 entrevistas em 171 municípios, com margem de erro máxima 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/07/20/av-presidente-michel-temer-completa.pdf>>.

¹⁰⁴ Ipsos Public Affairs 2016 – Pulso Brasil. Levantamento realizado com 1200 entrevistados, por pesquisa domiciliar, em 72 municípios brasileiros. Disponível em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/2017-05/Lava_Jato_Ipsos_Pulso_Brasil.pdf>

Gráfico 15 – Operação Lava Jato e a corrupção no Brasil (%) – 2016

P. Agora eu vou ler algumas opiniões que as pessoas têm sobre a Operação Lava Jato, por favor, diga-me se o(a) Sr.(a) concorda ou discorda de cada uma dessas opiniões.

Fonte: Ipsos Public Affairs¹⁰⁵. Elaborado pela autora.

O primeiro bloco de respostas mostra como, a despeito da desocultação de casos de corrupção e das investigações, o brasileiro ainda é bastante descrente sobre a eliminação das práticas corruptas no país, e 92% dos entrevistados acredita que os crimes de corrupção tendem a continuar sendo praticados no Brasil. Também podemos compreender com isso a naturalização da corrupção e sua conformidade enquanto parte integrante da história e da cultura política no Brasil. Em seguida, ainda que a primeira resposta tenha sido pessimista, os entrevistados consideram que as investigações da Lava Jato devem ir até o fim (90%).

Sobre os efeitos positivos da Operação Lava Jato, 53% considera que o Brasil vai ser tornar mais sério após o desfecho desse caso. Mas, ainda sim, quando perguntados sobre uma possível neutralidade das punições, 46% concorda que “vai acabar em pizza”. Os dois últimos blocos tratam de questões que, de alguma forma, culpabilizam a Operação Lava Jato. Para a pergunta sobre a piora da situação econômica e redução dos empregos, 46% associam

¹⁰⁵ Consultoria Ipsos Public Affairs. Pesquisa realizada entre os dias 1 e 13 de junho de 2017, com 1200 entrevistas. Margem de erro de 3 pontos percentuais. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/wp-content/uploads/2017/06/Ipsos-Pulso-Brasil_-junho.pdf>

essa situação à Lava Jato. E outros 36% concordam que o escândalo em questão vai atrapalhar o país.

Para definirmos, com mais clareza, os efeitos da mídia necessitaríamos de um estudo específico sobre a audiência, ou seja, sobre a instância receptora. Mas do ponto de vista teórico, concordamos com Klapper (1960), para quem, no âmbito das teorias dos efeitos limitados da mídia, argumenta que a influência da mídia reside, em última instância, em reforçar uma condição já pré-estabelecida. Dessa forma, a influência da mídia existe, no entanto, nem sempre seria no sentido de uma mudança, mas pode ser entendida como um reforço de pré-disposições.

5.1.1 Percepção da corrupção e a satisfação com a democracia

Moisés e Carneiro (2008) lembram que, no decorrer do século XX, foram vários os regimes democráticos que surgiram e muitos não resistiram, já o os que sobreviveram nem todos funcionaram perfeitamente, sendo que alguns funcionam mal até hoje. Os autores também retomam o argumento que, baseado em Easton (1965), o pleno funcionamento dos sistemas democráticos pode ser condicionado também pela capacidade das pessoas em discernir entre o apoio ao regime democrático e aos governos vigentes. Ou seja, uma crítica contundente ao governo em andamento não necessariamente implicaria em uma reprovação à democracia. A essa postura, em democracias consolidadas, é atribuída a boa governança (GAMSON, 1968; MOISÉS, CARNEIRO, 2008).

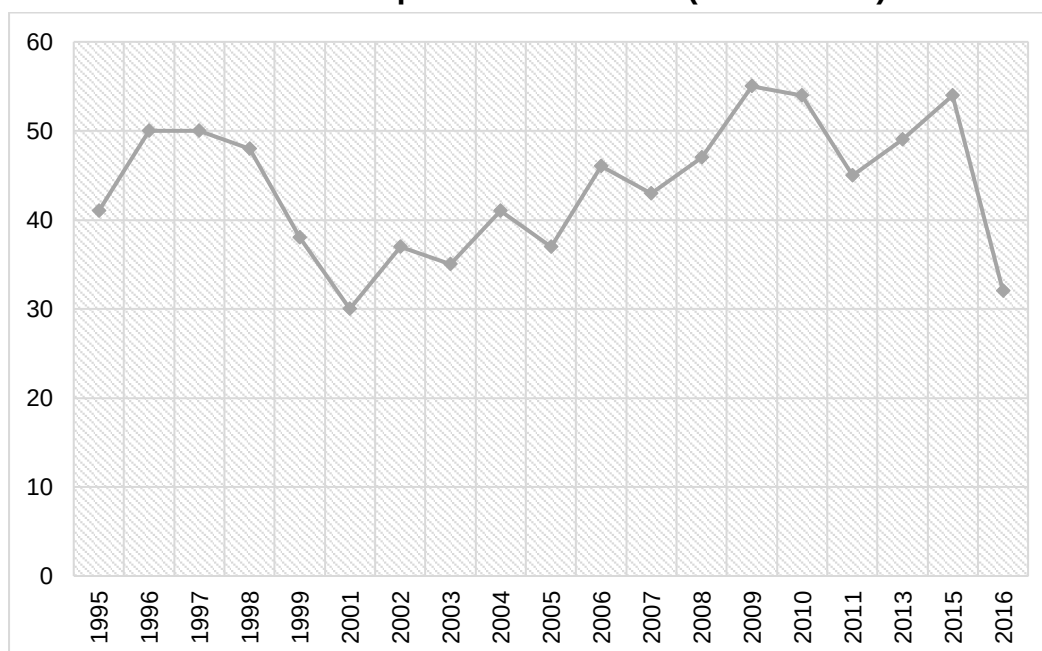
A insatisfação com o regime democrático pode trazer consequências, como a rejeição à democracia em aspectos normativos, o que facilita a escolha de modelos falhos de democracia, como pontua Del Porto (2016), com a dispensa de partidos e congresso. (MOISÉS, CARNEIRO, 2008).

Norris (2011) explica que a satisfação ou não com a democracia resulta, também, da experiência dos indivíduos com o regime. Assim, esse sentimento se não trata apenas de uma avaliação de bons resultados do regime democrático, mas também diz respeito a uma análise que as pessoas fazem com relação às suas experiências com as práticas democráticas, como por exemplo a periodicidade das eleições, a transparência dos governos e dos atos

públicos, e a honestidade dos representantes políticos e servidores públicos.

Com relação a adesão ao regime democrático, o gráfico abaixo nos mostra as mudanças no Brasil entre 1995 e 2015.

Gráfico 16 – Apoio a democracia (1995 – 2015)



P. Com qual das frases você está mais de acordo?

*Aqui somente: A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.

Fonte: Latinobarômetro¹⁰⁶. Elaborado pela autora.

Segundo a fonte de dados, o Latinobarômetro, o Brasil segue entre os mais pessimistas com relação a democracia, em lista de 18 países da América Latina. No gráfico 16, observamos que em 2001 houve um sensível declínio no apoio a democracia se comparado aos demais anos próximos. Foi um ano marcado por crise econômica e pelo apagão nacional de energia, que preocupou os brasileiros quanto à seriedade do governo para resolver questões difíceis como essa.

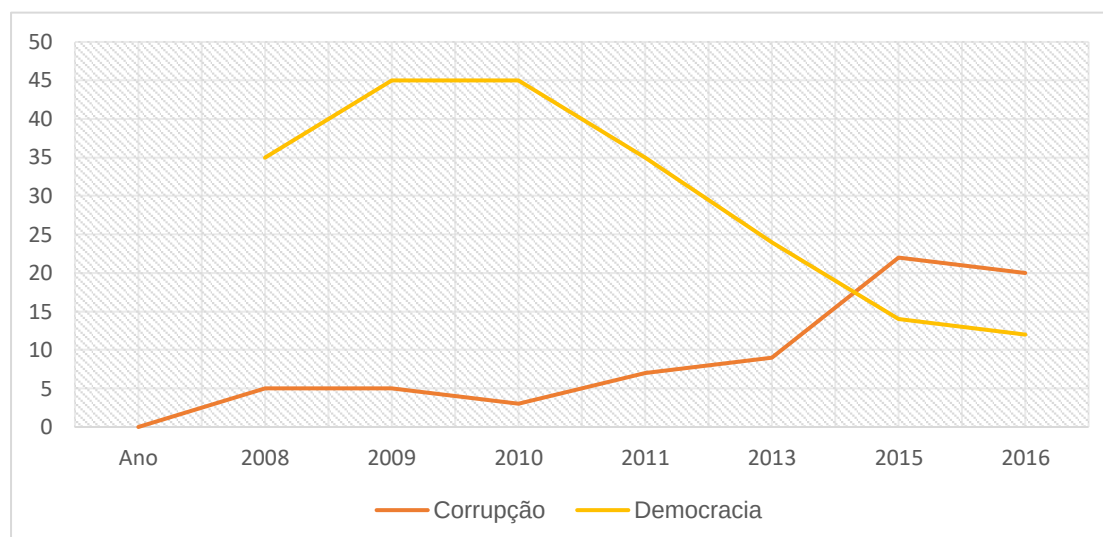
Entre 2013 e 2015, o apoio à democracia se eleva de 45% para 49%, ainda que este último ano tenha sido marcado pela intensificação de denúncias de corrupção e um cenário de descrença na política. No ano seguinte, em

¹⁰⁶ Série temporal realizada pelo Latinobarômetro. Para este questionário, foram aplicadas 20.204 entrevistas face a face em 18 países da América Latina entre 15 de maio e 15 de junho de 2016, com amostras representativas de 100% da população nacional de cada país. Margem de erro ao redor de 3% por país. No Brasil, a pesquisa foi realizada em parceria com o Ibope. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>.

2016, a preferência pela democracia cai para 32% e acreditamos que a explicação tenha lugar na crise política que culminou com o impeachment de Dilma. Foi um cenário ainda marcado pelo escândalo de corrupção, pela crise econômica e pelos embates políticos.

Acrescenta-se que a medida de satisfação com a democracia pode ser afetada negativamente por outras condições, por exemplo, a situação econômica, criminalidade, discriminação e a percepção da corrupção (MOISÉS, CARNEIRO, 2008; RENNÓ et al., 2011). Assim, consideramos que a Lava Jato pode ter implicado em mudanças no sentimento de satisfação com a democracia. Essa relação pode, então, ser observada no gráfico abaixo.

Gráfico 17 – Satisfação com a democracia e percepção da corrupção (2008 a 2016)



P. Em sua opinião, qual é o problema mais importante do país? *Aqui somente: “educação”, “saúde” e “corrupção”.

P. De uma maneira geral, o(a) sr(a) diria que está muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito, ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?

Fontes: Latinobarômetro¹⁰⁷. Ibope¹⁰⁸. Elaborado pela autora.

¹⁰⁷ Série temporal realizada pelo Latinobarômetro. Para este questionário, foram aplicadas 20.204 entrevistas face a face em 18 países da América Latina entre 15 de maio e 15 de junho de 2016, com amostras representativas de 100% da população nacional de cada país. Margem de erro ao redor de 3% por país. No Brasil, a pesquisa foi realizada em parceria com o Ibope. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>.

¹⁰⁸ Série temporal realizada pelo Ibope. A sondagem de 2016 foi realizada de 14 a 18 de abril, com 2002 entrevistas em 142 municípios. A margem de erro estimada é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. O nível de confiança utilizado é de 95%. Disponível em: http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_0410_BRASIL%20-%20Relatório%20de%20tabelas%20-%20Democracia.pdf

A hipótese para essa questão é de que à medida em que aumenta a percepção da corrupção no Brasil, a satisfação com a democracia declina. Os dados em comparação mostram que não se trata de uma relação forte, ou seja, a percepção da corrupção não consegue sozinha explicar o aumento da insatisfação com relação à democracia em todas as anos apresentados. No entanto, a partir de 2010 há forte declínio da insatisfação com a democracia no Brasil e a percepção da corrupção também registra aumento. Assim, a hipótese de redução da satisfação com a democracia à medida em que aumenta a percepção da corrupção foi confirmada, ainda que não tenha sido uma relação forte.

O dado que mais chama atenção é que de 2013 para 2015, a percepção com relação à corrupção saltou de 9% para 22%. Inversamente proporcional a isso, a satisfação com a democracia reduziu de 24% para 14%. O levantamento do Latinobarômetro foi iniciado em 1996 e em 2015 foi a primeira vez que a corrupção ficou em primeiro lugar no ranking da percepção de problema pelos brasileiros, dado que superou a média dos outros países da América Latina. Em 2003, esse valor era de apenas 3%. Os resultados da sondagem do Latinobarômetro convergem com o que já apresentamos aqui da série temporal do Datafolha, corroborando que o ano de 2015 foi marcadamente sensível aos brasileiros pelos acontecimentos relacionados ao escândalo da Lava Jato.

5.1.2 O partidatismo e a Lava Jato

A noção de preferência e identificação com alguma agremiação política partiu dos estudos de comportamento eleitoral¹⁰⁹ desenvolvidos por Campbell

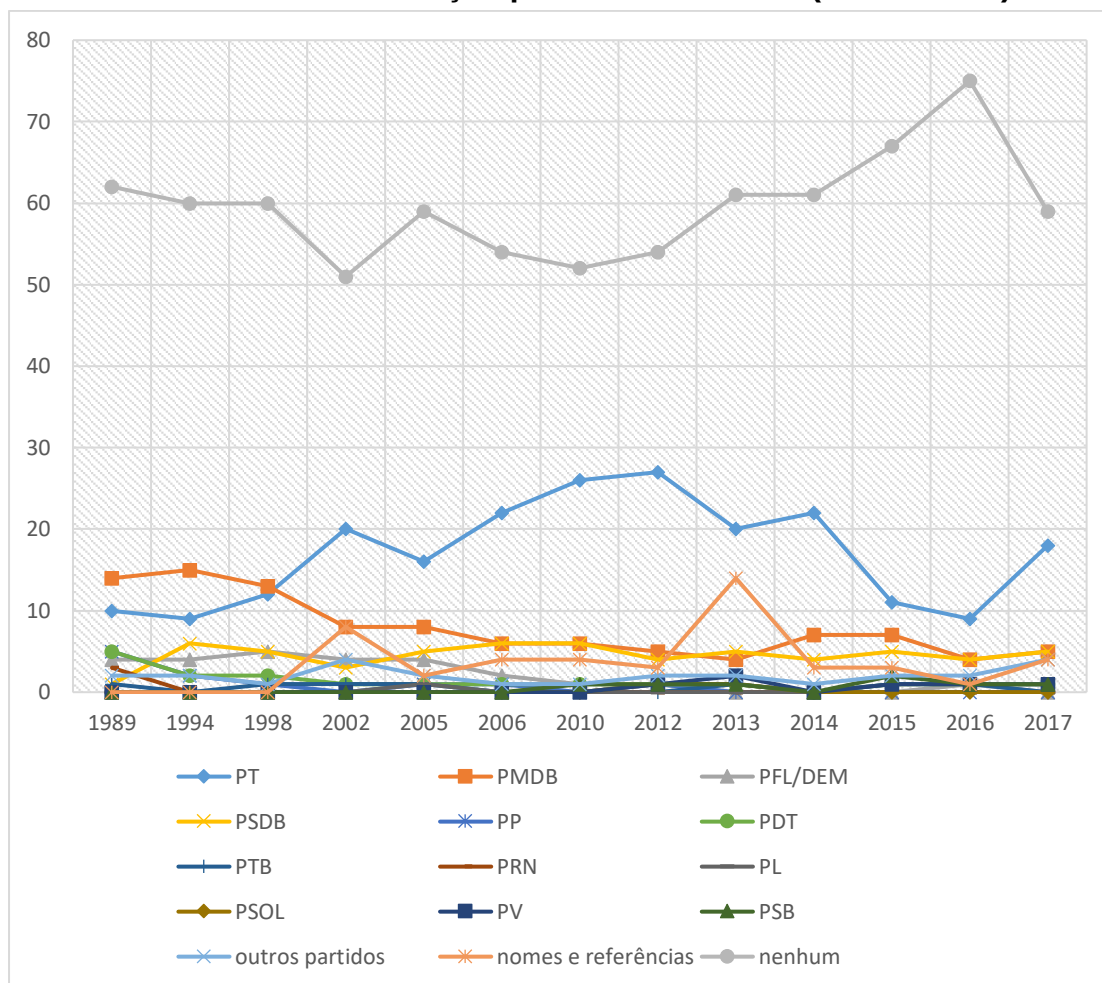
¹⁰⁹ Sobre os estudos do comportamento eleitoral, três correntes se destacam: a escola sociológica, a psicossociológica e a teoria da escolha racional. Os primeiros estudos da escola sociológica, conhecida como Escola de Colúmbia, datam dos anos 1940 e 1950, com a pioneira obra de Lazarsfeld et al. (1944) intitulada "The People's Choice". Para essa vertente, o voto seria resultante de fatores como o contexto social e político dos indivíduos. Assim, as interações sociais pautariam o voto e as atitudes políticas dos indivíduos. A escola psicossociológica, ou Escola de Michigan teve início em 1950, trazendo como referências Campbell et al. (1960) e Converse (1964). As crenças ideológicas e o voto foi a principal relação estudada, além de considerar influências psicológicas e das atitudes políticas nas escolhas dos eleitores. A ideia de preferência partidária também encontra lugar nessa corrente. Por fim, a teoria da escolha racional, ou Escola de Rochester, que tem em Downs

et al. (1960) e se trata, do ponto de vista conceitual, de uma afinidade estável em relação a um partido político, ainda que isso não se traduza em algo mais direto, como uma filiação, militância ou votação sistemática na legenda (ANTUNES, 2008).

[...] a identificação partidária adquire-se através de um processo de socialização, por influência dos valores e atitudes da família, dos colegas e dos pares, num processo [...] semelhante àquele que leva os sujeitos a identificarem-se com uma religião (ANTUNES, 2008, p.29).

Sobre essa identificação, trazemos a mudança nas preferências partidárias ao longo dos anos.

(1999) uma importante referência, aproxima a economia dos estudos do comportamento eleitoral. A racionalidade dos indivíduos e dos políticos é evidenciada e se considera que suas atitudes se aproximam de uma lógica econômica de mercado. O autor considera que os partidos políticos são motivados pelo desejo de votos para vencer as eleições e o governo busca a maximização de apoios.

Gráfico 18 – Identificação partidária no Brasil (1989 – 2017)

Fonte: Datafolha¹¹⁰. Elaborado pela autora.

No ano de 1989, quando ocorreram as eleições diretas para presidente após o período da ditadura, o número de pessoas que declararam não ter preferência por nenhum partido foi de 62%, seguido por valores ainda mais baixos até 2013. Partidos como o PT e o PMDB seguiram caminhos inversos, e na medida em que o PT crescia em termos de identificação partidária, o PMDB foi perdendo nesse quesito e após 1998 não conseguiu passar dos 10%. O Partido dos Trabalhadores se manteve com ao menos 20% da preferência partidária de 2002 até 2015, quando o escândalo da Lava Jato contribuiu para a redução desse número para 11%. Em 2016, o PT reduz mais

¹¹⁰ Série temporal realizada pelo Datafolha. Esse levantamento foi realizado entre 21 e 23 de junho de 2017, com 2771 entrevistas, em 194 municípios, com margem de erro máxima 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2017/06/26/7b9816148d0e227a8453fcfc21b7d410a3a36f87.pdf>.

2% entre as preferências dos cidadãos e no ano seguinte, 2017, ele se recupera e salta para 18%.

O PSDB sempre se manteve abaixo dos 10%, e entre 1989 e 1994, o partido subiu 5%, lembrando que 1994 marcou a campanha e a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), representante da legenda no Governo Federal. À medida em que a avaliação de FHC reduz, já em seu segundo mandato, a preferência pelo PSDB também tende a declinar. Os demais partidos seguem com preferência em baixos índices, no entanto, são estáveis no período analisado.

Carreirão e Kinzo (2004, p.147) explicam, ainda, a importância dos períodos eleitorais para a identificação partidária e argumentam que fora desses momentos, as variações são lentas “refletindo talvez avaliações dos eleitores em relação a práticas partidárias e/ou ações dos principais líderes partidários, nos diversos níveis da federação”. Moreno (2015), por sua vez, lembra que o declínio do partidarismo pode estar associado a insatisfação com a democracia.

Torcal, Montero e Gunther (2003) classificam dois tipos de antipartidarismo: reativo e cultural. O primeiro seria uma posição crítica, e de curto prazo, adotada pelos cidadãos como resposta a sua insatisfação com as atividades das elites partidárias e o desempenho das instituições. Nesse cenário, os problemas sociais, políticos e econômicos não são solucionados, e surgem os comportamentos reprováveis dos agentes políticos, como a corrupção.

Esta orientação é produto da consciência entre as promessas, as etiquetas ideológicas e as retóricas dos dirigentes políticos, por um lado, e as percepções dos cidadãos sobre o desempenho efetivo das instituições democráticas e das elites políticas, por outro. Em certo sentido, é uma consequência lógica das promessas excessivas dos políticos e da utilização de um discurso político que eleva as expectativas dos cidadãos até um ponto que supera a mera possibilidade de prover todo o prometido (TORCAL, MONTERO, GUNTHER, 2003, p. 13, tradução nossa)¹¹¹.

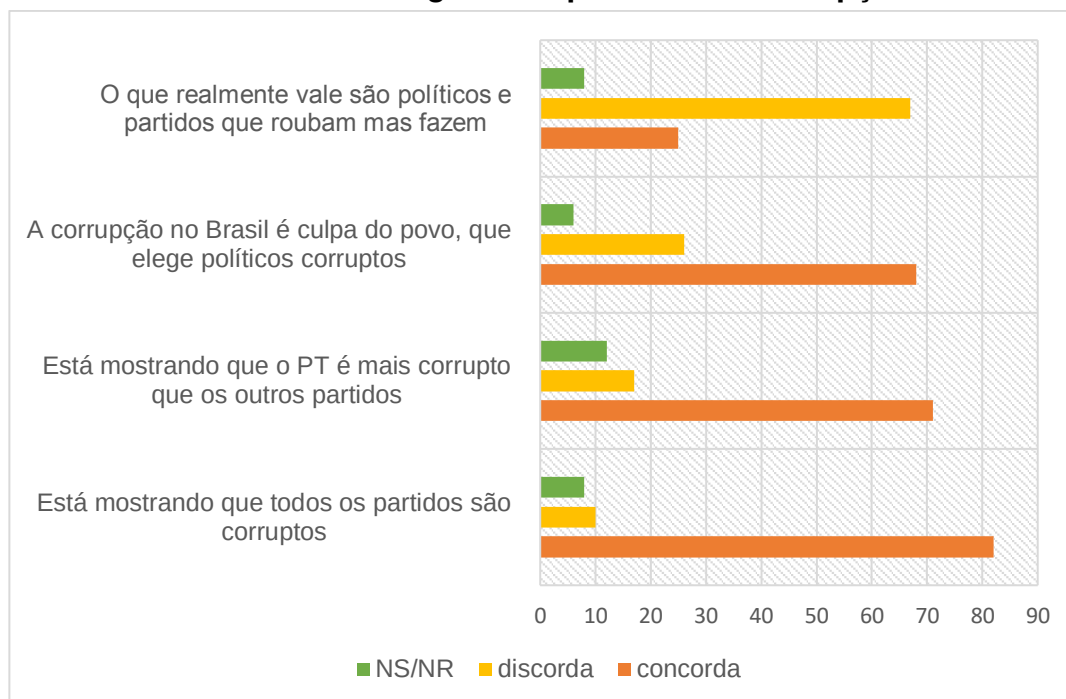
¹¹¹ No original: “Esta orientación es producto de la inconsistencia entre las promesas, las etiquetas ideológicas y las retóricas de los dirigentes políticos, por un lado, y las percepciones de los ciudadanos sobre los rendimientos efectivos de las instituciones democráticas y de las

O outro antipartidarismo classificado pelos autores, o cultural, mais enraizado nas tradições históricas e nos valores da cultura política. Para este tipo, as questões de curto prazo não afetam a preferência partidária que, nesse caso, são relativamente estáveis ao longo do tempo. Nas discussões relativas a Lava Jato, encontramos lugar no primeiro tipo, o reativo cujas preferências partidárias sofrem influência das questões contextuais de curto prazo.

Para Manin (1995), há uma dependência cada vez maior da mídia por parte dos cidadãos, que buscam nela as informações sobre a política. Essa função era tradicional dos partidos políticos que mediavam a relação entre os cidadãos e a política. A essa independência pela busca por informações em outras fontes que não os partidos, o autor chamou de “democracia de público”, e ressaltou a perda de importância pelos partidos e a crescente personalismo na política. Assim, o enfraquecimento da preferência partidária poderia levar a uma maior influência da mídia na formação da opinião pública.

A pesquisa Ipsos circunscreve-se nessa discussão e traz questões que ajudam a compreender esse comportamento da sociedade civil diante dos partidos e dos políticos.

élites políticas, por otro. En cierto sentido, es una consecuencia lógica de las promesas excesivas de los políticos y de la utilización de un discurso político que eleva las expectativas de los ciudadanos hasta un punto que supera la mera posibilidad de proveer todo lo prometido”. (TORCAL, MONTERO, GUNTHER, 2003, p.13).

Gráfico 19 – Imagem dos partidos e a corrupção

P. Agora vamos falar de políticos e partidos de uma forma geral. Para cada frase, me diga se você concorda ou discorda.

Fonte: Ipsos Public Affairs¹¹². Elaborado pela autora.

De acordo com o gráfico acima, 67% dos entrevistados discorda com a ideia do “rouba, mas faz”, mas o que chama atenção é a porcentagem daqueles que toleram esse comportamento, assim, 25% concordam com as práticas corruptas dos políticos e partidos, desde que eles sejam atuantes. Outro dado relevante é a grande parte dos entrevistados (68%) que atribui a ocorrência da corrupção ao próprio cidadão que falha no momento do voto e elege políticos corruptos.

Quanto a imagem dos partidos, 82% dos entrevistados considerou que todos os partidos são corruptos. No entanto, a imagem mais negativa foi atribuída ao Partido dos Trabalhadores que para 71% dos respondentes é o mais corrupto – ressaltando o sentimento de antipetismo. Se observarmos o gráfico 16, de identificação partidária, podemos observar essa resposta refletida ao longo dos meses analisados, evidenciando o declínio da preferência pelo PT concomitante ao avanço da Lava Jato. E como observa Vasconcellos (2016), nenhum partido conseguiu herdar as preferências

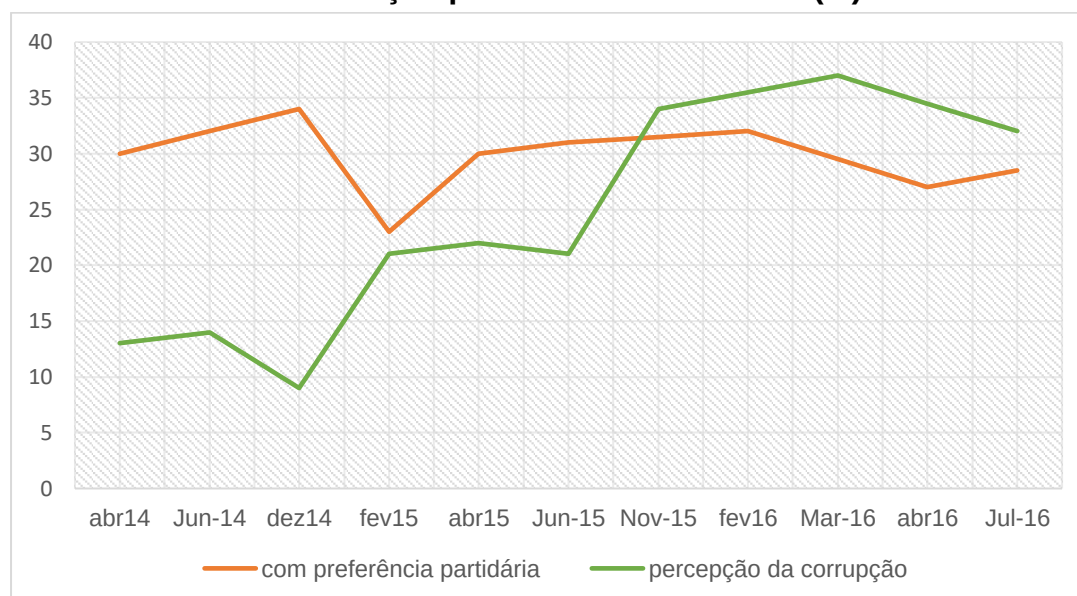
¹¹² Consultoria Ipsos Public Affair 2016. 1200 entrevistas pessoais e domiciliares, realizadas em 72 municípios brasileiros. As entrevistas são realizadas mensalmente. Disponível em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/2017-05/Lava_Jato_Ipsos_Pulso_Brasil.pdf>

perdidas pelo PT. Por fim, todos os partidos são penalizados pelos cidadãos, que consideram o comportamento corrupto é comum às legendas. E, mais uma vez, retomando o gráfico 18, observamos essa resposta traduzida no aumento de pessoas que declaram não ter preferência partidária. A imagem negativa das instituições políticas, sobretudo, dos partidos políticos é crescente mesmo antes da Lava Jato. Entretanto, desde 2015, vem se construindo um cenário em que o PT tornou-se o grande responsável pelos casos de corrupção no Brasil e, mesmo, por outros problemas de ordem econômica, política e social (TELLES, 2015a).

Vasconcellos (2016) lembra que entre a década de 1980 e o ano 2000, houve um aumento na identificação partidária. Entretanto, a despeito da quantidade elevada de partidos – 35 legendas atualmente – o número de não identificados ainda é uma tendência. Corroborando os dados aqui apresentados (Gráfico 15), o autor também observa que esse comportamento ficou ainda mais acentuado.

Nossa hipótese para a relação entre o partidarismo e a corrupção propõe que à medida em que as pessoas percebem mais a corrupção no seu entorno, menor é a preferência pelos partidos.

Gráfico 20 – Identificação partidária e a Lava Jato (%) – 2014 a 2016



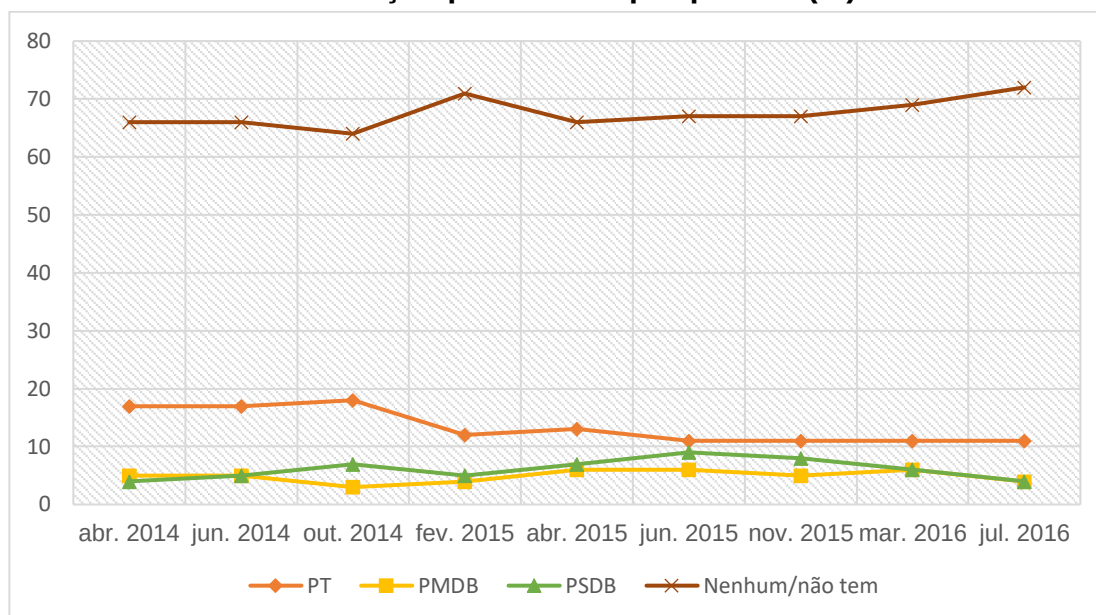
P. Considerando as áreas que são de responsabilidade do governo federal, na sua opinião qual é o principal problema do país hoje?

Fonte: Datafolha¹¹³. Elaborado pela autora.

¹¹³ Identificação partidária: Série temporal realizada pelo Datafolha. O levantamento de julho

De acordo com o gráfico 20, é possível perceber que a preferência partidária declina, na mesma medida em que a percepção da corrupção aumenta. Essa relação aqui foi significativa, no entanto, salientamos que outros fatores também podem influenciar na preferência partidária.

Gráfico 21 – Identificação partidária – por partido (%) – 2014 a 2016



Fonte: Datafolha¹¹⁴. Elaborado pela autora.

No gráfico 21, observa-se, com mais detalhes, as mudanças da preferência partidária entre 2014 e 2016. O partido do governo, até então, o

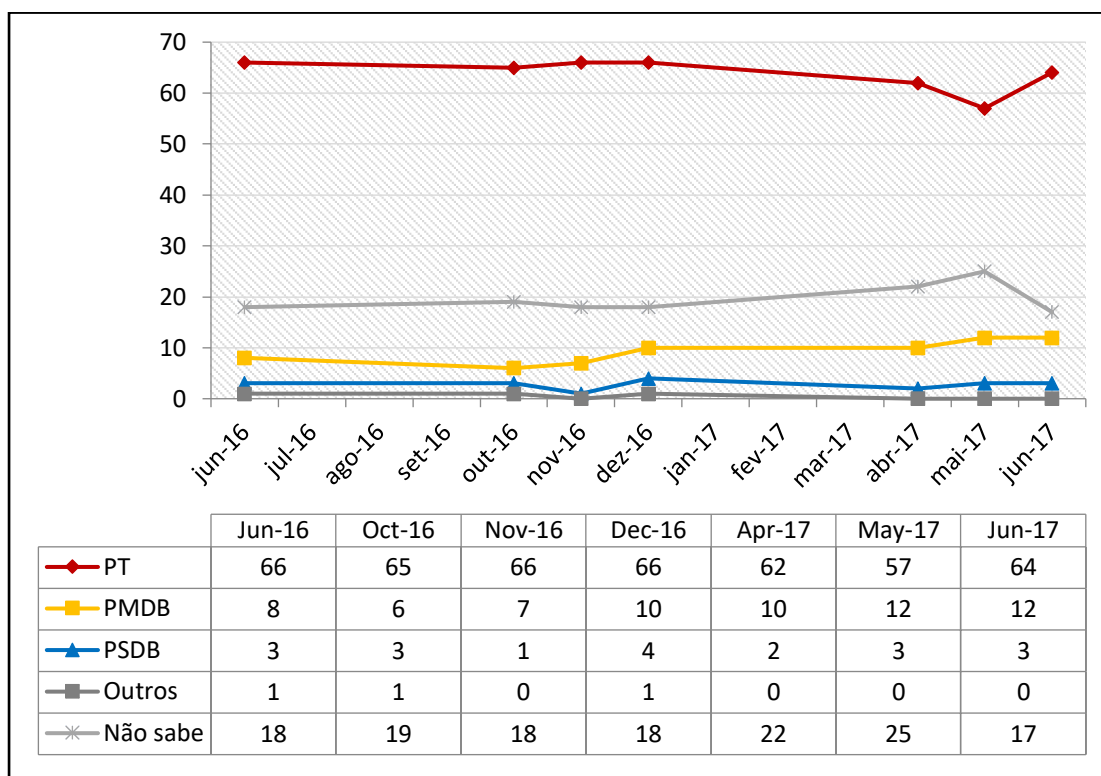
de 2016 foi realizado entre os dias 21 e 23 de junho de 2016, com 2.771 entrevistas, com margem de erro máxima 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. Disponíveis em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2017/06/26/7b9816148d0e227a8453fcfc21b7d410a3a36f87.pdf>>. Corrupção como problema: Série temporal realizada pelo Datafolha. O levantamento de julho de 2016 foi realizado nos dias 14 e 15 de julho de 2016, com 2.792 entrevistas em 171 municípios, com margem de erro máxima 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. Disponíveis em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/07/20/av-presidente-michel-temer-completa.pdf>>

¹¹⁴ Identificação partidária: Série temporal realizada pelo Datafolha. O levantamento de julho de 2016 foi realizado entre os dias 21 e 23 de junho de 2016, com 2.771 entrevistas, com margem de erro máxima 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. Disponíveis em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2017/06/26/7b9816148d0e227a8453fcfc21b7d410a3a36f87.pdf>>. Corrupção como problema: Série temporal realizada pelo Datafolha. O levantamento de julho de 2016 foi realizado nos dias 14 e 15 de julho de 2016, com 2.792 entrevistas em 171 municípios, com margem de erro máxima 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. Disponíveis em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/07/20/av-presidente-michel-temer-completa.pdf>>

PT sofreu redução de 6% em todo o período. A partir de 2015, o partido do atual presidente, à época vice-presidente, registrou leve aumento da identificação. O mesmo ocorreu com o PSDB. Como resultado, podemos dizer que o aumento dos não identificados segue o sentimento de descrença da maioria dos brasileiros com relação à política e aos partidos, diante da crise política instaurada no Brasil, com denúncias de corrupção envolvendo atores políticos e partidos, indistintamente.

Ainda que o número de pessoas que assumem não serem identificadas com nenhum partido seja alto, como vimos no gráfico anterior, e que mais de 80% das pessoas concordem que a Lava Jato está mostrando que a corrupção é comum a todas as legendas, como mostra a pesquisa da Ipsos Public Affairs¹¹⁵, o Partido dos Trabalhadores é, sem dúvida, o mais afetado. A mesma pesquisa reporta o seguinte dado:

¹¹⁵ Consultoria Ipsos Public Affairs. Pesquisa realizada entre os dias 1 e 13 de junho de 2017, com 1200 entrevistas. Margem de erro de 3 pontos percentuais. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/wp-content/uploads/2017/06/Ipsos-Pulso-Brasil_-junho.pdf>

Gráfico 22 – Partidos políticos e a Lava Jato – % (2016 e 2017)

P. Qual partido político você mais associa à corrupção descoberta pela Operação Lava Jato?
 Fonte: Ipsos Public Affairs¹¹⁶. Elaborado pela autora.

De acordo com o gráfico acima, o PT permanece como o partido mais associado à Lava Jato, seguido, em número bastante inferior, pelo partido que foi sua base aliada no governo, o PMDB.

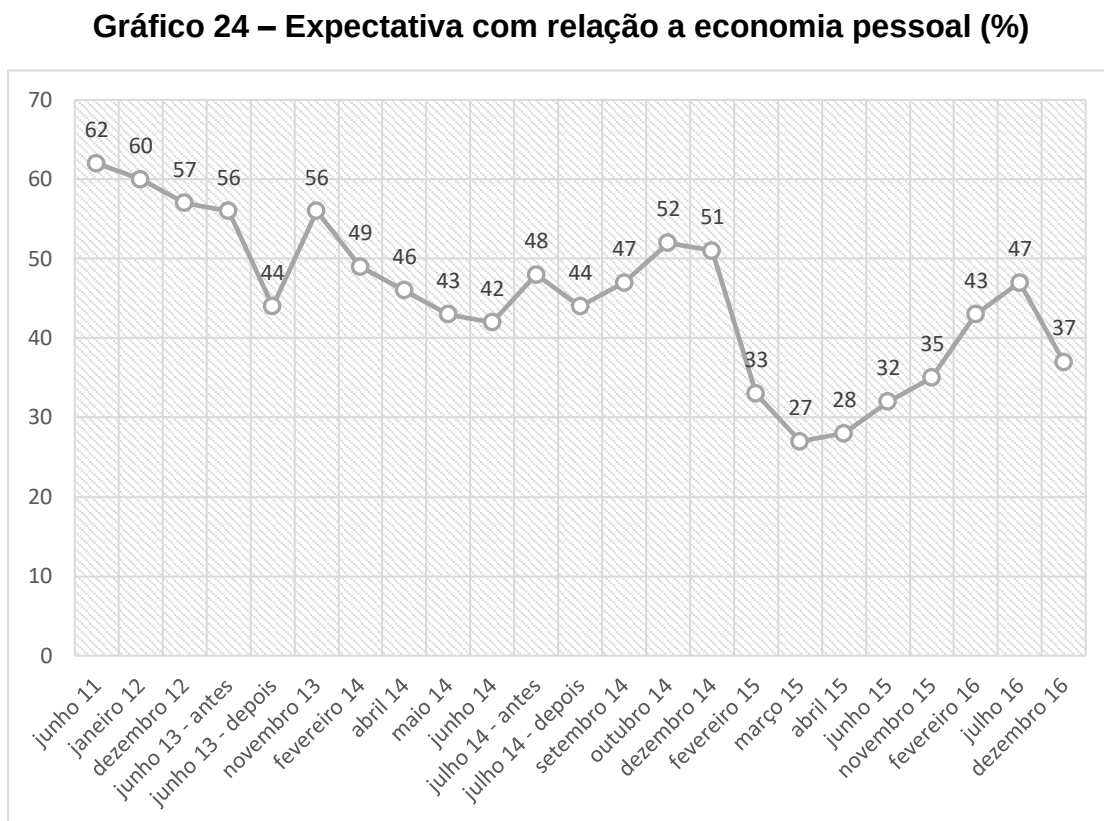
5.1.3 Percepção da corrupção e a economia

Talvez a relação encontre mais lugar na literatura e nas pesquisas sobre a percepção da corrupção é a que envolve as questões econômicas. Embora as condições estruturais do país possam estar relacionadas com a corrupção, pesquisas mostraram como as condições econômicas alteram a percepção da corrupção, seja a economia pessoal ou do país, pode ser uma variável explicativa interessante para a percepção da corrupção (CASAS, ROJAS, 2008; TREISMAN, 2000). As condições favoráveis da economia podem ter relação com a percepção da corrupção, na medida em que os cidadãos podem

¹¹⁶ Consultoria Ipsos Public Affairs. Pesquisa realizada entre os dias 1 e 13 de junho de 2017, com 1200 entrevistas. Margem de erro de 3 pontos percentuais. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/wp-content/uploads/2017/06/Ipsos-Pulso-Brasil_-junho.pdf>

economia não sofreu tanto impacto negativo se compararmos ao ano de 2013, quando ocorreram as manifestações em junho. Em 2014, após a deflagração da Lava Jato e considerando a questão econômica colocada, pode-se dizer que a expectativa dos cidadãos em relação a economia do país inicia uma redução que dura até a Copa. Nesse momento, as expectativas tornam-se mais otimistas, culminando em 44% em outubro de 2014.

No início de 2015, as investigações sobre a Lava Jato avançaram, assim como o envolvimento de figuras do governo e do partido da ex-presidenta Dilma. Nesse caminho, as pessoas estão imersas em um cenário de descrença com relação a política e, mais ainda, de uma percepção negativa sobre a economia do país. Em dezembro de 2015, a denúncia de crime de responsabilidade fiscal contra a então presidenta Dilma Rousseff foi aceito. A partir disso, uma série de protestos se seguiram pelo país, tanto pedindo o impeachment de Dilma, quanto movimentos de apoio a ex-presidenta e de resistência ao processo iminente de impeachment. O cenário que se coloca no Brasil é de descrença com relação a política que acompanha o pessimismo em relação ao futuro da economia do país. Em julho de 2016, a porcentagem de otimistas sobre a economia brasileira cresce, muito em função, acreditamos, do anúncio de impeachment de Dilma Rousseff.



Os dados do gráfico 24 constroem uma trajetória muito semelhante à que constatamos na questão sobre a economia do país. Assim, a percepção da economia no plano individual tende a sentir os efeitos das manifestações de junho de 2013 e o mesmo ocorre em 2015, a partir da dos avanços nas investigações acerca da Lava Jato, que termina por evidenciar a participação de diversos atores e partidos políticos, de posições ideológicas diferentes, o volume financeiro implicado no caso e, também, do seu espraiamento ao setor privado, e esse cenário intensifica o sentimento de descrença na política e descrédito à classe política.

Tabela 17 – Imagem de Dilma Rousseff e a crise econômica – % (2016)

	Sim	Não
Dilma tem habilidade para lidar com a crise econômica	18,8	79,3

P. A presidente Dilma está sabendo lidar com a crise econômica?

*Selecionamos apenas as respostas “sim” e “não”, portanto o total não resultará em 100%.

Fonte: CNT/MDA¹²⁰

A relação inversa também tem respaldo na literatura, prevendo que altos índices de percepção da corrupção podem causar impactos negativos na economia (MELGAR, ROSSI, SMITH, 2010). Speck (2005) também comenta sobre os custos da corrupção, sobretudo com perdas diretas na economia do país, além dos gastos com a ineficiente alocação de recursos.

5.1.4 Operação Lava Jato e a avaliação do governo Dilma Rousseff

Em um momento anterior, tratamos da confiança como um importante traço nos estudos de cultura política. Retomamos esse tema para discutir sua relação com a imagem pública. O sentido que queremos atribuir é que a confiança ou o capital social são importantes para endossar o desempenho das instituições públicas e, também, privadas (LA PORTA et al., 1997). Podemos sumarizar o conceito de capital social a partir de Putnam (2000) como uma soma de vínculos e normas de confiança e reciprocidade dentro de uma comunidade que viabilizam a produção de capital físico e capital humano.

Administrar o capital social e cultivar o apoio popular é uma estratégia que ultrapassa os períodos eleitorais e faz parte da campanha permanente de uma figura política. A avaliação do desempenho de um governo e da imagem do governante são, desde a década de 1970, objetos de pesquisa, sobretudo, nos Estados Unidos. A popularidade de um governante, ou a qualidade de sua avaliação depende das condições econômica, social e política.

A aprovação de um governante tem relação próxima com o *accountability* político realizado pelo próprio eleitor no momento de sua escolha nas urnas, de modo que cabe ao eleitorado a responsabilidade de fazer com

¹²⁰ Pesquisa realizada pela CNT/MDA entre 18 e 21 de fevereiro de 2016, com 2002 entrevistas. Margem de erro de 2,2 pontos percentuais com nível de confiança de 95%. Disponível em: http://cms.cnt.org.br/Imagens%20CNT/PDFs%20CNT/Pesquisa%20CNT%20MDA/cntmda130_relatoriosintese.pdf

que as políticas se adequem às suas demandas (PERUZZOTTI, SMULOVITZ, 2002). Outra forma que permite mensurar a aceitação ou não de um governo é mediante pesquisas de opinião. Essas sondagens avaliam a percepção dos cidadãos em relação ao desempenho do governo e do governante. Bowler e Kapr (2004) acrescentam que com o uso das pesquisas de opinião a literatura também procurou compreender o curso dessas opiniões e uma das vertentes trabalha as raízes do desempenho do governo, em especial, as falhas morais e éticas. O desempenho individual também ganha expressividade e lugar nas sondagens de opinião.

Quanto aos indicadores, os econômicos e políticos são considerados os mais relevantes para se tratar de avaliação de governo, no entanto, grande parte das pesquisas sobre a popularidade presidencial é fundamentada nos impactos das condições da economia (MUELLER, 1970; NORPOTH, 1984). A percepção que o cidadão tem com relação ao seu futuro econômico e do país também resulta em influências na aprovação presidencial. O público pode, eventualmente, punir o governo nas avaliações quando a performance econômica não é satisfatória, podendo, ainda, punir o governante nas urnas em um caso de reeleição (LEWIS-BECK, PALDAM, 2000).

No contexto da Lava Jato, as variáveis políticas assumem especial importância para compreendermos a avaliação do governo Dilma Rousseff. Dentre os aspectos políticos comumente observados, considera-se, em princípio, as características pessoais do governante, tais como carisma, provas de honestidade e habilidade política, entre outros (JACOMO, 2014; NEWMAN, 2004). Em segundo, considera-se o tempo de mandato, de modo que, quanto maior for, também maior a chance de desgaste da imagem (MUELLER, 1970). Outros estudos mostram que o início do mandato, em geral, é marcado por um período de alta popularidade do presidente: “lua de mel”. O fim do mandato também pode apresentar picos de popularidade pelo “efeito nostalgia” (BERLEMANN, ENKELMANN, 2012; BURDEN, MUGHAN, 2003).

Observa-se, também, os *rally-events*, que talvez sejam os mais explorados nos estudos de avaliação de governo por aspectos políticos. Mueller (1970) trata essa variável como eventos políticos externos, ou internacionais, que tenham envolvimento direto do presidente. Para o autor,

tais eventos têm a capacidade de envolver a opinião pública e conquistar o apoio dos cidadãos.

Outra variável que é pertinente a avaliação de governo trata de escândalos e dramas políticos. Sua utilização não é recorrente, mas alguns pesquisadores encontram evidências que sinalizam para sua importância em dados contextos e conectam o declínio do apoio ao governo ou governante ao aumento dos escândalos políticos (BOWLER, KARP, 2004; BRODY, SHAPIRO, 1989; BRODY, 1998; HIBBS, 1982; KROSNICK, KINDER, 1990; MAIER, 2011; NORPOTH, 1984; THOMPSON, 2002; TIFFEN, 1999). Alguns exemplos podem ser lembrados, como o escândalo conhecido como Watergate¹²¹ que resultou em danos na aprovação do ex-presidente americano Richard Nixon entre os anos de 1973 e 1974 (HIBBS, 1982; KERNELL, 1978; NORPOTH, 1984; SNIDERMAN et al., 1991). Na década de 1980, outro episódio de escândalo, Irã-Contras¹²², também envolveu um governo americano, de Ronald Reagan, e implicou em desaprovação por grande parte da opinião pública (BRODY, 1991; BRODY, SHAPIRO, 1989; HURWITZ et al., 1989; KROSNICK, KINDER, 1990).

Em muitos casos, os efeitos dos escândalos políticos ultrapassam os danos nas imagens dos atores envolvidos e implicam na descrença nas instituições (como já discutimos nos capítulos anteriores) e também a confiança no governo, tornando-se mais um obstáculo na avaliação da opinião pública. A essa questão, acrescentamos a circulação de informações

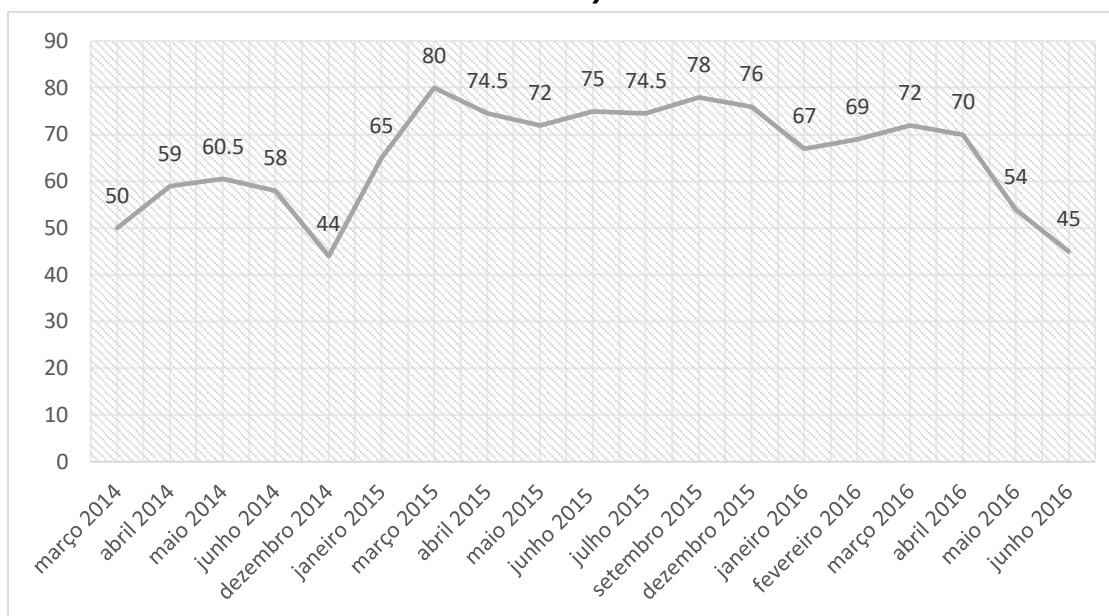
¹²¹ Em 1972, nos EUA, cinco homens foram presos quando tentavam instalar escutas nos escritórios do Partido Democrata, local chamado de Watergate. As investigações, tanto da polícia quanto as realizadas de forma independente por dois repórteres do jornal The Washington Post, concluíram se tratar de uma tentativa de coleta de informações para posteriores chantagens políticas e que os envolvidos trabalhavam para o comitê de campanha do republicano Nixon, que se reelegeu em 1972. As conclusões apontaram Nixon como comandante do esquema de espionagem e ele, após forte desaprovação pública, renunciou em 8 de agosto de 1974. (ver: ESTADÃO / THE WASHINGTON POST. Especial: Para entender o escândalo Watergate. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,especial-para-entender-o-escandalo-watergate,887260>>. Acesso em: 05 abr. 2017).

¹²² Na década de 1980, militantes “contras” que combatiam a revolução na Nicarágua foram financiados por meio da venda clandestina de armas ao Irã. A operação que ficou conhecida como Irã-Contras foi ordenada no governo Reagan e, ainda que ele não estivesse pessoalmente envolvido, um militar do Conselho de Segurança Nacional foi condenado por obstrução de justiça, o mesmo ocorrendo, posteriormente, com o vice-almirante (ver: KROSNICK, KINDER, 1990).

negativas sobre a política na mídia que pode, em última instância, causar uma percepção desfavorável a atores políticos e instituições, guiando os indivíduos a um sentimento de cinismo, apatia e de desmobilização no conjunto de efeitos conhecidos por *media malaise*, o mal estar midiático (NEWTON, 1999).

Uma série de pesquisas realizadas pela SECOM e CNI/Ibope tratou de observar como os entrevistados percebiam as notícias sobre o governo. Nos interessou a resposta “mais negativas”, pois acreditamos que quanto mais os cidadãos estão expostos a essas notícias, mais eles tendem a construir ou mesmo reforçar uma visão negativa sobre o governo e sobre a política de modo geral.

Gráfico 26 – Notícias negativas sobre o governo federal – % (2014 - 2016)



P. Na sua opinião, as notícias dos últimos dias sobre o governo Federal foram mais positivas ou mais negativas? *Aqui somente: “negativas”

P. Na sua opinião, as notícias que saíram recentemente na televisão, nas rádios ou nos jornais sobre o governo da Presidente Dilma, nessas últimas semanas, foram mais favoráveis, foram nem favoráveis nem desfavoráveis ou foram mais desfavoráveis? *Aqui somente: “desfavoráveis”

Fonte: SECOM¹²³. CNI/Ibope¹²⁴. Elaborado pela autora.

A partir de 2015, pode-se considerar que a recorrência de notícias negativas sobre o governo federal foi maior; dado o contexto, pode-se inferir que envolvem as questões relativas à Lava Jato e esse aumento é, portanto, esperado. E os valores permanecem altos até o fim do governo Dilma. Esse gráfico tem relação bastante próxima com a análise das revistas que apresentamos no capítulo anterior. A recorrências das notícias sobre a Lava Jato foi elevada em 2015, quando as investigações avançaram e mais acontecimentos e nomes ligados ao caso repercutiam na imprensa, assim como o governo Dilma e o PT eram cada vez mais implicados no caso. A

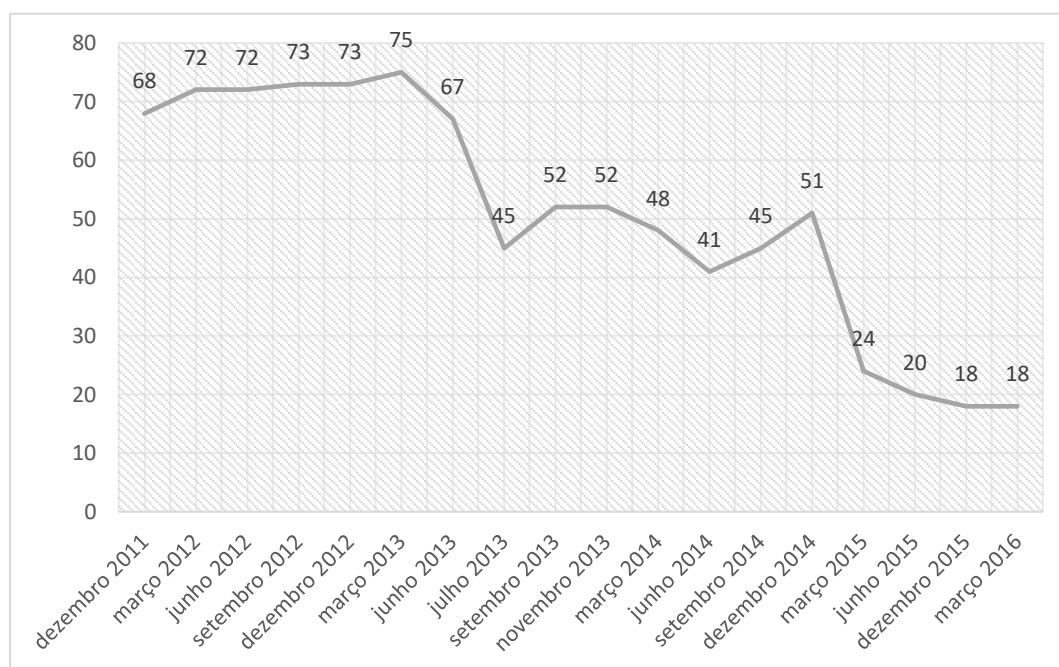
¹²³ SECOM. Pesquisa quantitativa telefônica (Computer-Assisted Telephone Interviewing – CATI), de abrangência nacional, com amostra representativa da população com acesso a telefone fixo e celular. O nível de confiança do estudo é de 95% e a margem de erro para os resultados encontrados no total da amostra é de 4 pontos percentuais. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais>>.

¹²⁴ Série temporal realizada pela CNI/Ibope. Pesquisa nacional com 2002 entrevistas. Margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/pesquisa-cni-ibope-avaliacao-do-governo/>>.

recorrência é ainda maior nos primeiros meses de 2016, como vimos, e há uma confluência de debates entre a Lava Jato o impeachment de Dilma Rousseff.

Dilma Rousseff construiu sua imagem pública, com mais intensidade, a partir de seu primeiro ano de governo, em 2011, sendo que até o pleito de 2010, ela carregava o prestígio político de Lula (o que contamos com mais detalhes no capítulo 2). A imagem de Lula não foi completamente desvinculada de Dilma, no entanto, ela credenciou a sua própria. A essa imagem se vincula, entre outros aspectos, a confiança que os cidadãos depositam na figura da presidenta.

Gráfico 27 – Confiança em Dilma Rousseff (2011 – 2016)



P. O(a) sr(a) confia ou não confia na Presidente Dilma? *Aqui somente: “confia”
Fonte: CNI/Ibope¹²⁵. Elaborado pela autora.

No gráfico acima, o declínio da imagem de Dilma associado ao período da Lava Jato é evidente, sobretudo a partir de março de 2015. Nesse momento, como contextualizamos, os problemas econômicos, os avanços nas

¹²⁵ Série temporal realizada pela CNI/Ibope. Pesquisa nacional com 2002 entrevistas. Margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/pesquisa-cni-ibope-avaliacao-do-governo/>>.

investigações da Lava Jato e as discussões a respeito de seu afastamento do governo contribuíram para uma queda acentuada em sua imagem.

Tabela 18 – Imagem de Dilma Rousseff sobre o impeachment e a corrupção – % (2016)

	Sim	Não
Dilma é culpada pela corrupção – Operação Lava Jato	67,8	24,5
Favorável ao impeachment de Dilma Rousseff	55,6	40,3

P. O (a) Sr. (a) acha que a presidente Dilma Rousseff é culpada pela corrupção que está sendo investigada na operação Lava Jato e que envolve a Petrobras?

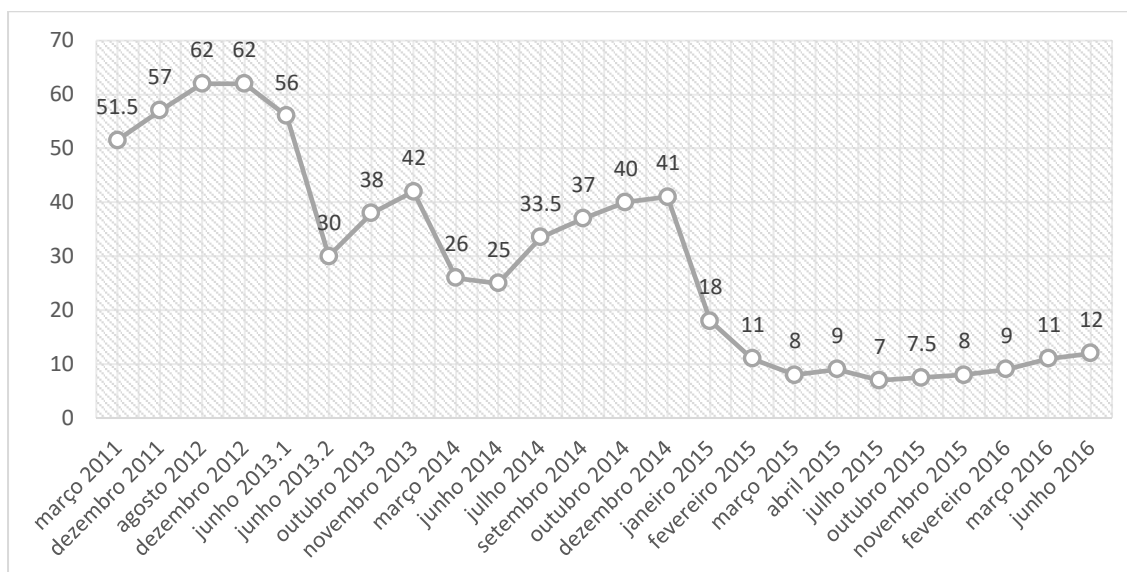
P. O (a) Sr. (a) é a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff?

*Selecionamos apenas as respostas “sim” e “não”, portanto o total não resultará em 100%.

Fonte: CNT/MDA¹²⁶

As disputas políticas são, em maioria, competições pela imposição da imagem pública. Trata-se de lutas pela construção e administração da imagem de atores políticos, de grupos e instituições que participam de alguma forma do jogo político. As disputas ultrapassam o “fazer político” e reivindicam o “fazer midiático”, e o aparato midiático torna-se parte dessa disputa e as imagens são construídas sob a lógica midiática (BAPTISTA, 2011; GOMES, 2004). As avaliações de governo transitam nesse jogo político, em que a administração da imagem pública torna-se fundamental. Trazemos, portanto, as avaliações de governo e a confiança em Dilma Rousseff entre os anos de 2011 e 2016.

¹²⁶ Pesquisa realizada pela CNT/MDA entre 18 e 21 de fevereiro de 2016, com 2002 entrevistas. Margem de erro de 2,2 pontos percentuais com nível de confiança de 95%. Disponível em: <http://cms.cnt.org.br/Imagens%20CNT/PDFs%20CNT/Pesquisa%20CNT%20MDA/cntmda130_relatoriosintese.pdf>

Gráfico 28 – Avaliação de governo (2011 – 2016)

P. Na sua opinião a presidente Dilma está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo? *Aqui somente: “bom/ótimo”

P. Na sua avaliação, o Governo da Presidente Dilma Rousseff está sendo... *Aqui somente: “bom/ótimo”

P. Como o(a) sr(a) avalia o desempenho atual do Governo Federal? O(a) sr(a) diria que ele está sendo... *Aqui somente: “bom/ótimo”

Fonte: Datafolha¹²⁷. Fonte: CNI/Ibope¹²⁸. SECOM¹²⁹. Elaborado pela autora.

Sobre a avaliação do governo e a confiança em Dilma, pode-se observar que no início do primeiro mandato, as avaliações se mantiveram positivas e relativamente estáveis, chegando a aumentar consideravelmente a partir do primeiro ano de mandato. A literatura chama esse momento de “lua de mel” entre o governo e os eleitores. Os cidadãos são mais compreensivos, entendem as adaptações de início de mandato (ainda que seja um governo continuísta, como o caso do governo Dilma) e tendem, até, a minimizar as consequências de possíveis eventos negativos (MUELLER, 1970; JACOMO,

¹²⁷ Série temporal realizada pelo Datafolha. O levantamento de julho de 2016 foi realizado nos dias 14 e 15 de julho de 2016, com 2.792 entrevistas em 171 municípios, com margem de erro máxima 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. Disponíveis em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/07/20/av-presidente-michel-temer-completa.pdf>>

¹²⁸ Série temporal realizada pela CNI/Ibope. Pesquisa nacional com 2002 entrevistas. Margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/pesquisa-cnil-ibope-avaliacao-do-governo/>>.

¹²⁹ SECOM. Pesquisa quantitativa telefônica (Computer-Assisted Telephone Interviewing – CATI), de abrangência nacional, com amostra representativa da população com acesso a telefone fixo e celular. O nível de confiança do estudo é de 95% e a margem de erro para os resultados encontrados no total da amostra é de 4 pontos percentuais. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais>>.

2014; SAMPAIO, 2014). O ano de 2012 é interessante, pois a avaliação positiva do governo Dilma sobe exponencialmente e se mantém alta, a despeito da retomada do caso do Mensalão, cujo julgamento ocorreu entre agosto e dezembro de 2012 e que envolveu importantes figuras do PT. A avaliação permaneceu em cerca de 60%, considerando as variações que não ultrapassaram a margem de erro.

Em março de 2013, a avaliação positiva do governo bateu recorde, registrando 64% de aprovação, superando as boas avaliações conquistadas anteriormente por FHC e Lula. Meses adiante, essa boa avaliação caiu bruscamente, em função das Jornadas de Junho. No início de junho, 56% dos brasileiros consideravam o governo Dilma como bom ou ótimo. Ao final do mês, após o início das manifestações, essa avaliação caiu para 30%. Em julho de 2013 foi lançado o programa Mais Médicos que, entre outras ações, visava facilitar a entrada de médicos estrangeiros para atuarem em postos de saúde de cidades pequenas ou de regiões carentes, por um período de três anos, recebendo 10 mil Reais, além da ajuda de custo. O programa dividiu opiniões e foi envolto por críticas dos profissionais de saúde do Brasil, mas também recebeu apoio de outros setores da sociedade. De agosto em diante, o governo foi retomando a confiança dos cidadãos e aumentando gradativamente sua popularidade, fechando o ano com 42% de aprovação.

No início de 2014, a partir de março, quando o caso de corrupção envolvendo a Petrobras torna-se público, a avaliação positiva do governo Dilma oscilou entre 26% e 25%, dentro da margem de erro, até o início da Copa do Mundo. Após esse evento, a avaliação voltou a subir, percorrendo uma linha crescente por todo o período acirrado da eleição presidencial, e culminou com 41% em dezembro de 2014. Nesse mesmo período, a expectativa de que a economia do país e a pessoal vai melhorar se manteve consideravelmente altas, fechando o ano com mais 50% de expectativa positiva¹³⁰. Essa relação é suportada pela literatura que preconiza que a

¹³⁰ Matéria publicada no site Senado Notícias, de responsabilidade do Senado Federal, sumariza e comenta importantes acontecimentos do primeiro governo Dilma Rousseff. Os avanços e as crises do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/30/os-avancos-e-as-criSES-do-primeiro-mandato-de-dilma-rousseff>>. Acesso em: 9 set. 2017.

percepção que o cidadão tem com relação ao seu futuro econômico e do país também resulta em influências na aprovação presidencial. O público pode, eventualmente, punir o governo nas avaliações quando a performance econômica não é satisfatória, podendo, ainda, punir o governante nas urnas em um caso de reeleição (LEWIS-BECK, PALDAM, 2000). Diversos estudos concordam, ainda, que as variáveis econômicas têm maior peso na avaliação de governo (JACOMO, 2014).

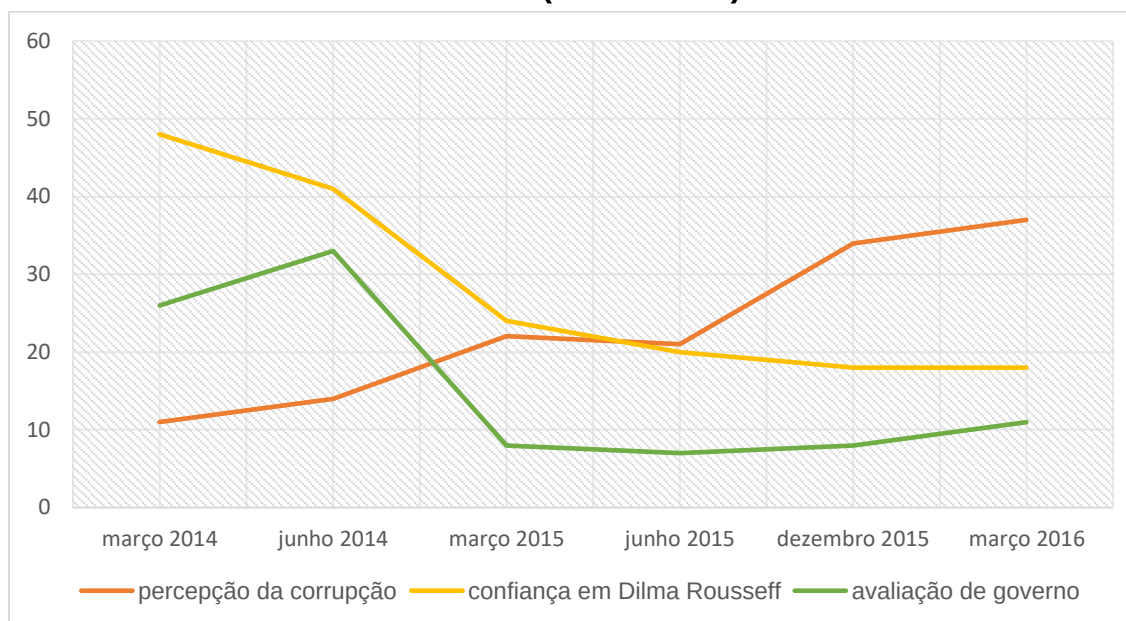
No ano de 2015, as avaliações sofreram sensíveis quedas na mesma medida em que as investigações acerca da Lava Jato avançavam. A avaliação positiva que terminou o ano de 2014 com 41% inicia 2015 com queda, registrando 18% em janeiro e 8% em março. Dilma Rousseff, a essa altura, havia sido citada pelos delatores no caso da Lava Jato. Aliado a isso, o cenário econômico não foi favorável. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação acumulada entre maio de 2014 e maio de 2015 foi a maior desde 2003, somando 8,7%, e o desemprego, nas regiões metropolitanas, chegou a 6,7%, valor mais alto desde 2010¹³¹.

A avaliação positiva do governo Dilma permaneceu abaixo dos 10% até março de 2016, quando atingiu os 11%. De março a junho de 2016, houve uma ligeira alta e o fim do mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff foi marcado por 12% de aprovação. As pesquisas realizadas em julho de 2016 já revelavam as primeiras impressões do governo de Michel Temer, que estreou com 13,5% de aprovação, no entanto, fechou o ano de 2016 com 10%.

Relacionamos a confiança em Dilma Rousseff e a avaliação positiva de seu governo em função da percepção da corrupção.

¹³¹ Ver: PRAZERES, Leandro. Aprovação ao governo Dilma é de 9%, diz Ibope. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/07/01/dilma-pesquisa-ibope.htm>>. Acesso em: 9 set. 2017.

Gráfico 29 – Confiança em Dilma e avaliação de governo no período da Lava Jato (2014 – 2016)



Fonte: Datafolha¹³². CNI/Ibope¹³³. SECOM¹³⁴.

Acreditamos na hipótese de que o aumento da percepção da corrupção impacta em redução da confiança na presidenta e na avaliação positiva do governo. O gráfico 29 corrobora, portanto, essa discussão e mostra como a Lava Jato impactou negativamente na imagem da então presidenta Dilma Rousseff, declinando a confiança dos cidadãos na presidenta, e ao mesmo tempo a avaliação do governo seguiu registrando baixos números. Embora a economia seja relevante às pesquisas sobre a avaliação de governo e do governante, no contexto do escândalo da Lava Jato, a variável política escândalos e dramas políticos (BOWLER, KARP, 2004; BRODY, SHAPIRO,

¹³² Série temporal realizada pelo Datafolha. Pesquisa realizada nos dias 26 e 27 de abril de 2017, com 2781 entrevistas, em 172 municípios, com margem de erro máxima de dois pontos percentuais para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/07/20/av-presidente-michel-temer-completa.pdf>>.

¹³³ Série temporal realizada pela CNI/Ibope. Pesquisa nacional com 2002 entrevistas. Margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/pesquisa-cnil-ibope-avaliacao-do-governo/>>.

¹³⁴ SECOM. Pesquisa quantitativa telefônica (Computer-Assisted Telephone Interviewing – CATI), de abrangência nacional, com amostra representativa da população com acesso a telefone fixo e celular. O nível de confiança do estudo é de 95% e a margem de erro para os resultados encontrados no total da amostra é de 4 pontos percentuais. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais>>.

1989; BRODY, 1998; HIBBS, 1982; KROSNICK, KINDER, 1990; NORPOTH, 1984; TIFFEN, 1999) mostrou influenciar no declínio da confiança que os cidadãos depositavam em Dilma Rousseff, bem como, na redução das avaliações positivas de seu governo.

Nossa intenção aqui não é a de criar um índice de percepção da corrupção. Observamos como a corrupção vista como um problema pelos cidadãos tende a variar em função de uma maior circulação de notícias sobre o tema alterando, assim, a percepção da opinião pública sobre a corrupção. Concluímos que, no contexto do escândalo da Lava Jato, essa relação se mostrou presente.

Neste capítulo estabelecemos algumas relações entre a percepção da corrupção e algumas variáveis, a saber: preferência partidária, satisfação com a democracia, as perspectivas da economia do país e pessoal, a confiança presidencial e a avaliação de governo.

Assim, observamos que o aumento da percepção da corrupção coincide com o declínio das preferências partidárias e com a satisfação com a democracia. Do mesmo modo, à medida em que os cidadãos percebem mais a corrupção, menores são as expectativas com relação ao futuro da economia do país e pessoal, sendo que a ex-presidenta Dilma era vista como inábil para lidar com a crise econômica, portanto, sua possível saída representou ligeiro otimismo entre o final de 2015 e início de 2016. Por fim, a confiança em Dilma e a avaliação positiva de seu governo declinaram à medida em que se elevou a percepção da corrupção.

Não esperávamos encontrar uma implicação direta da percepção da corrupção em relação a quaisquer das variáveis acima. Entretanto, as oscilações observadas, a partir da no período entre março de 2014 e o último mês em que Dilma consta nas pesquisas, junho de 2016, nos permitem dizer que a percepção da corrupção foi maior em função da repercussão do escândalo da Lava Jato na mídia, porém, foram mudanças pontuais e não generalizáveis, visto que outras variáveis agregadas podem explicar melhor os casos que propusemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta tese foi compreender como o aumento da visibilidade do escândalo da Lava Jato influenciou na percepção da opinião pública sobre a corrupção e o julgamento sobre aspectos políticos.

É certo que a corrupção é um problema grave e atinge, em maior ou menor grau, economias em diferentes níveis de desenvolvimento e suas consequências podem ser danosas para a qualidade dos serviços, além de comprometer a estabilidade de um sistema político.

Em linhas gerais, a corrupção trata-se do uso ilegal do poder ou da influência para enriquecer a si próprio ou obter algum tipo de benefício, contrariando as convenções legais ou leis em vigor. No entanto, a definição de um conceito aplicável a diversas sociedades e contextos ainda é um desafio. Muitos pontos estão em xeque, como os aspectos sociais e a própria cultura política, além das questões jurídicas para que se conforme a corrupção em um limite conceitual aplicável a diferentes contextos (FILGUEIRAS, 2008; MELGAR, ROSSI, SMITH, 2010a). Entretanto, é um tema presente nas agendas de pesquisa e que busca, também, compreender as relações e mesmo o impacto entre a corrupção e os acontecimentos políticos e econômicos.

Na mesma medida em que se encontram entraves em definir um conceito amplo para a corrupção, mensurar diretamente sua ocorrência também se torna inviável. Dessa forma, as medidas indiretas são alternativas de pesquisa. Dentre os principais indicadores indiretos, os mais conhecidos são: a vitimização; a percepção; a tolerância; e os dados de agências governamentais de controle da corrupção. A medida de percepção tem sido a mais utilizada, a despeito de todas as críticas que a circundam, como a influência da cultura política e do contexto de cada país pesquisado.

No Brasil, tal como ocorre em muitos outros países, o tema da corrupção tem grande visibilidade nos meios de comunicação e pode ter vários reflexos na opinião pública, o que pode ter relação, como vimos, com o modo como as informações são produzidas pela mídia e, também, como a audiência as recebe (ASCH, 1952). Nos restringimos a trabalhar com os impactos nos julgamentos dos cidadãos sobre questões políticas e econômicas como a

satisfação com a democracia, a identificação partidária, a expectativa com relação à economia pessoal e do Brasil, a confiança na figura presidencial e a avaliação de governo. Nosso recorte tem como contexto do início da Operação Lava Jato, em março de 2014, ao fim do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em agosto de 2016. O período se justificou pelo volume de notícias sobre o caso e pela confluência de acontecimentos políticos.

Na relação entre a mídia e a política, nomeadamente, o modo como a mídia participa da publicização da corrupção, é singular na democracia brasileira como a corrupção política entrecortou os acontecimentos políticos e a forma como a mídia participa na construção de cenários de representação da política (LIMA, 2006). Construimos no capítulo 3 uma narrativa dos principais momentos políticos no Brasil, desde a eleição de Fernando Collor, em 1989, ao fim do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e pudemos constatar a atuação da mídia como ator político e sua participação ativa no jogo político. Do mesmo modo, a corrupção política se mostrou presente nos meandros da política, sendo silenciada em alguns momentos, ou usada como subterfúgio estratégico em outros, sobretudo, nas campanhas eleitorais.

A Operação Lava Jato circunscreve-se nessa relação entre a mídia e a política, seja por sua grande repercussão nos meios de comunicação e pelas implicações advindas disso, ou por se tratar do maior caso de corrupção política investigado até o momento no Brasil. Também ressaltamos sua proximidade com o caso italiano Mãos Limpas (ocorrido na década de 1990) e os reflexos causados na política e na economia daquele país, que começam a ser vistos no Brasil em proporções parecidas, como o enfraquecimento das instituições democráticas na opinião pública, a desconfiança com relação à classe política e a participação ativa do setor privado no esquema de corrupção.

Nos limites da medida de percepção da corrupção, assumimos, portanto, os efeitos da mídia como um dos sinais que podem indicar variação no modo como os cidadãos percebem a corrupção no seu entorno, de acordo com o tempo e o contexto (JOHNSTON, 2002). Essa relação se torna ainda mais importante, quando estreitamos os conceitos relativos à opinião pública

e da participação da mídia em sua formação. Charaudeau (2005) discute que a opinião pública é resultado do atravessamento de sabedorias, culturas e crenças, e também de opiniões e observações. A atuação da mídia se daria na organização dessas vozes e dos pontos de vista, na gestão dos dialogismos e na construção dos cenários a partir do tratamento da informação, por seu *modus operandi* (EMEDIATO, 2013; FIORIN, 1994).

Tendo em vista a recorrência de temas políticos na imprensa, dedicamos a primeira análise a entender as tendências da cobertura midiática da corrupção detidamente entre os anos de 2014 e 2016, por ocasião da deflagração do escândalo da Lava Jato e do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Assim, recorremos a uma análise de conteúdo de quatro importantes revistas de circulação nacional: Carta Capital, Época, Isto É e Veja. Nosso objetivo foi compreender o agendamento do tema da corrupção e o enquadramento, e compreender o espaço de visibilidade conferido ao escândalo da Lava Jato na imprensa.

Em termos descritivos, os resultados sinalizam que das 186 edições analisadas, a corrupção foi tema em 45,2% das capas, sendo a Lava Jato o caso mais recorrente em 40,3% delas. Sobre as notícias, a recorrência geral foi de 66,1%. No ano de 2015, se comparado a 2014, a corrupção foi mais recorrente nas notícias, muito em função do avanço nas investigações acerca da Lava Jato. Mas o ano de 2016 registrou volume maior de notícias sobre o tema, especialmente se considerarmos que apenas metade no ano foi contemplada na análise. Os principais atores mencionados seguiram o esperado (nessa ordem): Lula da Silva, Paulo Roberto Costa, Dilma Rousseff, Alberto Youssef, José Dirceu, João Vaccari Neto, Marcos Valério. O mesmo ocorreu com as instituições privadas, já que as empreiteiras ocuparam lugar de destaque nas notícias. Na sequência, também relacionamos os crimes de pagamento de propina e lavagem de dinheiro entre os ilícitos com mais menções, e vale destacar que são, de fato, os que mais explicam o esquema de corrupção envolvendo a Petrobras.

Também consideramos observar os enquadramentos do tema da corrupção nas revistas. Analisamos as capas, a partir dos quadros: interesse humano, conflito, moralidade, econômico e atribuição de responsabilidade. O

framing principal identificado foi “atribuição de responsabilidade”, que suporta os argumentos de que a mídia prioriza a denúncia, ainda que seja uma de suas funções, e busca culpados (BAPTISTA, 2016, 2017; CONTREIRAS, BAPTISTA, 2015; GUREVITCH, BLUMER, 1995). Nota-se, portanto, uma abordagem seletiva da mídia com ênfases e silenciamentos oportunamente escolhidos.

A partir desse perfil da cobertura midiática da corrupção por ocasião da Lava Jato e aferida a importância da mídia no agendamento do tema da corrupção e do direcionamento interpretativo sugerido pelos enquadramentos, partimos para a segunda etapa deste trabalho que considera relevante a circulação da informação política nos meios de comunicação para a formação da opinião pública e na compreensão da percepção da corrupção. Acreditamos que a análise realizada cumpriu um caráter mais exploratório e descritivo do que estatístico, dado o volume de informações.

Concluimos que a relação entre a percepção da corrupção enquanto problema do país foi impactada pela maior visibilidade do escândalo da Lava Jato. Dessa forma, nossa primeira hipótese foi confirmada.

Consideramos relevante, diante do contexto de baixa legitimidade das instituições democráticas, por forte influência do escândalo da Lava Jato, pertinente observar a identificação partidária. É bem verdade que o partidarismo vem declinando com passar dos anos e dos acontecimentos, mas acreditamos que a corrupção contribua para isso. Assim, nossa segunda hipótese propôs que o partidarismo diminuiu à medida em que aumentou a percepção da corrupção e comprovamos, por meio de uma análise comparativa entre as oscilações da identificação partidária e da percepção da corrupção.

Também consideramos a satisfação com a democracia em um cenário de corrupção. Nossa terceira hipótese propôs, então, que a satisfação dos cidadãos com a democracia reduziu à medida em que a percepção da corrupção aumentou. Confirmamos essa hipótese ao menos entre os anos de 2013 e 2016, principalmente, por influência da Lava Jato. Nos demais anos, essa relação não nos pareceu tão clara, o que reforça a importância do

contexto para compreender essas questões, uma vez que a participação de outros indicadores seja necessária.

Com relação aos aspectos econômicos, nossa quarta hipótese, de que o aumento da percepção da corrupção impactou negativamente na economia foi confirmada. Observamos que à medida em que os cidadãos perceberam a corrupção na sociedade, a onda de pessimismo se refletiu nas expectativas com relação à sua própria economia e do país. Essa relação encontra respaldo na literatura, a partir da sugestão de que a boa situação da economia aumenta, em alguma medida, a tolerância à corrupção, e os cidadãos tenderiam a perceber menos a existência da corrupção (CASAS, ROJAS, 2008; TREISMAN, 2000).

Ainda que as variáveis econômicas sejam as mais tradicionais e as que apresentam impactos mais significativos nos estudos de avaliação de governo, outros indicadores também compõem as sondagens e contribuem para as oscilações. Nosso recorte de pesquisa é bastante emblemático por se tratar de dos primeiros anos do maior caso de corrupção investigado no Brasil e o período ainda registra um impeachment presidencial. Assim, consideramos que as variáveis políticas, nomeadamente a variável escândalos e dramas políticos – sendo a Lava Jato o escândalo evidente –, poderiam ter um peso relevante nas mudanças na aprovação do governo. A quinta hipótese, portanto, tratou das implicações da percepção da corrupção na avaliação de governo e na confiança em Dilma Rousseff, de modo que nossa aposta foi de uma relação inversa: quanto maior a percepção da corrupção, menor as avaliações positivas do governo Dilma e da confiança na ex-presidenta. E aferimos ser existente essa relação.

A Lava Jato ainda é um caso em andamento, mas já repercute e causa sensíveis mudanças na política e nas atitudes políticas dos cidadãos. Em 2005, experimentamos um caso de corrupção que também ocupou o debate público, o Mensalão. No entanto, os crimes envolvidos nesse caso foram em menor escala se comparados à Lava Jato e o julgamento tardio, que ocorreu em 2012, talvez tenham criado um sentimento de impunidade nos cidadãos. As investigações da Lava Jato deixam a sensação de um crime maior, com

mais ramificações, tornando a corrupção do Mensalão um crime no varejo, ao passo que a operação em curso seria uma corrupção no atacado.

Salientamos que não é apenas um fator, e sim um conjunto deles, que compete para a compreensão da opinião dos cidadãos sobre a política, seja no grau de satisfação com a democracia, partidarismo, expectativas sobre o futuro da economia ou avaliação de governo. Aqui nos dedicamos apenas em estabelecer associações entre esses pontos e a percepção da corrupção, por ocasião do escândalo da Lava Jato e, nesta oportunidade, encontramos relações interessantes entre a percepção da opinião pública sobre a corrupção e a política.

A Transparência Internacional alerta, ainda, que casos de corrupção como a Lava Jato, em que há forte conexão entre os políticos e as empresas privadas, subtrai grandes quantias da economia nacional. Essa corrupção sistêmica e de grandes dimensões ainda “viola os direitos humanos, impede o desenvolvimento sustentável e alimenta a exclusão social” (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL 2017).

O que trouxemos aqui foi um primeiro esforço em sistematizar a percepção da corrupção no Brasil e sua influência em diversas esferas da sociedade, a partir dos reflexos na opinião pública. Nossa intenção também foi contribuir do ponto de vista teórico-conceitual, trazendo as abordagens sobre a corrupção política e mostrar como as características particulares de cada nação, seja a cultura política, os aspectos jurídicos ou mesmo o contexto da discussão, são partes fundamentais para compreender a ocorrência da corrupção, a percepção dos cidadãos e suas consequências para a sociedade.

No início, lançamos algumas questões que nos motivaram a construir este trabalho. A primeira delas indaga se o enquadramento midiático da cobertura dos casos de corrupção privilegia a ótica do escândalo político? Consideramos que, ao menos no caso da Lava Jato, a resposta seria afirmativa. Mas, talvez a melhor pergunta seria se enquadramento midiático “pode eventualmente” primar pelo escândalo. Vimos com Chaia (2015) e Sánchez (1994) que nem todos os casos de corrupção são necessariamente escândalos políticos e que chegar a essa categoria no âmbito midiático.

O segundo questionamento parte do anterior e interroga se a percepção da corrupção tem ligação com a cobertura midiática, ou seja, se sua variação depende da circulação da informação na mídia. E também concluímos que sim. Vimos que a confiança na mídia, se comparada às demais instituições, é alta e, portanto, é natural que as pessoas confiem nas notícias que consomem das mídias. Também foi inequívoco como o escândalo da Lava Jato foi recorrente nas revistas analisadas o que, inevitavelmente, aumentou sua visibilidade. Desse modo, quanto mais foi evidenciado o caso de corrupção na Petrobras, mais as pessoas perceberam a existência da corrupção na sociedade. Um aspecto que precisa ser destacado é referente à cobertura da mídia para o tema da corrupção de modo geral, pode-se dizer que a mídia a realiza de modo ocasional, ou episódico e não se observa um continuísmo com relação ao tema, a despeito de acontecimentos específicos, e em como a corrupção representa um problema para o país e quais os danos que se pode esperar em sua ocorrência.

Outra pergunta tem relação entre a percepção da corrupção e a avaliação dos cidadãos a respeito dos aspectos políticos e econômicos. Vimos essa questão nas análises tecidas capítulo 5 e dentro dos limites das análises realizadas nesta tese, consideramos que a percepção da corrupção alterou as análises que os cidadãos fizeram, no contexto da Lava Jato, sobre aspectos políticos e econômicos.

Por fim, a última questão indaga sobre a imagem dos atores políticos e respondemos que sim, a percepção da corrupção pode ser associada às mudanças de avaliação da imagem de atores políticos. Quanto a isso, levantamos dois aspectos importantes. Um deles é que quando analisamos o par atores políticos e atores do setor privado, não restam dúvidas de que os mais penalizados em termos de imagem pública foram as figuras do setor político. Outro tem relação à imagem de Dilma Rousseff, que foi uma das personagens com mais menções na cobertura midiática da Lava Jato, ainda que não houvesse mandados de prisão ou investigações nomeadas a ela. E tanto mais as investigações avançavam, mais Dilma foi penalizada em termos de imagem pública política.

Não podemos esperar que as implicações da percepção da corrupção na opinião pública sejam diretas, no entanto, consideramos relevantes as reflexões que podemos extrair das análises. Alguns teóricos, mais otimistas, como Pippa Norris, consideram que a percepção da corrupção gera, em alguma medida, mobilização e cidadãos críticos, outros dizem que os escândalos participam de um processo de rotinização ou naturalização da corrupção como atributo comum à política e outros, por fim, que perceber a corrupção, ocasiona mais descrença e apatia. Para o Brasil, acreditamos que não existe uma vertente única e que cada acontecimento sugere um cenário mais ou menos otimista. Se observarmos o aumento da percepção da corrupção em 2013, podemos enxergar talvez cidadão mais crítico e mobilizado em torno das discussões sobre a corrupção nas Jornadas de Junho. Já no contexto da Lava Jato, em que a corrupção perpassa diferentes setores, público e privado, e na política é indiferente quanto ao espectro ideológico dos partidos e envolve atores de diferentes hierarquias e escalões, pode formar cidadãos mais pessimistas e deixar a sensação de rotinização de escândalos de corrupção no Brasil.

O caso que tratamos em específico, a Lava Jato, não foi encerrado até finalização desta tese, e, também, ganhou novos contornos e implicados de julho de 2016 (quando termina nosso recorte de pesquisa) a 2017, assim como a política brasileira também vivencia novos acontecimentos. De todo modo, esperamos ter contribuído na tipificação e caracterização da Lava Jato e deixar este contributo a futuras pesquisas, inclusive da própria autora.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Claudio W. Relações entre índices de percepção de corrupção e outros indicadores em onze países da América Latina. **Cadernos Adenauer**, v.10, 2000.

ABRAMO, Claudio W. Percepções pantanosas. A dificuldade de medir a corrupção. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 73, 2005.

ADCOCK, R.; COLLIER, D. Measurement Validity: A shared Standard for Qualitative and Quantitative Research. **American Political Science Review**, v. 95, n. 3, p. 529-54, 2001.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Aqui você vê a verdade na tevê**. A propaganda política na televisão. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação - MCII) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

ALLERN, S.; POLLACK, E. **The mediated construction of political scandals in four nordic countries**. Goteborg: Nordicom, University of Gothenburg, 2012.

ALMEIDA, C.; BACHA, C. J. C. Evolução da política cambial e da taxa de câmbio no Brasil, 1961-97. **Pesquisa & Debate**, v. 10, n.2, p.5-29, 1999.

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. 1Ed. 1963. Princeton: Princeton University Press, 1989.

ABRANCHES, Sérgio H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-33, 1988.

AKANBI, Muhammed M. Implication of corruption in Nigeria polity. **The Journal of Postgraduate Students Associations**, University of Ilorin, v.4, 2003.

AMORIM, Maria S. S. Democracia, desigualdades e corrupção: uma análise da qualidade da democrática na América Latina. **Século XXI**, Revista de Ciências Sociais, v. 5, n. 2, p. 80-108, 2015.

ANDERSSON, S.; HEYWOOD, P. The Politics of perception: use and abuse of Transparency International's approach to measuring corruption. **Political Studies**, n. 57, p.746-767, 2009.

ANTUNES, Rui. **Identificação partidária e comportamento eleitoral**: factores estruturais, atitudes e mudanças no sentido de voto. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (tese), 2008.

APABLAZA, C.; JIMÉNEZ, F. Factores Explicativos de la Aprobación Presidencial. **Serie Informe Sociedad y Política LyD**, n. 114, p. 1-12, 2009.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Ed. Martim Claret, 2012.

ASCH, Solomon. **Social psychology**. New York: Prentice Hall, 1952.

AVRITZER, Leonardo. Índices de percepção da corrupção. In: AVRITZER, L. *et al.* **Corrupção. Ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

AVRITZER, L.; FILGUEIRAS, F. **Corrupção e sistema Político no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

AZEVEDO, Fernando A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v.12, n.1, p.88-113, 2006.

AZEVEDO, F. A.; RUBIM, A. A. C. Mídia e política no Brasil. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, n. 43, p. 189-216, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. (Trad. Paulo Bezerra). 4a ed., São Paulo: Martins fontes, 2003.

BANFIELD, Edward. **The moral basis of backward society**. Glencoe: Free Press; Chicago: The University of Chicago, Research Center in Economic Development and Cultural Change, 1958.

BAPTISTA, Érica Anita. Corrupção, opinião pública e avaliação de governo: o primeiro mandato de Dilma Rousseff. 40º **Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu (Minas Gerais), Brasil, 2016.

BAPTISTA, Érica Anita. Internet e escândalos políticos: a corrupção e as eleições municipais de 2012. In: ALDÉ, A.; MARQUES, P. F. J. **Internet e poder local**. Salvador: Edufba, 2015.

BAPTISTA, Érica Anita. **Mídia e política: A construção da candidatura de Aécio Neves como presidenciável em 2010**. 2011. 159f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

BAPTISTA, Érica Anita. **A construção da imagem política de Lula nas eleições de 1989 a 2002**. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Centro Universitário de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2005.

BAPTISTA, Érica A.; FRAIHA, P. Exposição e confiança nos meios de comunicação: efeitos sobre a percepção da corrupção. 38º **Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu (Minas Gerais), Brasil, 2014.

BAPTISTA, E. A.; LOPES, N.; MELO, P. V. Eleições municipais 2016 em Belo Horizonte: a nova política. 9º **Congresso Latinoamericano de Ciência Política da ALACIP**, Montevideo (Uruguay), julho, 2017.

BARBACETTO, G.; GOMEZ, P.; TRAVAGLIO, M. **Operação Mãos Limpas: A verdade sobre a operação italiana que inspirou a Lava Jato**. Porto Alegre: CDG, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BAUER, M.; GASKELL, G. (Eds.). **Qualitative researching with text, image, and sound**. London: Sage, 2008.

BAUM, Matthew A. Sex, lies and war: How soft news brings foreign policy to the inattentive public. **American Political Science Review**, n. 96, p.91–109, 2002.

BERELSON, Bernard R. **Content analysis in communication research**. New York: Free Press, 1952.

BERLEMANN, M.; ENKELMANN, S. The Economic Determinants of U.S. Presidential Approval - A Survey. **Working Paper Series in Economics 272**, University of Luneburg, Institute of Economics, 2012.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

BIGNOTTO, Newton. Corrupção e Estado de direito. In: ANASTASIA, F.; AVRITZER, L. (orgs.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. Pp. 82-86.

BLANKENBURG, Erhard. From political clientelism to outright corruption — The rise of the scandal industry. In: KOTKIN, S.; SAJÓ, A. (eds.). **Political corruption in transition: A skeptic's handbook**. Budapeste: Central European University Press, 2002.

BLUMER, Herbert. Collective behavior. In: LEE, A. M. (Ed.). **New outlines of the principles of sociology**. New York: Barnes and Noble, 1946.

BOLGHERINI, Silvia. Os presidentes de Câmara italianos: uma revolução de compromisso. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.77, p. 81-100, 2007.

BORBA, F.; VEIGA, L.; MARTINS, F. Propaganda negativa na campanha presidencial em 2014. Ou como tudo o que é frágil se desmancha no ar. **Revista de Estudos Políticos**, v. 6, n. 1, p. 171-189, 2015.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, p. 147-168, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. Pp. 173-182.

BOWLER, S.; KARP, J. A. Politicians, scandals, and trust in government. **Political Behavior**, n. 26, p.271–287, 2004.

BRODY, Richard A. The Lewinsky affair and popular support for President Clinton. **The Polling Report**, n. 16, 1998.

BRODY, Richard A. **Assessing the President: The Media, Elite Opinion, and Public Support**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1991.

BRODY, R. A.; SHAPIRO, C. R. Policy failure and public support: the Iran-Contra affair and public assessment of President Reagan. **Political Behavior** n.11, p. 353–369, 1989.

BUCHANAN, James M. Rent-Seeking and Profit-Seeking. In: BUCHANAN, J. M.; TOLLISON, R. D.; TULLOCK, G. (eds). **Toward a Theory of the Rent-Seeking Society**. Texas: A & M University economics series, 1980.

BURDEN, B. C.; MUGHAN, A. The International Economy and Presidential Approval. **The Public Opinion Quarterly**, v.67, n.4, 2003, p. 555–578.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CÁBELKOVÁ, Inna. **Perceptions of corruption in ukraine: Are they correct?** Technical report, CERGE-EI, 2001.

CALLEGARI, André L. **Imputação objetiva**. Lavagem de dinheiro e outros temas do Direito Penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

CALVET, Igor N. **Determinantes do voto, corrupção e impacto eleitoral nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 a 2010**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política. Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G.; ALVES, R. P. Agenda-setting: mídia e opinião pública na dinâmica de políticas públicas. **10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**, Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016.

CAREY, S.; LEBOWITZ, M. J. Election Cycles and the Economic Voter. **Political Research Quarterly**, v. 59, n. 4, p. 543-556, 2006.

CARLOS, Eliana Natividade. A mídia e as manifestações de junho de 2013: uma análise de produtos midiáticos. (Dissertação de mestrado) – Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação. São Paulo. 2015.

CASAS, D. P. M.; ROJAS, H. Percepciones de corrupción y confianza institucional. In: ROJAS, Hernando *et al.* **Comunicacion y cidadania**. Bogotá: Universidade de Externado, 2011.

CASTRO, M. C. P. S. Mídia e política: controversas relações. In: INÁCIO, M., NOVAIS, R., ANASTASIA, F. (Orgs.). **Democracia e referendo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CASTRO, M. C. P. S.; PIRES, T. M. C. C. Lulismo: entre o popular e o populismo. **Contracampo**, v. 30, n. 2, p. 24-43, 2014.

CERVELLINI, Sílvia. **Corrupção na política**: eleitor vítima ou cúmplice? São Paulo: IBOPE Inteligência, 2006.

CERVI, Emerson. Opinião pública e política no Brasil. (Tese de doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2006.

CHAIA, Vera Lucia M. Escândalos políticos e eleições no Brasil. **VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA)**, Rio de Janeiro, 22 a 24 de abril de 2015.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHEMIM, Rodrigo. **Mãos Limpas e Lava Jato**: A corrupção se olha no espelho. Porto Alegre: CDG, 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.

CHONG, D.; DRUCKMAN, J. N. Theory of Framing and Opinion Formation in Competitive Elite Environments. **Journal of Communication**, n. 57, p. 99-118, 2007.

COHEN, Jeffrey E. The polls: The dynamics of presidential favorability, 1991-1998. **Presidential Studies Quarterly**, v. 29, n. 4, p. 896-902, 1999.

COHEN, Bernard C. **The press and foreign policy**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1963.

COLEMAN, James S. Social Capital in the creation of Human Capital. **The American Journal of Sociology**, v. 94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, p. S95-S120, 1988.

COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

COLEMAN, James W. Toward an Integrated Theory of White-Collar Crime. **American Journal of Sociology**, v.93, n.2, p.406-439,1987.

COLLINS, A. M.; LOFTUS, E. F. A spreading activation theory of semantic processing. **Psychological Review**, v. 82, p. 407-28, 1975.

CONTREIRAS, P.; BAPTISTA, E. A. Cobertura jornalística da Corrupção Política: o caso do Submarinos em 2010. **IV Congresso Internacional de Comunicação Política e Estratégias de Campanha da ALICE**, Belo Horizonte, Brasil, 2015.

COUTO, C.; ABRUCIO, F. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo social**, v. 15, n. 2, p. 269-301, 2003.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P.; MILLER, W.; STOKES, D. **The american voter**. New York; London, John Wiley, 1960.

CONVERSE, Philip E. The Nature of Belief Systems in Mass Publics. In: APTER, David (Ed.). **Ideology and Discontent**. New York: Free Press, 1964.

CARREIRÃO, Yan; KINZO, M. D. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). **Dados**, v.47, n.1, p.131-168, 2004.

CUNHA, Isabel F. Democracia e corrupção política mediatizadas. In A. Moreira, E. Araújo & H. Sousa (Eds.). **Comunicação e Política: tempos, contextos e desafios**. Braga: CECS, 2017. Pp. 65-90.

CUNHA, Isabel F. Visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política e indicadores de opinião pública. In: CUNHA, I. F.; SERRANO, E. **A cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.

CUNHA, Isabel F. Crise, corrupção política e media. In: SÁ, A.; PEIXINHO, A. T.; CAMPONEZ, C. (Orgs.). **Aprofundar a crise**. Olhares multidisciplinares. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

DA VIÁ, Sarah C. **Opinião Pública: técnica de formação e problemas de controle**. São Paulo: Loyola, 1983.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DALLAGNOL, Deltan. **A luta contra a corrupção**. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

DEARING, J. W.; ROGERS, E. M. **Agenda setting**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1996.

DEL PORTO, Fabíola B. Satisfação com a democracia entre os brasileiros no cenário recente (2002 – 2014). **Revista Debates**, v. 10, n. 3, p. 83-106, 2016.

DELLA PORTA, Donatella. Social capital, Beliefs in Government, and Political Corruption. In: PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D. **Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?** Princeton: Princeton University Press, 2000.

DELLA PORTA, D.; VANNUCCI, A. **Un paese anormale. Come la classe politica ha perso l'occasione di mani pulite.** Roma-Bari: Laterza, 1999.

DELLA PORTA, D.; VANNUCCI, A. The "Perverse Effects" of Political Corruption. **Political Studies**, n. 45, p.516–538, 1997.

DEWEY, John. **The Public and its Problems.** 1Ed. 1927. Ohio: Ohio University, 1991.

DEUTSCH, M.; GERARD, H. A study of normative and informational social influences upon individual judgment. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v.51, n.3, p. 629–636, 1955.

DI JOHN, Jonathan. Economic liberalization, political instability, and state capacity in Venezuela. **International Political Science Review**, v. 26, n. 1, p. 107-124, 2005.

DIAMOND, L.; MORLINO, L. **Assessing the quality of democracy.** Baltimore: The John Hopkins University Press, 2005.

DINCER, O.; JOHNSTON, M. Political culture and corruption issues in states politics: a new measure of corruption issues and a test of relationships to political culture. **Publius: The Journal of Federalism**, v.47, n.1, p.131-148, 2017.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia.** São Paulo: EDUSP, 1999.

EKIYOR, Henry. A corruption in local government administration: an historical summary. In: ODION-AKHAINE, Sylvester. **Local Government Administration in Nigeria: Old and new vision.** Lagos: Centre for Constitutionalism and Demilitarisation (CENCOD), 2009.

EL-RUFAL, Nasir A. Is liberal Democracy Encouraging corruption and corrupt practices: The privatization process in Nigeria. **Nigerian social scientist**, v. 6, n. 2, 2003.

EMEDIATO, Wander. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: EMEDIATO, Wander (org.). **A construção da opinião na mídia.** Belo Horizonte: FALE/UFMG Núcleo de Análise do Discurso, 2013.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v.43, n.4, p.51-58, 1993.

ESPECIAIS. Linha do tempo da Lava Jato. **Portal de notícias G1**. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2015/lava-jato/linha-do-tempo-da-lava-jato/>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

ESSER, F.; HARTUNG, U. Nazis, pollution, and no sex: political scandals as a reflection of political culture in Germany. **American Behavioral Scientist**, v. 47 n. 8, p.1040-1071, 2004.

FABBRINI, Sergio. The Italian Case of a Transition Within Democracy. **Journal of Southern Europe and the Balkans**, v.8, n. 2, p. 145-161, 2006.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 2 vol. 4 ed. Porto Alegre, Globo, 1977.

FERES JR., J.; SASSARA, L. Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. **Novos Estudos CEBRAP**, ed. 135, v. 35, n. 2, p. 205-225, 2016.

FERES JR., J.; MIGUEL, L.; BARBABELA, E. A mídia impressa na cobertura das manifestações de junho. **38º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu (Minas Gerais), Brasil, 2014.

FESTINGER, Leon. **A theory of cognitive dissonance**. Evanston, IL: Row, Peterson & Co, 1957.

FIGUEIREDO, R.; CERVELLINI, S. Contribuições para o conceito de opinião pública. **Opinião Pública**, v. 3, n. 3, p.171-185, 1995.

FIGUEIREDO, R.; COUTINHO, C. A eleição de 2002. **Opinião Pública**, v. 9, n. 2, p. 93-117, 2003.

FILGUEIRAS, Fernando. Corrupção e cultura política: a percepção da corrupção no Brasil. In: Helcimara Telles; Alejandro Moreno. (Org.). **Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina**. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p.386-421, novembro, 2009.

FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FILGUEIRAS, Fernando. **O problema da corrupção e a sociologia americana**. Working paper. Juiz de Fora: Centro de Pesquisas Estratégicas Paulino Soares de Souza, 2006, p. 13. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/PCSA.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

FILGUEIRAS, Fernando. Notas Críticas sobre o Conceito de Corrupção. **Revista de Informação Legislativa**, v.41, p.125-148, 2004.

FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**: em torno de Bakhtin. São Paulo: Edusp, 1994.

FIORINO, N.; GALLI, E.; PTRARCA, I. Corruption and Growth: Evidence from the Italian Regions. **European Journal of Government and Economics**, v.1, n.2, p.126-144, 2012.

FONSECA, Francisco. Los media y la elección em la transición democrática Brasileña: aspectos conceptuales y empíricos de la victoria electoral de Collor de Mello. In: MORENO, A.; TELLES, H. S. Comunicación política y comportamiento electoral en América Latina. Ciudad de Mexico: Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública (CESOP) de la Cámara de Diputados, 2015. Pp. 211-245.

FRANÇA, Vinícius S. N. Impeachment de Collor e a agenda de governo em editoriais da grande imprensa. **XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis (Brasil), 2015.

GAMSON, William A. **Talking politics**. New York: Cambridge University Press, 1995.

GELLNER, Ernest. Patrons and clients. In: Gellner, E.; Waterbury, J. **Patrons and clients in Mediterranean Societies**. Londres: ed. Duckworth, 1977.

GIGLIOLI, Pier P. Political Corruption and the Media: The Tangentopoli Affair. **International Social Science Journal**, v.48, issue 149, UNESCO, Paris, p.381-394, 1996.

GOBBI, L.; ALVES, M. Análise da construção da imagem do judiciário brasileiro na cobertura do “mensalão” pelo Jornal Nacional. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, v. 10, n. 28, p.139-162, 2007.

GOMES, Marcelo B. A imagem pública de Lula e eleições presidenciais brasileiras (1989/2002). **I Congresso da COMPOL**, Salvador (Brasil), 2006.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOULART, Alexander. **Uma lupa sobre o jornalismo de revista**. São Paulo: Observatório da imprensa, 04 jul. 2006. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/uma-lupa-sobre-o-jornalismo-de-revista/>>

GRABE, Maria E. **Image bite politics**: News and the visual framing of elections. Oxford: Oxford University Press, 2009.

GRABER, Doris. **Processing the news**: how people tame the information tide. New York: Longman, 1988.

GRABER, D.; WEAVER, D. Presidential Performance Criteria: The Missing Element in Election Coverage. **Press Politics**, v.1, n.1, p.7-32, 1996.

GRILLI DI CORTONA, Pietro. **Il cambiamento politico in Italia**. Dalla Prima ala Seconda Repubblica. Roma: Carocci, 2007.

GUILHERME, Cássio A. A eleição de 1989: direita x esquerda. **Revista Urutágua**, n. 34, p.87 – 109, 2016.

GUREVITCH, J.; BLUMLER, M. **The crisis of public communication**. London: Routledge, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Vol. II 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

HAELLMAN, J.; JONES, G.; KAUFMANN, D. Seize the state, seize the day: an empirical analysis of state capture and corruption in transition economies *Policy Research Working Paper 2444*, The World Bank: Washington, D.C., September, 2000, and **Journal of Comparative Economics**, v. 31, n. 4, p. 751-73, December, 2003.

HALLIN, D. C.; MANCINI, Paolo. **Comparing Media Systems. Three Models of Media and Politics**. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2004.

HEIDENHEIMER, A.; JOHNSTON A. J. **Political Corruption: Concepts and Contexts**. 3rd. Ed. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 2009.

HEIDENHEIMER, A.; JOHNSTON A. J.; LEVINE, V. **Political Corruption**. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 1989.

HELD, David. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HESSEL, M.; MURPHY, K. **Stealing the state, and everything else**: a survey of corruption in the Postcommunist world. London: The Transparency International Centre for Innovation and Research, 2000.

HIBBS, D. A.; RIVERS, D. Jr.; VASILATOS, N. On the demand for economic outcomes: macroeconomic performance and mass political support in the United States, Great Britain, and Germany. **Journal of Politics**, n.44, p.426-462, 1982.

HODGSON, Geoffrey. The myth of American exceptionalism. New Haven: Yale University Press, 2009.

HODGSON, G; JIANG, S. The economics of corruption and the corruption of economics: an institutionalist perspective. **Journal of Economic Issues**, v. 41, n. 4, p. 1043-1061, 2007.

HOLSTI, Ole R. **Content analysis for the social sciences and humanities**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1969.

HUSTED, Bryan W. Wealth, Culture, and Corruption. **Journal of International Business Studies**, Houndmills (Hampshire), v. 30, n. 2, p. 339-360, June, 1999.

HUNTINGTON, Samuel P. **Political order in changing societies**. London: Yale University Press: 1968.

IYENGAR, S.; KINDER, D. R. **News that matters**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

INGLEHART, Ronald. **Culture Shift in Advanced Industrial Society**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy**. The human development sequence. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

JACOMO, André. Contexto econômico e político: determinantes da popularidade presidencial de Fernando Henrique Cardoso e Lula. **V Congresso Uruguayo de Ciencia Política**, Uruguai, 7 a 10 de outubro, 2014.

JAMIESON, K. H.; CAPPELLA, J. N. Cappella. The Role of the Press in the Health Care Reform Debate of 1993-1994. In: GRABER, D. et al. **The politics of news: the news of politics**. Washington, D.C.: CQ Press, 1998.

JAIN, Arvind K. Corruption: A Review. **Journal of Economic Surveys**, v.15, n.1, p.71-121, 2001.

JOHNSTON, Michael. **Components of Integrity: Data and Benchmarks for Tracking Trends in Government**, GOV/ PGC/GF 2. Paris: OCDE, 2009.

JOHNSTON, Michael. **Syndromes of Corruption: Wealth, Power, and Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

JOHNSTON, Michael. Right and Wrong in American Politics: Popular Conceptions of Corruption. In: HEIDENHEIMER, A.; JOHNSTON, M (orgs.). **Political Corruption**. Concepts and Contexts. New Brunswick, London: Transaction Publishers, 2002.

KEPPLINGER, Hans M. The Declining image of the German political elite. **Press Politics**, v. 5, n. 4, p.71-88, 2000.

KERNELL, Samuel. Explaining presidential popularity. How ad hoc theorizing,

misplaced emphasis, and insufficient care in measuring one's variables refuted common sense and led conventional wisdom down the path of anomalies. **The American Political Science Review**, p. 506-522, 1978.

KINGDON, John. **Agendas, alternatives, and public policies**. 3a. Ed. New York: Harper Collins, 2003.

KLAPPER, Joseph T. **The effects of mass communication**. Free Press, 1960.

KLINGEMANN, Hans-Dieter. Mapping Political Support in the 1990s: A Global Analysis. In: NORRIS, P. (ed.). **Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KLITGAARD, Robert. **Controlling Corruption**. Berkeley: University of California Press, 1998.

KRIPPENDORFF, Klaus H. **Content analysis: An introduction to its methodology**. Beverly Hills, CA: Sage, 1980.

KROSNICK, J. A.; KINDER, D. R. Altering the foundations of support for the presidente through priming. **American Political Science Review**, 84, p. 497-512, 1990.

LAMBSDORFF, Johann G. **The Transparency International Corruption Perceptions Index**. Transparency International Newsletter, 1999.

LAU, Richard. Negativity in political perception. **Political Behavior**, v. 4, n. 4, p. 353-377, 1982.

LAVAREDA, Antonio. **Emoções Ocultas e Estratégias Eleitorais**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2009.

LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

LAVAREDA, A.; TELLES, H. S. **Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

LAZARSFELD, P., BERELSON, B.; GAUDET, H. **The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign**. 2nd ed. New York, 1944.

LE BON, Gustave. **Psicologia de las massas**. Madrid: Morata, 1986.

LEWIS-BECK, M.; PALDAM, M. Economic voting: an introduction. **Electoral studies**, v. 19, n. 2, p. 113-121, 2000.

LIMA, Venício. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. **Lua Nova**. São Paulo, n.44, p. 82-106, 1998.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. NY: Free Press, 1965.

LONG, Norton. Local community as an ecology of games. **American Journal of Sociology**, n. 64, p.251-261, 1958.

LOURENÇO, Luiz C. Na tela e nas urnas: novas evidências da influência dos debates e da propaganda eleitoral na decisão do voto presidencial em 1989. **34º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu (Brasil), 2010.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MAIA, António J. **Representações sociais da corrupção em Portugal** - contributo para o seu conhecimento. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas, 2006.

MAIA, António J. **O discurso social sobre o problema da corrupção em Portugal**. Lisboa: Observatório Social sobre o Problema da Corrupção em Portugal. Working Papers, n.7, 2011.

MAIA, Gleidylucy O. S. **Ripple Effect dos ataques**: relações de agenda e enquadramento entre imprensa e propaganda negativa eleitoral. (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos. São Paulo. 2017.

MAIER, Jürgen. The impact of political scandals on political support: An experimental test of two theories. **Internacional Political Science Review**, v.32, n.3, p.283-302, 2011.

MAINWARING, Scott. Multipartism, Robust Federalism and Presidentialism in Brazil. In: MAINWARING, S.; SHUGART, M. S. (eds.). **Presidentialism and Democracy in Latin America**. Cambridge: Cambridge University, 1997.

MAINWARING, S.; WELNA, C. (eds.). **Democratic accountability in Latin America**. Oxford: Oxford University press, 2005.

MARKOVITS, A. S.; SILVERSTEIN, M. Introduction: power and process in Liberal Democracies. In: MARKOVITS, A. S.; SILVERSTEIN, M. (Eds.). **The politics of scandal**: power and process in liberal democracies. New York: Holmes & Meier Publishers, 1988. Pp. 4-5.

MARTINS, T.; LEAL, P. R. F. Análise das estratégias midiáticas utilizadas pelos principais candidatos na propaganda partidária gratuita de 2014. **Comunicação & Mercado** – UNIGRAN, v. 4, n. 11, p. 196-209, Edição Especial, 2015.

MCCOMBS, M; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. In: **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 49, p.51-78, 1972.

MCQUAIL, Denis. **Introducción a la teoría de la comunicación de masas**. México: Paidós, 1996.

MEDEIROS, F.; RAMALHO, M; MASSARANI, L. A ciência na primeira página: análise das capas de três jornais brasileiros. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, v.17, n.2, p.439-454, 2010.

MELGAR, N.; ROSSI, M.; SMITH, T. The perception of corruption in a cross-country perspective: Why are some individuals more perceptive than others? **Economia Aplicada**, v. 14, n. 2, p. 183-198, 2010.

MELGAR, N.; ROSSI, M.; SMITH, T. The perception of corruption. **International Journal of Public Opinion Research**, v. 22, n.1, p. 120-131, 2010a.

MELLO, S. F.; EMEDIATO, W. Informação jornalística, publicidade e propaganda. In: EMEDIATO, W. (org.). **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: FALE/UFGM Núcleo de Análise do Discurso, 2013.

MENDES, Priscilla. **Relembre casos do governo Collor que envolveram PC Farias**. G1 Política. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/relembre-casos-do-governo-collor-que-envolveram-pc-farias.html>. Acesso em: 3 nov. 2017.

MENEGUELLO, Rachel. O lugar da corrupção no mapa de referências dos brasileiros: aspectos da relação entre corrupção e democracia. In: AVRITZER, L.; FILGUEIRAS, F. (Org.) **Corrupção e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 63-82.

MENEGUELLO, Rachel. Aspectos do desempenho democrático: estudo sobre a adesão à democracia e avaliação do regime. In: MOISÉS, J. A. **Democracia e confiança**: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: Edusp, 2010. p. 123-148.

MESQUITA, N. C.; MOISÉS, J. A.; RICO, B. As diferentes dinâmicas da corrupção: mídia, percepção e instituições no contexto brasileiro. In: CUNHA, I. F.; SERRANO, E. **A cobertura jornalística da corrupção política**: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.

MCCOMBS, M., VALENZUELA, S. **The continuing expansion of agenda-setting theory**: Towards a new frontier of research questions. Handbook of Political Communication Theories. New York: Oxford University Press. 2007.

MIGUEL, Luiz Felipe. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. **Dados**, v. 42, n. 2, 1999.

MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, v.13, n.1, junho 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Entenda o caso: Lava Jato. **Site do Ministério Público Federal**. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

MOISÉS, José Álvaro. Corrupção Política e Democracia no Brasil Contemporâneo. **Revista Latino - Americana de Opinión Pública: investigación social aplicada**, v. 1, n. 0, p. 103-124, 2010.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia. Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 23, v. 66, p. 11-43, 2008.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, J. Á.; CARNEIRO, G. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, jun. 2008.

MORRIS, Stephen. Corruption and Mexican political culture. **Journal of the Southwest**, v.45, n.4, p.671-708, 2003.

MOY, P.; SCHEUFELE, D. A mass media perspective. In: GEER, John (Ed.). **Public opinion and polling around the world: a historical encyclopedia**. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, 2004.

MUELLER, John. Presidential popularity from Truman to Johnson. **American Political Science Review**, n. 86, 1970, p. 597-611.

MYRDAL, Gunnar. Corruption as a hindrance to modernization in South Asia. In: HEIDENHEIMER, Arnold J. (ed.) **Political Corruption: readings in comparative analysis**. New York: Hold, Rinehart and Wilson, 1970. p.18-28.

MUNDIM, Pedro S. Um modelo para medir os efeitos da cobertura da imprensa no voto: teste nas eleições de 2002 e 2006. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 394-425, 2010.

NASCIMBENI, E.; PAMPARANA, A. **Le mani pulite**. Milano: A. Mondadori, 1992.

NDIAYE, Khoudia. Latin America: A Changing Reality. **Finance and Development**, Washington, D.C., v. 35, n. 1, p. 79-81, 1998.

NEUMAN, W. R.; JUST, M. R.; CRIGLER, A. N. **Common knowledge**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

NEWTON, Kenneth. Mass media effects: mobilization or media malaise? **British Journal of Political Science**, v. 29, n. 4, 1999.

NEWELL, James L. Corruption-mitigating policies: The case of Italy. **Modern Italy**, v. 10, n. 2, p. 163-186, 2005.

NEWMAN, Brian. The Polls: Presidential Traits and Job Approval: Some Aggregate-Level Evidence. **Presidential Studies Quarterly**, v. 34, n. 2, p. 437-448, 2004.

NICOLAU, J. M. Multipartidarismo, maiorias parlamentares e democracia: notas sobre o caso brasileiro. In: DINIZ, E. (org.). **O desafio da democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio**. Opinión pública: nuestra piel social. Barcelona: Paidós, 1995.

NORRIS, Pippa. Conclusions: The Growth of Critical Citizens and Its Consequences. In: NORRIS, P. (ed.). **Critical Citizens**: Global Support for Democratic Government. New York: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, Pippa. The impact of television on civic malaise. In: PHARR, S.; PUTNAM, R. D. (Eds.). **Disaffected democracies**: what's troubling the trilateral countries? Princeton: Princeton University Press, 2000.

NORRIS, Pippa. **A virtuous circle**: political communications in post-industrial democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 2000(a).

NUCCI, Guilherme S. **Código penal comentado**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.

NUNOMURA, Eduardo. **O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja**. 2012. 212f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Programa de Pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

NYE, J. S. Corruption and political development. A cost-benefit analysis. In: UPHOFF, N.; ILCHMAN, W. Political economy of development. London: University of California Press, 1972.

NYE, Joseph S.; ZELIKOW, P. D.; KING, D. C. (Eds.). **Why people don't trust government**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

NORPOTH, Helmut. Economics, Politics, and the Cycle of Presidential Popularity. **Political Behavior**, v. 6, n. 3, p. 253-273, 1984.

OLIVEIRA, L. A.; MARTINS, T. Análise das estratégias midiáticas de Dilma Rousseff (PT) no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Anais do **XXXIX Congresso Intercom**, São Paulo (SP), setembro, 2016.

OLIVEIRA, L. A.; MAIA, P. E. A.; MIRA, G. F. P. Disputa eleitoral de 2014: da tela da televisão para as redes sociais. **Comunicação & Mercado** – UNIGRAN, v. 4, n. 11, p. 29-42, Edição Especial, 2015.

PAGE, B.; SHAPIRO, R. **The Rational Public**. Chicago: Chicago University Press, 1992.

PARK, Robert E. **The City**: Suggestions for the study of human nature in the urban environment. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

PATTERSON, Thomas E. Doing well and doing good. **Faculty Research Working Paper Series**. Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2000.

PETER, J.; WELCH, S. Political corruption in America: a search for definitions and a theory, or if political corruption is in the mainstream of American politics why is it not in the mainstream of American politics research? **The American Political Science Review**, v.72, n.3 (Sep., 1978), p. 974-984, 2010.

PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D. **Disaffected Democracies**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

PHILP, Mark. Conceptualizing political corruption. In: HEIDENHEIMER, A.; JOHNSTON A. J. **Political Corruption: Concepts and Contexts**. 3rd. Ed. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 2009.

PIRES, Teresinha M. C. C. A construção da imagem pública política de Dilma Rousseff (PT) como “Mãe do povo” brasileiro. **IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR**, Belo Horizonte – Brasil. Maio, 2011.

POESCHL, G.; RIBEIRO, R. Ancoragens e variações nas representações sociais da corrupção. **Análise Social**, v. 45, n. 196, p. 419-445, 2010.

POLÍCIA FEDERAL. Operação Lava Jato. **Site da Polícia Federal**. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

POPKIN, Samuel. **The reasoning voter**: Communication and persuasion in presidential campaigns. University of Chicago Press, 1991.

PORTELA, Cristiane. Revistas semanais de informação no Brasil hoje: conceituações e definições. **Colóquio Internacional de Comunicação para o desenvolvimento Regional – Regiocom**, São Paulo, 2009. Anais eletrônicos...São Paulo: Regiocom, 2009. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/1_Regiocom%202009/trabalhos.htm>

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA/Unesp, 2004. p. 74-104.

PORTO, Mauro. A Pesquisa sobre a recepção e os efeitos da mídia: Propondo um enfoque integrado. **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom**, Belo Horizonte (Brasil), 02 a 06 de setembro, 2003.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. **XXVI Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu (Brasil), 22 a 26 de outubro de 2002.

PORTO, M; GUAZINA, L. A política na TV: o horário eleitoral da eleição presidencial de 1994. **Revista Contracampo**, n. 3, 1999.

POWER, T. J.; GONZÁLEZ, J. Cultura Política, Capital Social e Percepções sobre a Corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. **Revista de Sociologia e Política**, n.21, p. 51-69, 2003.

POWER, T. J.; JAMISON, G. D. A desconfiança Política na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 64-93, março, 2005.

PRICE, Vicent. La opinion pública. Esfera pública y comunicación. Barcelona: Editora Paidós, 1994.

PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone**. The Collapse and Revival of American Community. New York: Simon & Schuster, 2000.

RENNÓ, Lúcio et al. **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania**. São Paulo: Intermeios; Nashville: LAPOP, 2011.

RIBEIRO, C.; BAPTISTA, E. A. Onda verde: a campanha online e off-line de Marina Silva em 2010. **IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR**, Belo Horizonte (Brasil), maio de 2011.

RIBEIRO, Edinaldo A. Experiência democrática no Brasil. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 28, p. 205-219, jun. 2007.

RIBEIRO, Renato J. Financiamento de campanha (público *versus* privado). In: AVRITZER, L.; ANASTÁSIA, F. (orgs.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

RIBEIRO, Renato J. Corrupção cultural ou organizada? **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 jun. 2009. Caderno Opinião.

RICHEY, Sean. The impact of corruption on social trust. **American Politics Research**, v. 38, n. 4, p. 676–690, 2010.

RIFFE, D.; AUST, C.; LACY, S. The Effectiveness of Random, Consecutive Day and Constructed Week Sampling in Newspaper Content Analysis. **Journalism Quarterly**, v. 70, n. 1, p. 133 - 139, 1999.

RIFFE, D.; LACY, S. FICO, F. **Analyzing media messages**. Use quantitative content analysis in research. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2005.

ROMA, Giovanna. **Italy's New Anti-Corruption Law: Factors that affect Regional Implementation**. Thesis (Master of Arts - European, Russian and Eurasian Studies). Carleton University Ottawa, Ontario. 2014.

ROSE-ACKERMANN, Susan. **Corruption and Government**. New York: Cambridge University Press, 1999.

ROSSINI, P. G. C.; BAPTISTA, E. A.; VEIGA, V. SAMPAIO, R. O uso do Facebook nas eleições presidenciais brasileiras: a influência das pesquisas eleitorais nas campanhas online. In: CERVI, E.; MASSUCHIN, M.; CARVALHO, F. **Internet e eleições no Brasil**. Curitiba: CPOP, 2016.

SABROW, Martin. Politischer Skandal und modern Diktatur. In: SABROW, Martin. **Skandal und Diktatur**: Formen öffentlicher Empörung im NS-Staat und in der DDR. Göttingen: Wallstein Verlag, 2004. Pp. 7-32.

SACONI, Rose. Impeachment de Collor, um julgamento histórico. Acervo. O Estado de S. Paulo. 2014. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,impeachment-de-collor-um-julgamento-historico,9990,0.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

SAMPAIO, Thiago. **Popularidade presidencial**. Análise dos microfundamentos do suporte público da presidente Dilma Rousseff. 2014. 245f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

SAMPFORD, C.; SCHACKLOCK, A., CONNORS, C.; GALTUNG, F. (eds.) **Measuring Corruption**. Aldershot: Ashgate, 2006.

SANCHÉZ, Fernando J. Posibilidades y límites del escándalo político como una forma de control social. **Reis**, n. 66, p. 7-36, 1994.

SCHATTSCHNEIDER, Elmer E. **The Semisovereign People**. A Realist's View of Democracy in America. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

SCOTT, James C. **Comparative Political Corruption**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1972.

SELIGSON, Mitchell A. The measurement and impact of corruption victimization: survey evidence from Latin America. **World Development**, v. 34, n. 2, p. 381-404, 2006.

SELIGSON, Mitchell A. The impact of corruption on regime legitimacy: A comparative study of four Latin American countries. **Journal of Politics**, n. 64, 2002, p. 408-433.

SCOTT, James. Patronage or exploitation? In: GELLNER, E.; WATERBURY, J. **Patrons and clients in Mediterranean Societies**. Londres: ed. Duckworth, 1977.

SELIGSON, Mitchell A. The Impact of Corruption on Regime Legitimacy: A Comparative Study of Four Latin American Countries. **Journal of Politics**, v. 64, n. 2, p. 408-33, 2002.

SCHEUFELE, Dietram. Agenda-setting, priming, and framing revisited: another look at cognitive effects of political communication. **Mass Communication & Society**, v. 3, n. 2 e 3, p. 297-316, 2000.

SHOEMAKER, P.; REESE, S. **Mediating the message**: Theories of influence on mass media content. New York: Longman, 1996.

SCHUDSON, Michael. Notes on scandal and the Watergate legacy. **American Behavioral Scientist**, v. 7, n. 9, p. 1231-1238, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. **Nota sobre o patrimonialismo e a dimensão pública na formação da América Latina contemporânea**. 2006. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/patrimonialismo06.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2015.

SILVA, Vevilla J. **O escândalo do mensalão em revistas semanais**: uma análise de enquadramento. (Dissertação) Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-graduação em Comunicação. Bauru, 2008.

SIMÕES, Paula G. **O acontecimento Ronaldo: a imagem pública de uma celebridade no contexto social contemporâneo**. 2012, 282f, Tese (Doutorado em Comunicação Social) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 97, p.23-40, 2013.

SNIDERMAN, P. M.; BRODY, R. A; TETLOCK, P. E. **Reasoning and Choice**: Explorations in Political Psychology. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

SOJO, Iván A. El estudio de la imagen pública: ¿la clave del éxito? **Revista Latina de Comunicación Social**, n. 39, La Lguna, Tenerife, 2001.

SOROKA, Stuart N. Media, public opinion, and foreign policy. **Press/Politics**, v.8, n.1, p.27-48, 2003.

SOROKA, Stuart N. Media. **Agenda-setting dynamics in Canada**. Vancouver, BC: UBC Press, 2002.

SOROKA, S.; WLEZIEN, C. Opinion-policy dynamics: public preferences and public expenditure in the United Kingdom. **British Journal of Political Science**, v. 35, n. 4, p. 665- 690, 2005.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, 1998.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOUSA, L.; TRIÃES, J. **Corrupção e os Portugueses**: atitudes, práticas e valores. Oeiras: Rui Costa Pinto Editores, 2008.

SPECK, Bruno W. "Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas". In: SPECK, B. W.; ABRAMO, C. W.; SILVA, M. F. G.; FLEISHER, D.; NASSMACHER, K-H. **Os custos da corrupção**. São Paulo: Konrad Adenauer-Stiftung, 2000.

STANIG, Piero. Regulation of Speech and Media Coverage of Corruption: An Empirical Analysis of the Mexican Press. **American Political Science Review**, v. 59, n.1, p. 175-193, 2015.

STERNBERG, Robert. **Psicologia Cognitiva**. Artmed Periódicos, 2000.

STULHOFER, Aleksandar. Perception of corruption and the erosion of social capital in Croatia 1995-2003. **Politika Misao**, XLI, 2004, p.74-86.

TANKARD, James W. Jr. The empirical approach to the study of media framing. In: REESE, S. D.; GANDY, O. H. Jr.; GRANT, A. E. (Eds.). **Framing public life**: Perspectives on media and our understanding of the social world. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2001.

TARRUELLA, R. M.; GIL, J. **Noticias frente a hechos**: entender la realidad después de leer los periódicos. Barcelona: 1997.

TELLES, Helcimara S. Crise política ou crise na política? O processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e seus desdobramentos (a)políticos. In: RESENDE, P.; ANGELO, V. **A crise política brasileira em perspectiva**. Edição Debate Social vol.3. Florianópolis: Editoria Insular, 2016.

TELLES, Helcimara S. A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e a democracia nos protestos antigoverno. **Ponto e Vírgula**, n. 19, p. 97-125, 2016a.

TELLES, Helcimara S. O que os protestos trazem de novo para a política brasileira? **Em Debate**, v. 7, n. 2, p. 7-14, 2015.

TELLES, H. S.; MUNDIM, P. Movilidad cognitiva y religión: Paradojas del voto a Marina Silva en las elecciones Presidenciales brasileñas de 2010. *Revista de Ciencia Política*, v. 35, n. 3, p. 509-536, 2015.

TELLES, H. S.; FRAIHA, P.; LOPES, N. Meios de Comunicação, corrupção e redes sociais nas eleições para prefeito no Brasil. In: CUNHA, I.; SERRANO, E. **Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014. p.421-457.

TELLES, H. S.; LOURENÇO, L. C.; STORNI, T. P. Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 1, p. 91-116, 2009.

TELLES, H. S.; PIRES, T. M. C. C. A comunicação política para o “terceiro mandato” de Lula: a transferência de prestígio nas eleições presidenciais brasileiros de 2010. In: TELLES, H. S.; LAVAREDA, A. (Org.). **Voto e estratégias de comunicação política na América Latina**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2015. Pp. 121-153.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Trad.: Pedrinho A. Guareshi. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, John B. Scandal and social theory. LULL, J.; HINERMAN, S. (eds.). **Media scandals: morality and desire in the popular culture marketplace**. New York: Columbia University Press, 1997.

TIFFEN, Rodney. **Scandals: Media, Politics and Corruption in Contemporary Australia**. Sydney: University of New South Wales Press, 1999.

TOEPFL, Florian. Managing Public Outrage: power, scandal and new media in contemporary Russia. **New Media and Society** v. 13, n. 8, p.1301-1319, 2011.

TORCAL, M.; MONTERO, J.; GUNTHER, R. Ciudadanos y partidos en el sur de Europa: los sentimientos antipartidistas. **Reis. Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n.101, p.9-48, 2003.

TRAQUINA, Nelson. O paradigma do agenda-setting: Redescoberta do poder do jornalismo. **Revista Comunicação e Linguagens**. Lisboa, 1995.

TREISMAN, Daniel. What have we learned about the causes of corruption from ten years of cross-national empirical Research? **Annual Review of Political Science**, v.10, p. 211-44, 2007.

TREISMAN, Daniel. The Causes of Corruption: A Cross-national study. **Journal of Public Economics**, v.76, n.3, p. 339-457, 2000.

VANNUCCI, Alberto. L'evoluzione della corruzione in Italia: evidenza empirica, fattori facilitanti, politiche di contrasto. In: MERLONI, F; VANDELLI, L. **La**

corrupção administrativa: causas, prevenção e remédios. Firenze: Passigli, 2010.

VANNUCCI, Alberto. La corruzione nel sistema politico italiano a dieci anni da "mani pulite". In: FORTI, G. (ed.). **Il prezzo della tangente**. Milano: Vita e pensiero, 2003. Pp. 3-70.

VASCONCELLOS, Fábio. **Partido do "Você não me representa"**. Núcleo de dados. O Globo. 2016. Disponível em: <<https://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/partido-do-voce-nao-me-representa.html>>. Acesso em: out. 2017.

VENTURI, G.; TELLES, H. S. Opinião Pública. In: DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. **Dicionário de Políticas Públicas**. São Paulo: FUNDAP/Imprensa Oficial, 2013.

VIAN, Taryn. Review of Corruption in the Health Sector: Theory, Methods and Interventions. **Health Policy and Planning**, v. 23, p. 83-94, 2008.

VIEIRA, James B. Corrupção: Um Mapa Analítico. **Resenha Eleitoral** - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, v. 20, p. 36, 2012.

VREESE, Claes H. News framing: theory and typology. **Information Design Journal + Document Design**, v.13, n.1, p.51-62, 2005.

WEAVER, David H. Thoughts on agenda setting. Framing, and priming. **Journal of Communication**, n. 57, p. 142-147, 2007.

WEINGROD, Alex. Patronage and power. In: GELLNER, E.; WATERBURY, J. **Patrons and clients in Mediterranean Societies**. Londres: ed. Duckworth, 1977.

WEYLAND, Kurt The Politics of Corruption in Latin America. **Journal of Democracy**, v. 9, n. 2, p. 108-121, 1998.

ZAIDAN, Tiago E. A organização Arnor de Mello e o seu patrono: trajetória e interesses políticos. **Verso e Reverso**, v. 29, n. 55, p. 37-46, 2010.

ZALLER, John. The myth of massive media impact revived: new support for a discredited idea. In: MUTZ, D. C.; SNIDERMAN, P. M.; BRODY, R. (orgs.). Political persuasion and attitude change. Michigan: The University of Michigan Press, 1996. p.17-78.

ZALLER, John. **The Nature and Origins of Mass Opinion**. Cambridge: University Press, 1992.

ZALLER, John. Information, values, and opinion. **The American Political Science Review**, v. 85, n. 4, p. 1215-1237, 1991.

ZALLER, J.; PRICE, V. Who gets the news? Alternative measures of news

reception and their implications for Research. **Public Opinion Quarterly**, v. 57, p. 133-164, 1993.

ZILLER, Joana. Contrastes entre as imagens do Jornal Nacional e as independentes. **Liinc em Revista**, v. 10, p.301-316, 2014.

ZUCCO, Cesar. When payouts pay off: conditional cash transfers and voting behavior in Brazil 2002–10. **American Journal of Political Science**, v. 5, n. 4, p. 1–13, 2013.

ZUCCO, Cesar. The president's 'new' constituency: Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential Elections. **Journal of Latin American Studies**, v. 4, n. 1, p.29-49, 2008.

ZURNIĆ, Marija. Researching corruption scandals in Serbia: new approaches and challegnes. **Социолошки преглед**, v. XLVIII, n. 2, p. 183–208, 2014.

FONTES DE DADOS EMPÍRICOS

CNI/IBOPE – Banco eletrônico de relatórios das pesquisas de opinião pública nacional

CNI/Ibope – <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/estatisticas/>

CNT/MDA – Banco eletrônico de relatórios das pesquisas de opinião pública nacional

CNT/MDA – <http://www.cnt.org.br/Pesquisa/cnt-md>

DATAFOLHA – Banco eletrônico de relatórios de pesquisas de opinião do Instituto de Pesquisas Datafolha – <http://datafolha.folha.uol.com.br>

IBOPE – Banco eletrônico de relatórios de pesquisas de opinião pública nacional do Ibope

Ibope – <http://www.ibopeinteligencia.com>

LATINOBARÔMETRO – Banco eletrônico de pesquisas de opinião pública América Latina

Latinobarômetro – <http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>

SECOM – Banco eletrônico de relatórios das pesquisas de opinião pública nacional

Secretaria de Comunicação da Presidência da República – <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/relatorios-de-pesquisas>

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL – Banco eletrônico de pesquisas de opinião pública mundial

Transparência Internacional – <https://www.transparency.org>